

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Entre a representação e a participação, entre o
clientelismo e a autonomia:
associações de bairro e política municipal em Porto Alegre
(1962-1968).**

Dissertação de Mestrado

Gustavo Coelho

Porto Alegre
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Linha de Pesquisa: Relações de Poder Político-Institucional

**Entre a representação e a participação, entre o
clientelismo e a autonomia:
associações de bairro e política municipal em Porto
Alegre (1962-1968).**

Gustavo Coelho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Carla Simone Rodeghero

Porto Alegre
Agosto de 2009

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP),
BIBLIOTECÁRIOS RESPONSÁVEIS: Tatiane Soares Jesus CRB-10/1871
Leonardo Ferreira Scaglioni CRB-10/1635**

C672E Coelho, Gustavo

Entre a representação e a participação, entre o clientelismo e a autonomia: associações de bairro e política municipal em Porto Alegre (1962-1968) / Gustavo Coelho. – Porto Alegre, 2009.

195f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, BR-RS, 2009. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Carla Simone Rodeghero.

1..História do Rio Grande do Sul. 2. História política. 3. Associações de bairro. 4. Política municipal. 5. Movimento associativo. 6. Porto Alegre. I. Título.

CDD 981.65

*Aos de sangue e aos de amizade:
minhas famílias.*

Agradecimentos

Terminar um trabalho desta dimensão é encerrar um ciclo e, como todo fim de ciclo, reflexões fazem-se necessárias. Na seqüência delas, vêm os agradecimentos. Neste breve espaço, tentarei comprimir as tantas e diversas dívidas que contraí ao longo da travessia. O cansaço de fim de etapa e a seletividade da memória cometerão injustiças, mas este é o risco que se corre em tentativas como esta.

Em primeiro lugar, agradeço à orientação da Professora Dra. Carla Simone Rodeghero. O convívio que estabelecemos, desde os tempos de graduação, despertou em mim a admiração por sua postura de respeito e compreensão. Outros professores também marcaram minha trajetória, seja por apoios, seja por exemplos. Em cada um, busco uma inspiração para chegar ao profissional que sonho ser: aos professores René Gertz, Enrique Serra Padrós e Cláudia Mauch sou grato pela ajuda, pela generosidade e pelo modelo de profissionalismo. De diversas maneiras, enfim, todos estes professores ajudaram minha caminhada. Agradeço ainda às Professoras Dras. Lucília de Almeida Neves, Marluza Marques Harres e Carla Brandalise, componentes da banca examinadora, pela aceitação do convite e pelos esforços que, certamente, contribuirão para o amadurecimento de um trabalho que está sempre em desenvolvimento.

Também não posso deixar de fazer um agradecimento especial aos Srs. João Batista Marçal e Ivo Fortes dos Santos. Ao Sr. Marçal, pela paciência e atenção que dispensa a todo pesquisador que parte na busca pelas lutas passadas; ao Sr. Ivo – que também é personagem da história que escrevi neste trabalho –, pelo gesto de solidariedade ao me ceder duas pastas repletas de documentos referentes ao movimento comunitário porto-alegrense. Este ato trouxe um fôlego valioso à minha pesquisa. Mesmo que nossas opiniões e interpretações acerca desta história possam divergir, resta-nos sempre o respeito mútuo e, de minha parte, uma enorme gratidão.

Escrever uma dissertação paralelamente ao exercício profissional é tão difícil quanto enriquecedor. Em meus “experimentos” pela vida de historiador, muito aprendi, em vários campos do ofício. Aos colegas do Projeto Zumbi, de Cachoeirinha, agradeço pela concretude de uma outra via de militância em tempos marcados pela descrença. A todo o grupo de colegas da Escola Tiradentes, agradeço pelo contínuo aprendizado da vida profissional na sala de aula. Especialmente grato sou a Janaína Pereira, a Jacinta Juchem, a Ângela Marques, a Géssica Sielichow, a Simone Adiers e a Jader Tadeu que,

diariamente, me provam que, na luta diária da carreira docente, a amizade é uma ferramenta imprescindível.

Aos amigos Alexandre Batista, Ângela Flach, Claudira Cardoso, Daniel Milke, Laura Ferrari e Rodrigo Oliveira (também colegas de trabalho no CD-AIB/PRP), minha gratidão pelo constante aprendizado da pesquisa e pela infalível amizade. À Laura e ao Daniel, de maneira específica, sou grato pelo companheirismo e pelas tardes de rock e café.

Em outros acervos, pelos quais passei na condição de pesquisador, também pude me deparar com bons profissionais. Dentre todos, sou especialmente grato ao historiador Rodrigo Aguiar, atendente da biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), que sempre demonstrou atenção e respeito notáveis; ao “quase arquiteto” e artista plástico Osmar, que me guiou pacientemente entre os mapas disponíveis no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho; e a todos os funcionários do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e da Biblioteca da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Meus agradecimentos ainda aos colegas de ofício Evandro dos Santos, M. Eliete Tiburski, Luciana Boeira, Ângela Dargen, Irma Bueno, Priscilla Reque e Sherol dos Santos e à atriz Ursula Collischonn (todos, amigos de longa caminhada), pessoas das quais nunca me esquecerei. Agradeço também aos colegas de mestrado Charles Monteiro e César Rolim (os “Camaradas Populistas”) e Ananda Simões, amizades que fiz no decorrer do curso, e a Marisângela Martins, a Nina, companheira de pesquisa pelos campos da esquerda.

À minha mãe, Eva Regina Barros Coelho, à minha irmã, Fabiane Coelho Farias, e ao meu pai, Luiz Carlos Farias, agradeço pela constante compreensão, sobretudo, nos momentos de ruptura por que passamos recentemente. Em cada traço do meu ser, trago um pouco deles, é não há palavra que expresse isso. Agradeço, ainda, aos meus avós, Josephina e Olinto, que pouco ou nada viram de minha passagem pelo mestrado, mas que seguem firmes na minha memória.

Por fim, à Rita Cavalcante pela “logística”, pela revisão e (principalmente) pela poesia. E aos mais-que-amigos Leandro Heck, Sandro Fiorini, Bill Roesler e Francisco Scornavacca (o “Clube dos Cinco”), por sempre.

A Vida Bate

(...)

*O amor é difícil
mas pode luzir em qualquer ponto da cidade.
E estamos na cidade
sob as nuvens e entre as águas azuis.
A cidade. Vista do alto
ela é febril e imaginária, se entrega inteira
como se estivesse pronta.
Vista do alto,
com seus bairros e ruas e avenidas, a cidade
é o refúgio do homem, pertence a todos e a ninguém.
Mas vista
de perto,
revela o seu túrbido presente, sua
carnadura de pânico: as
pessoas que vão e vêm
que entram e saem, que passam
sem rir, sem falar, entre apitos e gases. Ah, o escuro
sangue urbano
movido a juros.
São pessoas que passam sem falar
e estão cheias de vozes
e ruínas. (...)
E passamos
carregados de flores sufocadas.
Mas, dentro, no coração,
eu sei,
a vida bate. Subterraneamente,
a vida bate. (...)
E é essa clandestina esperança
misturada ao sal do mar
que me sustenta
esta tarde (...)
na América Latina.*

Ferreira Gullar

RESUMO

O contexto social e político do Brasil nos anos 1960 foi marcado pela radicalização: diversos segmentos sociais reivindicaram uma série de direitos, em um movimento, até então, inédito na história de nosso país. Dentre os vários grupos organizados, encontravam-se os moradores das regiões mais pobres das grandes cidades: suas reivindicações (por melhores condições de vida) eram articuladas em torno de associações que os representavam. Neste trabalho, abordaremos as lutas e as mobilizações destes grupos e suas relações com a política municipal em Porto Alegre nesta agitada década. Mais do que melhorias urbanas, estes esforços buscavam uma determinada cidadania, que envolvia elementos de ordem social e política. Dividimos nossa análise em dois momentos: os anos de 1962 a 1964, quando o país se encontrava em uma conjuntura democrática, e os anos de 1964 a 1968, período em que vigorava um regime ditatorial. A partir da comparação destas duas conjunturas, tornou-se possível perceber os limites e as possibilidades que se levantavam frente a estes movimentos.

ABSTRACT

During the 1960's, the social and politic context in Brazil was marked by the radicalization: many social segments claimed for rights, a movement so far not existent in the country history. Among the several groups were the residents of big cities poorest regions: their claims for better life conditions were articulated with associations that represented them. In this dissertation, we will tackle the struggles and mobilizations of these groups and their relations with the municipal politics in Porto Alegre in the considered decade. More than urban improvements, these efforts aimed for a determinated citizenship that involved elements of social and politic order. We have divided our analysis in two moments: between 1962 and 1964, when the country was in a democratic condition, and 1964 and 1968, period under dictatorial regime. Through the comparison of these two situations, it became possible to realize the limits and possibilities rised by these movements.

Índice

Introdução	6
Capítulo I A busca por participação: a política antes de 1964	30
1. Os partidos jogam seus dados: a corrida eleitoral de 1963	32
1.1. O que tinha o PTB a oferecer? A “democracia social” petebista	43
2. Porto Alegre e sua “vida urbana”: as lutas dos moradores	50
2.1. A greve dos municipais	51
2.2. O sistema de transporte	57
2.3. Inserção na política municipal: algumas palavras sobre os movimentos associativos	72
Capítulo II As lutas em tempos autoritários: a política depois de 1964	86
1. O aprendizado da “nova competição”: a batalha eleitoral de 1968	88
1.1. “Um Rumor de Botas”: o clima político de 1968	98
1.2. Os partidos e a Câmara: considerações sobre 1968	114
2. A “vida urbana” após o avanço das tropas: lutas do movimento associativo	122
2.1. Lutas urbanas: a “frente legislativa”	125
2.2. Lutas urbanas: os movimentos associativos no novo espaço político	133
2.2.1. Em busca de organização: a articulação e o fortalecimento do movimento associativo porto-alegrense	143
2.2.2. Nota sobre a atuação do movimento associativo	153
Considerações	
Finais	156
Referências	163
Anexos	170

Introdução

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT), com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, à presidência do país em 2002, representou a ascensão, ao maior posto da política nacional, de um partido historicamente comprometido com projetos políticos de esquerda. Contudo, a grande expectativa alimentada por parte de setores progressistas e de esquerda, a flexibilização das bandeiras e projetos petistas como forma de manter uma ampla sustentação partidária ao Governo e a oposição de variados grupos foram alguns fatores que contribuíram para o desgaste do governo petista. Além disso, a publicização de casos de corrupção ao longo do mandato de Lula colaborou para um desgaste ainda maior, aprofundando um mal-estar e a histórica divisão das esquerdas¹. A adoção de um programa fortemente assistencialista², sua utilização como fonte de fortalecimento eleitoral e a ampla e pragmática coalizão formada no governo despertaram duras críticas, ao longo de todo o espectro político, das esquerdas às direitas.

Com a reeleição de Lula em 2006 e a expressiva vitória do PT em regiões economicamente mais pobres – e onde se concentra uma boa parcela de sua política assistencialista –, a questão do voto no Brasil (e, de maneira mais ampla, a temática da relação entre os governados e governantes) surgiu, na grande imprensa, com um destaque considerável. Como tantas outras vezes, a idéia de “um povo que não sabe votar” percorreu parcelas da mídia e da intelectualidade³. Tal imagem carrega consigo

¹ Uma interessante abordagem feita por ocasião do início do segundo mandato petista encontra-se na revista *Caros Amigos*. Em uma seção dedicada à situação das esquerdas sul-americanas, o artigo do jornalista Renato Pompeu e a entrevista realizada com o especialista em política latino-americana da UFSC, Nildo Ouriques, apontam para os impasses da colocação do PT – e, de maneira mais específica, de Lula – na esquerda do continente. Ver *Esquerda, governo e poder na América do Sul*. Caros Amigos, número 119, fevereiro de 2007, pp. 30-39.

² Pessoalmente, aqui, consideramos importante frisar que não negamos a importância de determinadas políticas assistencialistas. Ao contrário, como uma forma de distribuição de renda, acreditamos que uma política deste tipo seja necessária. Entretanto, ela não deve ser tratada como um fim em si mesma, sob pena de se transformar em uma política puramente eleitoreira e paternalista, perdendo sua dimensão de mudança social.

³ Análises variadas sobre o Governo Lula e sua reeleição encontram-se em CARTA, Mino. *A esperança ainda está viva*. Carta Capital, nº. 417, novembro de 2006, p. 16-17. *A Nova Voz das Urnas – Entrevista com Marcos Coimbra*. Carta Capital, nº. 395, maio de 2006, p. 30-31. O artigo de Mino Carta, em um tom otimista, vai contra a idéia de desqualificação do eleitorado, apontando a importância da atuação petista na atenuação das desigualdades regionais, do ponto de vista da política assistencial governista. Por outro lado, um artigo publicado na revista *Isto É* do mês anterior ao pleito de 2006 toma um rumo diferenciado. Nele, o assistencialismo e o pragmatismo de alianças são enfatizados. DAMIANI, Marco, LAGO, Rudolfo e MIRANDA, Ricardo. *A Consagração do Lulismo*. Isto É, edição 1924, setembro de 2006, pp. 29-33. Inclusive o termo “lulismo” – recentemente cunhado – foi atribuído ao governo do líder petista, prestando-se a várias considerações que, também na grande mídia televisiva, relembram, de forma

doses de preconceito e desinformação. Pessoalmente, por vezes, também reproduzimos esta sentença. Entretanto, um dos grandes problemas para a compreensão das relações entre a população e seus representantes políticos no Brasil é que, se não encontramos *nossa* lógica nestas relações, supomos a inexistência de lógica alguma.

Como cidadãos, gostaríamos que a população tivesse um determinado comportamento político-eleitoral, sobretudo as camadas que convencionamos chamar de populares. Porém, ater-se ao *querer* pode fatalmente vetar nosso acesso ao *compreender*. Depois de anos de contribuição de cientistas políticos, sociólogos e antropólogos, talvez seja hora dos historiadores pensarem também a sua contribuição aos estudos sobre representação política. Nesse sentido, a presente pesquisa pretende servir como um esforço para analisar tal fenômeno em determinado contexto histórico⁴.

Costuma-se dizer que o historiador constrói seu objeto; este trabalho é uma prova disto: desde seu início, este estudo passou por várias transformações e “desvios de rota”, de modo que uma pesquisa que, inicialmente, abordaria questões puramente eleitorais acabou dando lugar a uma análise das relações entre as associações de moradores e a política porto-alegrense – o que, evidentemente, leva em conta as eleições. Mas o fato é que, do recorte temporal à delimitação do objeto, diversas mudanças resultaram no texto que agora apresentamos. Assim, nas relações entre os movimentos associativos e a política municipal de Porto Alegre – relações, às vezes, conflituosas; às vezes, nem tanto –, fomos “descobrimos” uma luta por cidadania. Essa característica abstrata do objeto estudado acabou por proporcionar à pesquisa um caráter acentuadamente experimental e, em certos momentos, até inconcluso. Em poucas palavras, eis nosso objetivo geral: analisar a luta de associações de bairro por uma determinada cidadania na cidade de Porto Alegre.

O marco temporal de nossa análise será um intervalo substancial da década de 1960: os anos de 1962 a 1968, sobretudo, em seus períodos eleitorais. Neste momento, Porto Alegre sentia com grande intensidade as transformações decorrentes de um crescimento urbano e populacional que pressionava seus moradores. Em função disso,

descontextualizada, o fenômeno do populismo. Segundo o artigo, tal identificação se dá, sobretudo, em função do personalismo que marca o Governo Lula, característica que é tratada como incompatível com um eleitorado politizado.

⁴ O interesse por este tema de pesquisa surgiu em função da observação do quadro esboçado nestas primeiras páginas, mas, sobretudo, como fruto de um amadurecimento em estudos ao longo da graduação e nos trabalhos desenvolvidos junto ao Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (CD-AIB/PRP). Esta instituição de pesquisa – na qual tivemos a oportunidade de trabalhar com bolsas de iniciação científica durante a faculdade, e à qual continuamos vinculados – desenvolve projetos voltados ao estudo da história política do Rio Grande do Sul.

um ponto ao qual daremos atenção diz respeito às questões que afloraram em cada período eleitoral, ou seja, o que emergiu como prioritário em cada conjuntura. Do ponto de vista da relação entre políticos e associações de bairro, buscaremos ver o que há de novo no quadro político iniciado com o Golpe civil-militar de 1964 em comparação aos anos imediatamente anteriores.

Escolha eleitoral, “clima” e espaço políticos

Embora nosso estudo não se detenha na temática do comportamento eleitoral propriamente dito, algumas considerações a seu respeito tornam-se interessantes, na medida em que nos permitem pensar importantes elementos da relação entre a população e os políticos profissionais que a representam. Considerando a questão eleitoral, por sua vez, devemos ter em mente que um único voto é atravessado por uma série de condicionamentos. De maneira geral, podemos separá-los entre os condicionamentos de *longa duração* e os de *curta duração*. No primeiro grupo, entre vários determinantes, encontramos os de caráter social e ideológico e, no segundo, fatores como questões específicas a cada campanha eleitoral, tais como o desempenho do governo que se encerra, a conjuntura política de maneira geral e as características individuais dos diversos candidatos. Certamente, no ato de definição do voto, vários elementos convergem, de modo que podemos pensar em uma espécie de mosaico de condicionamentos⁵. Pensando no caso de Porto Alegre, ao longo dos anos 1960, acreditamos ser importante conferir uma atenção especial ao peso de elementos de caráter social e ideológico. O clima político da época propiciava considerável importância a estes elementos, fato que também se expressava no plano eleitoral⁶.

A bibliografia especializada sobre eleições, no entanto, nunca conferiu um papel homogêneo ao peso da ideologia na escolha do voto, sendo sua importância enfatizada por uns e relativizada por outros. A partir dos anos 1950, duas “escolas” sociológicas apontaram, por caminhos diferentes, a ideologia como um importante elemento

⁵ Não queremos, contudo, passar a idéia de que o eleitor é um ente amorfo, amassado por uma equação de determinismos que definirão seu voto. Somos da opinião de que cada indivíduo “trabalha” seus condicionamentos de maneira ativa, conferindo-lhes significados que serão importantes nas suas decisões.

⁶ Certamente esta observação não se restringe apenas à capital gaúcha, pois, de maneira geral, todo o país passava por um momento de grande efervescência política. As considerações específicas sobre as questões eleitorais da década de 1960 partem da leitura de LAVAREDA, Antônio. *A Democracia nas Urnas: O Processo Partidário Eleitoral Brasileiro*. Rio de Janeiro; IUPERJ, 1991. Já as considerações sobre o peso da ideologia no voto partem da análise de SINGER, André. *Esquerda e Direita no eleitorado Brasileiro*. São Paulo; Edusp, 2005. E SILVEIRA, Flávio. *A Decisão do Voto no Brasil*. Porto Alegre; EDPUCRS, 1998.

definidor da opção eleitoral: uma vertente que podemos chamar de “escola de tradição sociológica” e outra chamada “escola econômica de análise política”. De acordo com a primeira, haveria um “vínculo (...) duradouro entre classe e posição ocupada no arco ideológico que vai da esquerda à direita”⁷, assim, a relação eleitor-voto seria *fortemente condicionada* pela posição sócio-econômica do indivíduo. Já a segunda corrente, também conhecida como vertente da “escolha racional”, enfatizou o papel da ideologia por um viés diferente: ela seria uma linguagem sintética, uma marca. Nessa escola, o eleitor era tratado como um ser totalmente racional, que calcularia suas escolhas em termos de perdas e ganhos. Nesse sentido, a ideologia seria “um atalho que economiza custos de informação para o eleitor”⁸.

A rigidez de ambas abordagens – expostas aqui de maneira bastante resumida – proporcionou um tratamento um tanto simplista dos resultados eleitorais⁹. Em função disso, no final dessa mesma década, uma nova corrente, a chamada “escola de Michigan”, desenvolveu uma linha de estudos do comportamento eleitoral, a “linha psicossociológica”. Esta vertente estabeleceu uma tipologia do eleitorado que ligava a estruturação ideológica (podemos dizer, o autoposicionamento político) ao grau de instrução. Assim, já que grande parcela do eleitorado se mostrava pouco estruturada cognitivamente, o voto seria – de maneira geral – desprovido de conteúdo e facilmente manipulável. Daí em diante, se o “mecanicismo” das primeiras abordagens era deixado de lado, os estudos eleitorais mergulhavam no pessimismo e no irracionalismo, uma vez que elementos como a afetividade e a manipulação seriam os principais determinantes do voto.

Ao longo dos anos 1960, uma série de estudos passou a testar novas hipóteses até que, em 1979, Norman Nie apresentou o que seria conhecido como “hipótese ambientalista”. De acordo com esta teoria, à medida que o “clima político” se torna mais ideológico, a autodefinição ideológica do eleitorado também se torna mais

⁷ SINGER, André. *Op. cit.*, p. 23.

⁸ *Idem*, p. 25.

⁹ Além disso, a emergência, detectada em estudos realizados nos anos 1960 e 1970, do chamado “eleitorado flutuante” nos Estados Unidos e na Inglaterra fez com que fatores que apontassem para a estabilidade dos eleitores (no que diz respeito à escolha política) perdessem importância nas explicações sobre o comportamento eleitoral. Como afirma Flávio Silveira: “Esse eleitorado cada vez mais numeroso parecia responder às questões relevantes no debate político e às circunstâncias da disputa eleitoral, *mais do que expressar identidades em função de preferência partidária, pertencimento de classe e critérios ideológicos*”. SILVEIRA, Flávio. *Op. cit.*, 1998, p. 56.

freqüente. Em poucas palavras, um clima político mais radicalizado “produziria” um eleitorado mais politizado¹⁰.

A despeito do raciocínio um tanto esquemático desta teoria tal como nos foi apresentada, consideramos interessante a idéia de que um ambiente político radicalizado pode estimular o eleitorado. Pensando de maneira geral – e não apenas no que diz respeito a questões eleitorais –, uma conjuntura de efervescência política, tal como foi o Brasil dos anos 1960, pode oferecer as condições para exacerbação do potencial de politização dos diversos grupos sociais. Certamente, o modo como cada indivíduo ou grupo social agirá de maneira politicamente ativa dependerá de uma série de outros fatores tais como seus capitais intelectual e cultural, suas condições práticas, seus recursos materiais, etc.

Além disso, somos da opinião de que o que pode ser considerado político e o que efetivamente entra na arena do político (isto é, que trata de questões referentes ao poder na esfera pública) variam ao longo das conjunturas. Por exemplo, uma reivindicação de um grupo de moradores de um bairro popular de uma cidade grande, que se dirige ao poder público, pode sim ser considerada política. Mas teria o mesmo significado e abrangência de uma outra reivindicação semelhante em um quadro de agitação geral da sociedade como um todo? Acreditamos que não. Isso não quer dizer que um movimento seja melhor ou pior do que outro, mas, sim, que ambos são consideravelmente diferentes em termos de possibilidades e significados.

A cena política do Brasil nos anos 1960, então, propiciava uma maior projeção aos movimentos de contestação, bem como maiores peso e significado às adesões político-eleitorais. Por esse viés, pensar a “hipótese ambientalista” – não de maneira isolada – pode ser interessante, pois, a existência de uma considerável movimentação entre associações de moradores, em plena conjuntura de efervescência da década de 1960, traz em si um significado diferenciado. Entretanto, esta hipótese deve ser tratada com certos cuidados: após o Golpe de 1964, quando um período ditatorial se iniciou, os

¹⁰ André Singer, em seu livro, aborda e desenvolve o conceito de *identificação ideológica* ou *sentimento ideológico*, no sentido de uma identificação mais difusa. Segundo o cientista político, trata-se de “um composto variável de expectativa racional e de identificação”. SINGER, André. *Op. cit.*, 2002, p. 33. A formulação apresentada por Singer não pressupõe a vinculação entre sofisticação intelectual e posicionamento político-ideológico. Nestes termos, este conceito serve como uma alternativa intermediária entre as linhas explicativas que apontam para o caráter rigidamente “classista” do voto (já que levaria em consideração variáveis como o apego à imagem do partido/candidato) e as que enfatizam o viés irracional da escolha eleitoral (já que considera o eleitor, por mais humilde que seja, capaz de se posicionar ideologicamente). Tais considerações são importantes inclusive para as discussões de nossa pesquisa.

movimentos sociais foram caracterizados por um refluxo; isto, porém, não significou sua extinção. Ao contrário do esvaziamento político destes movimentos – fruto “logicamente esperado” de um contexto autoritário –, o que veremos ao longo deste texto é uma adaptação à nova conjuntura política que manteve elementos de luta ativa.

Pensando na vinculação entre a articulação dos moradores dos bairros mais humildes e sua expressão pelo voto, o único trabalho sobre geografia eleitoral de Porto Alegre que encontramos foi o estudo de Héglio Trindade¹¹, realizado a partir dos resultados dos pleitos ocorridos entre 1966 e 1974. Suas conclusões aproximam-se da “escola de tradição sociológica”, citada anteriormente, vinculando demais, a nosso ver, a definição eleitoral à posição sócio-econômica do eleitor. Apesar desta excessiva vinculação, é interessante a demonstração empírica que Trindade faz da predominância eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) entre eleitores das regiões mais humildes de Porto Alegre¹². Além disso, através da análise da tendência evolutiva dos votos nesse período, o autor detectou uma estabilidade do eleitorado emedebista, sendo que, a partir de 1966, o MDB teria herdado os votos do então extinto Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esta tendência afina-se com outros estudos que também detectaram uma forte estabilidade do eleitorado brasileiro ao final do período de 1945-64¹³. Isto indica, portanto, que grandes parcelas da população brasileira tinham uma considerável identificação com determinados partidos políticos.

Mas, diante das indicações, por parte dos cientistas políticos, de um eleitorado progressivamente mais estruturado, como explicar elementos (como os indícios encontrados em falas de vereadores porto-alegrenses) que apontam no sentido da existência dos vulgarmente chamados “feudos eleitorais” (práticas que não caracterizam

¹¹ TRINDADE, Héglio. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950/1974). In.: CARDOSO, Fernando Henrique & LAMOUNIER, Bolívar (org). *Partidos Políticos e Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

¹² Além disso, a despeito que qualquer crítica que possa ser feita, é importante frisar o caráter pioneiro deste trabalho e, conseqüentemente, sua enorme contribuição.

¹³ Algumas obras clássicas, centradas na realidade paulista, apontam nesse sentido. Ver LAMOUNIER, Bolívar e CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1978. Também a já referida obra de Antônio Lavareda traz interessantes dados referentes a Porto Alegre, como mostraremos adiante. Ainda a esse respeito, e de maneira mais geral, René Dreifuss apresenta um interessante trabalho de pesquisa encomendado pelo IPES no ano de 1963, portanto, em meio ao contexto de radicalização social e política anterior ao Golpe civil-militar. Este estudo citado pelo autor trazia conclusões preocupantes para a elite golpista, mostrando sinais de crise da sua autoridade, com a progressiva perda de controle sobre o sistema eleitoral: “o complexo de variáveis pesquisado apontava para uma oscilação relevante nos padrões de voto do eleitorado em direção ao PTB, num primeiro estágio. Num segundo estágio, observa-se um movimento do eleitorado para outras formações políticas com uma definição mais nítida em direção à esquerda”. DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Vozes, 4ª edição, 1986, p. 139.

relações dotadas de identificação ideológica)? Uma hipótese que colocaremos à prova no decorrer da pesquisa é que, nos anos 1960, em Porto Alegre, estavam se insinuando posturas políticas autônomas, como as que caracterizaram os movimentos sociais de duas décadas depois.

Nesse sentido, o sociólogo Lúcio Kowarick – na introdução de um livro que reúne vários trabalhos sobre os movimentos sociais urbanos em São Paulo ao longo do século XX – escreveu o seguinte:

Nesta reconstituição do movimento operário e popular ressalta a importância das práticas moleculares que se deram nas fábricas e nos bairros no início dos anos 70, quando se configurava uma situação extremamente repressora de toda forma de reivindicação social e econômica. (...) Não foi por acaso que a grande maioria dos especialistas tomou-se de surpresa quando eclodiu a greve metalúrgica de 1978 em São Paulo. Só que – agora se sabe –, antes disso, pequenas lutas foram se desenvolvendo de maneira não visível para aqueles que esperavam e valorizavam uma situação restrita às instâncias organizacionais, em detrimento de fragmentadas manifestações que passaram a ocorrer nos bairros e fábricas¹⁴.

A vitalidade dos movimentos sociais no Brasil da redemocratização explica-se em parte pelo “trabalho silencioso” que fora feito durante o Regime Militar. Válido para o caso paulista e, em nossa opinião, válido para o caso porto-alegrense. Além dos estudiosos da experiência do Orçamento Participativo (OP)¹⁵, o trabalho do sociólogo Marcelo Kunrath Silva¹⁶ – que analisa as transformações sofridas pelos movimentos sociais urbanos de Porto Alegre com a introdução do OP, utilizando o exemplo dos moradores da Vila Jardim, na zona norte da capital – mostra a existência de movimentos associativos anteriores à década de 1980.

Embora Marcelo Silva associe o início da mobilização dos moradores da Vila Jardim, no começo dos anos 1970, à chegada de novos habitantes com experiências anteriores de ação coletiva¹⁷, nas páginas que se seguem, mostraremos o movimento dos

¹⁴ KOWARICK, Lúcio. Introdução – As Lutas Sociais e a Cidade: repensando um objeto de estudo. In.: KOWARICK, Lúcio (org.). *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, Passado e Presente*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2ª edição, 1994, p. 46.

¹⁵ Sobre o Orçamento Participativo em Porto Alegre, consultamos SANTOS, Boaventura de Sousa. Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2002. DIAS, Márcia. Ribeiro. Entre a representação e a participação política: o debate acerca da institucionalização do Orçamento Participativo de Porto Alegre. In.: ARTURI, Carlos et al. *Democracia e Governança Mundial: que regulações para o século XXI?* Ed. UFRGS/UNESCO, 2002. SILVA, Marcelo K. *Cidadania e Exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre*. Porto Alegre; ed. UFRGS, 2002.

¹⁶ SILVA, Marcelo K. *Op. cit.*

¹⁷ *Idem*, p. 42.

moradores deste mesmo bairro contra o aumento de passagens permitido pela Administração de Loureiro da Silva em 1963. Tal movimento, mesmo que “acompanhado de perto” pelas autoridades policiais, teve força suficiente para conseguir o retorno à tarifa anterior.

Contudo, tal “noção de continuidade” entre os anos 1960 e 1980 não pode ser adotada de maneira mecânica, como explicaremos ao longo deste trabalho. Por ora, basta um esclarecimento: não estamos propondo a idéia de que haja uma continuidade direta entre a experiência participativa dos anos 1980-90 e as lutas urbanas da década de 1960 – embora acreditemos que, em determinada medida, ela exista. Queremos chamar atenção para o fato de que o terreno sobre o qual surgiu o OP, bem como os movimentos sociais como um todo, não era apenas geográfico ou sociológico, mas também histórico. A construção histórica dos movimentos sociais em Porto Alegre, através de avanços e recuos, preparou o terreno existente em 1989. É nesse sentido – de construção e não de inevitabilidade – que acreditamos existir uma continuidade. A ligação entre as lutas dos anos 1960 e 1980 não é uma linha contínua. Entre a efervescência dos primeiros anos da década de 1960 e a proliferação dos movimentos sociais urbanos durante a redemocratização, várias experiências modelaram e transformaram as lutas sociais. O Golpe de 1964 e o recrudescimento da repressão em 1968 foram duas delas. Outras mais existiram, com caráter e intensidade variados. Tais experiências deixaram marcas, seja na atuação das personagens envolvidas – que levaram em si o aprendizado político das lutas –, seja em conquistas efetivas.

No mais, consideramos que as pressões populares dos anos 1960 representavam agentes políticos que buscavam – mesmo que de modo um tanto descontínuo – uma maior participação, o que significava não se restringir aos limites institucionais da democracia representativa ou, como veremos na análise da conjuntura pós-1964, da Ditadura Militar. Mesmo com todos os limites que o sistema político de inícios dos anos 1960 impunha aos movimentos sociais – sejam estes limites culturais ou institucionais –, a luta por uma cidadania mais ativa saiu às ruas de Porto Alegre.

Antes de passarmos à próxima seção, é necessário que façamos um rápido esclarecimento quanto ao uso da noção de “espaço político”. Definido como a “área de conflito que constitui a base da relação entre eleitores e partidos, num dado sistema

político e num certo momento histórico”¹⁸, o conceito é aplicado especificamente às disputas eleitorais. Neste trabalho, entretanto, o sentido que damos ao termo é mais abrangente, ligando-o à questão do *conflito*.

Portanto, do ponto de vista dos movimentos associativos, trataremos “espaço político” como, simplesmente, a área de atuação dentro do sistema político em que há possibilidade de uma postura ativa e autônoma por parte dos sujeitos – na qual a escolha eleitoral é apenas um elemento, assim como a organização de comícios, abaixo-assinados, etc¹⁹. Como veremos, o espaço político pode mostrar-se variável, tornando-se mais amplo ou mais restrito, em cada conjuntura específica, em função do jogo de forças existente.

Segregação sócio-espacial e comportamento político

É importante também que se digam algumas palavras a respeito do contexto urbano da capital gaúcha, pois pensar na Porto Alegre dos anos 1960 é pensar em uma cidade em plena sua metropolização. Este termo refere-se ao processo que foi oficializado com a criação, em 1973, da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) por parte do governo federal²⁰. Isso representou mais um ponto na trajetória do desenvolvimento da região: com a pavimentação da BR-116, o estabelecimento de indústrias tomou um novo rumo, o norte. Afastando-se do porto – até então o grande ponto de escoamento –, as indústrias chegaram a extravasar os limites de Porto Alegre, sendo acompanhadas por um considerável contingente populacional. O crescimento da região resultou no surgimento de novos municípios a partir da década de 1960²¹. Em

¹⁸ D’ALIMONTE, Roberto. Espaço Político. In.: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília; Editora UNB, 12ª edição, 2004, p. 392.

¹⁹ No que diz respeito aos partidos, consideramos como sendo a margem de atuação disponível para a penetração político-eleitoral.

²⁰ Para um aprofundamento do processo em nível nacional, ver SCHMIDT, Benício V. *O Estado e a Política Urbana no Brasil*. Porto Alegre; Editora da Universidade, 1983. Para o caso porto-alegrense, indicamos MÜLLER, Dóris e SOUZA, Célia Ferraz de. *Porto Alegre e sua Evolução Urbana*. Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2007.

²¹ É interessante que, nas últimas duas décadas, a tendência de crescimento da RMPA tenha se concentrado nestes municípios mais recentes, e não tanto em Porto Alegre. Como um exemplo, há um estudo realizado pelo IBGE e divulgado há dois anos, em que Nova Santa Rita, município da RMPA, distante 19 km da capital, apareceu como o segundo município em crescimento populacional do estado do Rio Grande do Sul desde 2000. “Cai o ritmo de crescimento da população”. *Correio do Povo*, 06.10.2007, p. 1 e 5. Esta tendência de crescimento populacional foi apontada também pelos geógrafos Fausto Brito e José Alberto Carvalho. Segundo eles, as cidades próximas às grandes metrópoles têm recebido, sobretudo a partir dos anos 1990, um incremento demográfico proporcionalmente superior ao dos grandes centros urbanos aos quais estão ligadas. BRITO, Fausto e CARVALHO, José Alberto. “Somos um país de

função de seu desenvolvimento industrial na primeira metade do século XX, a capital gaúcha vivenciou um acentuado crescimento urbano e populacional²². Embora o estado se encontrasse marginalizado no processo industrial do país a partir dos anos 1950²³, a sociedade porto-alegrense ainda vivia seus efeitos.

O crescimento populacional – relacionado à aceleração da industrialização e alimentado em grande medida pelas ondas migratórias – transformou consideravelmente a “cara” de Porto Alegre. Frente a um poder público omissos quanto aos efeitos da especulação imobiliária, esse desenvolvimento demográfico propiciou um alargamento das margens periféricas da cidade. Assim, a partir da década de 1940, áreas sem a mínima infra-estrutura, desprovidas de serviços e condições sanitárias começaram a ser ocupadas²⁴. De maneira geral, era o momento de consolidação do padrão periférico de crescimento urbano. Na capital gaúcha, este processo de segregação já teria grande visibilidade nos anos 1960²⁵.

Partindo da hipótese de que os constrangimentos sócio-econômicos presentes na segregação social da cidade, bem como a repressão por parte do poder público ao longo da década de 1960²⁶, podem contribuir para o surgimento de comunidades relativamente coesas devido à experiência comum da exclusão, é possível pensar o espaço político potencial que se descortina para os partidos em Porto Alegre ao longo do século XX. No entanto, não se pode partir do pressuposto de que a pobreza tenha se convertido *automaticamente* em votos a um partido com “feições mais populares”, como é o caso

juvenes?” In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. *Que país é esse? Pensando o Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Globo, 2005.

²² Segundo estudos realizados pela Fundação de Economia e Estatística, a capital gaúcha contava, em 1950, com uma população de 375049 pessoas, saltando, até 1970, para 869783 habitantes, em um crescimento superior a 100%. Desse total, 397.329 eram migrantes, ou seja, o equivalente a 44,9% da população total da cidade em 1970. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). *Migrações Internas-RS*. Indicadores Sociais-RS Porto Alegre, ano 4, nº. 4, 1976, p. 34, tabela. E Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser/ Secretaria da Coordenação e Planejamento. *Um século de população do Rio Grande do Sul*. CD-Rom, 2001.

²³ Sobre a posição de Porto Alegre no quadro do desenvolvimento nacional, ver SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo; Editora da USP, 1968.

²⁴ Este processo é bem descrito em FURTADO, Carlos Ribeiro. *Gentrificação e (Re)Organização Urbana no Brasil: O caso de Porto Alegre (1965-1995)*. Porto Alegre; UFRGS, Tese de Doutorado em Sociologia, 2003. E CARRION, Otilia Beatriz K Mercado imobiliário e padrão periférico de moradia: Porto Alegre e sua região metropolitana. In.: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, ano 10, nº. 2, 1989, p. 225-250.

²⁵ Um exemplo é a atenção dada pelos jornais *Correio do Povo* e *Última Hora* (embora de maneira diferenciada) às ações policiais na Ilhota – vila de Porto Alegre que hoje fica nas imediações do Ginásio Tesourinha – durante os primeiros meses de 1963.

²⁶ O fechamento político representado pela subida dos militares ao poder contribuiu para a diminuição do espaço de atuação dos movimentos urbanos, o que apresentou consideráveis efeitos sob uma perspectiva geracional: como as gerações atuantes nos movimentos de bairro viveram a ruptura política de 1964? Um novo padrão de luta e/ou sobrevivência certamente foi construído a partir de então.

do PTB e sua força eleitoral na capital gaúcha entre os anos 1945 e 1965²⁷. Afinal, não se pode supor a total solidariedade e coesão entre os diversos membros das chamadas “comunidades periféricas”. Em vários casos, fatores como a pobreza, a discriminação vinda dos “de fora” ou a segregação social podem ser os principais fatores de união, sem, contudo, expressarem-se em coesão²⁸.

Por outro lado, é preciso ter em mente que as mudanças decorrentes do desenvolvimento de Porto Alegre e sua região, em sua intensidade e velocidade²⁹, podem contribuir – ao menos consideravelmente – para a formação de um comportamento político de características gerais e relativamente extensas à totalidade de uma comunidade, na medida em que modificam profundamente o cotidiano dos sujeitos.

As experiências de luta têm trajetórias extremamente díspares, apontando para impasses e saídas para os quais as condições estruturais objetivas constituem, na melhor das hipóteses, apenas um grande pano de fundo. Não se trata de desconsiderá-las, mas de reconhecer que, em si, a *pauperização* e a *espoliação* são apenas matérias-primas que potencialmente alimentam os conflitos sociais: entre as contradições imperantes e as lutas propriamente ditas, há todo um processo de *produção de experiências* que não está, de antemão, tecido na teia das determinações estruturais³⁰.

Se é a partir das relações da vida cotidiana que os sujeitos constroem os sentidos do mundo social, as experiências acabam ocupando um papel central na sua ação e no seu comportamento. Constituída também pelas representações que os indivíduos vão construindo em sua trajetória social, a experiência, enquanto representação, é caracterizada pela presença de

uma mediação simbólica, que seleciona e confere sentidos diferenciados ao conjunto de fatos e processos vividos ao longo dessa trajetória. Além disso, a experiência é enriquecida por vivências, histórias, discursos e acontecimentos de outras pessoas, coletividades e instituições com as quais o ator estabelece relações. (...) A experiência do cotidiano, dessa forma, fornece não só o “material” bruto, mas também os “signos”, as “matrizes discursivas”, através das quais esse material é analisado e dotado de sentido³¹.

²⁷ Ano em que o sistema pluripartidário iniciado com o fim do Estado Novo foi substituído pelo bipartidarismo que vigorou durante o regime militar.

²⁸ Uma discussão interessante sobre estas questões é feita por KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. BATALHA, Cláudio H. M., FORTES, Alexandre e SILVA, Fernando Teixeira da. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas; Editora Unicamp, 2004.

²⁹ Pois o intervalo de apenas uma geração biológica para mudanças tão intensas não deve ser ignorado.

³⁰ KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo; 34 editora, 2000, p. 69. Grifos do autor.

³¹ SILVA. *Op. cit.*, p. 23-24.

Dessa maneira, em função de suas experiências e concepções, os sujeitos passam a se mover no mundo social. Com base nas palavras dos sociólogos Silva e Kowarick, é possível pensar um “itinerário” entre a exploração e a revolta: a partir da experiência de pauperização e segregação, os sujeitos encontram – e constroem – uma série de elementos que podem ou não contribuir para a eclosão de movimentos contestatórios organizados. Tais elementos podem ser desde tradições culturais construídas no cotidiano da comunidade até a avaliação de conjunturas políticas, passando por toda a variedade de experiências que o mundo social pode colocar à disposição da *ação* dos sujeitos³².

A esse respeito, um interessante trabalho foi desenvolvido pela antropóloga Teresa Caldeira³³. Em sua pesquisa, a partir da observação antropológica, a autora centrou-se nas representações que moradores do bairro paulista de São Miguel construíam sobre a política formal, estando presente na comunidade durante praticamente toda a campanha eleitoral de 1978. O trabalho da autora é predominantemente descritivo e não trata de conceitos como os de *experiência* ou de *comportamento político*. Contudo, demonstra – através de uma pesquisa empírica – a potencialidade de uma maior atenção às experiências da política cotidiana. Ao longo de seu artigo, Caldeira mostra como décadas de exploração e opressão cotidianas deram origem a uma comunidade com uma cultura e um comportamento político particulares.

Esse comportamento acabou por constituir-se em um ponto de conflito entre a “população periférica” e os seus pretensos representantes políticos – no caso, os partidos Arena e MDB. A relação entre a comunidade e a vida política formal (institucional) aparece marcada pela desconfiança e pelo distanciamento. No entanto, se a desconfiança era uma constante, o distanciamento dos moradores era apenas aparente: nos períodos eleitorais, quando a política formal se mostrava mais presente no cotidiano local, a postura geral da população passava da irritação e do desinteresse iniciais à participação e à mobilização. A partir de determinado momento da campanha, a política virava assunto quase “obrigatório” nos bares e nas rodas de conversa.

³² Frisamos *ação*, pois a experiência pode ser modificada pela ação dos sujeitos e também ser por eles simbolicamente trabalhada (apropriada). Ou seja, a experiência não é algo dado, na medida em que sofre a ação dos sujeitos, tanto de maneira concreta, quanto de maneira simbólica. Esta breve exposição da noção de *experiência* serve para atestar que o amadurecimento que o movimento associativo em Porto Alegre vivenciou – e que será expresso, sobretudo, no capítulo 2 – não foi um desdobramento mecânico dos acontecimentos, mas sim uma construção, uma postura construída pelos membros do movimento.

³³ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Para que serve o voto? In: *Voto de Desconfiança: Eleições e Mudança Política no Brasil, 1970-1979*. Petrópolis; Vozes, 1980.

Nas descrições de Caldeira sobre a postura política da comunidade do bairro paulista, pode-se perceber um ponto interessante: a população local – que vivia a opressão política e econômica do regime militar –, na sua situação de segregação, mantinha uma relação de antipatia com o partido governista, a Arena³⁴. Essa antipatia da comunidade se expressava na grande penetração eleitoral do MDB, o partido oposicionista. Contudo, essa força eleitoral emedebista não se resumia a um simples sentimento “antiarenista”: havia, entre os depoentes, uma verdadeira identificação entre os moradores do bairro e o MDB, que era visto como o “partido dos pobres”. Assim, em muitos casos, o pertencimento do candidato ao Partido era pré-requisito para a sua escolha pelo eleitor na hora do voto, o que fazia com que muitos políticos da Arena não divulgassem seu pertencimento partidário no material distribuído na região.

O trabalho de Teresa Caldeira nos ajuda a perceber como o processo histórico de segregação social pode contribuir para que determinadas comunidades construam um comportamento político peculiar. No caso estudado pela antropóloga, em vários momentos, este comportamento político se mostrou uma barreira quase intransponível às investidas eleitorais dos políticos e do partido governista. Essa barreira se evidenciava também através da própria linguagem, na medida em que muitos dos termos recorrentes nas falas dos candidatos eram desconhecidos ou ininteligíveis para a quase totalidade da população entrevistada pela autora. Contudo, isso não anulava uma considerável consciência quanto à situação política do país: mesmo que a política formal fosse vista como algo “descolado” da vida cotidiana da comunidade, a política econômica excludente e a repressão política realizadas pelo regime militar eram claramente percebidas na fala dos entrevistados.

Isso tudo nos remete ao fato de que, para além das estatísticas e cálculos eleitorais, ainda não sabemos muito sobre a postura dos sujeitos e sua relação com os políticos e partidos do período em cidades como Porto Alegre. As considerações de Caldeira servem apenas como uma pista para a análise de outras realidades. Lembremos que o período abordado pela antropóloga situa-se já ao final do regime militar, ou seja, após uma longa sucessão de governos autoritários e com uma “cara” bastante diferente dos governos do período 1945-64, ao menos no que diz respeito à tolerância com a participação política da sociedade. Ainda há muito o que penetrar no mundo das

³⁴ Contudo, é importante que não se responsabilize apenas o regime militar pela situação dessas “populações periféricas”. Como a própria Teresa Caldeira demonstra, a formação da periferia foi um processo histórico de longa duração, que não iniciou em 1964. Essa observação, claro, não anula as especificidades e responsabilidades do período militar em relação à periferia.

diversas comunidades incrustadas nas grandes cidade do século XX. Sua cultura política, suas tradições de luta e resistência, seu relacionamento com a política formal-institucional e suas características – referentes a cada realidade em particular –, tudo isto continua sendo um considerável mistério para a historiografia. Um campo no qual os historiadores timidamente começam a se aventurar.

O estudo dos efeitos que a questão da segregação social pode ter na política local guarda, a nosso ver, uma potencialidade interessante. Para além de seu caráter de *curta duração*, as adesões realizadas durante um período eleitoral podem indicar elementos de *longa duração*, tal com um determinado comportamento político, construído historicamente. Assim, acreditamos que seja válido pensar na formação deste comportamento como o faz Thompson, quando localiza a cultura política plebéia do século XVIII e início do XIX

dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência. Desse modo (...) a “cultura popular” é situada no lugar material que lhe corresponde³⁵.

Os elementos do “lugar material” do nosso caso de estudo dizem respeito ao cotidiano de uma cidade que crescia a olhos vistos, em um contexto de grande efervescência política. Mas trata-se também de um cotidiano que carrega o peso de um longo passado de marginalização política de grandes parcelas da sociedade, o que certamente representa um grande obstáculo à participação política. Nesse sentido, o recente estudo sobre a cultura política gaúcha de Marcello Baquero e Jussara Prá apontou alguns elementos do desenvolvimento político do estado; entre eles, dois merecem um destaque especial: a influência do clientelismo na política gaúcha e a incipiente e frágil participação política por parte da população³⁶. Tais elementos, além de desmistificarem a imagem do “povo gaúcho” como um dos mais politizados do Brasil, indicam o “terreno” no qual os movimentos sociais dos anos 1960 estavam se desenvolvendo no Rio Grande do Sul. O que buscaremos mostrar ao longo deste texto é exatamente uma parte deste desenvolvimento.

³⁵ THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo; Companhia das Letras, 1998, p. 17.

³⁶ BAQUERO, Marcello e PRÁ, Jussara. *A Democracia Brasileira e a Cultura Política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; Ed. UFRGS, 2007, p. 105.

As associações de bairro e a política municipal: a luta por cidadania em Porto Alegre.

Ao longo das próximas páginas faremos referências à luta dos moradores da cidade por *uma certa cidadania*. Como praticamente todo elemento do mundo social, *cidadania* é um conceito histórico e, como tal, pode ser pensado e evocado por grupos diferentes e com diferentes sentidos. No Brasil, o termo virou expressão corrente no vocabulário político apenas no período da redemocratização dos anos 1970 e 1980 e, de maneira mais abrangente, em torno das discussões pela elaboração da Constituição de 1988. Nas disputas políticas dos anos 1960, portanto, a palavra “cidadania”, em si, não aparecia, apesar da enorme efervescência política e social de então. Mesmo assim, acreditamos que a bibliografia, de maneira geral, tem subestimado as lutas dos movimentos de moradores do período, enfatizando, por uma série de razões, a atuação dos movimentos sociais urbanos no período que se inicia com a redemocratização, ou seja, após o Regime Militar³⁷.

Apesar do conceito “cidadania”, como já foi dito, não aparecer nas fontes dos anos 1960, optamos por tratar as lutas de então nestes termos, pois seu conteúdo político e social apontava na direção de alguns dos elementos constantes nos debates acerca da cidadania e dos movimentos sociais urbanos nos anos 1980. Em outras palavras, os conflitos sociais urbanos “estavam lá”, nos anos 1960. Tratava-se de lutas que buscavam melhorias sociais ao mesmo tempo em que forçavam uma maior participação política por parte dos agentes envolvidos, o que acabava tensionando os limites da democracia representativa de então. No entanto, mais do que a luta por uma democracia *mais* participativa, o que existiu nesse período foi uma disputa de maior amplitude, uma luta pelo que hoje chamamos comumente de cidadania. Neste ponto, a obra de José Murilo de Carvalho talvez seja interessante, inclusive, para “jogar uma luz” sobre estas reflexões³⁸.

³⁷ Não temos o interesse em discutir tais razões. Contudo, pode-se dizer, *grosso modo*, que elas foram uma combinação de mudanças teóricas no campo das ciências sociais, sobretudo na área da sociologia urbana, e mudanças no quadro político do país, o que ficou expresso na eclosão de variadas experiências de lutas urbanas que, naturalmente, atraiu a atenção dos pesquisadores. Optamos, no entanto, por não realizar uma revisão bibliográfica nos moldes “clássicos”: no decorrer do trabalho, serão abordadas diversas obras que discutiram o tema dos movimentos sociais urbanos, e, sempre que possível, buscaremos situá-las no quadro da discussão geral acerca do tema.

³⁸ CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2007.

Em seu livro, Carvalho analisa a longa e tortuosa trajetória da cidadania no Brasil, desdobrando-a, para fins de análise, em direitos civis, políticos e sociais³⁹. Se, a exemplo do autor, resumirmos estes direitos, respectivamente, em direitos referentes à igualdade de todos perante a lei, à participação no governo da sociedade e à participação na riqueza coletiva, pode-se considerar que as disputas que encontramos em Porto Alegre oscilaram entre os direitos sociais (explicitamente) e os direitos políticos (implicitamente). Quando os moradores reivindicavam pavimentação ou iluminação, por exemplo, sua reivindicação era explicitamente social. Porém, quando pressionavam os políticos profissionais de alguma maneira almejando a esses direitos sociais, estavam, implicitamente, forçando canais de maior participação política. Este caráter “implícito” da luta política se relaciona ao fato de que, no Brasil, os direitos sociais surgiram, de forma significativa, antes dos demais tipos e, principalmente, em um momento em que os direitos civis e políticos encontravam-se fortemente limitados pela ditadura varguista, o que contraria a seqüência traçada por Marshall – autor utilizado por Carvalho – para o caso inglês. A própria existência de comunidades incrustadas em espaços negligenciados pelo Poder Público demonstra o caráter limitado do processo de surgimento e expansão dos direitos sociais no Brasil, que se concentrou na área trabalhista. Lutar pela expansão de direitos sociais, combatendo problemas que afligiam o dia-a-dia desses espaços, era, portanto, prioritário para os movimentos de bairro, o que fazia com que a luta propriamente política ficasse em segundo plano – o que, certamente, não diminui sua importância.

Voltando ao livro de José Murilo de Carvalho, em que o autor traça o histórico desses direitos desde o período colonial, é possível perceber elementos de nossa história que contribuíram para o enfraquecimento de nossa cidadania⁴⁰. Desde nosso passado colonial, quando a grande propriedade e a escravidão criavam um ambiente que impossibilitava a existência de cidadãos, até o período em que se centra este estudo, o autor cita elementos que, além de barrar a cidadania, deixaram marcas profundas em nossas instituições e cultura políticas. Pensando na questão do voto, o seu início

³⁹ Para essa divisão, Carvalho parte da clássica definição de T. H. Marshall. Contudo, a obra de Marshall não representa uma “teoria da cidadania”, mas, sim, uma análise histórica de seu desenvolvimento, tendo como referência a realidade inglesa.

⁴⁰ CARVALHO. *Idem*. Os entraves à constituição da cidadania brasileira são tratados também na obra do sociólogo Luciano Fedozzi. Neste livro, o autor se apóia em três clássicos do pensamento político brasileiro (*Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro, e *Bases do Autoritarismo Brasileiro*, de Simon Schwartzman) para demonstrar aspectos políticos e culturais que obstaculizaram nossa cidadania. FEDOZZI, Luciano. *Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre; Tomo Editorial, 3ª edição, 2001.

tortuoso foi em grande parte responsável por certas práticas eleitorais que existem até os dias de hoje. As grandes votações que, por vezes, candidatos exóticos conquistam ou mesmo a troca de votos por brindes ou cestas básicas refletem uma relação de partes do eleitorado com o sufrágio que é fruto de um longo processo histórico. Tomemos um exemplo do próprio José Murilo de Carvalho. Segundo ele, a crença na ineficácia de um sistema político eleitoral tão comprometido e viciado como o da Primeira República levou grande parcela do eleitorado a tratar o voto como uma moeda de barganha: se a eleição era uma disputa de poder entre líderes locais, o voto era tratado como um importante produto e, como tal, era vendido. Em um sistema em que a marginalização política era a regra, esse era o sentido atribuído ao voto pelas camadas marginalizadas da população: a eleição era a oportunidade de obter algum tipo de lucro⁴¹.

Esse tipo de comportamento, associado ao longo histórico de exclusão da participação popular na política – bem como o enorme preconceito associado a esta participação –, certamente deixou marcas em nossa cultura política, o que redundou nas práticas clientelísticas geradoras dos famosos – e já comentados – “feudos eleitorais”. A descrença em grandes possibilidades de transformação e o histórico de decepções políticas por parte das camadas mais pobres pode contribuir para o esvaziamento do conteúdo político do voto, transformando-o em um meio de conseguir o maior lucro possível.

Nesse sentido, acreditamos que seja possível pensar que um dos méritos dos movimentos associativos que se desenvolviam no Brasil foi a sua contribuição à construção de uma identidade política com noções de ação e transformação coletivas⁴². Esta identidade acabava, contudo, se chocando com tradições e formas de

⁴¹ CARVALHO. *Op. cit.*, p. 35. Além do lucro concreto, é importante que se pense no viés subjetivo da “troca de favores”. A este respeito, no que se refere ao período pós-1945, são interessantes as observações feitas por Teresa Caldeira a partir de sua pesquisa: segundo ela, em contraposição ao “desrespeito aos direitos [que] iguala o cidadão ao escravo; a troca de favores eleitorais é descrita como algo que dignifica, uma cerimônia ‘de superioridade social.’” CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo; Brasiliense, 1984, p. 238. Certamente, os contextos apresentados por Carvalho e Caldeira são bastante diferentes. Entretanto, é bom lembrarmos que o viés de subjetividade levantado pela antropóloga deve ser também considerado para que possamos melhor compreender a complexidade das relações entre as camadas mais pobres e as elites políticas que as representam.

⁴² Esta reflexão foi feita a partir da leitura do artigo de Vera Telles. TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARIK, Lúcio. *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, Passado e Presente*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2ª edição, 1994. Contudo, a socióloga afirma que tal construção identitária ocorreu predominantemente na atuação dos movimentos sociais urbanos dos anos 1970. Mesmo que o estudo da socióloga se refira exclusivamente ao caso de São Paulo, uma consideração é importante: uma vez que tais movimentos tinham algum tipo de ligação com lutas urbanas anteriores (como a própria autora considera, e como tentaremos demonstrar adiante), cremos que a dinâmica das lutas dos anos 1960 contribuiu em certa medida para este desenvolvimento.

comportamento políticos marcados pelo “peso” do Estado sobre a sociedade e pelo clientelismo que permeava as relações entre a sociedade civil e a classe política. Sobre este último elemento, cabem também algumas considerações.

Apontado por alguns estudos como uma relação assimétrica de troca de favores, o clientelismo assenta-se em contatos personalistas que atravessam a sociedade de cima a baixo, transcendendo, portanto, barreiras de classe, grupos sociais ou categorias profissionais⁴³. De acordo com Edson Nunes, no Brasil, o clientelismo assume a função de canal de comunicação e representação entre a sociedade e o Estado, fornecendo, aos estratos mais baixos da população, “voz e mecanismos para *demandas específicas*”⁴⁴. Desse modo, por tratar-se de um meio de resolução de impasses específicos – não atacando, assim, os grandes problemas que originam estes mesmos impasses – o clientelismo seria caracterizado por apresentar baixas taxas de conflito. Tal atributo faz com que a cooptação política seja um elemento intimamente ligado às práticas clientelistas⁴⁵, reforçando o caráter desmobilizador das mesmas. Ao comentar esta relação entre cooptação política e clientelismo, o sociólogo Luciano Fedozzi definiu aquela como sendo o “processo pelo qual o Estado tenta submeter à sua tutela formas autônomas de participação”⁴⁶. Ainda segundo o autor, as práticas de cooptação seriam mais comuns em sociedades onde estruturas governamentais fortes antecederam historicamente os esforços de mobilização política dos grupos sociais. A obra clássica de Maria do Carmo Campello de Souza, escrita nos anos 1970, já demonstrava que este é o caso brasileiro⁴⁷.

Segundo Campello de Souza, o peso do Estado teria sido um condicionante no processo de surgimento e desenvolvimento dos partidos políticos no Brasil. Em outras palavras, a pré-existência de um aparelho estatal forte contribuiu para a formação de um sistema partidário com um baixo grau de institucionalização política, uma vez que grande parte dos canais de decisão política encontrava-se sob a influência definitiva do Estado, e não das organizações partidárias. Esta situação contribuiu para o fortalecimento das práticas clientelísticas, pois os partidos – organizações que, em tese,

⁴³ NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 3ª edição, 2003, p. 32. E CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In.: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 40, nº. 2, 1997, pp. 229-250.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 29 e seguintes. Grifos nossos.

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 32-33.

⁴⁶ FEDOZZI, Luciano. *Op. cit.*, p. 77.

⁴⁷ CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo; Editora Alfa-Ômega, 1983.

deveriam representar interesses diversos e conflitantes – encontravam-se dependentes, em grande medida, do Estado.

No entanto, como buscaremos demonstrar ao longo deste trabalho, mesmo o peso secular do clientelismo brasileiro não anulou o conflito político, bem como a identificação entre grupos sociais e partidos. Sobre este último ponto, vale relembrar que vários trabalhos na área da ciência política apontaram, com riqueza de informações, uma considerável estabilidade nas opções do eleitorado durante o período que se iniciou após a queda do Estado Novo⁴⁸. No caso de Porto Alegre, não apenas tal estabilidade parecia se confirmar, como também se fortalecia, como comprova o já citado trabalho de Antônio Lavareda, que utiliza uma série de dados para apontar a progressiva consolidação dos vínculos entre o PTB e os eleitores porto-alegrenses⁴⁹. Na medida em que os dados apresentados pela bibliografia, de maneira geral, mostram um voto socialmente delimitado, pode-se dizer que essa identificação partidária teve uma marca social, mesmo que o comportamento político-eleitoral dos indivíduos não se restrinja apenas à sua condição sócio-econômica.

Assim, a despeito do papel que as organizações partidárias tiveram no desenvolvimento do clientelismo do ponto de vista institucional, encravando-o no sistema partidário brasileiro⁵⁰, os vínculos entre partidos e grupos sociais estavam consideravelmente fortalecidos. Porém, em uma relação que não excluía tensões e posturas conflituosas.

⁴⁸ Entre eles, LAMOUNIER, Bolívar e CARDOSO, Fernando Henrique. *Op. cit.*, 1978. E LAMOUNIER, Bolívar (org.). *Voto de Desconfiança: Eleições e Mudança Política no Brasil, 1970-1979*. Petrópolis; Vozes, 1980. Apesar de serem obras que abordam os anos 1970, muitas de suas considerações apontam esta tendência como sendo uma continuidade em relação ao período 1945-64. Para o caso gaúcho, especificamente, indicamos TRINDADE, Hélgio e NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991. E MADEIRA, Rafael Machado. *ARENA ou ARENAs? A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros*. Porto Alegre; UFRGS, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, 2002.

⁴⁹ LAVAREDA, Antônio, *Op. cit.* A própria Campello de Souza afirma que, no caso brasileiro, a despeito da baixa institucionalização do sistema partidário, há uma considerável correlação entre os partidos e suas respectivas bases sociais. CAMPELLO DE SOUZA. *Op. cit.*, p. 50-51.

⁵⁰ “A persistência e o fortalecimento do clientelismo originaram-se no processo de democratização que sucedeu o Estado Novo e nas características dos partidos e lideranças políticas que emergiram na época.” NUNES, Edson. *Op. cit.*, 2003 p. 68. “Os três maiores partidos políticos brasileiros entre 1945 e 1964 podem ser assim caracterizados: o PTB e o PSD cristalizaram-se como clientelistas (...). A UDN, apesar da possibilidade inicial de se institucionalizar como um porta-voz do universalismo, foi afetada pelas peculiaridades regionais que a levaram ao poder em coalizão com partidos clientelistas e que pressionaram a lógica partidária na direção do clientelismo. Os três maiores partidos acabaram constituindo uma coalizão *de facto* para patronagem.” NUNES. *Idem*, p. 80.

Em busca das lutas sociais: enfoques metodológicos.

Do ponto de vista metodológico, a relação entre as associações de bairro e a política municipal será analisada a partir de dois prismas: a organização e movimentação dos partidos durante os períodos eleitorais de 1963 e 1968 e a relação propriamente dita das associações de bairro com a Câmara Municipal.

Escolhemos a análise da organização e das movimentações partidárias nos períodos eleitorais (1963 e 1968), pois ela nos permite perceber elementos como a importância que cada partido conferia ao pleito em questão, o modo como se movia no espaço político de que dispunha, como encarava o eleitorado e, ainda, o que tinha a oferecer ao mesmo em termos de discurso político. Também, através deste enfoque, é possível perceber vestígios de conflitos intrapartidários – ou intra-aliança, no caso da Ação Democrática Popular em 1963 – e de mobilizações que transcendiam o âmbito municipal de cada agremiação envolvida na disputa. Em poucas palavras, este enfoque analítico permite perceber como cada partido se voltava ao eleitorado (no qual incluíam-se os movimentos de moradores).

Por outro lado, o segundo viés de análise, a relação propriamente dita entre as associações de moradores e a Câmara, torna possível a visão (embora fragmentada, como se verá) da atuação destes movimentos na política municipal. A escolha do Legislativo como foco de observação deve-se ao próprio caráter de sua relação com a cidade. Eram funções da Câmara Municipal, nos anos 1960, a legislação e a fiscalização. A primeira se dava a partir da criação de projetos-de-lei ou da análise e alteração de projetos enviados pelo Executivo municipal; já a fiscalização configurava-se no constante controle das ações da Prefeitura, controle este exercido a partir da tribuna ou nas ruas da cidade. A existência dos Anais – disponíveis à consulta na biblioteca da própria Câmara Municipal –, onde estão registradas estas funções, representa uma rica (e ainda pouco explorada) fonte que viabiliza uma pesquisa desta natureza.

Além da atuação, é a própria composição do parlamento municipal que o torna uma instituição privilegiada para um estudo como este: seu caráter “distritalizado”, isto é, a distribuição de vereadores inseridos – em termos de atuação e base eleitoral – em diferentes espaços físicos (bairros e regiões) e sociais (categorias e grupos diferenciados da população) proporciona uma visão mais geral da atuação partidária na cidade de

Porto Alegre⁵¹. Para isso também contribui a maior pluralidade de partidos existentes no Legislativo, se o compararmos ao Executivo⁵².

É, portanto, na ação da Câmara Municipal, através da criação de leis e do controle dos atos da Prefeitura, e na inserção – sócio e espacialmente diferenciada – dos vereadores na cidade, que se pode encontrar grande parte dos registros da atuação das associações comunitárias. Por fim, a escolha pela análise de períodos eleitorais se deve ao fato de serem momentos em que a expressão política da população se dá de maneira concreta, visível – através do voto –, eles proporcionam o que o antropólogo Moacir Palmeira chama de “tempo da política”.

Há um tempo da política que corresponde ao período eleitoral. É o período em que os políticos aparecem, em que se faz política, em que facções políticas ganham contornos nítidos e tendem a tornar-se inclusivas (...) é no tempo da política que a sociedade se permite ver suas próprias divisões e de uma maneira profundamente ritualizada: na exacerbação das disputas (minimizadas fora desse período), na delimitação de espaços próprios a aliados e adversários⁵³.

Em outras palavras, os períodos eleitorais mostram-se como momentos em que as discussões políticas afloram com maior visibilidade e em que partidos e políticos buscam um maior diálogo com a população. De maneira prática, também, as próprias visitas de vereadores a regiões da cidade, geralmente relatadas em plenário, tornam-se mais freqüentes em meio à campanha eleitoral.

Para além da questão da visibilidade dos laços políticos, as eleições configuram, como afirma a cientista política Mercedes Cánepa⁵⁴, o núcleo básico do processo de “autorização” dos mandatos políticos por parte da população, sendo – portanto – parte fundamental da relação entre os grupos sociais e a classe política profissional. Partindo das reflexões de Cánepa e de Palmeira, o período eleitoral se mostra como o momento propício para a observação do *duplo movimento* que, de acordo com a própria cientista

⁵¹ Tal característica se torna muito importante na medida em que não dispomos de estatísticas eleitorais precisas a respeito de cada região da cidade no período estudado.

⁵² No ano de 1963, a distribuição das 21 cadeiras da Câmara entre os diversos partidos estava assim configurada: oito vereadores para o PTB, quatro para o MTR, três para o PSD, dois para o PDC, dois para a UDN, um para o PL e um para o PR. No ano de 1968, quando já vigorava o bipartidarismo imposto pelo regime militar em 1965, as cadeiras ficaram divididas em treze para o MDB e oito para a Arena.

⁵³ Citado em GUEBEL, Cláudia. O Bar de TITA: política e redes sociais. In.: PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro; Contra Capa Livraria, 1996, p. 80.

⁵⁴ CÁNEPA, Mercedes Maria L. *Partidos e Representação Política: a articulação entre os níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005. Sobre a questão da representação política, ver também KINZO, Maria D’Alva. *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo; Edições Símbolo, 1980.

política, marcou o período 1945-64: a busca da classe política por legitimidade junto aos grupos sociais, e a busca, destes mesmos grupos sociais, por uma representação mais efetiva junto às instituições políticas. Assim, este duplo movimento de aproximação mútua entre a sociedade civil e a classe política é visível através dos dois prismas de análise escolhidos para este trabalho.

É preciso, contudo, quando observamos este duplo movimento, que tenhamos em mente o fato de que não se tratava de um “encontro” harmônico entre as aspirações eleitorais de políticos e a ânsia ou necessidade de representação da população de uma maneira geral. Este era um movimento convergente, mas permeado por tensões. Como já foi citado – e será retomado ao longo dos capítulos –, os movimentos de bairro porto-alegrenses pressionavam constantemente o Poder Público⁵⁵, e este, por sua vez, não hesitava em fazer o mesmo – o que ficará explícito quando abordarmos a questão do policiamento.

A esta relação de tensão constante, um acontecimento em especial veio adicionar uma maior complexidade: este acontecimento foi o Golpe de 1964. Não pretendemos, neste trabalho, discutir o caráter ou a motivação do Golpe; uma vasta e qualificada bibliografia já o fez e o vem fazendo⁵⁶. Nosso interesse é discutir, sobretudo, os efeitos que a nova composição de forças pós-1964 provocou no espaço político de atuação das organizações comunitárias. Para isso, a contraposição entre as conjunturas de 1963 e 1968 é essencial.

Do ponto de vista político-institucional, as conseqüências do novo arranjo de forças pós-Golpe também podem ser percebidas. Em 1966, a oposição – representada então pelo Movimento Democrático Brasileiro, o MDB – sofreu o choque da disputa eleitoral em uma nova realidade. A postura oposicionista no pleito estadual deste ano foi marcada pela oscilação entre o pragmatismo e o protesto, tomada como foi pelo turbilhão dos primeiros anos do Regime Militar. Em 1968, ano do primeiro pleito municipal durante a Ditadura, este aprendizado prosseguiu.

Enquanto isso, no âmbito comunitário, as associações eram “engessadas” em um espaço de atuação consideravelmente reduzido. Porém, não nulo. Nas idas e vindas da

⁵⁵ Esta pressão, em função das fontes e dos enfoques utilizados nesta pesquisa, se torna mais visível em relação à Câmara Municipal. No entanto, ela se dirigia também ao Executivo, tanto municipal quanto estadual.

⁵⁶ Sobre o Golpe de 1964, ver DREIFUSS, René. *Op. cit.* E FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993. FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro; Record, 2004.

pesquisa, tivemos a oportunidade de acessar, através dos Srs. João Batista Marçal e Ivo Fortes dos Santos, um considerável volume de documentos da União dos Moradores da Cascata (UMC), uma associação de moradores que, a partir de 1962, atuava na região do Bairro Glória, zona leste da capital gaúcha⁵⁷. Junto com a guinada que esta descoberta representou, o ajuste de foco da pesquisa possibilitou uma visão mais próxima da ação comunitária do período. A rica documentação – que abrange desde relatórios de atividades até correspondências diversas entre os anos de 1962 e 1968 – permite que vislumbremos, sobretudo, as possibilidades de atuação pós-1964, quando os canais de informação, através dos quais teríamos acesso aos movimentos de moradores, foram reduzidos enormemente pela censura e pela repressão.

Além dos Anais da Câmara Municipal e dos documentos da União dos Moradores da Cascata, outro tipo de fonte foi utilizado na pesquisa. A fim de reconstruir as movimentações políticas dos partidos e, em certa medida, das associações de moradores, lançamos mão da análise da imprensa do período. Os jornais pesquisados foram o *Correio do Povo*, a *Última Hora* (referente ao ano de 1963) e a *Zero Hora* (referente ao ano de 1968)⁵⁸. As diferenças entre a conjuntura anterior ao Golpe e o período posterior apareceram de forma interessante nos periódicos pesquisados. Mesmo que, em alguns momentos, o tratamento que damos à atuação das associações de bairro pareça superdimensionar seu caráter combativo, a sua quase ausência nas páginas dos jornais de 1968 é extremamente significativa. É este “silêncio”, tanto quanto as informações colhidas ao longo da pesquisa, que atesta o grau de atuação e mobilização do movimento associativo porto-alegrense, forte o suficiente para ser visado pelos vitoriosos de 1964.

Como forma de tornar visíveis todas estas mudanças, dividimos o presente estudo em dois capítulos: no primeiro, analisamos as disputas partidárias e as lutas sociais na capital durante os anos anteriores ao Golpe, sobretudo o ano de 1963 (no qual se concentram as informações retiradas dos Anais e dos periódicos); no segundo capítulo, fazemos o mesmo em relação aos anos posteriores à tomada do poder pelos militares, com ênfase no lendário ano de 1968. Pela disposição do texto, será possível apreender

⁵⁷ João Batista Marçal é um já conhecido pesquisador do movimento operário gaúcho. Ivo Fortes dos Santos, a quem tivemos acesso através do Sr. Marçal, é um militante que, desde os anos 1960, está envolvido nos movimentos associativos da capital, tendo feito parte da fundação e direção da UMC durante o período abordado por nosso estudo.

⁵⁸ Neste ano, a *Última Hora* já não existia. Optamos por substituí-la pela *Zero Hora*, pois ela foi o periódico construído a partir do espólio da UH, conservando, por algum tempo, parte de sua equipe e de suas características editoriais. Sobre isso, ver HOLFELDT, Antônio e BUCKUP, Carolina. *Última Hora: populismo nacionalista nas páginas de um jornal*. Porto Alegre; Sulina, 2002.

as transformações enfrentadas pelos sujeitos que, naqueles anos, buscavam uma cidadania diferente.

Esta dissertação, por fim, representa um esforço de análise das lutas sociais e políticas da capital gaúcha durante os conturbados anos 1960. Ao término deste trabalho, esperamos alcançar nossa parcela de contribuição à visão de que há mais coisas entre a população e as lideranças por ela eleitas do que julgam nossos vãos preconceitos. Reflexão válida para o passado. Reflexão válida para o presente.

CAPÍTULO I

A busca por participação: a política antes de 1964.

*A democracia, há que dizê-lo, tem a ver com igualdade (...).
A liberdade não existe onde a igualdade está ausente.
Immanuel Wallerstein*

Lucília de Almeida Neves, ao comentar os êxitos do PTB entre os anos 1940 e 1960, enfatizou sua adequação ao momento histórico pelo qual o Brasil passava. Segundo a autora, a conjuntura delimitada por estes anos teria sido marcada pela “utopia desenvolvimentista”, cujos elementos seriam – entre outros – a crença na transformação, o reformismo, o distributivismo e o nacionalismo. Tal utopia, ou projeto como também classifica a autora, teria sido “matizado por proposições específicas de diferentes partidos políticos e organizações da sociedade civil”, ou seja, vários grupos apresentavam suas propostas reformistas, em disputas políticas por afirmação⁵⁹.

O projeto trabalhista do PTB estava afinado com as esperanças e expectativas de parcelas consideráveis da sociedade brasileira; suas “leituras políticas” da realidade eram, de alguma maneira, compatíveis. Assim, podemos pensar na opção pelo Partido Trabalhista como forma de luta política por parte de certos segmentos sociais. Contudo, a presença petebista em Porto Alegre – “cidade foco” deste estudo – ainda é algo a ser melhor estudado, pois, se olharmos as estatísticas eleitorais, veremos que, nas primeiras eleições, o Partido já aparece como força majoritária na capital⁶⁰, e acreditamos que vincular este êxito *simplesmente* ao nome de Vargas pode ser um tanto simplificador. Talvez uma boa pista para desvendar o peso trabalhista em Porto Alegre esteja no trabalho de Cássio Albernaz⁶¹, que nos mostra uma articulação do movimento queremista na capital gaúcha já em fevereiro de 1945, com a criação do Comitê Pró-Getúlio Vargas. Nos meses seguintes, várias outras células teriam surgido em diversos pontos da cidade. O aparelho construído para a campanha queremista teria servido, posteriormente, como uma base para o estabelecimento do PTB, como nos afirma Albernaz⁶². Desse modo, quando o Partido passou a existir oficialmente, já contava com uma trajetória de mobilização junto a um movimento de grande base popular, como foi o queremismo, e, conseqüentemente com um considerável capital político. Em última

⁵⁹ NEVES, Lucília. *Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil*. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 172.

⁶⁰ E, se considerarmos apenas as eleições para a Câmara Municipal, veremos que, entre 1947 e 1963, o PTB nunca deixou de receber o maior percentual de votos entre os partidos concorrentes. Os números referentes às eleições municipais de Porto Alegre estão disponíveis em NOLL, Maria Izabel e PASSOS, Manoel Caetano de A. *Eleições Municipais em Porto Alegre (1947-1992)*. In: *Cadernos de Ciência Política*. Porto Alegre: PPG em Ciência Política-UFRGS, n.º. 4, 1996. Trata-se de uma ótima compilação de dados eleitorais da capital gaúcha entre os anos de 1947 e 1992.

⁶¹ ALBERNAZ, Cássio A. Abreu. *Em busca de cidadania política: o queremismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)*. Porto Alegre; PUCRS, Dissertação de Mestrado em História, 2006, p. 135 e seguintes.

⁶² Embora essa idéia não apareça com clareza em sua dissertação, foi o próprio autor que a expôs durante as aulas da cadeira de Seminário Temático II – RS: partidos e política, ministrada pela professora Maria Izabel Noll, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS.

análise, o movimento queremista estava vinculado à figura de Vargas. Porém, o que queremos dizer é que a imagem do ex-presidente não se convertia diretamente em força eleitoral para o PTB na capital gaúcha. O que garantia essa força petebista, a nosso ver, era a efetiva mobilização em torno da permanência de Vargas, mobilização esta que representava a luta pela manutenção das conquistas sociais alcançadas durante a “Era Vargas”⁶³.

Acreditamos que a escolha pelo PTB nas eleições municipais da primeira metade dos anos 1960, em meio à efervescência social e política e ao movimento pró-Reformas, estava vinculada a uma escolha política que, além da busca por governos mais comprometidos com uma plataforma social, priorizava projetos políticos relativamente mais abertos à participação popular. A penetração de comunistas no Partido Trabalhista, ao longo dos anos 1950, garantiu uma força que ia além da questão eleitoral: alguns comunistas – e isso é visível na figura de José César Mesquita⁶⁴, um dos vereadores mais presentes em plenário – aumentaram a inserção do PTB nos movimentos sociais, o que certamente contribuiu para o enraizamento do Partido ao longo do período que encerrou em 1964. Assim, vereadores mais afeitos à participação popular contribuía para o fortalecimento da legenda junto aos trabalhadores e às camadas mais humildes da população porto-alegrense.

1 – Os partidos jogam seus dados: a corrida eleitoral de 1963.

Em 1963, o PTB já estava na via do Reformismo. Era um partido que passara por grandes transformações ao longo dos anos anteriores, desde a morte de Getúlio Vargas. Como mostra Lucília Neves Delgado⁶⁵, no início da década de 1960, o Partido Trabalhista estava cada vez mais definido à esquerda, com uma postura menos pragmática e mais progressista. O suicídio de Vargas teria ocasionado o surgimento de um “vácuo” no interior do Partido, permitindo a progressiva ascensão de uma nova

⁶³ Sobre o queremismo, além da dissertação de Albernaz, indicamos o ótimo artigo de Jorge Ferreira, presente na coletânea *Brasil Republicano* (2003). A referência segue ao final do trabalho. Além disso, também é interessante pensar o acréscimo de força da legenda petebista após o ingresso dos comunistas, sobretudo ao longo dos anos 1950, quando o PCB já estava na ilegalidade.

⁶⁴ Contudo, acreditamos que ainda falte um trabalho de fôlego sobre o PTB porto-alegrense do período para mostrar, de maneira mais aproximada, qual foi o papel efetivo dos comunistas nesse processo, pois, provavelmente, outras matizes políticas estavam também dentro da legenda do PTB.

⁶⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. São Paulo; Marco Zero, 1989.

geração de trabalhistas, geração esta marcada por um posicionamento menos pragmático e mais reformista⁶⁶. O desaparecimento do líder que tanta influência exerceu sobre o Partido resultou em uma oportunidade para que uma determinada corrente hegemonizasse o Partido no âmbito nacional. Posteriormente, a autora fez uma revisão de seu posicionamento no que diz respeito ao número de correntes internas identificadas ao longo da trajetória trabalhista⁶⁷, sem, contudo, desconsiderar a “guinada reformista” do Partido. Além disso, a bibliografia sobre os acontecimentos anteriores ao Golpe de 1964 é relativamente unânime quanto à radicalização que ia sendo paulatinamente adotada pelo PTB.

Contudo, tal transformação certamente não se deu sem conflitos. Como em todo partido político, havia constantes tensões entre líderes e tendências dentro do PTB. Observando retrospectivamente, conforme nos aproximamos de 1964, podemos ver com mais clareza estas tensões, sobretudo no conflito aberto que se estabelece entre Brizola e Jango ao final do governo deste⁶⁸. No entanto, para além deste confronto, a história do Partido Trabalhista no Brasil foi marcada por disputas internas. De acordo com Maria Celina D’Araújo, a marca carismática do Partido o acompanhou até seu fim em 1965, mantendo-se ainda na redemocratização, entre 1979 e 1981, por ocasião da disputa entre Leonel Brizola e Ivete Vargas pela sigla partidária.

Entendendo que o desenvolvimento de um partido está intimamente ligado ao modelo que lhe deu origem, D’Araújo busca demonstrar o peso que o carisma de Vargas exerceu sobre toda a trajetória do PTB, transcendendo a própria figura do ex-presidente e moldando um partido em que a competição entre líderes era privilegiada em detrimento da institucionalidade política⁶⁹. Em vida, a presença de Vargas no Partido funcionava como um elemento inibidor para o surgimento de novas lideranças. A partir do momento em que surge o “vácuo” apontado por Delgado, o PTB encontra-se totalmente aberto às disputas pelo seu controle. A forma como o Partido tentou resolver seus conflitos internos foi fundamental para sua colocação no quadro político brasileiro.

⁶⁶ “O vácuo provocado por esta perda [a morte de Vargas] foi um campo fértil para germinar e brotar uma nova geração de petebistas, ainda pouco comprometida com o poder, e, portanto, mais aberta a fazer alianças de cunho mais ‘programático’”. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Op. cit.*, p. 180.

⁶⁷ NEVES, Lucília. *Op. cit.*, 2001. No lugar das duas correntes identificadas na primeira obra (“pragmáticos getulistas” e “doutrinários”), a autora aponta três: “getulistas pragmáticos”, “doutrinários trabalhistas” e “pragmáticos reformistas”.

⁶⁸ Além desse conflito, há a tensão que se estabeleceu por ocasião da criação, em 1963, da “esquerda positiva” por parte de San Thiago Dantas, que se contrapunha à esquerda liderada por Brizola. Ver DELGADO. *Op. cit.*, 1989, pp. 249-255.

⁶⁹ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro; FGV, 1996, p. 159.

Se pensarmos, de maneira mais específica, no PTB gaúcho, entenderemos a importância que o pleito de 1963 adquiriu para a agremiação. Em meio às disputas intrapartidárias, os trabalhistas passaram os anos 1950 e início dos 1960 por momentos de intenso conflito seguidos por dissidências ou cisões. Em meados de 1954 – antes, contudo, do suicídio de Vargas –, o Partido preparava-se para a eleição que marcaria a sucessão do governo de Ernesto Dornelles. Na tentativa de se manter no Palácio Piratini, o PTB contava com quatro possíveis candidaturas⁷⁰: José Diogo Brochado da Rocha, veterano do Partido com grande prestígio; Loureiro da Silva (ao qual retornaremos mais adiante); João Goulart que apresentava a carreira política em ascensão, já tendo ocupado a presidência regional do Partido entre 1950 e 1952 e a Secretaria do Interior e Justiça no Governo Dornelles; e Alberto Pasqualini, intelectual muito bem conceituado e até hoje considerado, no meio político, um dos maiores nomes do trabalhismo gaúcho.

Em última instância, a disputa se concentrou entre os nomes de Loureiro da Silva e Alberto Pasqualini. A opção do Partido pela candidatura de Pasqualini ao governo do Estado e de João Goulart e José Diogo Brochado da Rocha às cadeiras no Senado foi marcada pelo peso de uma nova geração petebista: o então jovem Leonel Brizola, no cargo de presidente do Diretório Metropolitano, movera articulações em favor de Pasqualini e Goulart, demonstrando já ter uma considerável força dentro do Partido.

A decisão acabou por impulsionar a ruptura de Brochado da Rocha com o PTB, o que, mais uma vez pelo olhar retrospectivo, indicava um processo de renovação no seio da agremiação. Loureiro da Silva, por sua vez, manter-se-ia no Partido por mais quatro anos, sofrendo alguns reveses nas disputas internas⁷¹.

A “queda-de-braço” das eleições de 1954 é interessante na medida em que mostra um grupo de novas lideranças políticas, que construíam suas carreiras paralelamente à formação e ao desenvolvimento do PTB no Rio Grande do Sul, desbancando nomes com trajetórias relativamente consolidadas. Nesse sentido, podemos acompanhar Miguel Bodea quando este afirma que Jango e Brizola nunca teriam desenvolvido seu prestígio junto às massas

⁷⁰ Uma análise mais detalhada desta eleição e das articulações internas no PTB encontra-se no livro de Miguel Bodea. BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; Ed. UFRGS, 1992, p. 106-131.

⁷¹ Além do livro de Bodea, outra fonte que aponta nesse sentido é a biografia feita por Celito de Grandi. DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: O Charrua*. Porto Alegre; Literalis, 2002.

sem passar pelo crivo do partido, com suas disputas internas e luta constante pelo voto dos delegados às convenções partidárias. Evidentemente, *depois* de verem sacramentadas suas lideranças e candidaturas no *nível partidário*, (...) estes líderes criaram uma projeção própria de *liderança de massa* para fora e até acima do partido⁷².

De fato, em seu relacionamento com os líderes já existentes dentro do PTB, figuras como João Goulart e Leonel Brizola puderam acumular forças em suas trajetórias políticas⁷³. Contudo, uma vez afirmadas suas respectivas lideranças, o Partido Trabalhista não cessou de sentir os efeitos das disputas internas. Além do já referido conflito que se estabeleceu entre Jango e Brizola na conjuntura dos anos 1960, dissidências resultantes dessas disputas causaram prejuízos ao próprio PTB. Certamente, todo partido tem seus conflitos internos, isso não é exclusividade petebista. Entretanto, a relevância que eles tiveram na trajetória do Partido, coloca-o em destaque em função disso.

Voltando à figura de Loureiro da Silva, sua situação dentro do PTB é de grande importância para a análise do ano de 1963. Por ocasião de sua expulsão do Partido, em 1959, Loureiro da Silva tinha 57 anos e um grande capital político acumulado ao longo de uma precoce carreira: a partir dos 20 anos de idade, já aparecia em cargos de destaque⁷⁴ no interior do estado em um contexto de grande instabilidade decorrente dos

⁷² BODEA, Miguel. *Op. cit.*, 1992, p. 197. Os grifos são do próprio autor.

⁷³ A família de Jango era ligada à de Getúlio Vargas por laços de amizade e alianças econômicas e políticas em São Borja, município natal de ambos. A partir disso, com sua capacidade de articulação, Jango conquistou o controle sobre o PTB de sua cidade, galgando, em seguida, postos de destaque regional e nacional no Partido e também nos governos por ele exercidos. Já Brizola, por apresentar uma origem social humilde, só conquistou um relacionamento com líderes partidários após seu ingresso na política. O casamento com a irmã de João Goulart, em 1950, lhe proporcionou a entrada na rede familiar de Jango e no círculo de amizades de Vargas, que foi seu padrinho de casamento. Aliada a esta “biografia de ascensão social”, sua astúcia política em momentos decisivos lhe garantiu considerável força. O lugar que Brizola ocupa e ocupou no imaginário político gaúcho é algo que ainda impressiona. Como exemplo, temos a eleição de sua neta, Juliana Brizola, como uma das vereadoras mais votadas de Porto Alegre no pleito de 2008. Ilustre desconhecida até então, tudo o que a jovem candidata tinha a oferecer ao eleitorado em termos de discurso político era o sobrenome do avô e o *slogan* “Boa Política tem Nome”. Isto lhe rendeu 9247 votos, desbancando nomes mais antigos e atuantes na política porto-alegrense. Um relato mais detalhado das trajetórias das famílias Goulart e Brizola, bem como as relações sociais e a aquisição de capitais políticos por parte de ambos aparecem em GRILL, Igor Gastal. *Parentesco, Redes e Partidos: As bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Tese de Doutorado, 2003, p. 311-325.

⁷⁴ De acordo com Celito de Grandi, Loureiro da Silva ocupou os cargos de Promotor Público (através de nomeação) nas Comarcas de Camaquã e, posteriormente, de São Luiz Gonzaga e de São Gabriel, e de Intendente Municipal de Gravataí e de Alegrete (região com grande presença das forças de oposição a Borges de Medeiros). Como afirma De Grandi, “na maioria dos casos, seu papel foi muito mais o de político e pacificador, em vez de representante do Ministério Público.” DE GRANDI, Celito. *Op. cit.*, 2002, p. 48.

enfrentamentos de 1923⁷⁵. A dificuldade das tarefas de pacificação política empreendidas por Loureiro certamente lhe garantiram um certo prestígio dentro da classe política rio-grandense⁷⁶. Assim, em 1937, foi nomeado prefeito de Porto Alegre pelo então interventor estadual Daltro Filho, quando exerceu uma administração que foi marcada por grandes transformações urbanas na cidade. Loureiro da Silva buscou alterar a fisionomia de Porto Alegre, realizando uma descentralização urbana durante seu governo⁷⁷. A pavimentação da Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, a extinção do Beco do Oitavo⁷⁸ e o enfrentamento da enchente de 1941 – acontecimento que entraria de maneira marcante para a história de Porto Alegre – foram algumas obras de seu período. Em 1939, no início do Estado Novo, criou o Conselho do Plano Diretor, onde buscou a participação de técnicos para o gerenciamento da cidade. Em 1943, juntamente com o arquiteto Edvaldo Pereira Paiva, lançou “Um plano de Urbanização”, onde demonstrava também uma preocupação pelas questões técnicas. Assim, de certa forma, a trajetória de Loureiro da Silva liga-se ao desenvolvimento urbano de Porto Alegre.

Celito De Grandi, de cuja biografia escrita retiramos as informações citadas acima, apresenta uma visão emblemática de Loureiro. Seu livro, não tão “objetivo” quanto afirma o prefácio escrito por Sérgio da Costa Franco, traz a imagem de um político progressista em seu tempo. Na apresentação da obra, feita por Luiz Antônio de Assis Brasil, Loureiro é inclusive comparado ao Barão de Haussmann e a Pereira Passos, responsáveis por grandes transformações urbanísticas em Paris e no Rio de Janeiro respectivamente. De modo que esse parece ser o lugar construído para Loureiro da Silva no imaginário político de Porto Alegre⁷⁹.

⁷⁵ As primeiras décadas do século XX assistiram, no Rio Grande do Sul, a um quadro de tensão política. Ao governo hegemônico do Partido Republicano Rio-grandense, com seu projeto de modernização conservadora e autoritária, constituiu-se uma feroz oposição, a do Partido Federalista, mais tarde caracterizado como Partido Libertador. Na conjuntura de 1921/1923, a luta no interior da elite rio-grandense atingiu seu ápice, revelando dois projetos distintos para a organização do Estado: projetos liderados por Borges de Medeiros e Assis Brasil. Da impossibilidade de conciliação entre os dois blocos políticos, eclodiu a chamada Revolução de 1923. Para uma abordagem mais completa da conjuntura, recomendamos o livro de Maria Antonieta Antonacci, cujos dados completos encontram-se na referência bibliográfica.

⁷⁶ Ao longo do trabalho utilizamos a expressão “classe política” no sentido de categoria profissional, e não como uma determinada classe social.

⁷⁷ As informações sobre a administração de Loureiro, bem como os dados gerais de sua vida, foram retiradas da biografia feita por Celito De Grandi anteriormente citada.

⁷⁸ Atualmente, rua Desembargador André da Rocha. Até seu governo, era um trecho conhecido por ser uma zona de prostituição. Sob as ordens de Loureiro, o Beco foi alargado, criando-se uma rua que ligava o bairro Cidade Baixa à Av. João Pessoa.

⁷⁹ Certamente, um livro e dois prefácios não são suficientes para se falar em “construção de imaginário político”. No entanto, as breves referências feitas a Loureiro da Silva por figuras públicas atualmente ou mesmo por políticos do período – o que presenciamos em nosso trabalho junto ao Programa de História Oral do CD-AIB/PRP – parecem apontar nesse sentido. O quanto essa construção é bem sucedida é uma

Fizemos essas breves considerações na tentativa de ilustrar o prestígio e os capitais políticos que Loureiro acumulava no momento em que foi desligado do PTB, em função de sua candidatura à prefeitura pelo Partido Democrata Cristão, em 1959. Aqui, pensamos “capital político” no sentido trabalhado por Bourdieu, ou seja, como uma “forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito” pelas quais os agentes conferem/reconhecem poderes a uma pessoa⁸⁰, mas também nos referimos às redes de relações e “acessos” estabelecidas ao longo da trajetória social e política dos sujeitos⁸¹. O atendimento e a fidelidade dispensados por Loureiro às convocações dos líderes políticos durante a afirmação de sua carreira⁸² lhe proporcionaram a aquisição de capitais tais como experiência e notoriedade política, bem como o estabelecimento de laços sociais importantes para o ofício da política. Na ocasião de seu desligamento, em suas declarações públicas fez referências à falta de espaço político dentro do Partido, o que parece ser um indicativo da referida mudança pela qual o PTB passava. Assim, nas eleições do mesmo ano, Loureiro é eleito prefeito de Porto Alegre pelo PDC, voltando ao cargo, dessa vez com a legitimidade conferida pelas urnas.

A vitória de Loureiro sobre o então candidato petebista Wilson Vargas, por mais de 17 mil votos⁸³, significou um considerável revés para o PTB, pois, além de ser a derrota para um nome desligado de suas próprias fileiras, era também a perda da prefeitura conquistada quatro anos antes por Leonel Brizola, no momento em que o Partido Trabalhista encaminhava-se para o final do primeiro ano de governo estadual. Além disso, a administração de 1959-1963 representou também um estreitamento do espaço de reivindicação dos trabalhadores em relação à administração anterior⁸⁴, pois

questão que ultrapassa em muito estas breves colocações. Contudo, um bom exemplo pode ser encontrado em recente reportagem, publicada no jornal *Zero Hora*, em que Onyx Lorenzoni, do DEM (ex-PFL), e Manuela D’Ávila, do PCdoB, quando perguntados sobre influências em suas trajetórias políticas, apontaram – espontaneamente – o nome de Loureiro da Silva. O fato torna-se mais interessante por se tratarem de políticos de destaque nos dois opostos do espectro político. “Quem faz a cabeça dele”. *Zero Hora*, 17.02.2008, p. 14. Agradeço ao amigo e colega Daniel Milke pela indicação dessa reportagem.

⁸⁰ BOURDIEU, Pierre. A Representação Política. Elementos para uma teoria do campo político. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003, p.187-188.

⁸¹ Para exemplos da importância dos “acessos” na política, recomendamos KUSCHNIR, Karina. *O Cotidiano da Política*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2000. Sobre tudo o capítulo 8.

⁸² Loureiro da Silva “ambientou-se em definitivo com os meandros da política, no convívio diuturno com os líderes do Partido Republicano Riograndense”. De Grandi, *Op. cit.*, p. 57.

⁸³ Loureiro de Silva se elegeu com 95527 votos – 49,29% dos votos válidos – contra os 78408 de Wilson Vargas – 40,45%. NOLL e PASSOS, *Op. cit.*, 1996.

⁸⁴ “Ainda em 1955 Brizola foi eleito prefeito de Porto Alegre (...) iniciou sua gestão em 1956, dando prioridade ao atendimento de reivindicações das classes trabalhadoras, como saneamento básico, criação de escolas primárias e melhoria dos transportes coletivos. Um dos pontos mais enfatizados da administração foi a criação de grupos escolares municipais em toda a área urbana, principalmente nas

como veremos adiante, se Loureiro da Silva buscou uma certa modernização de Porto Alegre, em seu perfil político não faltaram traços de autoritarismo e conservadorismo, na medida em que não se mostrou muito tolerante em relação a manifestações sociais mais autônomas⁸⁵.

Outra ruptura ocorrida no Partido Trabalhista foi a cisão liderada por Fernando Ferrari, que deu origem ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Já é conhecido o peso que esta dissidência teve na eleição estadual de 1962: como demonstra a cientista política Mercedes Cánepa, os votos que acompanharam Ferrari e seu grupo teriam feito com que o PTB – caso a ruptura não existisse – vencesse folgadoamente o bloco partidário representado pela Ação Democrática Popular (ADP)⁸⁶. Além disso, tal cisão ocorreu em um momento em que os petebistas vinham sofrendo um progressivo isolamento no quadro partidário gaúcho, com a perda do apoio do Partido de Representação Popular (PRP), que lhe compôs, em 1958, a aliança que levou Brizola ao governo do estado⁸⁷. Também o caso de Ferrari é considerado resultado das disputas internas do PTB gaúcho, mais precisamente, a disputa por espaços com as correntes brizolista e janguista⁸⁸.

Assim, em 1963, o Partido Trabalhista Brasileiro deparava-se com um importante desafio. Desde fins da década de 1940, o PTB configurou-se em um partido forte e bem estruturado no estado, sendo, contudo, abalado por conflitos internos e tendo sua

vilas populares.” KELLER, Vilma; DIAS, Sônia e COSTA, Marcelo. Leonel Brizola. In: ABREU, Alzira e BELOCH, Israel et al. (coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (Pós-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 838. Pessoalmente, acreditamos que a passagem de Brizola pela prefeitura de Porto Alegre deva ser melhor analisada. Comparativamente à gestão Loureiro, foi um período de maior “abertura política” para as manifestações populares. Contudo, em nossa opinião, o perfil consideravelmente autoritário de Brizola – e afirmamos isso baseados na dureza de seus discursos às vésperas de 1964 e nos mandos e controles sobre o PDT, seu partido após a redemocratização ao final da ditadura militar – pode servir de ponto de partida para uma pesquisa que investigue o teor da relação entre seu governo e os movimentos sociais de uma maneira geral. Sobre isso, já há o estudo, na área da Ciência Política, de CAMPILONGO, Maria Assunta. *As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura de 1958-1964*. UFRGS, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, 1980.

⁸⁵ Cabe lembrar que as principais realizações de Loureiro da Silva se deram no contexto político do Estado Novo, onde as possibilidades de oposição eram bastante reduzidas.

⁸⁶ CÁNEPA, Mercedes Maria L. *Partidos e Representação Política: a articulação entre os níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005, p. 363 e seguintes.

⁸⁷ PSD, UDN, PDC e PL estavam constantemente em oposição ao PTB no plano regional. O PRP, que, no ano de 1958, fechara a referida e controvertida aliança com os trabalhistas, abandonou o governo de Brizola no segundo semestre de 1961, passando de vez para a oposição e completando o isolamento do PTB no plano eleitoral. Nas eleições de 1962, os cinco partidos fecharam a coligação com o nome de Ação Democrática Popular. Este isolamento partidário é tratado de forma mais detalhada por CÁNEPA, *Idem*. Sobretudo no capítulo 8.

⁸⁸ Sobre a cisão Ferrari, ver DELGADO. *Op. cit.*, 1989, p. 212-215.

hegemonia eleitoral posta à prova por um progressivo isolamento partidário no início dos anos 1960. As derrotas de 1959, quando perdeu a prefeitura da capital, e de 1962, quando perdeu o governo do estado, fizeram com que o Partido encarasse o pleito de 1963 como fundamental. A retomada de Porto Alegre significaria fortalecer a seção regional do Partido em um momento importante também do ponto de vista nacional, quando o mesmo se encontrava na presidência da República, em meio à crescente radicalização política e social que marcou os anos 1960.

A consideração da corrida eleitoral de 1963 como sendo de grande importância para os petebistas apareceu também em pronunciamentos da época. Foi o caso da entrevista cedida por Ajadil de Lemos, após o pleito, quando foi eleito vice-prefeito⁸⁹: a vitória do PTB demonstrava o seu potencial de mobilização eleitoral, ao mesmo tempo em que, de acordo com suas palavras, representava “uma prova eloqüente do prestígio que o ex-governador Leonel Brizola” continuaria mantendo no estado⁹⁰. É importante notar que o próprio Brizola teve participação direta na campanha eleitoral através de comícios, pronunciamentos em rádio, jornal e TV, embora não estivesse concorrendo a cargo algum. Assim, o líder trabalhista esforçou-se para transferir sua influência aos candidatos petebistas, de modo que, ao dar o referido pronunciamento, Ajadil de Lemos não estava distante da realidade: além da vitória efetiva da corrente brizolista, da qual ambos os candidatos (a prefeito, Sereno Chaise, e a vice) faziam parte, era o investimento da própria imagem de Brizola que estava sendo posto à prova.

Ainda sobre as articulações internas do PTB, um episódio merece atenção: a escolha dos candidatos aos cargos executivos. Para o posto de prefeito, Sereno Chaise disputou a indicação em uma apertada votação no Diretório Municipal, vencendo, pela diferença de dois votos, Wilson Vargas, o mesmo candidato que perdera para Loureiro da Silva na eleição anterior⁹¹. Contudo, apesar da pequena diferença, o resultado foi acatado sem maiores problemas. O mesmo não se pode dizer da escolha de Ajadil de Lemos para o segundo posto. Concorrendo com ele, estava José Vecchio, membro com considerável inserção no meio sindical, que fez parte da ala de sindicalistas que se desligaram do PSD para a criação, em 1945, do Partido Trabalhista, sendo também um

⁸⁹ É importante lembrar que, até o Regime Militar, os cargos de prefeito e de vice-prefeito eram desvinculados, ou seja, recebiam votações em separado.

⁹⁰ “Ajadil: houve definição ideológica”. *Última Hora*, 13.11.1963, p. 4. Outra manifestação quanto à importância do pleito de 1963 encontra-se em “Brizola: vitória de Sereno é vital”. *Última Hora*, 04.11.1963, p. 4.

⁹¹ Os bastidores da definição da candidatura de Sereno Chaise encontram-se em KLÖCKER, Luciano. *O Diário Político de Sereno Chaise: 60 anos de história*. Porto Alegre; AGE, 2007, p. 75-77.

dos responsáveis pela criação e consolidação do Diretório petebista de Porto Alegre⁹². No dia 20 de setembro, na sede do Diretório Municipal do Partido, houve a convenção que decidiu, por 21 votos contra 14, pela indicação de Lemos. Após o resultado, Vecchio retirou sua candidatura, conclamando seus seguidores à “unidade partidária”. Contudo, a corrente sindicalista que o apoiava realizou uma manifestação de protesto aos gritos de “dissidência, dissidência”⁹³.

A “dissidência” reivindicada não ocorreu. No entanto, nos dias que se seguiram, o vereador petebista Afonso José Revoredo Ribeiro afastou-se do Diretório Metropolitano em sinal de protesto e enviou uma carta ao deputado Henrique Henkin, que presidira a convenção de escolha da candidatura, informando o desligamento do Diretório e a possibilidade de retirada de sua candidatura à reeleição à Câmara Municipal pelo Partido⁹⁴. A existência de apedidos de Revoredo Ribeiro no *Correio do Povo*, às vésperas da eleição, nos mostra que a retirada da candidatura não existiu. Porém, o episódio evidenciava uma determinada tensão existente no Diretório Municipal do Partido.

Aparentemente, mais tranqüilas foram as indicações dos candidatos dos demais concorrentes. Em convenção realizada em sua sede municipal⁹⁵, o MTR colocou em votação o nome para o cargo de vice-prefeito, tratando-se na verdade da confirmação de um consenso. Ao final do evento, dos 105 votantes inscritos, 101 optaram por Luiz Fagundes de Melo, um “admirador” de Fernando Ferrari recentemente ligado ao Partido. Os restantes votaram em branco, sendo que um único voto se dirigiu a Abio Hervê, então vereador pela sigla do MTR. A tranqüilidade que parece ter marcado a convenção e a enorme diferença na votação indicam a possibilidade de existência de um acordo, pois o mesmo Abio Hervê aparece entre os mais cotados trabalhistas-renovadores para a Câmara Municipal, o que se concretiza com sua eleição ao final do pleito.

⁹² Sobre o papel de Vecchio na formação do PTB porto-alegrense, além de Bodea, recomendamos ALBERNAZ, Cássio A. Abreu. *Op. cit.*, 2006.

⁹³ “Ajadil homologado para vice dos trabalhistas”. *Última Hora*, 21.09.1963, p. 4. A cobertura da convenção e os protestos da ala de Vecchio também foram noticiados, embora com menos detalhes, em “Ajadil de Lemos é candidato do PTB para a vice-prefeitura”. *Correio do Povo*, 21.09.1963.

⁹⁴ “Vereador Revoredo Ribeiro afasta-se do DM do PTB”. *Correio do Povo*, 24.09.1963, p. 7.

⁹⁵ As informações sobre a convenção e a “Dissidência MTR” foram retiradas das colunas “Panorama Político”, do *Correio do Povo*, dos dias 01.09.1963 e 04.09.1963, e das reportagens “Fagundes homologado para vice pelo MTR”. *Última Hora*, 04.09.1963, p. 4. E “Dissidência do MTR vai apoiar Sereno”. *Última Hora*, 06.09.1963, p. 4.

Alguns dias depois, a aparente calma no Partido foi rompida com a notícia, nos jornais, da “Dissidência MTR”, que, em uma reunião de diversos diretórios espalhados pela cidade⁹⁶, decidiu pelo apoio à candidatura petebista de Sereno Chaise. Mais tarde, durante a campanha, a “Dissidência MTR” teve problemas com o Partido na justiça eleitoral e, devido à impossibilidade de usar a sigla MTR em suas propagandas, teve inclusive material confiscado⁹⁷. Problemas à parte, ao final da eleição, o Partido conseguiu um bom resultado na Câmara Municipal, passando de três para quatro cadeiras. Aqui, um ponto a se enfatizar é a importância que o Diretório Nacional do MTR conferiu ao pleito porto-alegrense de 1963⁹⁸ como um momento de afirmação partidária, visto que esta seria a primeira eleição municipal desde a criação do Partido.

Mais interessante, contudo, foi o caso das candidaturas da coligação representada pela ADP. A continuidade, em 1963, da aliança realizada nas eleições do ano anterior não surpreendeu o meio político, pois, nesse momento, o bloco antipetebista já estava bastante consolidado⁹⁹. Mesmo assim, sendo uma coligação de cinco partidos, a necessidade de demonstrar união ou coesão partidárias frente ao eleitorado apareceu com bastante força. No início do mês de setembro, uma convenção da “mocidade democrática”, onde estavam presentes representantes da juventude de todos os partidos da coligação, prestou seu apoio a Synval Guazzelli (UDN) e a José Sanseverino (PDC), respectivamente, candidatos a prefeito e vice-prefeito. Na ocasião, a convenção teve o reforço do então governador Ildo Meneghetti, do PSD, o maior dos cinco partidos no estado. Todos enfatizaram a união em torno dos nomes, que representavam, nas palavras da própria convenção, princípios de “defesa da Democracia e do Cristianismo”¹⁰⁰. Poucos dias depois, uma comitiva de candidatos à vereança pela ADP, juntamente com Guazzelli e Sanseverino, realizou uma visita ao governador, quando o “clima de união” foi reafirmado, bem como a indicação pública, por parte de

⁹⁶ Os diretórios dissidentes do MTR encontravam-se nas seguintes localidades da capital: Meninos Deus, Partenon, Diretor Pestana, Higienópolis, Vila Militar, Vila Trevo, Vila Nova. E contavam ainda com parte do Comando Feminino e da Ala Moça do Partido.

⁹⁷ Coluna “Drops Políticos”. *Última Hora*, 30.10.1963, p. 4. E Coluna “Panorama Político”. *Correio do Povo*, 30.10.1963, p. 7

⁹⁸ De acordo com a coluna “Drops Políticos” da *Última Hora*, em 06.09.1963, p. 4.

⁹⁹ De acordo com CÁNEPA, Mercedes. *Op. cit.* NOLL, Maria Izabel e TRINDADE, Héglio. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991. TRINDADE, Héglio. *Op. cit.*, 1975. XAUSA, Leônidas e FERRAZ, Francisco. As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº. 23/24, 1968, p. 229-274.

¹⁰⁰ “Apedido – Meneghetti: Guazzelli é nosso candidato”. *Correio do Povo*, 01.09.1963.

Meneghetti, dos dois aspirantes à prefeitura¹⁰¹. Assim, do mesmo modo que Brizola, o destacado político possedista e governador do estado buscou transmitir sua imagem aos seus candidatos.

Contudo, este clima de consenso e segurança parece ter sido razoavelmente abalado, no decorrer da campanha, por “rumores” de um possível acordo entre ADP e MTR, com a conseqüente retirada de um dos candidatos em favor de uma união de forças anti-PTB. Assim, a *Última Hora* noticiou, ao final de outubro, a “demonstração de unidade dada pela coligação (...) numa reunião que teve por objetivo principal manifestar, publicamente, o apoio unânime dos cinco partidos”¹⁰². A referida reunião, buscava prestigiar os representantes da ADP, frente aos tais “rumores”. A quatro dias da realização das eleições, uma liderança da coligação ainda sugeriria publicamente que a candidatura de Cândido Norberto pelo MTR apenas serviria para “dividir a área que se opõe ao PTB, a qual deveria se unir em torno” de Synval Guazzelli¹⁰³. A insistência da ADP, até seu comício de encerramento da campanha, em enfatizar a solidez da aliança parece ser, desse modo, não apenas uma estratégia para captação dos votos indecisos e antipetebistas, mas também uma tentativa de garantir-se na cabeça de uma possível coalizão que contivesse *todas* as forças contrárias ao PTB na capital em uma polarização efetiva da eleição de 1963.

Apuradas as urnas, tanto a polarização efetiva, quanto a solidez da ADP mostraram-se inexistentes. O MTR conseguiu colocar-se minimamente como uma terceira força – e essa havia sido mesmo a tônica de sua campanha –, chegando em segundo lugar na disputa pelo cargo de prefeito e em terceiro pelo de vice. Já a solidez da ADP pode ser colocada em xeque com uma rápida observação dos resultados eleitorais.

	Nº. de votos conquistados	Diferença em relação aos votos conquistados pela ADP
ADP (Câmara Municipal)	79413	—
Synval Guazzelli	50481	– 28932
José Sanseverino	69236	– 10177

Fonte: NOLL, Maria Izabel e PASSOS, Manoel Caetano de A. *Eleições Municipais em Porto Alegre (1947-1992)*. In: Cadernos de Ciência Política. Porto Alegre: PPG em Ciência Política-UFRGS, nº. 4, 1996, p. 27-28.

¹⁰¹ Coluna “Panorama Político”. *Correio do Povo*, 05.09.1963, p.7.

¹⁰² “ADP veta acôrdo: Guazzelli mantido”. *Última Hora*, 30.10.1963.

¹⁰³ Trata-se de Brito Velho, liderança do Partido Libertador (PL). Coluna “Drops Políticos”. *Última Hora*, 06.11.1963, p. 4.

Os resultados indicam que os dois candidatos aos cargos executivos fizeram uma votação menor do que a soma dos votos conquistados, na disputa pela Câmara, pelas legendas que compunham a ADP. O candidato a prefeito, Synval Guazzelli, chegou a receber quase 29 mil votos a menos do que o total recebido pelos partidos aliados. A diferença também se mostra negativa no caso do candidato a vice, Sanseverino, sendo, contudo, bem menor: aproximadamente 10 mil votos. A causa da diferença entre os dois candidatos nos foi difícil de apurar, devendo-se talvez a uma maior projeção do nome de Sanseverino na política porto-alegrense, como insinuou a coluna política do *Jornal do Dia*¹⁰⁴. De qualquer maneira, o quadro acima levanta três possibilidades: 1) a de que, ao longo da campanha pela vereança, os partidos não tenham conseguido vincular a imagem de seus candidatos à Câmara às figuras de Guazzelli e de Sanseverino; 2) de que os diversos partidos da ADP tenham focado seus esforços na disputa legislativa em detrimento da prefeitura ou mesmo 3) de que parte do eleitorado não tenha considerado contraditória a escolha de um vereador de um partido da ADP e um candidato a prefeito e/ou vice com outra filiação partidária que não a da coligação. As duas primeiras possibilidades indicam que a propalada solidez da ADP não ficou muito além de uma estratégia discursiva, seja por esbarrar na incapacidade (caso 1), seja por tropeçar no pragmatismo (caso 2).

Ao final do pleito, a vitória petebista parecia indiscutível. Elegendo seus candidatos a prefeito e a vice-prefeito e conquistando 8 das 21 cadeiras da Câmara Municipal – mesmo no referido quadro de isolamento partidário – o PTB marcou sua força na capital gaúcha¹⁰⁵.

1.1 – O que tinha o PTB a oferecer? A “democracia social” petebista.

Na segunda metade de setembro de 1963, o PTB realizou seu II Congresso Regional. Com a participação de parlamentares federais, estaduais e municipais, prefeitos e dirigentes, o Partido propunha-se a “debater problemas partidários e

¹⁰⁴ Coluna “Política Estadual”. *Jornal do Dia*, 12.11.1963, p. 2.

¹⁰⁵ Para o cargo de prefeito, o Partido alcançou 44,62 % dos votos válidos e, para o cargo de vice, 40,75%. Na Câmara dos Vereadores, obteve 26,73%, seguido de longe pelo MTR, que fez 12,29% (menos da metade) e ficou em segundo lugar no número de cadeiras ocupadas (quatro). NOLL, Maria Izabel e PASSOS, Manoel Caetano de A. *Op. cit.*, 1996.

regionais”¹⁰⁶. No evento, diversas teses foram apresentadas e defendidas e, ao final, publicadas em apêditos no *Correio do Povo*. Apesar de questões específicas debatidas, a temática geral – condizente com o período pelo qual o país passava – foi a “democracia”.

Teses como “A Democratização do Voto”, “A Necessidade ou não de ser Revista a Programática do PTB” e “Golpismo e Reformas” foram expostas por lideranças petebistas. Do que foi divulgado ao grande público, podemos retirar o que consideramos ser a *definição de democracia dos petebistas* naquele momento. Certamente, a idéia de democracia apresentada vinha legitimar o projeto político do Partido, ao mesmo tempo em que se chocava com a “noção democrática” de seus adversários.

Publicada na íntegra, a tese “Golpismo e Reformas”, proferida e assinada por Brizola, traz interessantes elementos. Por isso, reproduzimos a seguir trechos dela:

Na América Latina, só subsistem governos instituídos por golpes de estado com o apoio ou pelo menos a concordância dos EE. UU. O mesmo se deve dizer em relação às áreas sob domínio ou controle da União Soviética. Ora, se os EE. UU. emprestam seu apoio ou sua concordância é porque convém aos seus interesses. Se convém aos interesses norte-americanos, obviamente, é porque não convém aos de nosso povo e de nosso País (...). O golpismo na América Latina tende inexoravelmente para o servilismo e para as concessões aos interesses internacionais e, internamente, para medidas de fachada, de falsas reformas, sem modificações substanciais da estrutura ou do processo de espoliação econômica a que nós, latino-americanos, estamos submetidos. (...) Portanto, o golpe somente pode servir aos interesses estrangeiros e de grupos e oligarquias locais, associados direta ou indiretamente a esses interesses e, também, aos interesses de grupos militares de mando e de poder. Não corresponde aos interesses de povo e do processo de emancipação nacional. Não resolve a situação brasileira. (...) Concluindo: Neste período que estamos atravessando (...) qualquer governo instituído através de um golpe de estado não resolverá a crise brasileira. Venha de onde vier, sejam quais forem os propósitos que anunciarem seus autores. (...) Só uma democracia autêntica, onde os interesses do povo prevaleçam sobre os interesses da minoria dominante e privilegiada, só uma democracia verdadeira e intransigentemente nacionalista, que realize um conjunto de transformações da estrutura interna e que elimine a espoliação internacional de nosso país, conseguirá encaminhar e resolver a atual crise brasileira. E uma **democracia autêntica e nacionalista** será, exatamente, a própria revolução brasileira, o que não quer dizer, necessariamente luta fratricida e guerra civil, como também a guerra civil não quer dizer, por si só, uma revolução. A revolução brasileira poderia, inclusive, realizar-se pacificamente se uma pequena minoria dominante consentisse em abrir mão de seus privilégios anti-sociais e antinacionais. Infelizmente, porém, esta minoria vem se mostrando insensível e reacionária, cada dia mais apátrida, mais egoísta e desumana¹⁰⁷.

¹⁰⁶ “Instala-se hoje nesta capital o II Congresso Regional do PTB”. *Correio do Povo*, 19.09.1963, p. 7.

¹⁰⁷ “Apêdito – Golpismo, Reformas e Interesse Nacional”. *Correio do Povo*, 26.09.1963, p. 15. Grifos do texto original.

Antes de nos determos neste texto, consideramos necessárias algumas palavras sobre a relação entre as esquerdas e a democracia representativa brasileira no período pré-1964. Aliás, esta relação tem sido tema recorrente na historiografia sobre o período nos últimos anos. Contudo, recuando um pouco mais do que os “últimos anos”, apontamos um seminário realizado, em abril de 1986, pela parceria entre o Centro de Estudos e Cultura Contemporânea (CEDEC) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). O evento, que contou com a participação de estudiosos que ainda hoje aparecem como referência para as pesquisas sobre o período¹⁰⁸, resultou na publicação de um livro, através do qual tomamos conhecimento – e tivemos acesso – das palestras então realizadas¹⁰⁹. Mesmo passados mais de 20 anos, algumas idéias presentes na obra trazem elementos que foram desenvolvidos ao longo deste tempo, guardando semelhanças com certas teses defendidas pela historiografia atual. Este é o caso do trabalho apresentado por Daniel Aarão Reis Filho.

Ao classificar as organizações comunistas dos anos 1950 e 1960 como organizações descomprometidas com a questão democrática¹¹⁰, Reis Filho faz uma interessante divisão da democracia em três dimensões: a *dimensão social*, relativa à distribuição da riqueza, da propriedade e dos direitos sociais em geral; a *dimensão nacional*, relativa ao problema da democracia nos países fortemente submetidos à dependência política e econômica; e a *dimensão propriamente política*, relativa à participação política no conjunto da sociedade¹¹¹. Entretanto, entre as objeções que podem ser feitas a esta divisão proposta por Reis Filho, destacamos duas: aos que consideram a democracia um sistema puramente político, cujo objetivo é possibilitar de expressão de vontades e interesses políticos, ela (a democracia) não pode ser adjetivada; por outro lado, para os que vêem a realidade como uma série de dimensões imbricadas (dimensão social, dimensão cultural, dimensão econômica, etc.), esta perspectiva, por ser bastante didática, acaba por simplificar demais a discussão em questão. Porém, para

¹⁰⁸ Entre eles, destacamos Daniel Aarão Reis Filho e Maria Victória Benevides.

¹⁰⁹ GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro; Paz e Terra – CEDEC, 1986.

¹¹⁰ E esta avaliação do autor está presente em algumas de suas obras recentes, como é o caso de REIS FILHO, Daniel A. *O Colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*. In: FERREIRA, Jorge. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. E REIS, Daniel A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

¹¹¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Exposição de Daniel Aarão Reis Filho. In. GARCIA, Marco Aurélio (org.). *Op. cit.*, p. 17-18.

fins de análise histórica, seguimos considerando tal divisão válida, desde que não seja “radicalizada”.

Assim, o que pode ser considerado político na conjuntura dos anos 1960? Afinal, como já indicamos no início deste trabalho, o que pode ser considerado político e o que efetivamente entra na arena do político pode variar ao longo das conjunturas. Talvez seja interessante pensar nisso ao considerarmos a democracia em sua “dimensão política”.

Nesse sentido, posiciona-se Maria Victória Benevides ao afirmar que, na conjuntura dos anos 1950-60, o *político* era *a questão nacional e a questão social*. E a autora vai ainda mais longe: a questão da “participação política ampliada, da cidadania, e até dessa questão maior da liberdade política, não existia com clareza para as organizações comunistas e *para nenhum outro partido*, talvez com exceção dos poucos socialistas”¹¹². É importante que se ressalte que a discussão entre estes autores diz respeito às organizações político-partidárias, o que não quer dizer que a sociedade como um todo “dava as costas” à participação política, pois como certos estudos mostram, até 1964 estava havendo uma crescente adesão da população ao sistema eleitoral, bem como uma maior estabilização da identificação partidária por parte do eleitorado¹¹³. Além disso, como veremos a seguir, a vida comunitária em certos bairros de cidades como Porto Alegre apresentava grupos interessados na participação da gestão dos “assuntos da cidade”.

Do ponto de vista da organização interna dos partidos, achamos interessante a observação de Benevides. Não apenas os comunistas eram rígidos quanto à expressão das divergências no interior das organizações¹¹⁴: como vimos, a instabilidade dentro do PTB, por redundar, em alguns casos, em cisões, indica uma limitação às manifestações dos contrários no seio da agremiação. Conclusões semelhantes já foram feitas em relação ao PSD, por exemplo, de acordo com Lúcia Hippolito, onde não havia grandes possibilidades de democratização do acesso aos postos de comando¹¹⁵. Quanto à UDN,

¹¹² BENEVIDES, Maria Victória. Comentário de Maria Victória Benevides. In: GARCIA, Marco Aurélio (org.). *Op. cit.*, p. 32. Grifos nossos.

¹¹³ TRINDADE, Héglio. *Op. cit.*, 1975. LAVAREDA, Antônio. *Op. cit.*, 1991.

¹¹⁴ Sobre isso, ver RODRIGUES, Leônicio Martins. O PCB; os dirigentes e a organização. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, Tomo III, 3º volume, 5ª edição, 1991, pp. 361-446.

¹¹⁵ “A oligarquização da chefia, conseqüência da própria natureza do PSD e do papel que ele exerce no sistema político-partidário, é de molde a imprimir à renovação das lideranças um ritmo lento, quase imperceptível”. HIPPOLITO, Lúcia. *PSD – de raposas e reformistas (1945-64)*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1985, p. 137.

outro grande partido em nível nacional, apesar da expressão “democrática” em seu nome, inclinou-se acentuadamente ao golpismo como já é bem reconhecido na historiografia¹¹⁶.

Por outro lado, no que diz respeito à relação entre a democracia e mecanismos de justiça social, mesmo que ela não seja *necessária e direta*, é reconhecida a importância de um certo nível de igualdade social para o um bom funcionamento do sistema democrático¹¹⁷. Embora a adjetivação da democracia feita por Aarão possa ser contestada por muitos cientistas políticos, os cidadãos, em seu cotidiano, não a avaliam como um sistema puramente político. Isso porque, ao julgar o sistema político em que vivem, os indivíduos levam em conta uma série de expectativas que não se reduzem à esfera da política formal. Afinal, o mundo social é dividido apenas em nossas análises acadêmicas.

Embora saibamos que a democracia não produz por si só a justiça social, sabemos, no entanto, pela experiência dos países onde esse sistema de governo está consolidado e tem uma longa tradição de continuidade, que a relação entre democracia e justiça social também é objeto de construção política e institucional, [com] seu grau de eficácia dependendo, em grande parte: 1. da natureza dos mecanismos e das regras de procedimento, cujo funcionamento torna ou não possível que as demandas da sociedade (em particular, as pressões dos pobres e dos não-proprietários) tenham acesso ao sistema de tomada de decisões para ali influir. 2. de os interessados poderem (e quererem) se organizar e se representar para fazer uso dessa possibilidade, cuja natureza, como sabemos, varia no tempo e no espaço¹¹⁸.

O que parecia estar ocorrendo nos anos 1960 era o choque entre a categoria “povo” tratada, retoricamente, pelos setores conservadores – sobretudo da elite política – como homogênea e a realidade social, com sua heterogeneidade e as contradições decorrentes dela. Dentro do espaço político que lhes era possível, parcelas das camadas populares lutavam por suas prioridades, que, naquele momento, focavam-se no campo social. Inevitavelmente, transformações político-institucionais (a exemplo da reivindicação do direito de voto para as baixas patentes militares e para os analfabetos que havia na época) seriam alvo da exigência por mudanças mais cedo ou mais tarde. E isso não se daria – obviamente – sem conflitos. Como de fato não se deu.

¹¹⁶ Ver BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1981.

¹¹⁷ Este assunto é tratado em MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil. In: *Dilemas da Consolidação Democrática*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1989, pp. 119-177.

¹¹⁸ *Idem*, p. 133.

Sem desprezar as valiosas conquistas democráticas do período compreendido entre 1945 e 1964 – sobretudo uma considerável liberdade política –, acreditamos que o modelo de democracia representativa no Brasil encontrou sérios limites quanto à participação popular. Afinal, não podemos esquecer o paradoxo da convivência de uma abertura política com práticas autoritárias ainda nos anos 1940. No entanto, algumas análises recentes, dentre as quais as do próprio Daniel Aarão, parecem “culpar” demais as esquerdas pelo golpe de 1964. Enfatizando excessivamente a radicalização destes grupos – que de fato existiu – parecem deixar em segundo plano o papel dos setores conservadores, que se esforçaram para bloquear uma maior e relativamente efetiva democratização da sociedade brasileira.

Voltando, agora, à tese publicada pelo PTB em 1963, podemos pensá-la à luz do esquema proposto por Daniel Aarão. A *dimensão social* é enfatizada ao final da mensagem como uma condição para uma *autêntica* democracia, o que mostra a crença na ligação entre as esferas social e política que – como já vimos –, se não é necessária em teoria, era vista como necessária pelo PTB ou, ao menos, pelo seu setor mais radical. A importância do “argumento democrático” para o discurso conservador já é bem conhecida. Foi com a pretensa defesa da democracia que os golpistas de 1964 buscaram legitimar seu movimento¹¹⁹. Assim, ao falar em “autêntica democracia” o PTB está lutando pelo poder de *definição* do que seria a democracia necessária ao Brasil como forma de legitimar seus posicionamentos naquela intensa conjuntura política. Mais ainda: ao dar ênfase à questão social, os petebistas estão se afirmando entre sua base de apoio – os setores trabalhadores e populares –, buscando legitimidade enquanto seus representantes.

Mas, além dessa *dimensão social*, a mensagem publicada pelo PTB traz um elemento que consideramos importante e que não pode ficar de fora das considerações sobre o período: trata-se da questão da *autonomia nacional*. No início da tese, quando são tratadas as possibilidades que um governo instituído pelo golpe de estado teria para se afirmar, é citado o peso exercido pelo “apoio” ou pela “concordância” por parte dos Estados Unidos para a afirmação ou não do governo hipotético. Esta referência ocorre devido ao fato de o Brasil encontrar-se na área de influência estadunidense. Contudo, a

¹¹⁹ Indicamos, aqui, a “divisão” realizada por Rodrigo Patto Sá Motta em MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo; Perspectiva, 2002, pp. 15-46. Trata-se de uma interessante esquematização dos argumentos anticomunistas que alimentaram o golpismo no Brasil ao longo do século XX. O historiador identificou três matrizes do anticomunismo brasileiro: o Catolicismo, o Nacionalismo e o Liberalismo. Esta última teve, segundo Motta, grande relevância na conjuntura dos anos 1960, gravitando em torno da questão democrática.

mensagem cita que o mesmo aconteceria em um país que estivesse sob a influência soviética. Isso indica que os agentes políticos que pensavam a questão democrática naquele momento levavam em conta – e, em nossa opinião estavam certos nisso – a questão da autonomia nacional, que para países como o Brasil era de extrema importância. Em outras palavras, o “conteúdo nacional” era de grande relevância, se levarmos em consideração o contexto da Guerra Fria, no qual a disputa das duas superpotências influenciava nos sistemas políticos de diversos países – como se viu no caso brasileiro em 1964 e em vários outros países da América Latina.

Em suma, as questões *social e nacional*, que aparecem com ênfase na mensagem eram as prioridades das esquerdas na arena política naquele momento¹²⁰. As reformas, de maneira específica, por proporcionarem uma maior distribuição dos recursos materiais, influenciavam, em última instância, a participação política, na medida em que aumentavam a qualidade da participação da população mais pobre. Tal ponto de vista foi expresso na Câmara Municipal porto-alegrense durante as discussões acerca do pedido de estado de sítio feito por João Goulart. A visão que predominou na bancada petebista foi exatamente essa: um fortalecimento da questão social no Brasil que deveria ser seguido – e em seu raciocínio isso parecia de maneira talvez um tanto mecânica – por um fortalecimento da questão da participação democrática¹²¹.

Com essas considerações, queremos sugerir que, apesar da retórica autoritária de parcelas da esquerda, a preocupação com a democracia existia e não era uma postura cínica ou hipócrita, que muitas vezes o senso comum atribui às ações dos grupos políticos. Talvez estivesse enredada em equívocos estratégicos, mas não em cinismo ou hipocrisia. Por outro lado, como já comentamos, essa tendência autoritária não se restringia à retórica, mostrando-se inclusive na organização interna dos Partidos. Ainda no que diz respeito à retórica, é a partir da fala que as figuras públicas da política posicionam-se frente à sociedade. Desse modo, a retórica assume, sim, importância. Porém, mesmo assim, acreditamos que havia noções diferentes de “democracia desejada” que se chocavam. E, no caso do setor hegemônico no PTB, tal noção

¹²⁰ Outro elemento que aparece com destaque na mensagem – mas que não apresenta maior importância para nosso enfoque – é a questão do caráter da revolução brasileira, tema muito presente no pensamento e nas preocupações das esquerdas e da intelectualidade daquele momento. Sobre isso, limitamo-nos a afirmar que, com a referência à revolução brasileira, os petebistas apresentavam seu modelo de democracia como sendo o verdadeiro caminho que a sociedade deveria tomar na busca por sua autonomia e justiça social.

¹²¹ A discussão se deu entre representantes do Partido Libertador (PL) e do Partido Social Progressista (PSP) e membros da bancada do PTB. Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1963, pp. 31-35 e pp. 44-45 e pp. 48-49.

enfativava a dimensão social – assim como no caso de outros setores das esquerdas, como os comunistas. Pessoalmente, somos da opinião de que uma proposta como a petebista – apesar de incompleta – era muito mais progressista do que a retórica liberal de seus adversários conservadores. Mais adiante, na análise das discussões na Câmara Municipal, poderemos perceber com alguma clareza que alguns políticos do PTB – e mesmo alguns comunistas no seio do Partido Trabalhista – participavam e, de certa forma, incentivavam a organização da população em suas lutas pela cidade. Essas lutas, mesmo quando explicitavam apenas seu conteúdo social, traziam em si um conteúdo político, no sentido de *participação política*. Uma participação política mais desejosa de autonomia, o que faz com que consideremos as classificações das esquerdas da conjuntura pré-1964 como simplesmente autoritárias um tanto equivocadas e passíveis de revisão.

2 – Porto Alegre e sua “vida urbana”: as lutas dos moradores.

Porto Alegre, há 45 anos atrás, encontrava-se atravessada por uma série de problemas. Nas discussões da Câmara Municipal, algumas questões apareciam com uma certa frequência; era o caso da iluminação e da situação das ruas no que diz respeito à pavimentação. Dentro da amostragem por nós delimitada (os meses de setembro a novembro dos anais), estes temas – sobretudo o da iluminação –, embora não suscitasse grandes polêmicas, estiveram presentes em quase todos os dias. As “indicações” e os “pedidos de providência”, instrumentos regimentais utilizados pelos vereadores para chamar a atenção do Executivo municipal para determinadas questões, solicitavam o atendimento destas carências, fosse através da instalação de bicos de luz em trechos escuros, fosse através da pavimentação ou do reparo do calçamento de ruas. Quanto ao primeiro caso, foi emblemático o dia em que, de uma única vez, foi solicitada a instalação de 19 bicos de luz em diferentes pontos da cidade, sendo o caso, inclusive, noticiado na imprensa¹²². Mas foi no campo salarial do funcionalismo e na utilização do sistema de transportes que os problemas da cidade mostraram-se mais tensos. Assim, selecionamos estas duas questões que, devido à sua intensidade, marcaram a vida social e política de Porto Alegre no período. Passamos agora a discuti-las separadamente, mas mantendo-as ligadas – sempre que possível – pela questão da participação popular nas

¹²² Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, outubro de 1963, p. 29. E “Bicos de luz: Pedidos de Instalação Batem Recorde”. *Última Hora*, 04.10.1963, p. 2.

resoluções destes problemas. Ao final do capítulo, discutiremos alguns elementos referentes à relação dos movimentos associativos com a política municipal.

2.1 – A greve dos municipais

A primeira grande questão que emergiu na vida política e social de Porto Alegre foi a eclosão de uma greve dos funcionários municipais em meados do mês de setembro de 1963. Nas semanas anteriores, os barnabés – como também eram chamados os funcionários – vinham pressionando a Prefeitura na reivindicação por um aumento de 70% nos vencimentos, reivindicação essa que colidia com a argumentação de falta de verbas por parte do governo municipal. Assim, quando os jornais noticiaram a eclosão do movimento paredista, funcionários e governo encontravam-se em um arrastado processo de negociações.

Um ponto interessante – e que se destacou nas discussões entre os vereadores e nos pronunciamentos do prefeito – foi o encaminhamento das negociações entre os grevistas e a Prefeitura. Logo no início do movimento, o surgimento de um Comando de Greve não subordinado ao órgão que em teoria representaria os municipais, a Associação dos Funcionários Municipais (AFM), demonstrou a existência de uma forma alternativa de mobilização entre os trabalhadores.

Logo após a deflagração da greve, o prefeito Loureiro da Silva, deu à imprensa a seguinte declaração:

Reafirmando os termos da nota que solicitei divulgação nos jornais, no rádio e na televisão, posso dizer ao povo de Pôrto Alegre que a greve, deflagrada por um grupo de funcionários comunistas da Prefeitura, é uma das ramificações de um movimento mais amplo (...). Movimento êste que, como os outros, tem sua origem nos mais variados pretextos, e, sobretudo, aquele que deteriora a autoridade pública e as instituições.

O [movimento] dos funcionários municipais – acrescentou o Sr. Loureiro da Silva – que entraram em greve, uma minoria que está pressionando e insultando os que, realmente, querem trabalhar, tem uma condição imoral e ilegal. (...) O que se observa nessa greve – ressaltou o chefe do executivo metropolitano – é algo interessante: a reivindicação estava sendo providenciada; os vencimentos estão pagos em dia (...) e, finalmente, o direito ao trabalho, que é sagrado em todo o mundo civilizado, quer ser sonegado, através da violência, por uma minoria que não exprime absolutamente o pensamento da classe municipal, que é de ordem e paz¹²³.

¹²³ “Loureiro afirma ser a greve imoral e ilegal”. *Correio do Povo*, 13.09.1963, p. 16.

O então prefeito de Porto Alegre, pelo que se percebe no trecho acima, apressou-se em desqualificar o movimento, taxando-o de desordeiro e descolado do “pensamento da classe municipal”. Ao melhor estilo anticomunista, a greve foi apresentada como o ato de uma minoria estranha à classe municipal, um “grupo de funcionários comunistas da Prefeitura”.

Para resolver os problemas práticos surgidos com a paralisação, o governo municipal e o governo estadual empreenderam uma ação conjunta, com o deslocamento de funcionários estaduais para os estabelecimentos municipais e com a mobilização de hidráulicas para o imediato restabelecimento dos serviços de água e esgoto – os principais setores atingidos pela greve. Também, efetivos da Brigada Militar foram mobilizados para vigiar as entradas das repartições públicas onde os piquetes estavam concentrados¹²⁴.

Quanto às negociações, o prefeito Loureiro da Silva recusou-se a dialogar com o Comando Grevista que se formou ou com qualquer outra entidade que não fosse a Associação dos Funcionários Municipais (AFM). Enquanto isso, em seus pronunciamentos, o prefeito de Porto Alegre seguia atribuindo à greve características de um ato traiçoeiro.

A eclosão do movimento em meio ao processo de negociação e a existência de dois canais de representação dos trabalhadores – a oficial AFM e o Comando Grevista – podem nos indicar tensões e discordâncias dentro do movimento reivindicatório dos funcionários. Em torno da necessidade de uma conciliação, giraram as discussões em plenário. No entanto, uma palavra sobressaiu-se: intransigência. Em seu discurso, o vereador Alberto Schroeter, um dos tantos comunistas que “habitavam” o Partido Republicano (PR)¹²⁵, criticou a postura de Loureiro da Silva, a qual caracterizou como intransigente, pois, de acordo com o vereador, a solução existia, mas apenas não era encontrada, “porque o Sr. Prefeito [teimava] em não se entender com os funcionários, convicto de que se [tratava] de um grupo de agitadores bem industriados, com a

¹²⁴ De acordo com a cobertura do *Correio do Povo*.

¹²⁵ Alberto Schroeter, nascido em Erechim, tinha, no ano de 1963, 35 anos e a experiência de trabalho como comerciário e militante comunista. MARÇAL, João Batista e MARTINS, Marisângela. *Dicionário ilustrado da esquerda gaúcha: anarquistas, comunistas, socialistas e trabalhistas*. Porto Alegre; Libretos, 2008, p. 126. Já a utilização do PR pelos comunistas é constantemente citada por ex-lideranças políticas, o que tivemos a oportunidade de ouvir por diversas vezes em nosso trabalho junto ao já citado Programa de História Oral do CD-AIB/PRP. Além disso, Alexandre Fortes, em seu estudo sobre a atuação política dos trabalhadores no Quarto Distrito de Porto Alegre, confirma e expõe o processo de entrada dos comunistas no Partido Republicano. FORTES, Alexandre. *Op. cit.*, 2004, p. 400-401.

intenção de provocar desordens”¹²⁶. Ainda segundo Schroeter, o único responsável por aquela situação, naquele momento, seria o prefeito Loureiro da Silva. Em resposta, o pedecista Milton Pozollo de Oliveira¹²⁷ argumentou que a intransigência não partira apenas do prefeito, mas, também, do Comando Grevista. Também o udenista Larry de Faria¹²⁸ reprovou o rumo que a greve tomara, segundo ele, devido à existência de agitadores e elementos “estranhos” ao funcionalismo, considerando a reivindicação dos municipais legítima, mas avaliando a greve como injusta¹²⁹. Sua crítica dirigiu-se, sobretudo, às manifestações de solidariedade vindas de pessoas que não fariam parte do funcionalismo, na recorrente postura conservadora de taxar a solidariedade entre categorias distintas como agitação subversiva.

Em seus pronunciamentos, o representante da UDN manteve implícita a idéia de conciliação, fazendo referências aos interesses e necessidades do “povo de Porto Alegre”. Do ponto de vista dos serviços atingidos, certamente, a prejudicada fora a população como um todo, mas de maneiras bem diferenciadas em função do poder aquisitivo, local de moradia na cidade, etc. Mesmo assim, o tratamento, por parte de determinados políticos, dos conflitos em termos de categorias amplas e homogeneizadoras como “povo”, parecia despir o meio urbano de conflitos próprios de sua organização social, tratando os habitantes da cidade como um bloco monolítico.

A já citada existência de divergências quanto ao tipo de ação a ser empregado dentro do funcionalismo municipal foi percebida por Schroeter quando, em discussão com o líder de governo no plenário, Pozollo de Oliveira, afirmou ser a dualidade de representação dos trabalhadores no caso da greve “uma questão interna dos municipais”¹³⁰. Embora não saibamos o porquê desta dupla representação, o apelo dos grevistas a um Comando de Greve no lugar da AFM pode indicar que, por um lado, os funcionários paralisados representavam setores mais radicais do funcionalismo ou, por

¹²⁶ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1963, p. 80.

¹²⁷ Milton Pozollo de Oliveira, como se verá adiante, era o dedicado líder de governo no plenário municipal. Sua lealdade à ADP parece ter contribuído para a consolidação de sua carreira política, já que, em correspondência da União dos Moradores da Cascata, em 1965, é identificado como diretor do Departamento Municipal da Casa Popular. Ofício, 21.11.1965. Arquivo Pessoal de Ivo Fortes dos Santos.

¹²⁸ Larry Pinto de Faria era um político egresso do “mundo dos esportes”, onde atuou como centro-avante do Sport Club Internacional nos anos 1950. Sua “origem esportiva” provavelmente lhe rendera algum sucesso eleitoral. “O Ídolo e as Urnas”. *Última Hora*, 13.11.1963, p.24.

¹²⁹ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1963, p. 77-78.

¹³⁰ *Idem*, p. 81.

outro lado, que AFM seria, naquele momento, um órgão sem muito espaço efetivo de decisão e ação combativas para os trabalhadores.

Enfim, nas discussões em plenário, os vereadores também sentiram a necessidade de participar do processo de negociação. Assim, foi criada uma Comissão Especial para estudar o caso e acompanhar as negociações.

Dentro da Bancada do PTB, houve uma diferença de posicionamento. Enquanto José César Mesquita¹³¹ afinou-se com o republicano Schroeter na defesa dos grevistas, Revoredo Ribeiro, o mesmo que fizera oposição ao nome de Ajadil para o cargo de vice-prefeito, foi crítico em relação à greve. O vereador – que já a classificara como “extemporânea e inoportuna”¹³² –, opinou que o Comando não representaria “a totalidade da vontade dos funcionários do Município” – o que, no entanto, parecia ser verdadeiro também para a AFM, fato que escapava ao vereador – e por isso deveria transferir a condução das reivindicações para a Associação dos Funcionários em parceria com a Comissão Formada pela Câmara Municipal¹³³.

A formação dessa Comissão de vereadores para participar das negociações, mais do que uma responsabilidade dos parlamentares, funcionava como uma forma de legitimar seus papéis como *mediadores* da população na esfera política. O caso, portanto, demonstra uma tensão entre a busca por uma participação mais direta por uma parte dos trabalhadores e os limites dos órgãos representativos, seja na esfera do funcionalismo (representado pela formação do Comando Grevista como alternativa à AFM), seja na esfera do legislativo municipal (representado pela formação da Comissão Especial). Frente à sociedade, a Câmara deveria mostrar-se atuante na resolução do problema.

Por fim, a saída do impasse foi mesmo a negociação. A postura mais combativa e até autônoma do Comando Grevista foi preterida pela via de manifestação mais “enquadrada”, representada pela Associação dos Funcionários Municipais. Reuniões entre a direção da AFM, vereadores e o prefeito e uma nota oficial deste último

¹³¹ José César de Mesquita transitou pela militância do PCB, do qual se desligou nos anos 1950, ingressando no PTB. Desse afastamento, surgiram fortes atritos com outras figuras de relevo no comunismo gaúcho. Sobre isso, ver FORTES, Alexandre. *Op. cit.*, pp. 402-406. Além disso, César Mesquita foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, uma categoria que, como mostra Alexandre Fortes, esteve na frente das grandes lutas políticas dos trabalhadores, o que fez com que, nos anos 1960, Mesquita tivesse consideráveis experiências e capital políticos acumulados. Outra fonte para informações sobre ele é o verbete existente em MARÇAL, João Batista e MARTINS, Marisângela. *Op. cit.*, p. 87-88.

¹³² Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1963, p. 76.

¹³³ *Idem*, p. 79.

publicada na imprensa¹³⁴, decretaram o resultado: com o apoio de Loureiro da Silva, Ruy Vieira da Rocha, presidente da AFM, viajaria a Brasília a fim de negociar um empréstimo junto ao governo federal que possibilitasse o aumento reivindicado. Os serviços voltavam progressivamente a seu funcionamento. Depois de cinco dias, a greve chegava ao fim.

A tensão entre a representação e a participação não foi a única característica interessante do caso da greve dos municipais. Durante o movimento, chamou-nos a atenção a presença freqüente de policiamento ostensivo nas ruas de Porto Alegre. Nesse sentido, os petebistas Jorge Achutti e César Mesquita, bem como republicano Alberto Schroeter, por vezes chamaram a atenção do Plenário para o excesso do aparato policial em torno dos manifestantes, o mesmo fazendo Aloísio Filho (PTB)¹³⁵ que, em um momento de humor espirituoso, arrancou risos de alguns colegas, referindo-se ao policiamento em frente à Prefeitura como “desfile militar”¹³⁶. Posteriormente, no mês de outubro, haveria uma nova greve na cidade, esta, contudo, entre os bancários. Este movimento não despertou o mesmo interesse por parte dos parlamentares, mas, a exemplo do caso da greve dos municipais, a Brigada Militar foi novamente mobilizada. Entre os protestos do movimento estava a reclamação quanto ao ostensivo policiamento dos bancos da cidade. Trazemos, em anexo ao final do trabalho, algumas imagens do jornal *Última Hora*. Certamente, o caráter um tanto sensacionalista do periódico nos deve fazer questionar sua cobertura fotográfica. No entanto, a concordância das fotos com os reclames de vereadores e grevistas nos fazem crer que, por maior que seja o exagero do jornal, a democracia pré-1964 foi muito bem vigiada pelas armas policiais. E – como veremos no caso dos transportes públicos – não apenas nos momentos de greve.

Estas greves de Porto Alegre faziam parte da tática geral que se “espalhava” pelos movimentos de trabalhadores no Brasil dos anos 1960. Partindo das informações

¹³⁴ Na nota, Loureiro da Silva informava as medidas adotadas e convocava os funcionários a voltarem ao trabalho, prometendo que não haveria punições e que os dias de paralisação não seriam descontados dos vencimentos. No fim da nota, o prefeito lançava um último apelo: se os funcionários não encerrassem a greve, ele teria de fazer uso das “medidas legais adequadas”. “Prefeitura Municipal de Pôrto Alegre – Apêlo e Convocação”. *Correio do Povo*, 17.09.1963, p. 4.

¹³⁵ Aloísio Filho, classificado por Alexandre Fortes como um “moderado comerciante”, tinha, no Quarto Distrito de Porto Alegre, o forte de sua base eleitoral, tendo, inclusive, presidido a Associação de Amigos do Quarto Distrito. Em sua trajetória política-profissional, teve estreitas ligações com Armando Temperani Pereira, liderança que, partindo da Câmara Municipal, chegou a ocupar o cargo de Deputado Federal pelo PTB. Quando começou a alçar vôos maiores, Temperani Pereira seguiu tendo em Aloísio Filho um forte aliado e um competente cabo eleitoral. FORTES, Alexandre. *Op. cit.*, 2004, p. 401.

¹³⁶ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1963, p. 107. Para as demais críticas ao policiamento, ver Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1963, p. 81 e p. 99.

coletadas em um estudo feito no início da década de 80¹³⁷, percebemos, no levantamento das greves realizadas no Rio Grande do Sul entre 1945 e 1979, a maior incidência de movimentos paredistas no período imediatamente anterior ao Golpe de 1964. Assim, das 214 greves ocorridas nas três décadas e meia, 54 delas se concentraram entre os anos de 1962 e 1966, com especial destaque para o ano de 1963, quando 34 greves foram deflagradas¹³⁸, no que parecia ser um movimento de tensionamento do espaço político na busca por sua expansão. Este mapeamento preliminar dos movimentos grevistas mostra uma acentuada redução de sua incidência nos primeiros anos do regime militar: do número recorde de greves de 1963, passamos a uma média de 2 greves por ano até 1968¹³⁹ – ano a partir do qual as paralisações encerram-se, iniciando novamente em 1978, já no contexto da gradual abertura política realizada pelos governos militares. Apenas estes números já mostram uma “tendência repressiva”, por parte dos governos pós-1964, sobre os movimentos de trabalhadores. No entanto, uma vista sobre os embates políticos do período imediatamente anterior ao golpe pode confirmar o que está se esboçando em nossa pesquisa: a repressão já vinha ocorrendo no Rio Grande do Sul nos anos 1960 (ao menos, em Porto Alegre, mas não nos parece razoável supor que fosse assim apenas na capital, onde a maior “visibilidade pública” deveria servir como um inibidor da ação repressiva), onde – é importante que não esqueçamos – o governo era ocupado pela coalizão que representava as forças conservadoras gaúchas.

A questão da relação dos movimentos associativos com o policiamento, no entanto, apresenta uma maior complexidade. Os acontecimentos em torno das greves e – como se verá – do episódio do aumento das passagens mostram que a polícia cumpria seu papel de repressão, mesmo no período democrático. Porém, a própria população demandava um cuidado por parte das autoridades no que dizia respeito à questão da segurança.

É assim que encontramos, entre a documentação da União dos Moradores da Cascata (UMC), um ofício datado de outubro de 1962 – dois meses após a fundação da

¹³⁷ PETERSEN, Áurea T. et al. *Movimentos Grevistas no Rio Grande do Sul de 1945 a 1979*. Porto Alegre: IESPE/PUCRS, 1982.

¹³⁸ Dessas 34 greves realizadas no RS, 15 ocorreram em Porto Alegre, sendo 11 restritas apenas à capital e 4 simultaneamente realizadas em Porto Alegre e em outras cidades do interior.

¹³⁹ É interessante notar que, das 12 greves realizadas em 1964, 10 delas se concentraram nos meses de janeiro e fevereiro, ou seja, antes do golpe militar. De outro modo, entre abril de 1964 e junho de 1968, há a eclosão de apenas 8 greves.

mesma – enviado ao responsável pela 5ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre, reivindicando a instalação de um posto policial na zona atendida pela UMC. Em anexo ao ofício, era encaminhado um abaixo-assinado com “mais de cem assinaturas de moradores da Cascata”¹⁴⁰ como forma de legitimar a reivindicação. No entanto, um ofício dirigido ao Comandante Geral da Brigada Militar, Cel. Otavio Frota, convidando-o para a inauguração oficial do posto, em dezembro de 1964, demonstrava que o atendimento da reivindicação levava mais de dois anos¹⁴¹. Neste processo, contudo, a ação dos moradores não se limitou a interpelar as autoridades através da UMC. Pelo que consta no ofício, moradores e proprietários da zona uniram-se, cedendo um prédio e juntando verbas para os gastos com a instalação do posto.

A quantidade de pessoas envolvidas e o fato de ser uma reivindicação iniciada pouco tempo após a fundação da UMC parecem indicar uma certa prioridade dada à questão do policiamento por parte dos moradores da região. Isto confere uma maior complexidade na relação entre os movimentos associativos e a polícia, o que nos permite inferir que a presença policial, garantindo a segurança na vida da comunidade, era também um elemento constituinte da cidadania almejada pelas camadas mais populares.

2.2 – O sistema de transporte

Pelo mesmo período, e em meio a uma crise de carestia que foi muito lembrada nas justificativas da greve, outro acontecimento marcou a “vida urbana” de Porto Alegre: o governo municipal deu carta branca para um aumento das tarifas de ônibus que chegou, em determinadas linhas, a 30%. Tal aumento foi diferenciado nos vários pontos da cidade, pois, além de grande parte das linhas pertencerem a particulares, não havia uma tarifa padrão de transporte.

O aumento das tarifas, que não fora o primeiro do ano, despertou estranheza entre alguns vereadores, sobretudo os mais atuantes em plenário. César Mesquita atribuiu diretamente ao Executivo municipal a responsabilidade pela majoração: este teria não apenas permitido como incentivado a elevação dos serviços em função de uma situação

¹⁴⁰ Ofício n°. 31, 22.10.1962. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. O documento é, na verdade, uma cópia do original que foi enviado ao delegado Eurico Barreto Viana, guardada para o controle da própria Associação, não constando, contudo, a cópia do abaixo-assinado, o que nos impossibilita precisar o número de assinaturas.

¹⁴¹ Ofício n°. 82/64, 02.12.1964. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

deficitária da Companhia de Transporte Municipal Carris¹⁴². Em meio às discussões suscitadas pelas acusações do vereador do PTB, não ficou claro se o aumento partira da iniciativa do governo ou de pressão de particulares, donos de empresas de transporte. Contudo, as manifestações em função do aumento foram interessantes, sendo praticamente unânimes no que diz respeito ao reconhecimento das dificuldades criadas para a população de baixa renda.

Entre os vereadores mais presentes, as críticas à postura do governo e, de maneira mais específica, da Secretaria Municipal de Transportes, foram constantes. Comentamos anteriormente a diferença de votos existente entre os dois candidatos aos cargos executivos e as legendas partidárias que compunham a ADP no pleito de 1963. O caso do aumento da tarifa de ônibus nos oferece uma pista que pode confirmar uma das hipóteses levantadas para explicar essa diferença: o líder de governo na Câmara, Milton Pozollo de Oliveira (PDC), ficou isolado, tentando diminuir ao máximo o desgaste político gerado pela medida. A intensidade dos atritos neste caso demonstrou com maior clareza algo que apareceu de maneira constante nos debates entre os meses de setembro e novembro: a imagem freqüente do vereador pedecista isolado frente aos ataques contra o governo municipal foi o retrato da falta de coesão da ADP em plenário. De fato, na Câmara Municipal, a ADP não existiu, o que nos leva a crer que os esforços pela unidade na campanha, se existiram, foram, na prática, pífios.

O panorama dos sistemas de transporte urbano em Porto Alegre afina-se com o que os sociólogos Kowarick e Bonduki chamaram de *laissez faire* urbano, isto é, a omissão do Poder Público em meio ao processo de crescimento das cidades¹⁴³, o que em praticamente todos os casos facilitou a instauração de profundas desigualdades ao longo do espaço. A ausência de um instrumento de controle mais eficaz das tarifas e dos serviços de transporte das empresas particulares e a precariedade da fiscalização sobre a prestação desses serviços por parte do Executivo porto-alegrense colocavam a população à mercê das empresas privadas, apesar da resolução de pequenos problemas.

Com todo o desconto que deve ser dado a um jornal de forte oposição, a *Última Hora* parece ter resumido o teor das caracterizações feitas por vereadores de vários partidos em plenário quanto ao sistema de transporte público em Porto Alegre: uma

¹⁴² Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1963, p. 47-49.

¹⁴³ KOWARICK, Lúcio e BONDUKI, Nabil. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio. *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, Passado e Presente*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2ª edição, 1994.

prestação de serviços precária que, em função das dificuldades financeiras de cada empresa, pouco se preocupava com a qualidade do atendimento da população¹⁴⁴.

Nesse sentido, são interessantes – e até surpreendentes – as considerações do pessedista Marques Fernandes¹⁴⁵. Representante de um dos partidos mais conservadores no cenário político gaúcho dos anos 1945-1965, Fernandes assumiu uma postura feroz de crítica ao governo de Loureiro a partir do setor de transporte público.

O vereador citou o “desaparecimento” de ônibus em locais como a Restinga, indicando um sucateamento, por parte do Poder Público de um serviço que, em todos os seus apertes caracterizou como sendo “altamente social”¹⁴⁶. Sobre a postura da Administração Loureiro da Silva, o udenista Larry Pinto de Faria já havia comentado a tendência que se desenhava de uma progressiva retirada do Poder Público do setor dos transportes na capital¹⁴⁷. A necessidade de diminuição de gastos parecia estar sendo combatida através de uma diminuição das atribuições do Executivo – pelo menos, no que pudemos apurar da situação dos transportes públicos¹⁴⁸.

Às duras críticas de Marques Fernandes, somaram-se as de Schroeter que, no mesmo sentido, apontou a “fuga” do Poder Público no que diz respeito ao setor dos transportes. Ambos, Fernandes e Schroeter, participaram de discussões na Associação dos Moradores da Lomba do Pinheiro, nas quais se concluíra que a tentativa de ceder cada vez mais linhas a particulares redundaria em grandes aumentos de passagem em

¹⁴⁴ “SMT: maioria dos ônibus ‘trafega precariamente’”. *Última Hora*, 07.10.1963, p. 2. A reportagem em questão baseava-se em um estudo feito por técnicos da Secretaria Municipal de Transporte e declarações do próprio secretário titular da pasta, João Antônio Dibb.

¹⁴⁵ Célio Marques Fernandes, político oriundo da carreira policial, era um dos vereadores mais presentes em plenário. No ano de 1964, em função de um acordo de seu Partido com a bancada petebista, ocupou a presidência da Câmara Municipal. Segundo os depoimentos de Lauro Hagemann e Sereno Chaise – ambos à disposição para consulta no CD-AIB/PRP –, tal acordo oferecia ao pessedista a presidência da Câmara em troca do apoio de sua bancada ao Pampa 45, Plano de Ação do Município de Porto Alegre, elaborado pela equipe de Sereno Chaise durante a sua campanha de 1963. O acordo é tratado também em KLÖCKER, Luciano. *Op. cit.*, 2007. De qualquer maneira, com o Golpe de 1964 e a posterior cassação de Sereno Chaise e seu vice, Ajadil de Lemos, ocorreu algo que não havia sido cogitado pelos petebistas na ocasião do acordo: por ser o próximo na linha sucessória, Célio Marques Fernandes passou a ocupar o cargo de prefeito de Porto Alegre. Posto em que seguiu até 1969.

¹⁴⁶ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1963, p. 191. A caracterização do serviço de transportes como um serviço de “conteúdo altamente social” foi constante em praticamente todos os seus comentários sobre o assunto.

¹⁴⁷ *Idem*, pp. 54-55.

¹⁴⁸ A já citada biografia de Loureiro da Silva, escrita por Celito de Grandi, coloca o ajuste financeiro como o “carro-chefe” da Administração em questão, abordando-a, entretanto, como o grande legado positivo do referido Prefeito de Porto Alegre.

um breve intervalo de tempo¹⁴⁹. Por fim, houve o ataque de Schroeter à postura da Prefeitura em sua “política privatista no transporte coletivo”¹⁵⁰.

Ainda no caso da Lomba do Pinheiro, Fernandes rebateu as alegações da Prefeitura – que aparentemente afirmara ser a linha muito longa, o que dificultava o seu atendimento –, dizendo que, ao aprovar aquele loteamento, o Executivo “já sabia que a distância era esta mesma”¹⁵¹. Tal comentário parece confirmar a omissão do Poder Público no processo de loteamento do solo urbano apontada por grande parte da bibliografia sobre o assunto¹⁵². Por fim, as linhas foram mesmo passadas a particulares.

No entanto, foi dos moradores do bairro Vila Jardim, que partiu o primeiro movimento mais organizado contra o aumento das tarifas. Segundo reportagem da *Última Hora*¹⁵³, essa manifestação teria feito o governo do estado mobilizar cerca de 100 brigadianos e 30 membros da polícia de choque para “acompanhar” os protestos¹⁵⁴. As imagens evocadas por textos e fotos nas páginas da *Última Hora* mostram o bairro da Vila Jardim transformado em uma praça de guerra. Mais uma vez, policiamento ostensivo: cavalarianos da Brigada Militar e agentes da DOPS, além da prisão de cinco manifestantes – sendo que dois teriam sido espancados na DOPS¹⁵⁵. A apreensão quanto às possíveis reações dos moradores do bairro fez com que os empresários recolhessem os ônibus da linha no dia do protesto. Ainda segundo a notícia, em determinados momentos, alguns coletivos teriam sido cercados pela multidão, sem, contudo, terem sido danificados.

¹⁴⁹ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1963, p. 191.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 191.

¹⁵¹ *Idem*, p. 192.

¹⁵² Afirmações e considerações nesse sentido aparecem em CARRION, Otília. *Op. cit.* SILVA, Marcelo K. *Op. cit.* Estes autores tratam do caso porto-alegrense; sobre o caso paulistano, ver CALDEIRA, Teresa. *Op. cit.*, 1980. KOWARICK, Lúcio e BONDUKI, Nabil. *Op. cit.*

¹⁵³ “Vila Jardim em pé de guerra contra aumento dos ônibus”. *Última Hora*, 09.09.1963, p. 3.

¹⁵⁴ A cobertura dos protestos por parte do *Correio do Povo* foi quase inexistente. Por isso, nossas considerações sobre estes acontecimentos baseiam-se, sobretudo, nos exemplares da *Última Hora* e nas discussões dos Anais da Câmara Municipal.

¹⁵⁵ Na segunda metade do mês de julho, Carlos Lacerda, governador da Guanabara e figura destacada da direita brasileira, realizou uma visita a Porto Alegre para participar de um Congresso de Engenharia Sanitária. Na recepção a Lacerda, os grupos opostos à sua ação política mobilizaram-se para uma série de protestos desde sua chegada ao aeroporto Salgado Filho. O aparato policial, na ocasião, fora considerável. Entre os tumultos que ocorreram, houve pancadarias e até tiros, sendo que um ferroviário que acompanhava os acontecimentos acabou ferido. Este episódio é significativo na medida em que representa mais um caso de excesso policial na conjuntura pré-golpe militar. O acontecimento foi amplamente noticiado nos jornais do mês de julho de 1963, desencadeando, inclusive, uma CPI na Assembléia Legislativa para apurar a participação de funcionários da Petrobrás, bem como a atuação do policiamento na ocasião.

A manifestação consistiu em uma caminhada do bairro até o Palácio Piratini¹⁵⁶, onde uma comissão representando os moradores buscou conversar com o Chefe da Casa Civil, Plínio Cabral. As denúncias lá apresentadas pelos manifestantes foram as seguintes: 1) omissão da fiscalização municipal no que se refere à superlotação dos ônibus; 2) não cumprimento dos horários por parte das empresas, o que se revertia na formação de longas filas; 3) o mau atendimento nos horários de pique e 4) conivência das autoridades com o monopólio da empresa na área. Todas as reclamações dos moradores apontam para a insuficiência ou a omissão da fiscalização, por parte do Poder Público, sobre as empresas particulares. Sobretudo, o último ponto evidencia a possibilidade de influência por parte dos empresários no que diz respeito à concessão das linhas.

A mobilização dos moradores da Vila Jardim parece ter tomado tal vulto que a empresa efetuou a revisão de suas tarifas, retornando ao valor antigo. Na carona dessa vitória, a *Última Hora* publicou o seguinte: “Os dirigentes da manifestação esperam empolgar tôda a cidade para que o Prefeito Loureiro da Silva seja obrigado a revogar o aumento”¹⁵⁷.

O desejo dos dirigentes do movimento da Vila Jardim, aparentemente, se realizou, pois, em seguida, os moradores do bairro Nonoai também se pronunciaram, encaminhando um “extenso memorial ao Prefeito, solicitando que a Secretaria dos Transportes reconsiderasse o preço da passagem”¹⁵⁸. Além desse caso, houve também protestos por parte de moradores da Vila Ipiranga, onde as tarifas também foram baixadas¹⁵⁹, na Vila bom Jesus e nos bairros Sarandi, Chácara das Pedras, Vila Nova e Menino Deus. Além disso, à redação da *Última Hora*, estiveram presentes representantes de Associações de moradores de Canoas e de Gravataí para prestar solidariedade e dizer que estariam preparados para a mesma luta quando fosse preciso em suas respectivas comunidades.

Já em plenário, o que se viu foi um constante desconforto em relação ao aumento das tarifas. O receio quanto a possíveis prejuízos políticos fez com que os vereadores – como já vimos em alguns discursos – enfatizassem seguidamente a responsabilidade do

¹⁵⁶ O aumento foi permitido pelo Executivo municipal de Porto Alegre. Não nos foi possível descobrir se a escolha do edifício do Executivo estadual como ponto final da manifestação se deu em função de desinformação, de estratégia ou mesmo de algum tipo de tradição nos protestos da cidade.

¹⁵⁷ “Ônibus: rebelião nos bairros”. *Última Hora*, 10.09.1963, p. 2.

¹⁵⁸ *Idem*.

¹⁵⁹ Vila Ipiranga e Vila Jardim são bairros vizinhos. Assim, presumimos que a empresa de transporte que os atendia fosse a mesma.

Executivo municipal pela majoração dos serviços de transportes. O constrangimento representado pelo episódio tornou-se ainda mais intenso devido ao fato de ocorrer em meio ao período eleitoral: por pelo menos duas vezes, o pessedista Marques Fernandes anunciou o descontentamento e até uma certa hostilidade da população em relação à Câmara Municipal, considerada co-responsável pela elevação das tarifas¹⁶⁰. Todos os casos relatados pelo representante do PSD se passavam em suas visitas a fábricas ou bairros – provavelmente por ocasião da campanha eleitoral, embora o vereador, que concorria à reeleição, não especificasse isso.

O constrangimento, assim, fez com que a Câmara Municipal tentasse “descolar” sua imagem dos atos da Prefeitura, seja através dos constantes pronunciamentos em plenário ou por ocasião da campanha eleitoral, seja através da publicação de notas oficiais nos jornais da capital. Por isso, de certa forma, o aumento das tarifas representou um obstáculo às pretensões eleitorais por parte dos vereadores que já ocupavam cadeiras na Câmara, já que a responsabilidade pelo ato era atribuída à classe política de uma maneira geral, com um conseqüente descrédito da mesma.

Contudo, acreditamos que o elemento mais interessante que emergiu do episódio da elevação dos serviços de transporte foi a reação popular. Além das já citadas manifestações em diversos bairros, um grupo de moradores teria consultado Alberto Schroeter sobre a possibilidade de bloqueio de pistas, em uma tática mais agressiva de protesto¹⁶¹. A ausência desse tipo de tática nos jornais indica que os moradores seguiram o conselho dado pelo vereador e optaram pelos comícios como forma de protesto. A procura por Schroeter demonstra seu envolvimento – já presente no caso da greve dos municipais – com os movimentos sociais. Além disso, o próprio acatamento de sua sugestão é significativo.

José Álvaro Moisés, em estudo sobre um grande quebra-quebra de ônibus realizado em São Paulo no ano de 1947, atribuiu o furor da violenta manifestação popular de então ao fato de não existir a devida mediação de um canal institucional – representado, por exemplo, por algum partido de esquerda – entre o povo e a política municipal. Desse modo, por não contar com essa expressão institucionalizada, a

¹⁶⁰ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1963, p. 104-105 e p. 191. Outro momento de preocupação com a imagem da Câmara em meio aos protestos encontra-se também em Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1963, p. 148-149.

¹⁶¹ *Idem*, p. 51.

população partira para a ação violenta e direta¹⁶². Se pensarmos conforme Moisés (a despeito do caráter um tanto inevitável que é dado à manifestação popular, pois ela aparece como fruto da ausência de opções, não sendo cogitado que a própria ação pode ter sido uma opção consciente e direta), sobre o caso porto-alegrense, em 1963, é possível dizer que, se os moradores ouviram o apelo do vereador comunista, é porque se sentiam, de alguma forma, representados por ele. Também é interessante a postura do vereador, pois seguidamente sua voz mostrava-se simpática à participação popular mais direta, tendo inclusive criticado a atuação do Conselho Municipal de Transportes, órgão que deveria servir como um canal de diálogo entre o governo e a população, mas que “para estranheza minha [de Schroeter], até os que representam as Associações de Bairro, (...) quando comparecem às reuniões, vão para justificar o aumento de transportes e não para defender os interesses dos moradores da Cidade”¹⁶³.

Possíveis cooptações, como a insinuada por Schroeter, foram a causa da fundação, nos anos 1960, da Liga Interbairros Reivindicatória e Assessora (LIBRA), cujo próprio nome já indica tratar-se de um órgão voltado à luta mais autônoma pelos diversos espaços da cidade. Além disso, é a urbanista Elizete Menegat quem confirma a importância da Liga.

Ao defender a autonomia do movimento [associativo] frente ao Poder Público e aos partidos, a LIBRA introduzia importantes princípios políticos na história do movimento social urbano. Com a LIBRA, iniciavam-se importantes experiências de ruptura com a tradição de controle político das Associações de Bairro¹⁶⁴.

Partindo das considerações de Menegat, acreditamos que a importância da LIBRA esteja relacionada a uma relevante transformação política que ocorria nas ruas de Porto Alegre nos anos 1960. Embora, ainda tímidas – e talvez apenas perceptíveis através de um olhar retrospectivo –, posturas como as da Liga evidenciavam “brechas” em uma cultura política de características clientelistas, onde políticos profissionais atendiam determinadas demandas em troca de votos, constituindo “feudos” ou “currais” eleitorais. Ou seja, um comportamento político marcado pelo clientelismo, mas que, em certos casos – talvez vividos pelos sujeitos como “casos-limite” – era matizado por uma

¹⁶² MOISÉS, José Álvaro. Protesto Urbano e Política: o quebra-quebra de 1947. In: MOISÉS, José Álvaro et al. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1982, pp. 50-64.

¹⁶³ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1963, p. 51.

¹⁶⁴ MENEGAT, Elizete. Movimentos Sociais e Inovações na Democratização da Gestão Urbana em Porto Alegre. In: *Proposta*, n.º. 78, setembro/novembro de 1998, p. 51.

postura mais combativa que, inclusive, tensionava os limites da democracia representativa de então (mesmo que apenas simbolicamente, pois, até onde conseguimos ver, não existiam propostas de supressão de mecanismos representativos).

Nesse ponto, acreditamos que seja válido realizar um “avanço no tempo”: a partir de 1989, quando o Partido dos Trabalhadores implantou, na capital gaúcha, o Orçamento Participativo (OP), o quadro historicamente formado do movimento associativo foi de grande importância para o desenvolvimento do projeto petista. O mecanismo encontrado pelo Partido para viabilizar a participação popular nos processos orçamentários da cidade “encontrou” a ação pré-existente de várias associações de moradores espalhadas pela capital. Aliás, o terreno já desenvolvido pela vida associativa da capital consistiu em um importante fator para a implantação e sobrevivência do OP¹⁶⁵. Contudo, este comportamento político marcado pelo clientelismo que citamos anteriormente, representou também um desafio à proposta de autonomia contida no OP. E é interessante perceber que essa mesma proposta encontrou resistências no Legislativo municipal, em uma tensão entre a participação e a representação¹⁶⁶.

De acordo com a cientista política Márcia Dias, o constrangimento frente à participação popular e a renúncia de uma parcela do poder decisório marcaram as reações dos vereadores à implantação do OP¹⁶⁷. Afinal, se a própria idéia de algum nível de participação direta pode impor tensões aos mandatos representativos, o que esperar quando esta idéia passa para a prática? Certamente, este “constrangimento” é diferente do que vimos em 1963. Entretanto, a tensão “participação vs. representação” está posta¹⁶⁸. O que estava em questão há 46 anos não era uma instância consultiva que

¹⁶⁵ Essas considerações são também formuladas em SANTOS, Boaventura de Sousa. *Op. cit.*, 2002. MENEGAT, Elizete. *Op. cit.*, 1998. E, de maneira mais específica e muito bem demonstrada, em SILVA, Marcelo K. *Op. cit.*, 2002.

¹⁶⁶ Aqui, consideramos a mudança que representou a implantação do OP em sua origem, isto é, em seus primeiros anos. Não ignoramos os vícios políticos desenvolvidos na trajetória do OP ao longo do tempo, o que, em determinados casos, redundou no maior “enredamento” de movimentos comunitários nas mesmas práticas clientelistas que citamos, o que, aliado às limitações orçamentárias do programa, contribuiu para o enfraquecimento do movimento comunitário como um todo. Sobre como uma proposta como o Orçamento Participativo pode reproduzir ou reatualizar disputas de poder e práticas clientelistas historicamente construídas, indicamos o artigo de Marcos Bezerra. BEZERRA, Marcos Otávio. Participação Popular e conflitos de representação política: notas a partir de um caso de orçamento participativo. In: TEIXEIRA, Carla Costa e CHAVES, Christine de Alencar. *Espaços e tempos da política*. Rio de Janeiro; Relume-Dumará, 2004, pp. 145-170.

¹⁶⁷ DIAS, Márcia Ribeiro. *Op. cit.*, 2002.

¹⁶⁸ Em determinado momento, o líder sindical e vereador Jorge Alberto Campezzatto (PTB) proferiu, da tribuna, um discurso criticando o que considerava ser um excesso de policiamento durante os protestos dos moradores da Vila Jardim. “A Democracia, ela existe ou não existe, e se a Democracia existe, o povo tem o direito de protestar, de se reunir pacificamente, de manifestar seu descontentamento. Mas isso não se passa, o povo é perseguido, acuado como está sendo hoje na Vila Jardim”. Ao final de seu discurso, a taquigrafia da Câmara registrou a indicação “Aplausos da Galeria”, o que significava a presença de

“chamasse” à participação parcelas da população porto-alegrense, mas sim uma efetiva mobilização que, em determinados momentos trazia em si um potencial de autonomia¹⁶⁹.

É à luz dessas reflexões acerca da tensão entre a participação e a representação políticas que interpretamos as Comissões Especiais formadas pelo Legislativo porto-alegrense. Assim como no caso da greve do municipais, no episódio da elevação das tarifas de transporte, os vereadores organizaram uma comissão que servisse de mediadora entre a população e o Executivo municipal. Em meio às manifestações populares, os vereadores tentaram mais uma vez exercer a mediação entre as ruas e o Poder Público, dessa vez, no entanto, com a presença da LIBRA¹⁷⁰ – que atuou, acreditamos, dentro do “espírito” de ruptura com as tradições de controle das associações de bairro, como foi apontado por Menegat. Contudo, as negociações com a Prefeitura não surtiram efeito, sendo o valor reajustado das tarifas mantido por Loureiro da Silva. Além disso, nos dias seguintes aos protestos, a circulação de ônibus foi garantida pelo policiamento constante, inclusive com a presença de policiais dentro dos veículos coletivos, o que gerou protestos entre vereadores de partidos diversos.

Brigadianos, armados com fuzis e metralhadoras, montam guarda a cada parada dos coletivos, enquanto policiais da DOPS e Rádio-Patrolhas, postados em pontos estratégicos, vigiam todo o movimento de populares. Em cada ônibus, foram colocados dois milicianos armados de pistola e fuzil, com ordem de expulsar todo e qualquer manifestante¹⁷¹.

Assim como no caso da greve, o policiamento tomou conta das ruas de Porto Alegre, impondo limites à participação e aos protestos. Contudo, o protesto aberto e a situação de enfrentamento iminente não foram os únicos elementos presentes na atuação dos movimentos associativos na capital gaúcha no período em questão, o que se pode perceber com a análise da documentação da União dos Moradores da Cascata (UMC).

moradores e simpatizantes da causa durante a sessão plenária. Isto, certamente, funcionava como uma forma de pressão. Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1963, p. 71.

¹⁶⁹ Como já afirmamos na introdução deste trabalho, não estamos defendendo a existência de uma continuidade direta entre os anos 1960 e a década de 1980. Estamos apenas chamando atenção para a contribuição que as lutas do período que analisamos nesta pesquisa trouxeram para a evolução política de Porto Alegre nos anos posteriores.

¹⁷⁰ “Ônibus: Loureiro mantém o aumento”. *Última Hora*, 11.09.1963, p. 2.

¹⁷¹ “Aparato Bélico na Vila Jardim”. *Última Hora*, 12.09.1963, p. 2.

A tática constantemente utilizada pela UMC era a de pressão através da convocação de reuniões, onde as autoridades e a população interessada eram confrontadas, seja para o debate ou para sabatinas, seja comunicados ou mesmo inaugurações e comemorações de conquistas¹⁷². Desse modo, a UMC buscava uma via de resolução de problemas que passava pelo diálogo comunidade-Poder Público-setor privado. E os exemplos foram muitos.

Foi o caso da primeira convocação do Diretor Proprietário da Empresa Nossa Senhora da Glória, concessionária encarregada do transporte coletivo dos moradores da região. Um ofício datado de poucas semanas após a fundação da UMC convocava o responsável pela empresa para uma reunião de discussão de problemas e “assuntos de comum interesse”¹⁷³. Na reunião, estariam presentes o então Secretário Municipal de Transportes, Danton Prates Leal¹⁷⁴, e o presidente da Câmara Municipal, vereador Alberto André. Na mesma ocasião, um outro ofício tratava de mobilizar a comunidade escolar da região, através da convocação da direção e do quadro de professores do Grupo Escolar Rural da Glória¹⁷⁵.

Aproximadamente um mês depois, um relatório de atividades realizado pela direção da UMC e por um repórter da *Folha da Tarde* prestava contas do que havia sido feito, por parte da Associação, na área do transporte coletivo. O texto citava a formação de uma comissão para o estudo da situação dos transportes composta por membros da própria UMC e, dado o panorama apurado, classificava o quadro como “mais precário, mais grave e de difícil solução” a cada dia que passava¹⁷⁶. Diante disso, a referida Comissão organizara um “programa de reivindicação” – composto por 13 itens – que fora discutido na reunião citada anteriormente¹⁷⁷. De acordo com o relatório, a prioridade dentre as reivindicações era a extensão da linha Glória Gruta até a Vila 1º de

¹⁷² Nos “programas de reuniões” – protocolos de como os encontros deveriam se desenvolver – constavam momentos para a manifestação de todos que quisessem falar, havendo o cuidado de poupar o sabatinado de questões que fugissem ao assunto em discussão.

¹⁷³ Ofício nº. 25, 18.09.1962. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

¹⁷⁴ De acordo com a convocação contida no Ofício nº. 26, 18.09.1962. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

¹⁷⁵ Ofício nº. 28, 19.09.1962. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

¹⁷⁶ Relatório de Atividades, 15.10.1962, página 1. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. Os componentes da Comissão eram Ivo Fortes dos Santos, Gilberto Guerra, Crescêncio Braun, Higino Silva e Júlio Conceição.

¹⁷⁷ Embora o convite para o referido encontro se dirigisse ao secretário titular, Danton Prates Leal, o representante enviado pela SMT foi João Antonio Dibb, que, no ano seguinte, seria nomeado o titular da pasta. Isso demonstra que, mesmo antes de sua atuação na SMT no ano de 1963, Dibb tinha um envolvimento e um conhecimento consideráveis nos assuntos do transporte público porto-alegrense. Sua nomeação à SMT não se tratava, portanto, de uma simples indicação política, o que era coerente com o já citado “perfil tecnicista” do então prefeito, Loureiro da Silva.

Maio, um “assunto que [vinha] empolgando a coletividade local”¹⁷⁸. Na ocasião, fora marcada outra reunião, quando os representantes da SMT e da Empresa Nossa Senhora da Glória, após a realização de seus respectivos estudos, dariam seus pareceres.

Neste encontro, também estariam presentes o vereador udenista Alpheu Barcellos, que “além de conhecer o problema, [residia] na Glória e [era] membro da Diretoria da Sociedade Amigos do Bairro da Glória”¹⁷⁹, e um repórter do jornal *Folha da Tarde*. As presenças do vereador e do jornalista, como se verá em seguida, buscavam trazer maior capital político para a UMC – através do aproveitamento da rede de contatos do primeiro e da capacidade de publicização da luta do segundo –, na tentativa de equilibrar melhor o jogo de forças entre a comunidade e os demais envolvidos. Sobre o encontro, o relatório – que posteriormente virou uma reportagem – disse o seguinte:

A reunião realizou-se; mas não satisfaz a expectativa do público, pois [...] o representante da SMT não apareceu e nem o Sr. Jorge, da Empresa. Também não deram explicação. Compareceu toda a Diretoria, o público interessado, o vereador Dr. Alpheu Barcellos e a reportagem se fez representar pelo autor destas linhas. E lá ficaram todos aguardando os convidados¹⁸⁰.

A reunião foi realizada sem ambos, e, ao final, o vereador udenista ficou incumbido de fazer novo contato com os representantes da SMT e da Empresa, responsabilidade à qual atendeu dizendo que, “na próxima reunião traria o Dr. Dibb de qualquer jeito”. Alpheu Barcellos ainda recomendou a todos tranqüilidade, garantindo que ele “descascaria o abacaxi”¹⁸¹.

Certamente, para uma figura pública inserida no meio político, seria mais fácil acessar as autoridades necessárias e acelerar o processo de resolução de certos problemas. Isso, devido não apenas a uma questão de *status* diferenciado – em relação ao “sujeito comum” – ou a um possível corporativismo da classe política profissional, mas também em função do acionamento das redes de relações e “acessos” estabelecidas pelo vereador¹⁸². O udenista, em contrapartida, teria a dupla oportunidade de reforçar os laços com a comunidade e de divulgar, através da cobertura jornalística, seu trabalho, o

¹⁷⁸ Relatório de Atividades, 15.10.1962, página 1. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

¹⁷⁹ *Idem*, página 1.

¹⁸⁰ *Idem*, página 1. Alberto André, então presidente da Câmara Municipal, também não compareceu. Contudo, em correspondência à Diretoria da UMC, justificou a ausência, informando estar envolvido em atividades partidárias e em uma solenidade cuja presença, como representante do Legislativo, era fundamental. Correspondência de 20.09.1962. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

¹⁸¹ Relatório de Atividades, 15.10.1962, página 2. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

¹⁸² Já comentamos anteriormente a questão dos “acessos”, na política, indicando a leitura de KUSCHNIR, Karina. *Op. cit.*, 2000.

que, posteriormente, poderia lhe render mais prestígio e votos entre o eleitorado¹⁸³. A relação de Alpheu Barcellos com a comunidade da Cascata fica clara no reconhecimento do vereador como um aliado em potencial, elemento visível em sua convocação para a reunião e no tratamento que recebeu como parte da comunidade da Glória¹⁸⁴, sendo morador e integrante da Sociedade de Amigos do Bairro.

Contudo, a documentação a que tivemos acesso não nos permitiu descobrir se a reivindicação da extensão da linha foi atendida naquele momento, tampouco descobrimos se a reunião seguinte contou com os representantes da SMT e da Empresa Nossa Senhora da Glória. Porém, a tática da UMC também rendia seus frutos: um ofício dirigido à Secretaria Municipal dos Transportes em março de 1963¹⁸⁵ informava que, em uma reunião poucos dias antes, a comunidade havia aprovado um “voto de agradecimento” pelo atendimento de reivindicações, entre as quais o restabelecimento do valor da passagem de ônibus anterior ao último aumento para o trecho que ia do fim da linha do bonde até a Gruta existente na região¹⁸⁶, a instalação de novas paradas no trecho e o aumento da fiscalização na região. No mesmo ofício, a diretoria da UMC aproveitava para informar que um membro da comunidade, na reunião em questão, denunciara a Empresa de transporte que estaria burlando a fiscalização da SMT, trocando os bancos dos veículos por outros mais novos apenas para as vistorias, desfazendo, depois, a troca. Na impossibilidade de apresentar provas, os representantes da UMC pediam um maior rigor na fiscalização. Quanto ao “agradecimento” feito ao Poder Público, o mesmo pode ser visto como uma demonstração de *reconhecimento*. Com ela, os moradores evidenciavam estar cientes da presença da SMT na realização, o que poderia facilitar o atendimento de reivindicações posteriores. Note-se, também, que após este ato de “etiqueta”, o ofício apresentou uma denúncia e, em seguida, um novo

¹⁸³ Sobre a importância da “política comunitária” para os parlamentares, indicamos a leitura de BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro; Relume-Dumará, 1999. Sobre o capítulo 5 da parte II, pp. 101-120. E DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1982. Sobre o capítulo 4, pp. 129-166. Embora se tratem de obras referentes a conjunturas temporais e espaciais distintas, ambas demonstram a importância atribuída pelos políticos profissionais ao relacionamento com a política e as demandas locais.

¹⁸⁴ A comunidade da Cascata, até 1964, pertencia ao Bairro Glória. Neste ano, ela foi elevada à categoria de bairro, virando o Bairro Cascata, existente até os dias de hoje. Outros bairros surgiram, desmembrando-se do Bairro Glória. Contudo, até hoje, muitos deles têm sua localização indicada – inclusive por moradores – através da referência à “Grande Glória”, em função da persistência de certos nomes na memória coletiva da população da capital.

¹⁸⁵ Ofício nº. 41, 11.03.1963. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

¹⁸⁶ A Gruta da Glória é um local de orações que, até hoje, é um ponto de referência, recebendo muitos devotos que participam de missas e festas religiosas ao ar livre, ou simplesmente fazem suas preces e agradecimentos pessoais.

pedido: maior fiscalização. Analisando a relação entre políticos profissionais e as camadas populares pelo viés antropológico, Karina Kushnir afirma que é próprio da atividade política a noção de *troca*¹⁸⁷. Desse modo, as constantes cartas de agradecimento da UMC podem ser vistas como uma reafirmação desta noção, mesmo que ela não se revertesse efetivamente em algum tipo de benefício eleitoral para o grupo estabelecido no Executivo Municipal. Elas podem ser vistas como “promessas” que não necessariamente seriam cumpridas.

Outras correspondências, ainda, evidenciavam conquistas realizadas pela comunidade. Assim, uma mensagem ao já Secretário dos Transportes Antonio Dobb¹⁸⁸ agradecia pelo atendimento à reivindicação de construção de paradas ao longo do bairro. Outra carta, para o mesmo destinatário, agradecia pelo prolongamento da linha de ônibus, que era um antigo desejo da comunidade. Neste caso, além da reivindicação, os membros da UMC conversaram com os donos de estabelecimentos comerciais da região, convencendo-os a colaborar, permitindo que as necessárias obras de alargamento das ruas “invadissem” seu espaço¹⁸⁹.

A relação da UMC com os donos de estabelecimentos comerciais no bairro era consideravelmente cordial; constantemente, de parceria – talvez devido ao fato de, provavelmente, muitos destes donos serem também moradores da comunidade. Por outro lado, a relação com a Empresa de transporte que atendia à região era de uma tensão latente. Por isso, a tática da Associação era a da pressão constante sobre o Poder Público na busca do enfrentamento ou, ao menos, da limitação dos poderes da Empresa¹⁹⁰. Esta tensão, por vezes, parecia ser evidenciada em desentendimentos entre funcionários da Empresa e usuários, membros da comunidade. Tal foi o caso registrado em um ofício endereçado à SMT e no qual era solicitada a investigação, por parte da Secretaria, do tratamento dado pelos funcionários da Empresa Nossa Senhora da Glória

¹⁸⁷ KUSHNIR, Karina. Cultura e Representação Política no Rio de Janeiro. In: PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro; Contra Capa Livraria, 1996, p. 200.

¹⁸⁸ Correspondência datada de 05.08.1963. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

¹⁸⁹ Correspondência datada de 01.11.1963. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. Pode-se pensar também o quanto esta “postura diplomática” contribuiu para a própria preservação da documentação, que resistiu às duas décadas de arbitrariedades e perseguições do Regime Militar.

¹⁹⁰ Além dos exemplos já citados até aqui, há um ofício dirigido ao Chefe da Casa Militar do Governo do Rio Grande do Sul, Coronel Orlando Pacheco, em que é relatada a reivindicação pelo posto policial e, também, é citada a campanha feita em prol do oferecimento de transporte para os professores do Grupo Escolar Rural da Glória que, diariamente, teriam de cobrir um trecho de aproximadamente 2 km caminhando para chegar até o estabelecimento de ensino. Ofício 47/63, 25.06.1963. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

aos usuários, membros da comunidade¹⁹¹. O fato motivador do pedido foi o relato – feito por membros da própria Diretoria da UMC – do caso de um morador que, ao embarcar no ônibus no início da tarde, havia sido ridicularizado pelo cobrador que estava em serviço, o que se repetiu quando o morador, por coincidência, tomou o mesmo veículo ao voltar do trabalho à noite. Sendo novamente humilhado, partiu para a briga, no que foi contido por outros passageiros – dentre os quais, os membros da Diretoria da associação, que intervieram para tentar contornar a crise. Ao ser questionado sobre seu comportamento, o cobrador informou aos membros da UMC que estaria seguindo instruções da própria Empresa quanto ao tipo de tratamento que deveria ser dispensado à comunidade. Uma cópia do ofício enviado à SMT foi encaminhada também à Empresa. Contudo, o caso não apareceu mais nas fontes disponíveis, sobrando apenas o registro da existência de tensões entre a comunidade e a Empresa de transporte coletivo da região.

De maneira geral, duas características da atuação da União dos Moradores da Cascata – no período anterior ao golpe de 1964 – podem ser percebidas a partir dos registros existentes. O trabalho de levantamento e pesquisa de informações constantemente realizado pela Associação é uma delas. Em diversos momentos, as reivindicações eram acompanhadas de uma argumentação baseada em levantamentos estatísticos organizados por comissões de trabalho da própria UMC. Tal foi o caso do pedido de alteração dos horários dos ônibus da região, a fim de que os mesmos se concentrassem nos “horários de pico”: a solicitação informava que, nos três horários indicados, mais de 150 trabalhadores – em sua maioria, operários – utilizavam o transporte público¹⁹². Junto a isso, a realização dos tradicionais abaixo-assinados já demonstrava uma capacidade de busca e mobilização de pessoal que deve ser considerada, bem como o caso de pesquisa e controle da atuação parlamentar na Câmara Municipal¹⁹³.

A outra característica da atuação da UMC é o caráter da tática adotada pela associação para a resolução dos impasses enfrentados, tática esta que podemos chamar

¹⁹¹ Ofício nº. 63/49, 28.06.1963. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

¹⁹² Correspondência ao Secretário Municipal de Transportes, João Antonio Dibb, 25.11.1963. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. Os horários indicados eram: pela manhã, das 6h às 7h30min; por volta do meio-dia, das 11h30min às 13h e, ao fim da tarde e início da noite, das 18h às 20h. Além deste caso, outros apareceram nas fontes, concentrando-se, contudo, no período pós-1964; razão pela qual optamos por tratá-los no próximo capítulo.

¹⁹³ Ambos casos serão tratados na próxima seção deste capítulo.

de “via diplomática”. Como já comentamos, esta tática consistia no freqüente acionamento/pressão do Poder Público através de correspondências, abaixo-assinados e convocações de reunião como forma de contraponto/pressão ao setor privado.

Se pensarmos particularmente na questão do sistema de transporte, o contraste entre as ações de protesto ocorridas na comunidade da Vila Jardim, por ocasião do aumento de passagens de 1963, e a postura mais conciliatória da União dos Moradores da Cascata parece indicar a existência de uma considerável diversidade de atuações dentro do cenário associativo porto-alegrense. Autores de referência nesta área de estudo, inclusive, colocam a articulação dos movimentos sociais urbanos com a dinâmica política da sociedade como um dos elementos fundamentais para a sua definição e para a constatação de sua diversidade interna¹⁹⁴.

No caso da Vila Jardim, ficou claro o limite do espaço político de atuação, que não tolerava supostos “excessos” de participação e contestação por parte dos movimentos sociais. Já no que diz respeito à via de atuação da UMC, o próprio quadro político democrático do país conferia um certo poder de barganha às comunidades, na medida em que elas tinham um considerável potencial eleitoral – que era, sempre que possível, demonstrado pelo volume de assinaturas dos abaixo-assinados ou pelos números estatísticos levantados pelas comissões de trabalho da Associação –, o que certamente não saía da cabeça das autoridades políticas envolvidas nas negociações. Das “lutas urbanas” do período anterior ao Golpe de 1964, esta é talvez a característica mais ressaltada pela bibliografia sobre os movimentos sociais urbanos produzida a partir dos anos 1980¹⁹⁵. Contudo, a pesquisa empírica do período em questão nos mostra que movimentos como o da Vila Jardim “estavam lá”, provando a diversidade e a combatividade das lutas existentes então, de modo que cada grupo movia-se no espaço político de que dispunha a partir de seus próprios cálculos e possibilidades.

¹⁹⁴ É o caso da tipologia montada por Manuel Castells para a análise do movimento cidadão madrileno ao final da ditadura franquista ao longo dos anos 1970. CASTELLS, Manuel. *Cidade, Democracia e Socialismo: A experiência das associações de vizinhos de Madri*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1980, pp. 65-82.

¹⁹⁵ SCHERER-WARREN, Ilse. “O Caráter dos novos movimentos sociais”. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo; Brasiliense, 1987, p. 35-53. SILVA, Marcelo K. *Op. cit.* KOWARICK, Lúcio e BONDUKI, Nabil. *Op. cit.*

2.3 – Inserção na política municipal: algumas palavras sobre os movimentos associativos.

No mês de outubro, o tempo fechou em Porto Alegre. Literalmente. Por alguns dias, a cidade sofreu com chuvas torrenciais, o que acabou por ocasionar cheias em diversos pontos da capital.

Em meio aos transtornos decorrentes do grande volume de chuvas, o petebista José César Mesquita foi procurado por trabalhadores de fábricas da região do Quarto Distrito que reclamavam da paralisação dos trabalhos em função do alto nível da água naquela região da cidade¹⁹⁶. Marques Fernandes (PSD), comentando suas visitas a vilas da capital, enfatizou a situação das Vilas Dique, Ilhota e Dona Teodora, todas alagadas devido às chuvas¹⁹⁷. Também Jorge Achutti (PTB) chamou a atenção do plenário para a situação das vilas periféricas em Porto Alegre¹⁹⁸. O episódio dos alagamentos não suscitou maiores divergências ou polêmicas, exceto pela discussão entre Schroeter e o líder governista, Pozollo de Oliveira, a respeito da Vila Elisabeth, no bairro Sarandi, para a qual o vereador comunista cobrava um menor descaso por parte do Executivo Municipal. A situação na vila foi, pelas falas dos vereadores, muito delicada: mais de 500 famílias tiveram de abandonar suas casas, e, em meio ao estado de calamidade, até saques foram realizados nas residências abandonadas.

Apesar do número apresentado no plenário (500 famílias), a cobertura do *Correio do Povo* apurou um total de 912 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, que teriam sido recolhidas no Cais do Porto pelo Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC)¹⁹⁹. Ainda de acordo com a reportagem, esta quantidade de pessoas era proveniente de várias vilas, e não apenas da Vila Elisabeth²⁰⁰. Além disso, o Departamento Municipal da Casa Popular também participou da assistência aos desabrigados. E também o governo do Estado mobilizou recursos, tendo, no entanto, de atender aos demais municípios do interior que também sofreram com chuvas no mesmo período.

¹⁹⁶ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, outubro de 1963, p. 73.

¹⁹⁷ *Idem*, p. 74.

¹⁹⁸ *Idem*, p. 92-93.

¹⁹⁹ “Flagelados recolhidos a armazéns do pôrto”. *Correio do Povo*, 15.10.1963, p. 17. O número exato não nos foi possível descobrir. Em outro momento, o vereador Alberto Schroeter chegou a considerar 400 residências (portanto, menos do que 500 famílias) apenas no bairro Sarandi. Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, outubro de 1963, p. 118-119. No entanto, mesmo com a imprecisão, o caso das enchentes representou sérios problemas para a população mais pobre de Porto Alegre.

²⁰⁰ Vilas União, Dique, Elisabeth e Nova Brasília, as duas últimas, do bairro Sarandi, na zona norte de Porto Alegre.

Além do Cais do Porto, mais dois lugares receberam moradores desabrigados, ao menos provisoriamente: o salão paroquial do bairro Sarandi e o Grupo Escolar Liberato Salzano²⁰¹. Alberto Schroeter, que esteve bastante envolvido com o atendimento aos moradores da região, citou contatos que tivera com dirigentes da LIBRA e assistentes sociais que trabalhavam no atendimento no referido Grupo Escolar. A referência à ação de uma das mais combativas organizações de moradores mostra o grau de envolvimento em um problema de tamanha dimensão²⁰².

Apesar do caráter de excepcionalidade que o episódio das chuvas apresentou, a vida política de Porto Alegre logo retomou sua normalidade e, em 10 de novembro, foram realizadas as eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores. As considerações pós-eleitorais de 1963 trataram o pleito como um grande momento de afirmação/consolidação da democracia, tal como ouvimos eventualmente na grande imprensa de hoje. O “clima de ordem e tranqüilidade” ao longo do dia de votação foi exaltado em ambos os jornais consultados. Essa “ordem e tranqüilidade” existentes *no momento em que a população deveria participar da democracia* marcava, segundo os periódicos, a politização e o alto nível da população porto-alegrense²⁰³.

A visão que predomina nos meios de comunicação atuais, ou seja, a do instante do sufrágio como o momento de participação política por excelência da massa da população, apareceu – mesmo que não explicitamente – nessas falas. Um dos exemplos encontra-se no editorial do *Correio do Povo* que chegou a classificar a abstenção no pleito como “decrécimo de politização”, tratando o voto como o único meio legítimo de participação política existente²⁰⁴. Certamente, devemos tomar cuidado quanto a possíveis preciosismos. No entanto, implicitamente, há um elemento interessante nesse tipo de opinião, uma vez que abstenções e votos brancos e nulos contribuem em diferentes medidas para desafiar a legitimidade do sistema representativo. Nesse sentido, entende-se a preocupação nas análises. Por outro lado, equiparar *diretamente* a participação eleitoral com a ação política pode significar uma subestimação ou mesmo

²⁰¹ Isso também torna difícil precisar quantidade de pessoas atingidas pelo problema dos alagamentos.

²⁰² Embora os registros da UMC não demonstrem um grande envolvimento da associação na questão das enchentes, houve alguma mobilização em função das chuvas, como fica visível em correspondência destinada à Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV) em 01.11.1963. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

²⁰³ “Para a frente, mesmo”. Coluna de Mário de Almeida, *Última Hora*, 11.11.1963, p. 3. “Calma em todo estado”. *Última Hora*, 11.11.1963, p. 14-15. “Eleições Realizadas”. Editorial. *Correio do Povo*, 12.11.1963, p. 4. “Praticamente decididas as urnas em Pôrto Alegre: Sereno Chaise Prefeito”. *Correio do Povo*, 12.11.1963, p. 26.

²⁰⁴ “Eleições Realizadas”. *Correio do Povo*, 12.11.1963, p. 4.

não consideração de outras formas de participação políticas. Pode mesmo ser um indicativo de que se considera a democracia apenas no seu aspecto procedimental, isto é, no plano das eleições.

Se pensarmos que abstenções, votos brancos e nulos representam apatia, e que os dois últimos podem representar também descrédito quanto à totalidade da classe política²⁰⁵, podemos tomar esses índices como desafios à legitimidade do sistema representativo. No entanto, seus índices em Porto Alegre em 1963 (3,58 % de votos brancos, 4,30% de nulos e 14,29% de abstenções²⁰⁶) confirmam o que percebermos na análise qualitativa das fontes: a ausência de qualquer proposta de supressão do sistema representativo. De fato, isso não estava em questão.

A impossibilidade de precisar a geografia eleitoral de Porto Alegre limita em muito nossas possibilidades de análise do pleito de 1963. Contudo, o grande volume de votos recebidos pelo PTB e observações esparsas nos Anais da Câmara e nos jornais nos permitem breves considerações que, aliadas ao “clima político” por nós sentido na apreciação global das fontes, cremos não estarem muito afastadas da realidade.

Acreditamos que um dos fatores que contribuíram para a força eleitoral do PTB em Porto Alegre no ano de 1963 relaciona-se à postura do Partido quanto aos espaços de atuação política da população. A vida política associativa vislumbrada nas fontes – e com todas as limitações e potencialidades – encontrava nas posturas gerais de políticos petebistas uma maior concordância (ou aceitação) quanto à participação na política.

Entretanto, esta postura dividia espaço com práticas repletas de “vícios políticos”. Nesse sentido, em determinados momentos, da tribuna no plenário, os vereadores referiam-se a pontos da cidade de Porto Alegre como sendo sua “área”, ou seja, sua base eleitoral particular. Mesmo não conseguindo delimitar as “áreas” de todos os vereadores, notamos a sua existência, em uma prática que provavelmente se estendia à

²⁰⁵ Pensando pelo viés do protesto na hora do voto. Pois o eleitor desloca-se até o local de voto para “não escolher” candidato algum. Devido ao fato de ser o voto obrigatório no Brasil, pode-se argumentar que a caracterização do nulo/em branco como voto de protesto fica um tanto esvaziada, o que é possível em determinadas conjunturas (quando não há uma campanha pró-voto nulo, por exemplo). Porém, acreditamos que uma parcela de protesto por parte da população nos índices deste tipo de voto não pode ser totalmente desconsiderada. As reflexões aqui feitas baseiam-se na leitura de STAMATTO, Maria Inês S. Legitimidade do sistema partidário: o voto nulo e o voto em branco. In: BAQUERO, Marcello. *Abertura política e comportamento eleitoral nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; Ed. UFRGS, 1984, pp. 86-102.

²⁰⁶ NOLL e PASSOS, *Op. cit.*, 1996. O percentual de abstenção é mais significativo. Porém, ficou abaixo da média de abstenção dos pleitos de 1951, 1955, 1959 e 1963 (os quatro realizados no período compreendido entre 1945-1964), que é de 21,91%.

quase totalidade dos componentes da Câmara Municipal, em uma espécie de “partilha da cidade”, onde cada vereador garantiria sua influência através da troca de favores e do atendimento de demandas específicas.

É interessante notar que, nestes casos, os vereadores referiam-se a estas “áreas” como se fossem seus “clubes” pessoais. É assim que encontramos casos como o de José Lino Avallone (PL) que, quando procurado por moradores da região da Avenida Aparício Borges, para que ouvisse suas reivindicações, encaminhou-os ao petebista Lúcio Marques, pois aquela era a “sua área”²⁰⁷. A atitude e a convicção de Avallone – assim como a naturalidade com que foi recebida pelos demais vereadores presentes – indicam a importância da “área de influência” para cada parlamentar, bem como o acordo tácito entre os membros da classe política no que diz respeito à manutenção e respeito mútuo das mesmas. Tal acordo foi detectado também pela antropóloga Karina Kurschnir em seu estudo sobre o cotidiano da política carioca nos anos 1990²⁰⁸. No entanto, em Porto Alegre, não foi apenas o caso de Avallone que se sobressaiu na leitura dos anais. Em vários momentos, expressões como “minha zona”, “região onde sempre faço boa votação”, etc., que apareciam “perdidas” em meio a discussões gerais sobre as questões da cidade, indicam essa “tendência” clientelista.

A coincidência entre a fala de Avallone, as considerações de Kurschnir e de estudiosos do OP em Porto Alegre²⁰⁹ indicam que as “áreas eleitorais” da capital gaúcha em 1963 faziam parte de um padrão de comportamento político marcado pelo clientelismo que se estende no tempo (como um elemento de longa duração) e no espaço (por outras regiões do país).

O caso dos vereadores trabalhistas é particularmente interessante, pois suas referências às “áreas” não se davam em termos de “posse pessoal”, mas sim “coletiva”. Em outras palavras, as áreas eram classificadas não como pertencentes a determinado vereador, mas sim como “áreas trabalhistas”. Aqui, convêm duas considerações: em primeiro lugar, certamente, isso não significa que os petebistas não participassem da “prática clientelista”, mas sim que seu ponto de referência era diferente dos demais. Em segundo lugar, a referência ao trabalhismo provavelmente se dava, em função do

²⁰⁷ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1963, p. 12-13. A Avenida Aparício Borges atravessa parte do Bairro Glória no sentido norte-sul, situando-se próxima à região atendida pela UMC.

²⁰⁸ Contudo, mesmo a existência deste acordo tácito, como bem mostra a autora, não anula a presença de conflitos e disputas por “áreas alheias”. Ver KUSCHNIR. *Op. cit.*, 2000. Sobretudo pp. 88-108.

²⁰⁹ Boaventura Santos, por exemplo, afirma que, em fins dos anos 1980, os líderes comunitários estavam socializados em uma cultura política que mesclava o confronto e o clientelismo. SANTOS, Boaventura de Sousa. *Op. cit.*, p. 502.

potencial de legitimidade que o pertencimento à “família política” do trabalhismo legava ao vereador²¹⁰.

Além disso – e por outro lado –, o atendimento e a referência constantes de moradores do Quarto Distrito por parte de diferentes políticos petebistas, indica que a região onde se concentrava o setor industrial porto-alegrense configurava-se efetivamente em uma forte base eleitoral trabalhista. O interessante trabalho de Alexandre Fortes²¹¹ já apontava nessa direção, mesmo que seu foco temporal estivesse mais voltado à “Era Vargas”. Contudo, a natureza da relação entre os vereadores trabalhistas e os operários do Quarto Distrito, pelo que apresenta o estudo de Fortes, afastava-se consideravelmente do clientelismo. Essa ligação que vários petebistas mostravam ter com a mobilização dos movimentos da região (como, por exemplo, os vereadores Jorge Achutti e José César Mesquita) certamente favorecia a construção de uma identidade entre os trabalhadores e os membros do PTB.

Além dos jornais e dos anais, é a partir da documentação da UMC que alguns elementos acerca da política da capital gaúcha podem ser desenvolvidos. Mesmo que não possamos apreender a diversidade das lutas urbanas apenas pela atuação da União, a análise de sua inserção na política porto-alegrense apresenta grande importância. É assim que percebemos, no caso estudado, que o envolvimento com a classe política profissional se dava através de vereadores, e não de partidos. Em outras palavras, não havia um partido que exercesse, na região abarcada pela UMC, sua exclusiva influência.

Vimos, anteriormente, o envolvimento de Alpheu Barcellos, parlamentar da UDN, nas reivindicações dos moradores em torno do transporte coletivo. Uma nominata da votação para o Conselho Deliberativo da associação, contudo, nos indica que tal envolvimento ia além de questões conjunturais²¹²: nela, o udenista aparecia entre os nomes que tinham o direito a votar *e ser votados* para a composição do Conselho. Além de Barcellos, o comunista Alberto Scroeter também figurava entre os elegíveis. E é interessante o fato de que, mais do que políticos de diferentes agremiações, ambos eram membros de partidos bastante afastados no espectro político.

Dias antes da votação para o Conselho, UMC dirigia-se ao Secretário Municipal de Obras e Viação, o Engenheiro Walter Haetinger, citando o contato feito para a obtenção das obras viárias necessárias à extensão da linha de ônibus – reivindicação

²¹⁰ Ver GRILL. *Op. cit.*

²¹¹ FORTES. *Op. cit.*

²¹² Nominata para a votação do Conselho Deliberativo da UMC, 23.11.1962. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

prioritária da comunidade, como vimos na seção anterior. O referido contato havia sido feito por uma comissão que representava a UMC²¹³; nela, estavam presentes três membros da Diretoria e dois parlamentares.

Outro exemplo da presença de vereadores na atuação da União aparece no primeiro relatório de prestação de contas da Diretoria da associação, onde há a exposição do problema que dera origem à entidade. Tratava-se da ameaça de cobrança de multas sobre os proprietários estabelecidos na Avenida Oscar Pereira²¹⁴ em função do “não atendimento, em tempo hábil, da intimação para construção de passeios (calçadas)”²¹⁵. Do enfrentamento desta questão, surgiu a União dos Moradores. O caso encerrou-se com a construção do calçamento e, mesmo com o prazo expirado, o cancelamento das multas. Para isso, os membros da comunidade contaram com a intervenção de vereadores, cujos nomes não foram citados²¹⁶. Isso mostra que, desde a origem da União – um novo canal institucional para a representação e atuação da comunidade – determinados vereadores buscaram marcar sua presença. Como já comentamos por ocasião da questão do transporte coletivo, ao mesmo tempo em que esta “parceria” disponibilizava valiosos “acessos” para os moradores junto ao Poder Público, os vereadores buscavam reforçar – ou, ao menos, não perder – seu poder político de representação entre a população. Nesse sentido, a ação através das associações, embora propiciasse possibilidades de atuação política para a comunidade, não apresentava questionamentos à legitimidade do sistema representativo.

Esta associação entre vereadores e movimento associativo parece reforçar as já citadas “áreas” dos vereadores pela cidade. Assim como no pedido feito pelo professor

²¹³ Ofício nº. 36, 20.11.1962. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. Como o próprio ofício diz, as obras foram encaminhadas pela Secretaria.

²¹⁴ Trata-se da principal avenida do Bairro Glória.

²¹⁵ Relatório das Atividades da Diretoria da UMC, 16.03.1963, página 3. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. É interessante notar que, no balanço da questão dos transportes coletivos, realizado no relatório *interno* da associação, a referência à atuação geral da Secretaria Municipal de Transporte assume um tom de crítica à sua “transigência” em relação à empresa que atendia à região. Essa mudança em relação ao tratamento dispensado à Secretaria na correspondência trocada com a mesma pode significar tanto a necessidade de legitimação da Diretoria entre a comunidade – expressa em críticas que a contrapunham ao Poder Público –, quanto o indício de que a linguagem polida e o tom conciliatório da correspondência da UMC faziam parte de uma tática deliberadamente adotada pela associação, que consistia no aproveitamento da retórica política da parceria, da conciliação.

²¹⁶ Por se tratar do acontecimento que deu origem à UMC e, em função da presença na já citada nominata de votação do Conselho Deliberativo da associação, podemos inferir que os vereadores em questão eram Alpheu Barcellos e Alberto Schroeter. No mesmo relatório, o envolvimento de Schroeter com a preparação do projeto que buscava elevar a região da Cascata à categoria de bairro é confirmado, o que reforça a possibilidade de ser ele um dos vereadores presentes na formação da União.

Ottomar Ellwanger²¹⁷ à Diretoria da UMC, para que fosse encaminhado aos vereadores Alpheu Barcellos e Lúcio Marques (PTB) um ofício solicitando apoio ao “Curso de Especialização Comercial” desenvolvido na região²¹⁸.

Contudo, supor que esta relação estivesse livre de tensões pode ser arriscado. Por mais que não tenhamos registros de choques ou desavenças entre membros da UMC ou moradores e vereadores, momentos como os das sabatinas organizadas pela associação²¹⁹, quando políticos e comunidade ficavam frente a frente, eram propícios para a emergência de conflitos ou pressões sobre os parlamentares. Além disso, junto aos controles estatísticos que acompanhavam algumas reivindicações feitas pela União, havia um controle sobre as próprias atividades parlamentares. É assim que encontramos, entre a documentação da associação, uma tabela referente às matérias apresentadas pelos vereadores ao longo do ano de 1963: nela, havia a listagem completa dos vereadores e a quantidade de intervenções realizadas. Para uma melhor fiscalização, as formas de atuação listadas estavam divididas em Projetos Legislativos, Indicações e Requisições, Pedidos de Providência e Pedidos de Informação²²⁰. O fato de se tratar do controle das atividades parlamentares em *um ano eleitoral* torna esta pressão ainda mais significativa. Mesmo que não houvesse algum meio de interferência direta sobre a atuação do vereador, a tabela mostra que existia um acompanhamento de seu desempenho, o que, por si só, já demonstra um certo grau de mobilização.

Além disso, um acontecimento registrado nos anais da Câmara nos parece significativo quanto à relação entre os vereadores e os movimentos associativos de Porto Alegre. O petebista Jorge Alberto Campezzatto comentava a sua participação na reunião que marcava a posse da primeira diretoria da “União de Amigos dos Altos da Glória”, uma entidade de caráter reivindicatório que demonstrava que a população da capital “[começava] a se dar conta de que a solução dos seus grandes problemas, que o encaminhamento de suas mais sentidas reivindicações deve ser feito através da sua

²¹⁷ O nome de Ottomar Ellwanger também estava presente na nominata de votação para o Conselho Deliberativo da UMC.

²¹⁸ Bilhete de Ottomar Ellwanger à diretoria da UMC. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. Anotações à caneta na folha indicam o atendimento do pedido.

²¹⁹ Como exemplo, há os programas das reuniões de 19.04.1963, 17.05.1963 e 31.05.1963 que anunciam, respectivamente, sabatinas com Lúcio Marques (PTB), Antonio Achutti (PTB) e Célio Marques Fernandes (PSD). Também, entre os meses de agosto e outubro de 1963, uma série de sabatinas foi organizada com os candidatos à Prefeitura: Cândido Norberto dos Santos (27.08.1963), Synval Guazzelli (19.09.1963) e Sereno Chaise (04.10.1963). Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

²²⁰ Tabela de controle da atividade parlamentar, 1963. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

própria organização”²²¹. Imediatamente após o pronunciamento de Campezzatto, Lúcio Marques, também do PTB, repreendeu seu correligionário devido à idéia de que a organização comunitária pudesse significar uma diminuição da importância do papel do vereador, em um claro desconforto diante de uma possível desvalorização da democracia representativa, esboçada na fala de Campezzatto. Certamente, dentro da própria legenda do Partido Trabalhista, as posturas quanto à participação popular na política eram variadas.

Um dos desafios postos à atuação das associações de bairro diz respeito ao caráter de seus objetivos imediatos: por se tratar, na maior parte das vezes, de questões pontuais do cotidiano, as reivindicações trazem o risco da fragmentação e atomização destes grupos enquanto movimentos sociais urbanos²²². Quando não há uma maior articulação ou politização das lutas, a “multiplicidade de reivindicações urbanas e os conflitos dela decorrentes tendem a se esfacelar, adquirindo, na melhor das hipóteses, ressonâncias destoadas e destituídas de poder de transformação”²²³. A presença de organizações políticas, tais como os partidos, no interior dos movimentos, pode contribuir para a configuração de uma plataforma menos fragmentada de luta, interligando os problemas cotidianos com questões mais gerais que digam respeito à política de maneira mais ampla. O reverso deste ponto é a possibilidade de instrumentalização do movimento por parte do partido, transformando-o em um simples braço de uma organização maior, mais estruturada e, em muitos casos, descomprometida com projetos efetivos de transformação social.

Vimos que este não era o caso da UMC, já que não havia nenhum partido com presença exclusiva na atuação da entidade. A saída contra a possível fragmentação da atuação comunitária, neste caso, se dava por outra via: o intercâmbio com outras associações. Tal preocupação esteve presente já na origem da UMC, quando, junto com as exigências legais de registro, a Diretoria buscou seu ingresso na Federação das Associações de Bairro de Porto Alegre, que, nos anos 1970, daria origem à Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e de Moradores de Bairros (Fracab)²²⁴.

²²¹ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1963, p. 29. Além de Campezzatto, encontravam-se presentes no evento os petebistas Antônio Giúdice e Sereno Chaise, ambos candidatos pelo PTB em 1963.

²²² KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo; Ed. 34, 2000, pp. 57-67.

²²³ *Idem*, p. 66.

²²⁴ Relatório das Atividades da Diretoria da UMC, 16.03.1963. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

A importância da Federação como um meio de congregação das experiências e lutas de diversas associações em Porto Alegre ficará mais clara quando abordarmos a atuação comunitária no período pós-1964, conjuntura da qual há mais registros desta entidade²²⁵. Por ora, basta dizer que, uma das vias de organização estabelecida era a realização de seminários que promovessem o encontro e a discussão entre as associações de bairro. Tal foi o caso do II Seminário de Desenvolvimento de Comunidade, promovido por uma parceria entre a Federação e a LIBRA e a seção gaúcha do Serviço Social da Indústria (SESI)²²⁶. Embora a presente iniciativa partisse do SESI, a presença das duas entidades associativas não pode ser ignorada, assim como a presença das demais associações participantes, que enviaram comissões de trabalho para atuar no evento. Além deste tipo de atividade, a articulação promovida pela Federação também ficou visível em uma correspondência enviada pela UMC ao presidente João Goulart, onde é exposta uma diretriz da própria Federação para suas filhadas, segundo a qual, em uma ação conjunta, todas deveriam enviar correspondências ao presidente para que este incluísse suas sugestões no plano federal de obras do ano de 1964.

Embora a presença de práticas clientelistas nas relações entre o movimento associativo porto-alegrense e a classe política profissional fosse marcante, não podemos simplesmente julgar e desqualificar a atuação de associações como a UMC. É importante não esquecermos que, no período em que esses movimentos se organizaram e começaram suas lutas, as dificuldades eram diferentes em comparação ao momento atual.

Em muitos sentidos, as reivindicações de então – que podem parecer simples à primeira vista –, uma vez conquistadas, configurariam as bases sobre as quais as lutas posteriores se assentariam. Em outras palavras, se uma radical transformação social não parecia habitar o horizonte de organizações como a UMC, é porque, nos seus embates, a resolução dos problemas cotidianos que afligiam a vida de seus membros era prioritária. Estes sujeitos viveram *aquela momento histórico*, e resolver seus impasses imediatos

²²⁵ O fato de haver maior volume documental referente à Federação neste período se deve ao estreitamento das relações de Ivo Fortes dos Santos, que nos cedeu a documentação, com a entidade.

²²⁶ Ofício nº. 59/63, 17.07.1963. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

representava para eles uma grande transformação, mesmo que ela não abalasse os fundamentos da sociedade de então. Nesse sentido, ao pensarmos na relação entre os moradores dos espaços pobres de Porto Alegre com a política municipal, é importante que prestemos atenção a alguns elementos da recente discussão que vem sendo feita em torno do fenômeno do populismo. Embora os estudos sobre o tema tenham se concentrado nas questões referentes ao “mundo do trabalho”, algumas de suas considerações são, a nosso ver, fundamentais para a análise da atuação política de qualquer grupo social no período de 1945 a 1964.

Sobre isso, um grupo de estudiosos, em um esforço valioso, lançou uma série de questionamentos interessantes, tendo grande parte de suas críticas se centrado em um ponto específico: o tratamento dado aos trabalhadores pelos estudos mais antigos sobre o “fenômeno populista”²²⁷. Tais obras, segundo estes autores, teriam apresentado as camadas trabalhadoras como *massas de manobra, amorfas* e totalmente *manipuladas*. Além disso, estes estudos teriam contribuído para a cristalização, no senso comum, desta visão preconceituosa do “populismo” e dos trabalhadores durante o período. E ainda mais: a imagem que se criou do fenômeno populista teria sido tão simplificada e distorcida que alguns autores desta obra chegam a propor o abandono do termo, uma vez que este atingiu tal elasticidade que lhe esvaziou de qualquer poder explicativo²²⁸, propondo que outros conceitos fossem pensados para substituir a noção de “populismo”.

Tentando, também, contornar as imprecisões do conceito de populismo – bem como de alguns conceitos alternativos propostos para sua substituição – Alexandre Fortes, Fernando Teixeira da Silva e Hélio Costa defendem a utilização, nos estudos referentes ao período de 1930-64, do conceito de *sistema político populista*. Tal noção definiria o “enquadramento geral mediante o qual as mediações institucionais, a lei, o direito, a justiça, as encenações e a retórica públicas traçavam muitas vezes os limites

²²⁷ FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²²⁸ Segundo artigo presente na referida obra, “é possível concluir que o conceito de populismo nos termos em que foi exposto neste texto não possibilita a compreensão da complexa relação das classes trabalhadoras com o cardenismo e o peronismo. (...) A meu ver, elas [as sociedades mexicana e argentina] são de tal ordem, que comprometem o uso do mesmo conceito para a compreensão dos dois fenômenos”. CAPELATO, Maria Helena R. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge. *Op. cit.*, 2001, p. 163. Na mesma coletânea, também Daniel Aarão Reis Filho, ao tratar especificamente do caso brasileiro, ataca a utilização do conceito “populismo” para enquadrar a totalidade do período de 1945-1964. Diz o autor: “A meu ver, não será possível sequer começar a refletir sobre as heranças legadas pelo rico período que se estendeu entre 1945 e 1964 enquanto não se admitir que, no campo das chamadas classes populares, ou classes trabalhadoras, havia duas fortes tradições: a comunista e a trabalhista. Elas impregnaram todo o período, ora competindo entre si, ora compondo alianças”. REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. *Op. cit.*, 2001, p.374.

do que poderia ser politicamente possível. Ele não anulava a existência de diversos projetos políticos que se digladiavam no período, nem substituía a ação das classes sociais²²⁹. Em outras palavras, o *sistema político populista* seria uma espécie de campo de forças que definiria os limites da ação política dos sujeitos, seus conflitos e suas alianças²³⁰ no período histórico brasileiro que foi da década de 1930 até o Golpe de 1964.

Uma abordagem deste tipo, embora consideravelmente ampla, parece-nos manter a historicidade do quadro político brasileiro por muito tempo chamado simplesmente de “período populista”. Enxergar este momento histórico sob a ótica de um sistema político permite apreender as diversas relações entre os diferentes projetos do período, quer fossem relações de aliança, quer fossem relações de conflito, já que, dentro deste sistema, diversos projetos políticos transitaram, disputando hegemonia. Todas estas relações estariam permeadas pela ambigüidade do período: a coexistência entre democracia e autoritarismo – ambigüidade esta que aparece de forma tão clara quando vemos o atendimento de demandas expressas nas reuniões e nos abaixo-assinados organizados pela UMC e, simultaneamente, a repressão aos protestos ocorridos na Vila Jardim.

São os “quadros do que é politicamente possível” que conformavam os limites das lutas analisadas. No caso da UMC, a preparação de estatísticas e a confecção de abaixo-assinados eram partes de sua tática de locomoção dentro deste sistema político. Ambos mostravam ao poder público uma capacidade de organização e um potencial eleitoral fortes e que não poderiam ser ignorados. Desse modo, quando, em meio às demandas, eram apresentados dados referentes aos estudos realizados, a associação demonstrava ser uma espécie de elo entre os moradores, organizando as informações que qualificariam suas reivindicações. Por outro lado, na montagem dos abaixo-assinados, a UMC demonstrava as prioridades da comunidade, bem como o seu potencial eleitoral²³¹. Assim, a postura da UMC pode ser pensada como uma forma de aproveitamento de uma determinada via de influência, por mais limitada que esta fosse.

²²⁹ FORTES. *Op. cit.*, p. 439. A noção também é trabalhada em SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge. *Op. cit.*, 2001, p. 225 e seguintes.

²³⁰ A idéia de sistema político levantada por esta bibliografia partiu da influência dos estudos de Edward Thompson sobre os conflitos sociais e políticos na Inglaterra do século XVIII. Ver THOMPSON, Edward P. *Op. cit.*, 1998.

²³¹ Tivemos acesso a dois abaixo-assinados realizados no ano de 1963: um deles, reivindicando a extensão da linha de transporte (24.11.1963), contava com 168 assinaturas; o outro, pleiteando a instalação do posto policial da Glória (24.05.1963), exibia 128 nomes. Qualquer político que tivesse acesso a estas

Além disso, a própria experiência de organização e mobilização pode trazer em si uma grande transformação política. Como já comentamos anteriormente, muito das *noções de ação e transformação coletivas* – existentes nos movimentos sociais que eclodiram na conjuntura da redemocratização – foram construídas a partir das lutas das décadas anteriores²³². Um interessante exemplo de como a efetiva atuação política pode contribuir para esta construção está no trabalho de Teresa Caldeira, que analisa as representações que moradores de uma vila paulistana construíram acerca da política e de seu funcionamento na sociedade²³³. Para isso, a antropóloga realizou uma série de entrevistas com moradores da região, a partir das quais distinguiu duas características que diferenciavam significativamente sua amostragem: a atuação política no período de 1945-64 e o sexo dos entrevistados. Para nossos objetivos neste trabalho, as diferenças resultantes da primeira característica apresentam grande importância.

Na análise dos depoimentos que Caldeira colheu, os sujeitos que tiveram uma atuação política efetiva no período que se encerrou com o Golpe de 1964 – seja através de atividades como as de cabo eleitoral ou militante, seja na participação de associações de bairro – demonstraram uma visão diferenciada da natureza do “governo”. Enquanto os moradores que não tinham um histórico de participação política – devido à falta de envolvimento ou em função da pouca idade e, conseqüentemente, da socialização política ocorrida já no período ditatorial – viam o governo como um “lugar” dotado de uma força desproporcional que não poderia ser contestada, os que tinham a experiência da participação o viam também como um *locus* de poder quase ilimitado sendo, contudo, fruto de uma espécie de contrato, de uma concessão do povo, *passível de contestação popular*²³⁴. Este é um exemplo de como a experiência da mobilização e da atuação política pode gerar percepções diferenciadas sobre os mecanismos de poder na sociedade²³⁵.

listas saberia o potencial eleitoral que tinha expresso diante dos olhos. Certamente, com o atendimento da obra, o número de pessoas beneficiadas seria maior do que o contido nos abaixo-assinados, e, isso, certamente entrava nos cálculos da classe política.

²³² Sobre a construção destas noções nos anos 1970 ver TELLES, Vera da Silva. *Op. cit.*

²³³ CALDEIRA, Teresa Pires. *A Política dos Outros: O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo; Brasiliense, 1984. Trata-se de um trabalho amplo, fruto de sua pesquisa de mestrado.

²³⁴ *Idem*, pp. 143-288.

²³⁵ “Em suma, embora tenham, a nível geral [*sic*], uma idéia semelhante do que seja o lugar, a forma do poder se exercer, o fato é que os entrevistados do grupo 1 [os que tiveram atuação política no período 1945-64] concebem as funções do governo, a relação governantes-governados e, conseqüentemente, as

Certamente, não podemos ignorar as diferenças entre a obra de Caldeira e a presente pesquisa. Trata-se de períodos, espaços e grupos sociais diferenciados. Contudo, queremos chamar atenção para o fato de que a *experiência da ação política* pode contribuir para a construção de uma consciência política dotada de noções de ação transformadora e, em termos gerais, para a formação de uma cidadania mais ativa²³⁶. Por mais que as informações coletadas por Caldeira digam respeito às apropriações e às reconstruções das memórias daqueles grupos específicos, as percepções destes sujeitos sobre a política foram forjadas por suas experiências de atuação e, em última instância, são estas noções e percepções construídas historicamente que os guiam em seu tempo. Como a própria Caldeira muito bem afirmou: “a memória de uma experiência vivida [tem] repercussões no presente. O que se sabe e o que se lembra do passado compõem o modelo em relação ao qual se pensa o presente e se projeta o futuro; o passado não é algo morto, mas o que ajuda a articular a visão da política que se vive no presente”²³⁷. Este pensamento, tão familiar para nós, historiadores, demonstra um pouco da importância de lutas como as desenvolvidas pela UMC. Uma importância que ia além da dimensão concreta.

O conteúdo da atuação da UMC, em certo sentido, contribuiu para a legitimação do Poder Público – representado pela Prefeitura – e da democracia representativa – representada pelos vereadores acionados. Também as ações mais intensas ocorridas na Vila Jardim não colocaram em xeque as “engrenagens do poder”, por mais que tenham abalado a calma da classe política porto-alegrense. Nesse sentido, as conquistas de ambas podem ser limitadas, o que não quer dizer que sejam pequenas. O valor concreto e o significado subjetivo de certas melhorias conquistadas no cotidiano das comunidades carentes não podem ser menosprezados. Os grupos inseridos no movimento associativo em Porto Alegre não eram portadores de um projeto revolucionário e, mesmo que o fossem, não teriam condições de concretizá-lo. Contudo, sua contribuição, em termos de transformação, não pode ser ignorada: as reivindicações e conquistas certamente tiveram importância para seus membros. Do ponto de vista político, o movimento associativo representou mais um canal de tensionamento do

explicações para o ‘desvio’ do governo atual de maneira bastante distinta das dos outros entrevistados.”. CALDEIRA, Teresa Pires. *Op. cit.*, 1984, p. 215.

²³⁶ A diferença entre os entrevistados também nos passa a idéia do que as experiências de vida na desigualdade social intensa e nas restrições de liberdade da Ditadura Militar podem construir em termos de comportamento e de consciência política. No próximo capítulo, abordaremos este período, fazendo, inclusive, muitas considerações neste sentido. Contudo, este é um tema que, certamente, merece maior atenção por parte dos cientistas sociais, qualquer que seja sua área de especialização.

²³⁷ CALDEIRA, Teresa. *Op. cit.*, 1984, p. 265.

sistema político existente então, em uma luta – ora silenciosa, ora barulhenta – por um maior espaço político.

CAPÍTULO II

As lutas em tempos autoritários: a política depois de 1964.

Mas sempre, sob todas estas formas diversas, o conflito.

Manuel Castells

As mudanças ocorridas entre 1963 e 1968 não couberam em cinco anos. O golpe civil-militar ocorrido poucos meses após o período eleitoral abordado no capítulo anterior alterou profundamente o quadro político do país e, devido aos seus desdobramentos, configurou-se em um grande “trauma histórico” para a memória de diversos brasileiros.

Fruto de um acirrado quadro de tensão políticas e sociais, o Golpe de 1964 redundou na instauração de um governo ditatorial que fechou rápida e intensamente o espaço político existente nas duas décadas anteriores. De maneira específica, duas obras trazem, em síntese, elementos diferenciados deste período de intensa agitação social e política: são os estudos de René Armand Dreifuss²³⁸ e de Argelina Cheibub Figueiredo²³⁹.

Com farta base documental, René Armand Dreifuss estuda os anos imediatamente anteriores ao golpe civil-militar, enfocando a articulação conspiratória de setores empresariais em torno do complexo IPES/IBAD²⁴⁰. A atuação do complexo teria, segundo o autor, colaborado em grande medida para a desestabilização do Governo João Goulart, através de campanhas ideológicas e de apoio financeiro a políticos e grupos anticomunistas. Em um trabalho bastante minucioso, Dreifuss mostra diversos elementos utilizados como “ferramentas” para minar o quadro político brasileiro de então, sob a perspectiva de uma grande conspiração arquitetada contra o governo trabalhista.

Já o trabalho de Figueiredo “concentra-se na conduta estratégica de atores políticos em situações históricas concretas, enfatizando interesses e percepções e formulando os problemas em termos de possibilidades e escolhas”²⁴¹, tendo, portanto, um enfoque bastante diferente do adotado por Dreifuss. Particularmente, o foco da análise da autora é a postura do Governo João Goulart frente às suas limitações naquele momento histórico. Apesar de partir de uma abordagem extremamente “racionalista”, onde praticamente tudo é tratado como cálculos de perdas e ganhos, Figueiredo traz interessantes considerações e informações sobre os movimentos do governo – ou de atores ligados de alguma forma a ele – que colaboraram para o agravamento da crise que redundou na progressiva perda de apoio do presidente. Às vésperas de março de

²³⁸ DREIFUSS, René Armand. *Op. cit.*

²³⁹ FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

²⁴⁰ Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

²⁴¹ FIGUEIREDO. *Op. cit.*, p. 29.

1964, considerável parcela da sociedade brasileira aderira ao projeto que, sob a bandeira do anticomunismo, depôs o governo trabalhista de João Goulart.

Não pretendemos, aqui, discutir as causas, a natureza ou a complexidade do Golpe civil-militar de 1964²⁴². Enfatizamos a análise dos autores acima, por considerarmos seus trabalhos duas obras consagradas (e de enfoques contrapostos) que priorizam a dimensão política em suas interpretações. O que queremos é indicar a existência de um marco que trouxe uma grande carga de ruptura no que diz respeito às lutas políticas travadas na sociedade como um todo.

Nesse sentido, a conjuntura que analisamos nas próximas páginas – o período eleitoral de 1968 – foi marcada por perplexidades, decepções e medos. Tais elementos estiveram presentes tanto na dimensão das lutas comunitárias, quanto na dos embates político-partidários.

1 – O aprendizado da “nova competição”: a batalha eleitoral de 1968.

Como apontamos no início deste capítulo, as mudanças ocorridas após 1964 foram muitas e intensas. Das regras do jogo político-eleitoral até os limites do espaço político de maneira geral, um novo quadro se descortinou para os personagens que temos visto até aqui. A partir de agora, passaremos a comentar tais transformações. Em um primeiro momento, veremos as que se restringiram à competição partidária no ano de 1968, posteriormente, abordaremos as lutas comunitárias que se desenvolveram na nova conjuntura.

Do ponto de vista político-institucional, a novidade que mais se destaca, quando observamos as fontes referentes ao ano de 1968, é, sem dúvida, a existência do bipartidarismo, sistema implantado em fins de 1965, em meio a um contexto de disputas internas ao Regime Militar. Por muito tempo tratada como uma simples reação ao resultado das eleições estaduais de 1965, a instauração do novo quadro partidário, enquanto parte de algo maior – o Ato Institucional nº. 2 –, esteve inserida em uma ofensiva que marcava o fortalecimento de segmentos mais radicais dentre os vitoriosos de 1964²⁴³. No que diz respeito aos seus objetivos, é consenso – entre os estudos de ciência política dedicados ao período – que as circunstâncias do seu estabelecimento

²⁴² Como forma de aproximação do debate acerca do Golpe de 1964 e de sua complexidade, indicamos a leitura de FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro; Record, 2004.

²⁴³ *Idem*, p. 71-76.

estavam ligadas à necessidade de legitimação do Regime instaurado pelos golpistas. Em nossa opinião, uma interpretação válida para a implantação do sistema bipartidário, enquanto tática política, continua sendo a de Lamounier e Meneguello, segundo os quais tratar-se-ia da construção de uma oposição “excluída do sistema, prática e simbolicamente, por meio de um mecanismo mais complexo do que a simples barreira legal ou repressiva”²⁴⁴. Através da manutenção das eleições (embora com progressivas alterações dos dispositivos legais) e do Congresso (apesar da drástica diminuição de suas atribuições legislativas e da ofensiva de cassações), o Regime Militar conferia, a si próprio, uma fachada democrática, na busca por legitimação. Tal busca, aliás, foi uma constante ao longo de todo o período, como mostra o já clássico estudo de Maria Helena Moreira Alves²⁴⁵. Contudo, como apontam Lamounier e Meneguello, as eleições, então, não eram apenas oportunidades de legitimação do Governo e da Arena, mas também de *deslegitimação* do partido opositorista²⁴⁶, e, pensando nesse sentido, são significativas as discussões internas do MDB sobre a possibilidade de autodissolução do Partido após o aparente “beco sem saída” das eleições de 1970, quando a Arena saiu como a grande vitoriosa em nível nacional²⁴⁷.

Além das intenções governistas, um outro ponto bastante discutido – e, também, com um certo consenso – é o caráter artificial da implantação do bipartidarismo. A junção de vários grupos e matizes políticos sob apenas duas siglas colocava lado a lado, tanto em nível nacional, quanto em realidades regionais ou locais, adversários políticos

²⁴⁴ LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Rachel. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática: O Caso Brasileiro*. São Paulo; Brasiliense, 1986, p. 66.

²⁴⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru; Edusc, 2005.

²⁴⁶ LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Rachel. *Op. cit.*, p.66-67.

²⁴⁷ Ver KINZO, Maria D’Alva. *Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDO (1966/1979)*. São Paulo; Vértice, 1988. A mesma autora, em outra obra, chama atenção para o lado prático da medida: a “domesticação” da oposição. Ver KINZO, Maria D’Alva. *Novos Partidos: o início do debate*. In: LAMOUNIER, Bolívar. *Voto de Desconfiança – Eleições e Mudança Política no Brasil: 1970-1979*. Petrópolis; Vozes, 1980, p. 217-262. Lamounier e Meneguello, por outro lado, indicam que a mudança da base demográfica da competição eleitoral ocorrida no período (a expansão urbana e as elevadas taxas de crescimento populacional) tornou o eleitorado das grandes cidades mais significativo. LAMOUNIER e MENEGUELLO. *Op. cit.*, p. 67-68. Nesse sentido, diversos estudos já demonstraram que parte significativa dos eleitores das áreas mais urbanizadas tendia a se identificar – ou, ao menos, a optar – com o MDB. Assim, as transformações demográficas do eleitorado levaram os dirigentes do Regime a apelar cada vez mais para a coerção ou para os chamados *casuísmos*, medidas que, ao alterar as leis eleitorais, visavam ao controle dos resultados. Sobre o perfil urbano do voto emedebista, ver TRINDADE, Hégio e NOLL, Maria Izabel. *Op. cit.* E MAINWARING, Scott, MENEGUELLO, Rachel e POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo; Paz e Terra, 2000. Além do já citado estudo de Kinzo sobre o MDB. Quanto aos *casuísmos eleitorais* do Regime Militar, uma detalhada análise encontra-se em FLEISCHER, David. *Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feiticeiro se voltava contra o feiticeiro*. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon e D’ARAÚJO, Maria Celina. *21 Anos de Regime Militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro; FGV, 1994, pp. 154-197.

que deveriam, em tese, passar a “lutar pela mesma causa”. O resultado foi a criação de dois partidos atravessados por inúmeras clivagens internas – problema que, no caso do partido governista, teve uma tentativa de combate através da criação das sublegendas²⁴⁸. No entanto, se nos concentrarmos no caso gaúcho, perceberemos que este “caráter artificial” teve diferentes intensidades ao longo do país, sendo que, no caso do Rio Grande do Sul – e segundo os cientistas políticos Hégio Trindade e Maria Izabel Noll –, a implantação do sistema bipartidário encontrou “um leito favorável” à sua absorção: “A longa tradição polarizada que, durante o período 1945/1964, transformara-se na confrontação PTB/Anti-PTB, permitiu que as novas siglas – Arena e MDB – se acomodassem com menos artificialismo que nos outros estados”²⁴⁹.

“Menos artificialismo” – é importante que se ressalte – não significa “artificialismo nenhum”. Como veremos adiante, através de casos concretos, mesmo que a criação dos dois partidos tenha oficializado a polarização política já existente, não extinguiu as tensões e os conflitos que havia dentro dos dois blocos políticos existentes antes do Golpe de 1964. Para observarmos isso, uma breve análise das eleições de 1966 torna-se importante na medida em que este representou o primeiro teste eleitoral das novas siglas partidárias.

Entre o Golpe de 1964 e as eleições de 1966, dezenove dos cinquenta e cinco deputados estaduais gaúchos foram cassados em dois “momentos-chaves”: a “operação de caça” efetuada logo após o golpe e o episódio da tentativa de lançamento da candidatura Cirne Lima ao governo do estado²⁵⁰. Todas as cassações, obviamente, atingiram parcelas à esquerda do espectro político sul-rio-grandense.

²⁴⁸ “A sublegenda foi adotada pela primeira vez nas eleições de 1966 (...), instituindo-se depois pela Lei das Sublegendas (Lei nº. 5.453, de 14.6.1968). Esses mecanismos [permitiam] a um partido lançar até três candidatos para um mesmo cargo, nas eleições para prefeito e senador. [Considerava-se] eleito o candidato individualmente mais votado do partido que [obtivesse] a maior soma de votos, consideradas a três sublegendas. O objetivo originário foi acomodar dentro da Arena os grupos locais antes vinculados aos partidos do período pré-64”. LAMOUNIER e MENEGUELLO. *Op. cit.*, p. 71. De acordo com os autores, esta medida faria parte da primeira das três fases da “engenharia institucional” realizada pelo Regime Militar. As outras duas etapas buscariam, respectivamente, disciplinar o partido governista através da fidelidade partidária e controlar o processo da distensão a partir de 1974.

²⁴⁹ TRINDADE, Hégio e NOLL, Maria Izabel. *Op. cit.*, p. 82.

²⁵⁰ XAUSA, Leônidas e FERRAZ, Francisco. *Op. cit.*, 1968, p. 242. Por ser um estudo clássico e único sobre o pleito de 1966, é dele que retiramos as informações que se seguem. Quando outra for a fonte, indicaremos.

Quanto a 1966, por se tratar da primeira eleição realizada no período militar, três grandes novidades institucionais marcaram presença: a já comentada vigência do bipartidarismo em substituição ao sistema pluripartidário inaugurado em 1945; o caráter indireto da eleição para o cargo de governador e a existência de limites aos gastos de campanha²⁵¹. A seu modo, cada uma dessas novas características limitava o espaço político da oposição.

No que diz respeito à última das três medidas, a possibilidade de utilização da máquina de governo, poderia ser um valioso trunfo para alguns candidatos governistas, ao passo que a oposição ficaria restrita aos limites estabelecidos pela legislação²⁵². No primeiro grande estudo publicado sobre o MDB, a cientista política Maria Dalva Kinzo comenta os dois meios de arrecadação financeira do partido oposicionista: a contribuição mensal dos membros do Partido que tinham mandato político e a participação no Fundo Partidário²⁵³. Neste segundo caso, como a parcela da verba recebida era proporcional à representatividade do partido na Câmara Federal, o fato de ser o MDB minoria na Casa fazia com que sua cota fosse bastante inferior à da Arena.

Além disso, o caráter indireto das eleições para o governo possibilitou, como se sabe, a manutenção da situação no Executivo ao longo do Regime Militar. Como ficará mais claro a seguir, quando analisarmos o pleito de 1968, isso fez com que as engrenagens da máquina de governo trabalhassem, por muito tempo, a favor da Arena²⁵⁴. No caso específico do Rio Grande do Sul, embora 1966 marcasse a primeira eleição após o Golpe, cabe lembrar que o governo que seria então substituído era também um representante das forças conservadoras no estado. Assim, o bloco formador

²⁵¹ XAUSA, Leônidas e FERRAZ, Francisco. *Op. cit.*, 1968, p. 242-243.

²⁵² Embora Ferraz e Xausa não atentem para esta possibilidade do partido governista, é possível inferi-la a partir das considerações existentes em duas outras obras: ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. cit.* E MAINWARING, Scott, MENEGUELLO, Rachel e POWER, Timothy. *Op. cit.* Além disso, no decorrer deste capítulo, traremos elementos que apontam também nesta direção.

²⁵³ KINZO, Maria D'Alva. *Op. cit.*, p. 53-54.

²⁵⁴ É interessante notar que, atualmente, o Partido Progressista (PP), cuja origem remonta ao Partido Democrático Social (PDS) tenha notável força pelo interior do Rio Grande do Sul. O PDS, por sua vez, foi o sucedâneo da Arena após o retorno ao pluripartidarismo em fins dos anos 1970. Certamente, o contraste entre a força da legenda no estado e sua relativa fraqueza em nível nacional nos indicam que há uma série de outros fatores que contribuem para o desempenho do atual PP. Nesse sentido, vão as considerações de Ricardo Santin, para quem o enraizamento do Partido no quadro político gaúcho deve-se à consistência de seus princípios e à manutenção de uma imagem coerente entre militantes e simpatizantes, além da correspondência existente entre os valores conservadores da organização e a cultura do interior do estado. SANTIN, Ricardo João. *Construção de Um Partido Político: A trajetória política e a estabilidade eleitoral do PP gaúcho*. Porto Alegre; Ed. Berthier, 2005. De qualquer maneira, acreditamos – a título de hipótese – que parte desta “força progressista” tenha relação com a longa proximidade com o poder. As considerações existentes no já citado estudo sobre os partidos conservadores no Brasil contemporâneo nos levam a crer que esta hipótese não seja infundada. MAINWARING, Scott, MENEGUELLO, Rachel e POWER, Timothy. *Op. cit.*

da Arena já vinha gozando de uma certa proximidade do poder desde o início dos anos 1960. Como se isso não bastasse, a impossibilidade prática de chegar ao Executivo estadual restringia consideravelmente o horizonte político da oposição.

Ainda nos meses anteriores à eleição de 1966, o lançamento da candidatura de Ruy Cirne Lima, um renomado intelectual sem trajetória político-partidária²⁵⁵, com o apoio maciço da bancada oposicionista e de uma incômoda dissidência governista (incomoda, obviamente, aos olhos do governo), expôs dois importantes elementos do quadro político gaúcho de então: um ligado à organização partidária governista, outro à oposicionista. No tocante ao partido do governo, o episódio demonstrou um pouco da heterogeneidade do bloco conservador no estado: parte da ala egressa do antigo Partido Libertador (PL), juntamente com dois ex-democratas cristãos, se rebelava contra o Regime cuja implantação, dois anos antes, apoiara. Este gesto tinha um profundo significado político.

Os dissidentes da Arena, responsáveis pelo lançamento da candidatura, se identificavam com setores político e militares tidos por radicais, precisamente na medida em que, considerando-se “revolucionários históricos”, mostravam crescente inconformismo em face do empolgamento do poder político no Estado pelo PSD, tido como adesista, e não verdadeiramente representativo do que seriam os “ideais da Revolução”. Paradoxalmente, este grupo, se na aparência tendia a confundir-se com o que no âmbito nacional se usava caracterizar como “linha dura”, – enquanto impaciente “por não ter chegado a Revolução ao RGS” no que concerne à corrupção – por outro lado era de inspiração “maragata” e liberal, focalizava irrativa igualmente crescente contra as medidas intervencionistas, anti-federativas, e repressivas, do Governo Federal, principalmente após o Ato Institucional nº. 2²⁵⁶.

Esta tensão no bloco governista, no entanto, não era novidade; basta lembrar que, ainda no início do segundo Governo Meneghetti, o distanciamento dos libertadores em relação à ADP criou uma crise política que desagradou profundamente o hegemônico PSD²⁵⁷. A acomodação sob a mesma legenda na nova conjuntura política não apagou as diferenças existentes no período anterior.

Fruto de um nascente mal-estar entre a classe política profissional e a corporação militar, que dominou totalmente a direção do movimento iniciado com o Golpe, esta dissidência de 1966 deveria ser vista como um alerta às lideranças arenistas que

²⁵⁵ Embora houvesse ocupado a Secretaria da Fazenda do Governo Meneghetti durante parte do ano de 1964, Cirne Lima era reconhecido como uma figura desligada de partidos políticos.

²⁵⁶ XAUSA, Leônidas e FERRAZ, Francisco. *Op. cit.*, p. 244.

²⁵⁷ Ver CÁNEPA, *Op. cit.*, pp. 398-412.

queriam seguir os rumos de sua “revolução”, bem como um alerta ao próprio Regime Militar: se o padrão polarizado da política gaúcha – como vimos – facilitou a implantação do bipartidarismo nos pampas, as matizes de longa duração no bloco conservador mantinham-se. A direita civil não seria tão facilmente agrupada.

O cientista político Rafael Madeira, em seu trabalho de mestrado²⁵⁸, demonstra que o bipartidarismo não interferiu no padrão político já estabelecido no Rio Grande do Sul, tanto no que diz respeito aos alinhamentos eleitorais, quanto no que se refere às carreiras políticas individuais – não abalando, também, o predomínio pessedista dentro do bloco conservador. Contudo, como também demonstra Madeira, o revezamento, no governo do estado e nas candidaturas ao Senado, de lideranças dos ex-partidos do bloco anti-PTB foi uma estratégia utilizada para a manutenção da coesão partidária arenista²⁵⁹.

Por outro lado, do ponto de vista da oposição, o episódio da candidatura Cirne Lima desencadeou um duro golpe por parte do governo sobre o MDB. Se a dissidência arenista foi, por fim, controlada pelo Ato Complementar nº. 16, que exigia a chamada “Fidelidade Partidária”, os opositoristas foram atingidos por uma cassação coletiva: sete emedebistas caíram. Esta possibilidade de repressão sobre os grupos de oposição foi um forte elemento de estreitamento do espaço político e de constante intimidação para os adversários do Regime Militar.

Retornando à questão da coesão de ambos os blocos – fruto, como vimos, do padrão político do estado ao longo do período anterior –, a (contudo) inegável artificialidade da implantação do bipartidarismo gerou duas organizações de considerável heterogeneidade. Seguindo a argumentação de Rafael Madeira, podemos

²⁵⁸ MADEIRA, Rafael. *Op. cit.* O trabalho de Rafael Madeira é uma interessante análise comparativa da Arena nos estados da Bahia, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Nossas considerações centram-se, obviamente, no caso gaúcho.

²⁵⁹ Os governadores gaúchos do período militar foram, respectivamente, Walter Peracchi Barcellos (ex-PSD), Euclides Trichês (ex-PDC), Synval Guazzelli (ex-UDN) e José Augusto Amaral de Souza (ex-PSD). Na lista, chama atenção a ausência de lideranças integralistas (agrupadas, no período 1945-65, no Partido de Representação Popular, o PRP). Nossa colega de trabalho no Centro de Documentação Sobre a AIB e o PRP, a historiadora Ângela Flach, que está realizando uma pesquisa de doutorado sobre a Arena gaúcha, por mais de uma vez nos informou sobre um constante descontentamento dos integralistas em função da não escolha de Alberto Hoffmann, liderança de grande prestígio, para o cargo de governador. Contudo, cabe lembrar que Guido Mondim, outra liderança do ex-PRP, foi eleito senador já no primeiro pleito do período, em 1966 – o que corrobora a tese de Madeira. Em seu mestrado, Ângela Flach já havia demonstrado como o peso da doutrina integralista impossibilitava a adesão incondicional ao novo Partido. Antes de arenistas, os ex-membros do PRP eram integralistas. Sua entrada no Partido do Governo era parte do “processo revolucionário”, mas isso não extinguiu o “pertencimento” ao PRP, tanto que qualquer prestação de contas ou passagem de informações, por parte de lideranças locais, eram encaminhadas diretamente aos ex-dirigentes perrepistas, e não a qualquer líder da Arena. FLACH, Ângela. “*Os vanguardistas do anticomunismo*”: o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). Porto Alegre; PUCRS, Dissertação de Mestrado em História, 2003, pp. 203-211.

supor que a participação efetiva no poder de governo do estado e as maiores facilidades de atuação representavam fortes incentivos à coesão no caso da Arena. Entretanto, como veremos adiante, isso não anulava a existência de tensões internas.

Desde a sua criação, a Arena passou por momentos de maior ou menor capacidade de atuação. A partir do tratamento dispensado ao Partido pelo Regime, suas atribuições variavam, chegando, em determinado momento do Governo Médici, a ser reduzido ao *status* de mera barreira aos ataques emedebistas dentro do Congresso²⁶⁰. No entanto, nos parece difícil crer que esta tentativa dos dirigentes militares de moldar a Arena aos seus objetivos se dava sem conflitos com os membros do Partido. É nesse sentido que a cientista política Lúcia Grinberg aponta a existência, no interior da Arena, de insatisfações em relação ao Governo Militar²⁶¹.

Além disso, a idéia de que a Arena foi *exclusivamente* uma criação do Regime Militar deve ser bastante matizada, ou mesmo – em parte – questionada. Grinberg chama atenção para o equívoco de pensar os votos arenistas como *simples frutos dos casuísmos eleitorais* do governo, desconsiderando-os como indicativo de representação política. Tal postura contribui para o ocultamento do apoio que partia da sociedade em direção à ditadura, o que, em última análise subestima o peso do conservadorismo brasileiro.

É importante considerar que os candidatos da Arena não apenas representavam o movimento de 1964 e o novo regime, mas também possuíam vínculos com o eleitorado muito anteriores àquele marco, representando muito mais do que isso (...). Se a sigla Arena era recente e podia não ter identificação popular, as lideranças que formavam o partido eram representantes da nata dos políticos da época²⁶².

É significativo, nesse sentido, que a Arena porto-alegrense apresentasse, na legislatura que se iniciou em 1969, exatamente a mesma quantidade de cadeiras que o

²⁶⁰ Sobre isso, ver KLEIN, Lúcia. Brasil Pós-64: A Nova Ordem Legal e a Redefinição das Bases de Legitimidade. In: KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e Coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro; Forense-Universitária, 1978, pp.15-103.

²⁶¹ Sobre isso, é bastante ilustrativa a fala de Herbert Levy, deputado da Arena paulista: “Vossa Excelência (um deputado emedebista com quem debatia) tocou num ponto certo quando disse que a Arena é governo e não o é. Esse é um ponto crítico e disso nos queixamos nós, arenistas. Nós ficamos com todos os ônus de governo... e sem as vantagens.” Citado em GRINBERG, Lúcia. Uma Memória Política Sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru; Edusc, 2004, p.154. No entanto, não podemos deixar de ressaltar o flagrante exagero da fala do deputado, pois, conflitos entre Partido e governo à parte, muitos arenistas tiveram ganhos inegáveis para suas carreiras políticas, sobretudo os mais pragmáticos.

²⁶² GRINBERG, Lúcia. *Op. cit.*, p. 148-149.

bloco conservador conquistara na Câmara Municipal em 1963²⁶³. Mesmo que alguns nomes tenham mudado, isso indica claros traços de continuidade entre as realidades político-partidárias anterior e posterior ao Golpe de 1964, sobretudo no que diz respeito à identificação do eleitorado com o bloco conservador existente antes da ruptura golpista. Em outras palavras – e concordando com Lúcia Grinberg –, a alegada artificialidade da Arena é menor do que frequentemente se imagina.

A mesma afirmação, ainda, pode ser feita em relação ao MDB, pois, como veremos adiante na análise da nominata emedebista, alguns políticos atuantes no período pré-Golpe mantiveram-se na ativa, escapando das cassações e continuando à esquerda do espectro político porto-alegrense. Além disso, da mesma forma que a força eleitoral arenista, o MDB mostra permanências em relação à conjuntura anterior. Assim como no caso governista, o número de cadeiras obtidas pelo MDB em 1968 é exatamente igual ao conquistado, em 1963, pelos trabalhistas e demais políticos que viriam a compor a oposição, contando, inclusive, com a reeleição de alguns nomes – o que mostra que tal continuidade no seio das esquerdas não apenas existia como era reconhecida pelo eleitorado.

Mesmo assim, neste novo quadro de formação partidária, os oposicionistas não tiveram a mesma “sorte” de seus rivais. A combinação entre as características de sua criação e sua situação enquanto oposição a um governo ditatorial marcaram o desenvolvimento do Partido. Angelo Panebianco, em seu livro sobre modelos de análise de partidos, afirma que “toda organização traz consigo a marca das suas modalidades de formação e das principais decisões político-administrativas de seus fundadores, as decisões que ‘modelaram’ a organização”²⁶⁴. Em outras palavras, o desenvolvimento de um partido está bastante associado às circunstâncias de sua origem e formação, em uma influência que pode se estender por décadas. Seguindo a linha proposta pelo cientista político italiano, podemos considerar a formação emedebista como sendo uma variante

²⁶³ Em 1963, PSD, PDC, UDN e PL conquistaram, juntos, oito assentos no Legislativo municipal, o mesmo alcançado pela Arena em 1968, inclusive com a reeleição de dois vereadores que compunham o bloco conservador antes do Golpe de 1964. Eram eles: Milton Pozzollo de Oliveira (ex-PDC) e Rubens Alcântara Giampaolli (ex-PSD). PASSOS e NOLL. *Op. cit.*

²⁶⁴ PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo; Martins Fontes, 2005, p. 92-93. Como o próprio título sugere, Panebianco estuda os Partidos em seus aspectos organizativos, priorizando, por isso, suas dinâmicas e seus elementos internos, sem, no entanto, descuidar de elementos e condicionamentos externos. Sem querermos discutir o conceito de “partido político”, optamos por esta análise por considerá-la privilegiada para situar o MDB e seus dilemas nos quadros do Regime Militar.

do que ele mesmo chamou de nascimento por “difusão territorial”²⁶⁵. Tal gênero de formação, por envolver uma considerável diversidade de lideranças previamente estabelecidas, costuma legar ao partido originado uma baixa coesão interna. Se um determinado tipo de origem pode imprimir marcas na vida da organização partidária, talvez seja em parte por isso que o sucedâneo do MDB, o atual PMDB, tenha herdado uma “crise de identidade crônica”²⁶⁶.

Da mesma forma, é possível pensarmos que tal característica marcou também a gênese no Partido governista. De fato, como já afirmamos, a Arena era marcada por uma grande heterogeneidade. Contudo, no caso emedebista, não podemos esquecer que sua formação e consolidação inicial foram simultâneas à onda de cassações e repressões ocorrida entre 1966 e 1968. Se a prática do expurgo pode ter privado o MDB de lideranças que, em função de disputas por poder interno, poderiam contribuir para a desestabilização do Partido, não fez o mesmo em relação às tendências políticas herdadas da vasta gama partidária do período anterior. Também elas marcariam disputas no seio de um partido que, contrariamente à organização governista, não teria benefícios que garantissem uma coesão mais forte. Assim, junto com a heterogeneidade, a perplexidade e a incerteza decorrentes da luta contra um governo autoritário – cujo caráter provisório parecia cada vez mais duvidoso – marcaram os primeiros anos do MDB. Nesse sentido, o pleito de 1968 adquiria uma enorme importância, na medida em que poderia fortalecer politicamente os dois partidos. Do ponto de vista jurídico, a eleição também seria decisiva, pois o crescimento, em número de membros e filiados, que ela poderia proporcionar era vital para o enquadramento na Lei Orgânica dos Partidos de 1965, que definia condições rígidas para o reconhecimento legal das agremiações. Portanto, as perseguições e a fragilidade nacional do MDB faziam com que 1968 fosse, para ele, quase uma questão de sobrevivência política²⁶⁷.

²⁶⁵ “Há difusão territorial quando o desenvolvimento se dá por ‘germinação espontânea’: são as elites locais que, num primeiro momento, constroem as associações partidárias, e somente depois essas associações são integradas numa organização nacional (...). Uma variante do nascimento por difusão ocorre quando o partido se forma pela *união de duas ou mais organizações nacionais preexistentes*”. *Idem*, p. 94-95. Grifos nossos.

²⁶⁶ Atualmente, a grande heterogeneidade do PMDB é um consenso, sendo o partido constantemente referido com expressões como “um saco de gatos” ou “uma federação”. Um exemplo recente desta caracterização do PMDB na grande imprensa se encontra em MENEZES, Cynara. *Renasce o Centrão*. *Carta Capital*, nº. 532, 11.02.2009, p. 22-27.

²⁶⁷ Kinzo comenta a série de exigências da Lei Orgânica dos Partidos e demonstra como ela era especialmente ameaçadora para o MDB. As adesões ao Partido da oposição eram dificultadas a cada leva de cassações, pois, além da redução do número, o medo que ela gerava desmobilizava militantes e membros em potencial. KINZO, Maria D’Alva. *Op. cit.*, p. 39-41. Apesar de ser uma ótima obra de referência, o livro de Kinzo peca por generalizar o caso de São Paulo para o quadro nacional do MDB.

A heterogeneidade e as incertezas já estavam presentes com grande força no citado pleito de 1966. Nele, a posição do MDB em relação à sucessão presidencial foi marcada por três propostas diferentes. Embora a vitória de Costa e Silva fosse certa, uma tendência interna emedebista defendia a apresentação de um candidato próprio – fosse ele civil ou militar –, enquanto outras duas defendiam, respectivamente, o apoio a Costa e Silva e a abstenção no processo eleitoral. A opção, afinal, pela terceira via de atuação, evidenciava, em sua moderação, o dilema emedebista:

a ação política do MDB dependia dos movimentos do regime em direção à liberalização, o que colocava o partido no dilema de quanto poderia avançar em sua ação oposicionista sem contudo possibilitar *[sic]* o surgimento de qualquer pretexto para o retrocesso. Isto é responsável por sua indecisão. A maior parte do tempo o MDB terminava por tomar posições ditadas pelos acontecimentos²⁶⁸.

Quanto à já referida investida do governo militar sobre a oposição, cabe citar que, no que diz respeito à composição dos cargos ocupados em 1963, algumas investidas desfalcaram as esquerdas porto-alegrenses antes mesmo da formação do bipartidarismo. Além dos petebistas Sereno Chaise e Ajadil de Lemos – respectivamente, prefeito e vice –, os vereadores Hamilton Chaves (PTB) e Alberto Schroeter (PR) foram cassados já em maio de 1964. Após o pleito de 1968, já durante a legislatura, dois vereadores emedebistas teriam o mesmo destino: Dilamar Machado e Índio Vargas²⁶⁹. A possibilidade da cassação assombrava as bancadas do MDB, sobretudo após a instauração do Ato Institucional nº. 5, em dezembro de 1968. O processo que levou à criação do AI-5, aliás, foi constituinte do clima político do ano de 1968 no Brasil, que passamos a analisar a partir de agora.

Esta prática, um tanto recorrente na produção acadêmica do “centro” do país, torna-se consideravelmente problemática neste caso, em função da peculiaridade do quadro político paulista após 1945, quando, por exemplo, as forças partidárias mais à esquerda tinham uma força política bastante reduzida em relação a outros estados do país, prevalecendo uma disputa entre correntes ligadas aos políticos Adhemar de Barros e Jânio Quadros. Embora a autora faça considerações nesse sentido, não deixa de estender as conclusões feitas a partir do caso paulista para a totalidade nacional. Na ausência de maiores estudos sobre o Partido, nos valem das preciosas conclusões da autora. Porém, é importante que tenhamos esta consideração em mente.

²⁶⁸ *Idem*, p. 95-96.

²⁶⁹ PASSO e NOLL. *Op. cit.*

1.1 – “Um Rumor de Botas”²⁷⁰: o clima político de 1968.

Como já vimos, as incertezas quanto à liberalização ou ao fechamento do Regime Militar contribuíram para a “tensificação” do clima político após 1964, além do acentuado estreitamento das possibilidades de oposição. É nesse sentido que, no mês de setembro de 1968, lideranças do MDB já mostravam preocupação em virtude de uma possível “lei de inelegibilidades” que o Executivo Federal enviaria ao Congresso nas semanas seguintes. No que diz respeito à seção gaúcha do Partido, a expectativa se devia ao fato de já terem sido lançadas candidaturas às prefeituras e câmaras de vários municípios do interior²⁷¹. Confrontados com a possibilidade de estreitamento do já exíguo espaço político da oposição, alguns emedebistas passaram a manter contatos com lideranças federais a fim de obter maiores informações. O Governo Militar, no entanto, cobria o projeto de sigilo, impedindo uma mobilização prévia da oposição. Mesmo que a imprensa, nas semanas seguintes, não tenha noticiado “lei de inelegibilidade” alguma, mas apenas uma “lei de responsabilidades” para vereadores e prefeitos, a apreensão da oposição não era descabida²⁷². Pelo contrário, respondia ao clima político do momento.

Já no que diz respeito à escolha do novo prefeito de Porto Alegre, na nova conjuntura, tal escolha era, na verdade, uma nomeação: o governador montava uma lista com até três nomes, e a Assembléia Legislativa votava, referendando algum dos candidatos. Esta fórmula – prevista como possibilidade desde a Constituição de 1946, mas só concretizada após 1964²⁷³ – garantia a combinação de uma certa legitimidade (em função da passagem da lista pelo crivo da Assembléia) com a certeza do controle dos resultados (em função da montagem da lista pelo governador). Enfim, este mecanismo de escolha manteria a cidade de Porto Alegre “muy leal e valorosa”.

²⁷⁰ Aqui, tomamos emprestado, em função de sua carga ilustrativa, o sugestivo título do livro de Eder Sader sobre os golpes militares na América Latina a partir dos anos 1960. SADER, Eder. *Um Rumor de Botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo; Editora Polis, 1982.

²⁷¹ “Anunciada lei de inelegibilidades causa intranqüilidade na oposição”. *Correio do Povo*, 05.09.1968, p. 7.

²⁷² “Projeto regula perda de mandatos de vereadores”. *Correio do Povo*, 10.09.1968, p.7. “Câmara e Senado: substitutivo do Senado sôbre casos em que vereadores perdem mandatos”. *Correio do Povo*, 12.09.1968. Como os próprios títulos sugerem, trata-se de uma lei que estabelece limites de atuação para ocupantes de cargos eletivos. De acordo com a lei, casos como execução de crimes funcionais ou eleitorais e sucessivas faltas não justificadas seriam punidos com a perda do mandato. Segundo a cobertura jornalística, o projeto teria sido inclusive aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

²⁷³ Sobre isso, ver NICOLAU, Jairo. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 2004.

Quanto aos possíveis nomes que comporiam a lista tríplice que Peracchi Barcellos enviaria ao Legislativo gaúcho, os jornais da época noticiavam que os prováveis indicados seriam Henrique Anawate (então Secretário de Energia e Comunicações), Synval Guazzelli (candidato a prefeito pela ADP no pleito de 1963) e Walter Haetinger (engenheiro do DAER). A posterior indicação do engenheiro Telmo Thompson Flores como nome único nos faz crer que os nomes citados anteriormente não eram mais do que especulações políticas. De qualquer maneira, Pedro Simon – naquele momento, um nome já consolidado dentro do MDB gaúcho – insistiu em afirmar que o Partido não aceitaria a manutenção do então prefeito Célio Marques Fernandes no cargo, preferindo, sobretudo um elemento técnico, desvinculado do partido situacionista²⁷⁴. Diante do quadro político desenhado, a indicação de Thompson Flores, diretor da seção gaúcha do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), foi positivamente recebida pelo MDB²⁷⁵, configurando, desse modo, uma escolha que agradava duplamente a Arena: além de ser sua indicação, teve a legitimidade do apoio oposicionista.

Previendo que a lista tríplice citada acima não passava de especulação, o então deputado emedebista Lauro Hagemann, em tom profético, já havia afirmado que o nome indicado à Prefeitura não seria nenhum dos que figuravam nos noticiários. Denunciava também a existência de uma corrente (na qual estaria incluído o governador) que desejava tirar da Assembléia Legislativa o poder de deliberar quanto ao nome do indicado e que também seria contra a realização das eleições em função de possíveis prejuízos à “revolução”²⁷⁶. Por mais que a declaração de Hagemann pudesse ser pura polemização, pode ser vista como uma tentativa de demonstrar o caráter autoritário do regime. Por outro lado, o emedebista demonstrava que, por mais exígua que fosse a participação da oposição na escolha do prefeito, ela ainda era vista como uma “brecha” de atuação que tinha sua validade.

Em sentido semelhante ao das palavras de Hagemann, foram as declarações do deputado federal Henrique Henkin, pelas quais denunciava a criação, por lideranças

²⁷⁴ “Govêrno submeterá ao Legislativo até dezembro o nome do prefeito da capital”. *Correio do Povo*, 10.09.1968, p. 7. A posição emedebista quanto ao perfil do prefeito encontra-se também em “Arena Aponta Nomes Para a Sucessão de Célio na Prefeitura”. *Correio do Povo*, 29.09.1968, p. 76. “Indicação do prefeito da capital provoca debates no Legislativo”. *Correio do Povo*, 01.10.1968, p. 7. “Oposição não aceita manutenção de Célio”. *Zero Hora*, 05.09.1968, p. 6. Cabe ressaltar que o pronunciamento de Simon contrapunha-se a uma tendência que emergia em certos momentos na cobertura da imprensa. Esta tendência inclinava-se à manutenção de Célio Marques Fernandes no Executivo Municipal. Inclusive, de tempos em tempos, um movimento articulado com este fim era citado, embora de maneira vaga.

²⁷⁵ “Nome do nôvo prefeito da Capital poderá ter uma aprovação unânime”. *Correio do Povo*, 27.11.1968, p. 7.

²⁷⁶ Coluna “Assembléia Legislativa”. *Correio do Povo*, 02.10.1968, p. 7.

arenistas, de um clima de tensão política em torno do pleito. De acordo com o emedebista, muitos políticos da Arena teriam afirmado que, caso o governo não saísse vitorioso das eleições municipais no estado, instalar-se-ia o caos²⁷⁷.

Mas as acusações não partiram apenas de um dos lados. Em uma declaração sensacionalista, Peracchi Barcellos denunciou, às vésperas da eleição, o que teria sido um atentado contra sua vida no interior do estado²⁷⁸. O episódio, segundo o líder do Executivo, teria ocorrido durante a inauguração de uma ponte no município de Três Passos. A lentidão com que o Gabinete de Imprensa do Palácio Piratini buscou esclarecer as palavras do governador faz com que a denúncia²⁷⁹ assumia ares de uma manobra eleitoral desajeitada, tornando as acusações de Henkin – vistas acima – bastante verossímeis.

No que diz respeito à posição do MDB, um outro elemento veio se somar às dificuldades decorrentes da redução do espaço político da oposição: a participação do então governador Peracchi Barcellos na campanha. A partir dos primeiros dias de outubro, o líder arenista começou a realizar uma série de visitas a municípios diversos, inaugurando obras e fazendo pronunciamentos²⁸⁰. As acusações de que Peracchi Barcellos estaria agindo como cabo eleitoral da Arena não tardaram e foram intensas.

No entendimento do próprio representante arenista, “não [haveria] o que criticar no procedimento do governador, pois o que êle estava fazendo [era] prestar contas de seus atos”²⁸¹. O fato de ocorrer esta “prestação de contas” em meio ao processo eleitoral seria, na lógica do argumento governista, mera casualidade. No entanto, na mesma reportagem, a contradição do governador deixava transparecer o objetivo tático da Arena:

²⁷⁷ “Henkin: clima tenso para amedrontar eleitor”. *Correio do Povo*, 15.10.1968, p. 7.

²⁷⁸ “Peracchi denuncia tentativa contra sua pessoa em viagem pelo interior”. *Correio do Povo*, 13.11.1968, p. 22.

²⁷⁹ “Atentado Frustrado – Govêrno Esclarece Sentido das Palavras de Peracchi”. *Correio do Povo*, 15.11.1968, p. 20. Note-se que o esclarecimento se deu apenas no dia da eleição, o que poderia criar um clima de perplexidade para o eleitorado.

²⁸⁰ Inicialmente, o líder do Executivo estadual participou de inaugurações de obras em Serafina Correia, Passo Fundo e Nonoai, todos na porção norte do estado. No mês de novembro, seria também nessa região que o governador encerraria seu “tour”, no município de Erechim e, de maneira bastante “coincidente”, às vésperas do pleito. “Peracchi contesta críticas de que seja cabo eleitoral”. *Correio do Povo*, 06.10.1968, p. 9. “Encerra Peracchi em Erechim a sua Campanha no interior”. *Correio do Povo*, 14.11.1968, p. 24.

²⁸¹ “Peracchi contesta críticas de que seja cabo eleitoral”. *Correio do Povo*, 06.10.1968, p. 9.

Estou aqui para dizer ao povo como estamos empregando o seu dinheiro, para que ele saiba e possa julgar com serenidade, na hora em que ele fôr depositar o seu voto nas urnas, o que fizemos nós, o que fizeram os outros²⁸².

Com todos os limites existentes para a oposição no período militar, a comparação proposta pelo arenista era, certamente, bastante confortável para o Governo. Já em outra oportunidade, durante a cerimônia de lançamento dos candidatos da Arena à Câmara e à Prefeitura de Bento Gonçalves – quando, a exemplo das demais visitas, discursou junto a obras realizadas por sua administração –, Peracchi afirmava que sua “condição de governador de todos os riograndenses não [excluía], pela sua íntima vinculação partidária, sua condição de político que deseja preservar a Revolução de 31 de março”²⁸³. Desse modo, enquanto a oposição denunciava as condições desiguais em que transcorria a campanha eleitoral de 1968, o líder do Executivo estadual desdobrava-se em malabarismos retóricos a fim de justificar os procedimentos adotados pela Arena gaúcha, tentando afinar a imagem de “representante de todos” com o pertencimento a um determinado grupo político.

Posteriormente, parlamentares e dirigentes emedebistas percorreram os locais visitados por Peracchi a fim de “anular a influencia do governador sobre o eleitorado”²⁸⁴. Diante do exposto, convém pensarmos: o que estava em jogo para ambos os partidos no pleito de 1968?

Ainda em sua passagem pelo interior do estado, Peracchi Barcellos definiu, em um de seus tantos discursos, a importância que a eleição de 1968 tinha para a Arena:

Esta eleição é que vai definir, de uma vez por tôdas, se o povo está com a revolução, e eu me sinto no dever de conclamar e alertar o povo para isto (...). É daqui que vai partir o voto de absoluta confiança na revolução. É daqui que sairá o grito de consolidação dos princípios e objetivos revolucionários e o grito de consolidação do regime democrático²⁸⁵.

De fato, a eleição de 1968, por ser o primeiro pleito municipal desde o Golpe, tinha grande importância simbólica – no que diz respeito à legitimação do Regime – e prática – na medida em que seria uma oportunidade de assegurar a “capilarização” da

²⁸² *Correio do Povo*, 06.10.1968, p. 9.

²⁸³ “Discurso em Bento Gonçalves – Peracchi diz que sua condição de governador não exclui o político”. *Correio do Povo*, 12.10.1968, p. 18.

²⁸⁴ Coluna “Panorama Político”. *Correio do Povo*, 11.09.1968, p. 7. Coluna de Carlos Fehlberg. *Zero Hora*, 08.11.1968, p. 6. Contudo, devido ao enfoque de nosso trabalho, não nos foi possível descobrir o quanto esta manobra emedebista surtiu efeito.

²⁸⁵ “Encerra Peracchi em Erechim a sua Campanha no interior”. *Correio do Povo*, 14.11.1968, p. 24.

Arena no estado, conquistando o máximo possível de prefeitos e vereadores²⁸⁶. O fato de ser o Rio Grande do Sul um dos três grandes redutos oposicionistas²⁸⁷ no país só aumentava a importância da eleição para o Regime Militar e para a Arena especificamente.

A dimensão que o pleito de 1968 tinha para o Governo Militar não escapou também da imprensa: junto à questão da cassação do deputado Márcio Moreira Alves, a vitória arenista nas eleições municipais de 1968 era apontada pelo colunista Carlos Fehlbberg como sendo importante para “aliviar a tensão político-militar e as tentativas de endurecimento que ninguém mais esconde”²⁸⁸. Isso porque, as eleições ocorreriam em meio a uma crescente crise entre os militares e a classe política profissional como um todo. Desse modo, o êxito eleitoral em 1968 poderia ser uma demonstração de força da Arena para o próprio governo que apoiava, o que lhe renderia um maior poder de decisão nos assuntos governamentais, inclusive em nível nacional.

A importância da disputa eleitoral de 1968 se mostrou também na presença de lideranças nacionais em Porto Alegre. Já no ponto de partida oficial da campanha, na reunião dos candidatos à vereança pela Arena, líderes regionais como Peracchi Barcellos e Ildo Meneghetti contaram com o reforço do senador Daniel Krieger, que prestigiou o evento. Pelo lado emedebista, a primeira reunião dos postulantes à Câmara contou com a presença do deputado federal – e também presidente do Diretório Metropolitano do MDB – Victor Issler, que anunciou um maior envolvimento na campanha porto-alegrense²⁸⁹. Certamente, em meio a uma disputa de grande importância, alguns focos de tensão interna nos partidos ficaram visíveis; tal foi o caso da atuação da Mocidade Arenista, que buscava maior espaço dentro do bloco conservador.

²⁸⁶ É importante considerar também o fato de ser o Rio Grande do Sul um estado de fronteira, característica que despertava a atenção de governos tão ligados às questões geopolíticas como foram os militares. Nesse sentido, há comentários do líder governista na Assembléia Legislativa, Ariosto Jaeger em “Líder do Governo: vitória vai trazer estabilidade política”. *Zero Hora*, 01.11.1968, p. 6. Também nesse sentido, Euclides Trichês – que acabou sendo o governador gaúcho no ano seguinte – teria dito que, em função da posição estratégica do Rio Grande do Sul, o estado “não poderia deixar de estar nas mãos da Arena”. “Assembléia Legislativa – Manifestações políticas foram registradas na sessão de ontem”. *Correio do Povo*, 15.10.1968, p. 7. Sem poder precisar o quanto de constatação e o quanto de ameaça há na fala de Trichês, resta-nos a certeza de que um bom desempenho eleitoral na totalidade dos municípios gaúchos era de grande importância para o partido governista e, também, para o Regime como um todo.

²⁸⁷ Junto com os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

²⁸⁸ “Pleito gaúcho e crise política”. *Zero Hora*, 26.10.1968, p.6.

²⁸⁹ “MDB reúne-se dia 6 para traçar campanha do Partido na Capital”. *Correio do Povo*, 03.09.1968, p. 7. “Arena inicia campanha política com grande encontro no dia 10”. *Correio do Povo*, 04.09.1968, p. 7.

Enquanto figuras como o senador paranaense Nei Braga insistiam na coesão do partido governista (ênfase, inclusive, que tal coesão se dava também entre civis e militares), internamente, a situação não parecia tão tranqüila. Foi assim que se evidenciou uma certa tensão geracional dentro de “família revolucionária”, quando os jovens da Mocidade Arenista aproveitaram a visita do citado senador e também do deputado federal Marcelo Badaró (Arena-MG) ao estado para lhes fazer uma reivindicação²⁹⁰: apelavam às lideranças para que intervissem junto ao Diretório Metropolitano, a fim de ampliar o número de vagas da Ala Moça na nominata à Câmara ou acomodar seus candidatos em uma sublegenda²⁹¹. A atitude da Mocidade, liderada por Conrado Álvares, evidenciava uma luta interna por espaço dentro do Partido, e o próprio fato de “passarem por cima” da hierarquia, apelando diretamente a figuras nacionais externas à Arena gaúcha, demonstra que a pretendida coesão partidária se baseava em uma limitação mais rígida de determinados grupos dentro da Arena.

Por fim, em função da negativa à demanda da Ala Moça, o Coronel Orlando Pacheco, presidente do Diretório Metropolitano do Partido, lançou uma nota esclarecendo o não atendimento das reivindicações. De acordo com o comunicado, a escolha dos candidatos processara-se “rigorosamente dentro dos mais amplos princípios democráticos e em consonância com a lei” e – acrescentava a nota – a direção partidária não poderia deliberar “sujeita a interesses pessoais ou de pequenos grupos”²⁹².

Algumas indicações nos jornais nos levam a crer que a questão gerou um grande desconforto no interior do Partido, extravasando mesmo os limites da agremiação e indo parar na arena pública. Nesse sentido, a mesma nota citada acima afirmava que, na Convenção de escolha da nominata do Partido, o “único momento de perturbação da ordem foi quando alguns convencionais ligados às candidaturas preteridas foram postos para fora do recinto, em face da forma de protesto formulada”²⁹³. Por sua vez, a Mocidade Arenista, a despeito da “consonância com a lei” que, segundo o Cel. Pacheco, marcou a escolha da nominata governista, seguiu protestando junto à imprensa. De acordo com a Ala Moça, o presidente do Diretório Metropolitano teria dado aos

²⁹⁰ Ambas as lideranças integravam a comissão que realizaria uma série de estudos para a criação e a implementação de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico em nível nacional.

²⁹¹ Entre os nomes apoiados pela Mocidade Arenista estava o de Maria Alice Jaeger, filha do líder governista na Assembléia Legislativa, Ariosto Jaeger, o que certamente contribuiu para o surgimento de um mal-estar dentro do Partido.

²⁹² “O caso da Arena”. *Zero Hora*, 21.09.1968, p. 6. O presidente do Diretório Metropolitano informou ainda que, além do nome que causara a polêmica – o de Maria Alice Jaeger –, a Juventude Arenista havia lançado outras duas candidaturas que teriam sido aceitas na nominata inicial do Partido.

²⁹³ *Idem*.

convencionais da Arena “uma lista de cinco nomes com a ordem: votem nesses e em mais ninguém”²⁹⁴. Em outras palavras, o que a Juventude denunciava era a existência de manobras de imposição de determinados nomes dentro da Arena porto-alegrense. Denúncia que se encerrava em tons fortes:

Na verdade, já não nos referimos ao fato de que a mocidade tenha sido completamente ignorada, numa época em que mais se fazem sentir os clamores da juventude. Quanto a êste aspecto, os atuais dirigentes da Arena de Pôrto Alegre, omitiram-se [*sic*] completamente, preferindo manter-se em velhas e arcaicas estruturas mentais ignorando inclusive que negando a possibilidade de juventude [*sic*] manifestar-se através da política, abrem um vasto campo para a agitação e mesmo subversão da ordem. Não se pode mais admitir que um país que se diz revolucionário, e um partido que é o esteio de uma revolução não se renove e busque se satisfazer através de legítimos conchavos eleitorais, interêsses de grupos e esquemas completamente desvinculados da realidade histórica do país²⁹⁵.

Nem findava o primeiro mês da corrida eleitoral, e o partido governista abalava-se em uma intensa disputa geracional. Por outro lado – e simultaneamente –, o seu rival MDB também vivia seus atritos internos por ocasião do fechamento da nominata oposicionista.

Entre os emedebistas, o confronto centrou-se em dois nomes: o deputado federal (e também presidente do Diretório Metropolitano) Victor Issler²⁹⁶ e Sereno Chaise, o perfeito eleito em 1963 e cassado em 1964. Embora o conflito entre ambos representasse, aparentemente, o embate de opiniões pessoais, a identificação de vereadores e membros do Partido com o trabalhismo – e com a figura do próprio Sereno Chaise – teve força suficiente para criar um clima de disputa intra-partidária²⁹⁷.

²⁹⁴ Coluna de Sérgio Jockyman. *Zero Hora*, 21.09.1968, p. 7. Os cinco nomes preencheriam as vagas restantes na nominata. Dentre eles, estava os Ivan Castro e Jorge Englert, nomes que contavam com uma certa simpatia nos meios arenistas em função de sua força eleitoral. Ambos acabaram eleitos à Câmara Municipal.

²⁹⁵ Coluna de Carlos Fehlberg. *Zero Hora*, 30.09.1968, p. 6.

²⁹⁶ Victor Issler foi seis vezes deputado federal, sendo eleito como suplente em 1950 e, de maneira direta, nos pleitos de 1954, 1958 e 1962, sempre pelo mesmo PTB, e, também, nas eleições de 1966 e 1970, já pelo MDB. Issler fez parte da Frente Parlamentar Nacionalista e foi, ainda, Secretário da Fazenda do Governo Brizola durante os anos de 1960 e 1961. Este breve “currículo” indica a força política que conquistou dentro do Partido. ABREU, Alzira e BELOCH, Israel et al. (coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (Pós-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

²⁹⁷ Coluna de Carlos Fehlberg. *Zero Hora*, 24.09.1968, p. 6. Estranhamente, em nenhum momento o conflito foi explicado em seus pormenores. Contudo, o que se conseguiu inferir dos noticiários é que o presidente do Diretório Metropolitano, Victor Issler, teria tentado restringir o espaço de manifestação de Sereno Chaise durante o processo de composição da nominata. Para além deste fato, não nos foi possível precisar se se tratava de uma efetiva disputa de espaço entre Issler e os grupos ligados a Chaise. Em depoimento cedido ao CD-AIB/PRP, no qual participamos, Chaise classificou o episódio como uma mostra de medo, por parte dos membros do MDB, quanto ao envolvimento com políticos cassados na atuação do Partido.

De acordo com a cobertura política da *Zero Hora*, nos dias seguintes, seria organizado um “churrasco de desagravo” a Sereno em função dos atritos com Issler. No jantar, adiantava o noticiário, compareceriam candidatos à Câmara e trabalhistas cassados nos Atos Institucionais lançados desde 1964²⁹⁸. O ato de solidariedade a Sereno demonstrava a força que o grupo de trabalhistas ligados a ele conservava no interior do MDB. Aliás, a ala que se formou em torno do ex-prefeito seria ainda mais emblemática devido ao fato de se tratar de um “cassado pelo Golpe”, o que aumentava certamente o peso simbólico de seu nome dentro do Partido. Entre os emedebistas que se posicionavam ao lado de Sereno estavam, como já foi dito, vários candidatos à Câmara, além de ex-petebistas cassados no interior, como foi o caso de Eduardo Rolim, de Santa Maria, que assegurava que o diretório emedebista daquela cidade não receberia mais Victor Issler²⁹⁹. Esta manifestação mostra que, mesmo depois de cassados, muitos políticos seguiam exercendo influência sobre as lutas internas do partido oposicionista; curiosamente, um partido do qual, neste caso, não chegaram a fazer parte de maneira oficial, pois o surgimento da organização se deu após suas cassações. Esta contraposição entre os “cassados” – uma espécie de categoria de mártires políticos criada entre as esquerdas pelo Regime Militar – e os “não-cassados” – que poderiam ser vistos como moderados ou pragmáticos pelos primeiros – só temperava ainda mais as desavenças intra-partidárias.

Voltando à questão da importância de 1968 para ambos os partidos, a gana com que a Arena porto-alegrense entrou na corrida eleitoral de 1968 evidencia que o pleito tinha um significado especial para os governistas: seria a oportunidade para os arenistas da capital aumentarem seu peso decisório junto à seção regional do Partido. Tais foram os comentários políticos na imprensa que, em fins de outubro, afirmavam que a conquista da maioria na Câmara credenciaria a Arena de Porto Alegre para se pronunciar na escolha do futuro prefeito da cidade³⁰⁰.

²⁹⁸ Coluna de Carlos Fehlberg. *Zero Hora*, 24.09.1968, p. 6. Entre os nomes que compareceram ao jantar estavam João Caruso, Flávio Ramos, Ajadil de Lemos (vice de Sereno, também cassado), Hamilton Chaves (vereador cassado também em 1964), Revoredo Ribeiro, Wilson Vargas (que havia disputado, com o próprio Sereno Chaise, a prévia para prefeito no interior do PTB em 1963), Alceu Collares, Dilamar Machado (que, no ano seguinte, teria o mesmo destino do ex-prefeito petebista), Lauro Hagemann (ex-integrante do Partido Republicano) e até mesmo o ex-pedecista Sommer de Azambuja, que, após a implantação do bipartidarismo, ingressou no MDB.

²⁹⁹ Coluna de Carlos Fehlberg. *Zero Hora*, 24.09.1968, p. 6.

³⁰⁰ “Arena seria ouvida sôbre nôvo prefeito”. *Zero Hora*, 31.10.1968, p. 6.

A declaração do presidente do Diretório Metropolitano, segundo a qual o objetivo arenista era estabelecer “um perfeito entrosamento entre o partido, sua representação parlamentar e o prefeito”³⁰¹, parecia então tentar esconder a posição subordinada da seção municipal no conjunto das forças políticas da Arena gaúcha, bem como a necessidade de conquista de capital político por parte dos políticos porto-alegrenses. Para eles, a vitória eleitoral teria um significado mais específico: em uma espécie de estranho paradoxo, os arenistas porto-alegrenses deveriam vencer – o que, conseqüentemente, fortaleceria o Partido em nível estadual – para ter sua força e sua autonomia aumentada frente à cúpula partidária regional. Este fato mostra que, além do paradoxo que a Arena enfrentava em nível nacional, onde necessitava de medidas liberalizantes para se afirmar enquanto um partido autônomo, como demonstrou Lúcia Grinberg³⁰², as realidades regionais/locais traziam suas próprias contradições para os políticos governistas.

É nesse sentido – o da necessidade de auto-afirmação entre o bloco conservador gaúcho – que devemos entender as insistentes proclamações de otimismo da Arena porto-alegrense em meio à corrida eleitoral. Tratava-se de vencer as dúvidas quanto ao seu desempenho, existentes no interior do bloco, em uma demonstração de força que deveria ser confirmada nas urnas. Contudo, esta tática poderia gerar momentos desconfortáveis como o que foi retratado no noticiário político da *Zero Hora*, quando quase metade dos candidatos arenistas à Câmara, juntamente com o Cel. Orlando Pacheco, encontraram-se com o governador Peracchi Barcellos e, após a exposição de seus progressos, receberam um “balde de água fria” na forma de “palavras de experiência” do líder do Executivo:

A conduta da atual administração municipal, o clima de ordem e a penetração dos candidatos em diferentes áreas como a dos motoristas, vilas, classes produtoras, magistério, etc. foram apontados como fatores de êxito eleitoral, mas o sr. Peracchi Barcellos, valendo-se de sua experiência, sugeriu a realização imediata de um levantamento de opinião para serem conhecidos os possíveis pontos fracos da campanha, visando sua correção³⁰³.

³⁰¹ “Arena seria ouvida sobre novo prefeito”. *Zero Hora*, 31.10.1968, p. 6.

³⁰² “Na visão de muitos arenistas, apenas a partir de medidas liberalizantes, a Arena poderia construir uma imagem de partido legítimo, independente. Quer dizer, talvez fosse mesmo impossível, por ser profundamente contraditório, a existência de um partido governista forte, autônomo, na vigência de um regime militar que manteve um sistema de representação política nos moldes liberais.” GRINBERG, Lúcia. *Op. cit.*, p. 156.

³⁰³ “Arena foi dizer a Peracchi que vence”. *Zero Hora*, 30.10.1968, p. 6.

Na reta final, a três semanas da eleição, a bancada da Arena na Assembléia decidiu enviar seus integrantes para as respectivas regiões eleitorais a fim de intensificar as campanhas pelos municípios, em uma atitude que foi seguida também pelo MDB³⁰⁴. Mais próximo do pleito, a necessidade de demonstrar força e otimismo foi a tônica dos pronunciamentos partidários, que apostavam na vitória em ambos os lados³⁰⁵.

Na tentativa de convencer os eleitores que, porventura, estivessem indecisos, Peracchi Barcellos demonstrou, em declaração à imprensa, que o argumento de que o voto para o legislativo deveria acompanhar a composição do Executivo não é novidade dos “dias de hoje”.

O povo certamente não há de querer que, havendo um prefeito nomeado em Porto Alegre, se dê a esse prefeito minoria na Câmara de Vereadores, para que as atuações sejam opostas: a Câmara num sentido e o prefeito no outro, prejudicando conseqüentemente os interesses da comunidade³⁰⁶.

No fundo, o argumento das diversas lideranças arenistas era o mesmo: as eleições de 1968 deveriam fortalecer o movimento que fora iniciado quatro anos antes, o que passava pelo voto na Arena.

Quando, às vésperas do dia da votação, o Instituto Sul-Americano de Cultura Geral divulgou uma pesquisa prévia, segundo a qual aproximadamente 65% do eleitorado porto-alegrense seria emedebista nas urnas³⁰⁷, a reação arenista foi forte. João Dêntice, Chefe da Casa Civil do Governo Peracchi Barcellos, refutou a pesquisa do Instituto, dizendo que a Arena realizara sua própria pesquisa, constatando que entre 65% e 70% do eleitorado gaúcho estaria a seu favor³⁰⁸. Contudo, o fato da pesquisa do Instituto se referir ao universo dos eleitores da capital e a da Arena, ao eleitorado do estado não foi comentado por Dêntice. A insistência do Chefe da Casa Civil em proclamar a Arena vitoriosa provavelmente visava à já citada arregimentação dos “votos indecisos”. No entanto, sua atuação e fidelidade ao Partido poderiam estar lhe rendendo valiosos capitais políticos para o futuro, como é possível inferir a partir da cobertura do *Correio do Povo* às vésperas da eleição:

³⁰⁴ “Bancada do MDB determina que deputados intensifiquem campanha eleitoral”. *Correio do Povo*, 25.10.1968, p. 7.

³⁰⁵ “Afirma João Dêntice: Arena fará 65% do eleitorado Rio-grandense”. *Correio do Povo*, 27.10.1968, p. 7. E também a Coluna Panorama Política de 29.10.1968. *Correio do Povo*, p. 7.

³⁰⁶ Coluna Panorama Política de 29.10.1968. *Correio do Povo*, p. 7.

³⁰⁷ “Prévia aponta vitória do MDB na Capital”. *Correio do Povo*, 01.11.1968, p. 7.

³⁰⁸ “Dêntice diz que Arena não autorizou prévia eleitoral”. *Correio do Povo*, 02.11.1968, p. 7.

O Sr. João Dêntice, que foi participar de comícios arenistas nas duas cidades, representando o governador Peracchi Barcellos foi saudado, em *[sic]* contatos particulares e públicamente, através de discursos nos comícios arenistas, como futuro candidato à sucessão do Sr. Peracchi Barcellos³⁰⁹.

O sucessor de Peracchi, como se sabe, não foi Dêntice. Contudo, em um partido atravessado por correntes heterogêneas, todo capital político conquistado seria de grande importância³¹⁰. Finalmente, pelo lado arenista, as eleições municipais no Rio Grande do Sul tinham grande importância também em âmbito nacional. Afinal, o estado era um dos maiores redutos oposicionistas, juntamente com Rio de Janeiro e a Guanabara³¹¹.

Demonstramos, até aqui, alguns elementos que falam muito sobre o espaço político de atuação do MDB durante a campanha de 1968, mas o que dizer do espaço político de maneira mais geral? Esta questão está, a nosso ver, intimamente ligada à importância do pleito para a organização oposicionista.

Anteriormente, citamos os comentários do colunista político Carlos Fehlberg, que indicava o Caso Moreira Alves e as eleições municipais de 1968 como os grandes pontos de tensão política do momento³¹². De fato, ambos os acontecimentos estavam relacionados com um processo mais amplo de disputa por espaço político de atuação;

³⁰⁹ Coluna “Panorama Político”. *Correio do Povo*, 05.11.1968, p. 7.

³¹⁰ E, se Dêntice, não foi indicado ao governo, isso não se deu por falta de tentativas. “O que o Governador [Peracchi] pede é apenas uma sublegenda para o seu candidato, o Chefe da Casa Civil, João Dêntice: ele é bom articulador de campanhas políticas, mas um nome desconhecido para o eleitorado”. RS: Eleições – Arena encontra oposição na terra do presidente. *Veja*, 11.09.1968. Tal declaração, aliada ao fato de Dêntice ser presidente da Arena nos anos 1970, parece indicar que se tratava mais de uma figura de bastidores, de articulação, do que de um nome com força eleitoral. De qualquer maneira, é importante que tenhamos em mente que, independentemente do candidato que vencesse o jogo de forças e fosse indicado à votação para o Governo, o sucesso nos pleitos municipais pelo estado daria uma boa base política para o Executivo rio-grandense. Trabalhar em favor disso, renderia um prestígio importante dentro do Partido. A presença de Dêntice na presidência da Arena não foi, certamente, um “acaso”.

³¹¹ Esta preocupação foi expressa de maneira clara na fala do deputado carioca Álvaro Fernandes. Ver Coluna “Panorama Político”. *Correio do Povo*, 11.09.1968, p. 7.

³¹² De maneira geral, o caso da cassação de Márcio Moreira Alves tocava em pontos delicados, tais como o corporativismo e o sentido de autopreservação da classe política profissional: o primeiro pedido de cassação, negado pelo Congresso (com votos arenistas inclusive), criaria – se aprovado – um precedente que atacaria a autonomia dos políticos civis frente aos membros da corporação militar. A proposta de fechamento do espaço político que o pedido representava poderia atingir a todos, mesmo que em proporções diferenciadas. Sobre o caso Moreira Alves, além do já citado livro de sua irmã, Maria Helena Moreira Alves, indicamos a obra de Maria D’Alva Kinzo sobre o MDB. No sentido que apontamos, são significativas as palavras do então deputado emedebista Mário Covas: “Naquele instante (o da negação do primeiro pedido de cassação), o Congresso agiu como instituição e não como facção política, partidária”. Apud. KINZO, Maria D’Alva. *Op. cit.*, 1988, p. 117.

um movimento que não se restringia à arena político-institucional, mas, pelo contrário, englobava outros grupos sociais.

No caso porto-alegrense, um dos grupos de oposição ao regime militar que se fez ouvir foi o movimento estudantil; e o tratamento que ele recebeu por parte do governo foi significativo da ambigüidade que Maria Helena Moreira Alves ressaltou ao estudar o período³¹³. Na segunda metade do mês de outubro – portanto, quando o Caso Moreira Alves já estava em andamento –, estudantes do DCE da URGs organizavam uma passeata que, segundo o noticiário, era vigiada pela Brigada e até mesmo pelo Comando de Caça aos Comunistas³¹⁴. Após dúvidas quanto ao número de manifestantes que compareceriam, o movimento chegou a ser composto por cerca de 300 pessoas, entre estudantes do ensino secundário e universitário. Um comício iniciado na Praça XV, no centro da cidade, foi rapidamente dissolvido por efetivos da Brigada que, em seguida, reprimiram manifestações na Esquina Democrática³¹⁵ e na Avenida Otávio Rocha, realizadas por estudantes que se reagrupavam após enfrentamento inicial. Por fim, uma última manifestação foi dissolvida pelos policiais na Praça Ruy Barbosa. Acabados os enfrentamentos, contabilizou-se um total de 7 presos, que tinham entre 16 e 22 anos idade³¹⁶.

Ao contrário do que o jornal *Zero Hora* apressou em estampar em sua capa no dia seguinte (“Passeata Fracassou”³¹⁷), acreditamos que a movimentação dos estudantes foi ilustrativa dos limites da “tolerância” do governo quanto às manifestações oposicionistas.

Também no que diz respeito ao clima político que englobou o pleito de novembro de 1968, algumas manifestações contidas no balanço final feito na imprensa foram interessantes. Foi o caso, por exemplo, do *Correio do Povo*, que saudava o dia da eleição, comentando que a grande maioria dos municípios gaúchos elegeria suas

³¹³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. cit.*, cap. 5. A ambigüidade a que nos referimos é a própria busca por legitimidade empreendida por um governo ditatorial. No que toca ao movimento estudantil, a autora também o aponta como um agente de importante atuação política na conjuntura em questão. Tal atuação se dava em nível nacional, sendo grande responsável pelo tensionamento do quadro político, o que, em função da repressão de que foi alvo, contribuiu para o isolamento do governo em relação à sociedade civil.

³¹⁴ A cobertura da passeata encontra-se em “Estudantes decidem por passeata hoje”. *Zero Hora*, 17.10.1968, p. 21. “O protesto dos estudantes acabou em prisão”. *Zero Hora*, 18.10.1968, p. 19.

³¹⁵ Esquina entre a Rua dos Andradas (mais conhecida como Rua da Praia) e a Avenida Borges de Medeiros.

³¹⁶ Dentre eles, apenas um seria maior de idade. De acordo com a cobertura, os menores foram soltos após interrogatórios. Contudo, o destino do estudante maior de idade não foi revelado pela imprensa nas semanas seguintes.

³¹⁷ *Zero Hora*, 18.10.1968.

administrações “por sufrágio universal, direto e secreto, como manda o figurino democrático mais aceito”³¹⁸. Declarações como esta, minimizando o caráter autoritário e restritivo do Regime Militar no que diz respeito à participação popular, pareciam indicar que o jornal ainda não atentara (ou isso lhe parecia algo de menor importância) para a dimensão dos problemas que a diminuição das possibilidades de participação política representava. É possível que isso se devesse ao fato de se encontrar o Regime relativamente em seu início, não tendo entrado ainda no que, posteriormente, se considerou sua fase mais repressiva.

Há de se fazer, contudo, uma diferenciação entre os que, como o *Correio do Povo* nestas manifestações, deram mostras de convivência e os que, como o deputado Clóvis Stenzel, ex-liderança integralista, apoiavam abertamente medidas repressivas e extremadas. Para Stenzel, organizações terroristas eram justificáveis se combatessem o comunismo: no melhor estilo anticomunista – que marcou tão bem o seu partido anterior, o PRP –, o deputado defendia organizações reacionárias, enquanto negava a persistência de idéias de direita como se fossem apenas elementos de um passado que não existisse mais³¹⁹. Trata-se de posturas bastante diferentes – é importante que se diga. Contudo, também é importante que se lembre que a imprensa, em sua autoproclamada “tradição liberal”, foi em alguns casos, no mínimo, conivente com certos excessos que se avistavam no horizonte das ações do Regime Militar.

³¹⁸ “Dia de Eleições”. *Correio do Povo*, 15.11.1968, p. 4.

³¹⁹ “A TFP é uma organização válida que surgiu para combater tendências esquerdistas que se infiltraram em diversos setores da vida da Nação (...). Sou favorável e acho que todos devemos dar-lhe apoio. Não é verdade que sua orientação seja fascista ou nazista, porque o fascismo e o nazismo já não mais existem e fazem parte apenas da história.” Sobre o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), organização terrorista de direita que atuou no período, Stenzel foi mais longe: “Eu não conheço o CCC a fundo. Acho apenas que é um movimento criado para combater a extrema esquerda, de vez que o governo ainda não tomou medidas drásticas para isso. Se a sua finalidade é apenas a de combater os comunistas, aprovo-a.” Coluna de Carlos Fehlberg. *Zero Hora*, 08.11.1968, p. 6. Grifos nossos. Não queremos, aqui, discutir o caráter de movimentos como a Tradição, Família e Propriedade (TFP) e o Comando de Caça aos Comunistas. No entanto, frisamos a expressão “fazem parte apenas da história” para indicar que certos agentes políticos comprometidos com o Regime Militar – e com a direita de uma maneira geral – pareciam ignorar (deliberadamente ou não) a persistências de determinadas tendências políticas que, se não correspondiam ao fenômeno histórico a que se referiam, como é o caso do nazismo, buscavam nele a inspiração para suas ações. Mais uma vez, esclarecemos: não estamos considerando o Regime Militar, a TFP ou o CCC como regime ou organizações neonazistas ou neofascistas; estamos apenas destacando uma tendência do discurso das direitas a negar certas persistências, taxando-as como “páginas viradas”, que nenhuma ligação mais teriam com nosso tempo. Este tipo de discurso, como estamos vendo, prestava-se também à justificativa de medidas que estreitavam ainda mais o espaço político existente. É significativo que, após a redemocratização em fins dos anos 1980, os agentes que tiveram algum tipo de ligação com o Regime Militar tenham feito o mesmo, considerando 1964 – e seus desdobramentos – também uma “página virada”, para usarmos a feliz expressão utilizada por Benito Schmidt. SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v. 14, nº. 26, dezembro de 2007, p. 127-156.

Ainda no caso do *Correio do Povo*, sua apreciação da campanha eleitoral é significativa:

Não tivemos campanhas agitadas e barulhentas, como no passado. Mas é melhor assim. Preciso é que se descarte, racionalmente, a nota de passionismo e baderna [*sic*] nos comícios eleitorais. Êstes, em verdade, devem constituir a rotina da vivência cívico-democrática. Um simples ato de opção – lúcido e sereno – entre divergentes concepções de governar, e de escolha, individualmente, entre os que se alinham dentro dessas diferenciadas concepções político-administrativas³²⁰.

O que aparecia implícito nas considerações do *Correio do Povo* sobre o pleito de cinco anos antes³²¹, vinha à tona no discurso de 1968: qualquer manifestação que não fosse uma opção “lúcida e serena” se prestaria ao barulho e à baderna³²²; o enquadramento da participação política da população única e exclusivamente no voto era o ideal de uma boa democracia da linha editorial do jornal.

Finalmente, foi nos resultados concretos que a importância de 1968 ficou mais clara. No balanço final das eleições, feito pelo presidente militar Costa e Silva e pelo Chefe da Casa Civil, Rondon Pacheco³²³, o resultado de novembro de 1968 – tanto no que dizia respeito aos resultados eleitorais propriamente ditos, como no clima de relativa tranquilidade com que transcorreram as votações pelo país – era posto como um importante passo na consolidação do regime. Também foram ambos enfáticos quanto à importância da adesão da oposição ao “jogo democrático”³²⁴.

De fato, naquele momento, se a participação de parte das esquerdas no sistema eleitoral era necessária como forma de resistência e sobrevivência políticas, era, por outro lado (talvez como uma espécie de efeito colateral), a afirmação legitimadora que o governo militar tanto queria.

³²⁰ “Dia de Eleições”. *Correio do Povo*, 15.11.1968, p. 4

³²¹ Ver seção 2.3 do capítulo anterior (“Inserção na política municipal: algumas palavras sobre os movimentos associativos”).

³²² A noção de que a participação política da população em 1968 foi mais próxima do ideal aparece também em “Rotina Eleitoral”. *Correio do Povo*, 20.11.1968, p. 4.

³²³ Pacheco era um político civil que pertencera à UDN durante o período pluripartidário de 1945-65. Sua atuação no governo Costa e Silva foi marcada por tensões com os líderes militares mais radicais, tendo, no entanto, rendido-lhe bons frutos: seu trabalho de “conexão” do mundo militar com o mundo político-partidário credenciou-o para que fosse indicado, em 1970, ao governo de Minas Gerais (cargo que assumiu em 1971). Entre suas ações como Chefe da Casa Civil está a criação da já citada lei das sublegendas. ABREU, Alzira e BELOCH, Israel et al. *Op. cit.*, p. 4214-4216.

³²⁴ “Presidente Costa e Silva – Revolução consolida-se com a vitória da Arena”. *Correio do Povo*, 19.11.1968, p. 11.

Em termos práticos, embora Porto Alegre tenha representado uma incontestável vitória oposicionista, no Rio Grande do Sul como um todo, a combinação de sucessos eleitorais com o controle dos municípios classificados como “áreas de segurança” foi favorável à Arena³²⁵. No entanto, os pronunciamentos de lideranças e a pressa em convocar reuniões que fizessem um balanço do pleito³²⁶ evidenciaram um certo descontentamento dos dirigentes arenistas com os resultados de 1968.

De maneira efetiva, a auto-proclamada vitória da Arena tratou-se de uma vitória mais quantitativa do que qualitativa³²⁷. Segundo a cobertura jornalística, o MDB conquistara mais de 60 prefeituras, além de manter outras 20, o que proporcionou à oposição uma “sensação de euforia”, mesmo que se soubesse que a maior parte das prefeituras – aproximadamente 150 em 230 municípios – ficaria com a Arena. Dadas as condições políticas de então, o otimismo emedebista não parecia descabido: além do êxito na Câmara porto-alegrense, a oposição chegara à vitória em grandes cidades como Santa Maria, Caxias do Sul, Canoas, Santa Rosa, São Leopoldo e Sapucaia³²⁸. Especificamente no caso da capital gaúcha, a maioria emedebista seria um limite à atuação do prefeito indicado, por mais que a Câmara pudesse ser “esvaziada” de poder no decorrer da ditadura.

Neste ponto, uma relevante consideração deve ser feita. Como salienta o cientista político Scott Mainwaring, embora por certo tempo se tenha considerado que o objetivo exclusivo dos partidos fosse maximizar votações e conquistar posições políticas, outros elementos devem ser considerados ao se analisar comportamentos partidários, sobretudo quando estes se encontram em contextos de regimes autoritários ou democracias

³²⁵ “Dirigentes da situação e da oposição satisfeitos com resultados do pleito.” *Correio do Povo*, 20.11.1968, p. 7.

³²⁶ “Arena vai partir para ‘reunião da franqueza’”. *Zero Hora*, 20.11.1968, p. 6. Além de “balanços retrospectivos”, passados poucos dias do pleito, Peracchi Barcellos e outras lideranças arenistas já falavam em alterar os “métodos e processos do partido situacionista” para as eleições de 1970. “Governador: Arena Deve Mudar Métodos e Processos Para as Próximas Eleições”. *Correio do Povo*, 19.11.1968, p. 26. A exemplo do líder do Executivo, o deputado arenista Ary Delgado pronunciou-se favoravelmente a uma “reestruturação que [modificasse] o panorama de 1970”. “Delgado pede reunião entre bancada, partido e Peracchi”. *Zero Hora*, 19.11.1968, p. 6.

³²⁷ Como afirmou Héglio Trindade, embora o período compreendido entre 1962 (última eleição estadual antes do Golpe de 1964) e 1974 (eleição que marcou, nacionalmente, uma reviravolta do MDB) tenha assistido a uma tendência evolutiva dos votos conservadores em Porto Alegre, a força do MDB manteve-se estabelecida. TRINDADE, Héglio. *Op. cit.*, 1978, p. 185-186.

³²⁸ “Delgado pede reunião entre bancada, partido e Peracchi”. *Zero Hora*, 19.11.1968, p. 6.

frágeis³²⁹. Nestes casos, os objetivos partidários seriam condicionados também por dinâmicas internas e pela busca de influência sobre o regime político vigente.

A idéia, defendida por Mainwaring, de que o contexto de um governo autoritário pode alterar os objetivos de um partido³³⁰ nos ajuda a entender o otimismo emedebista após o pleito de 1968, bem como a importância que o mesmo tinha para a agremiação. Segundo o autor, em contextos institucionais especiais – como os casos de democracia frágeis e regime autoritários que mantêm eleições –, os partidos atuariam em duas frentes simultâneas e interdependentes: a frente do jogo eleitoral propriamente dito e a frente que chamou de “jogo acerca do regime”, através da qual seria buscada a manutenção ou a transformação do regime em questão. A idéia desta segunda frente de atuação partidária agrega significado à performance emedebista em novembro de 1968.

Contudo, o MDB encontrava-se ainda atônito: sua recente criação, a “acomodação” das diferentes vertentes em seu interior e a crescente incerteza do clima político marcaram provavelmente a sua atuação. Assim, em 1968, o MDB estava lutando nos moldes do que Mainwaring classificou como o primeiro dos quatro tipos de “jogos acerca do regime”: aquele que, através da disputa por força política, o partido ainda busca ampliar as possibilidades de transição do regime autoritário vigente rumo a um quadro democrático. Isso ajuda a entender a opção pela adesão ao jogo eleitoral. Por outro lado, as falas em torno da possível autodissolução do Partido após as eleições de 1970 indicam que havia integrantes dentro do MDB que defendiam a transição para o que Mainwaring colocou como o segundo tipo de “jogo acerca do regime”: aquele em que o abandono do jogo eleitoral visa à deslegitimação do regime, na medida em que desmascara os limites do sistema político imposto³³¹.

As eleições, no quadro do regime militar brasileiro, tinham importância enquanto meio de luta *contra* o regime. Entretanto, para isso, a vitória emedebista teria de ser *qualitativa e quantitativa*. Como vimos, ela foi, no caso gaúcho, apenas qualitativa. Em função do contexto político de então, uma vitória que fosse também quantitativa seria,

³²⁹ MAINWARING, Scott. Os objetivos dos partidos sob regimes autoritários eleitorais ou democracias frágeis: Jogo em duas frentes. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre; Edipucrs, v. 2, n.º. 2, dezembro de 2002, p. 249-272.

³³⁰ *Idem*, p. 253.

³³¹ Os outros dois tipos de “jogos acerca do regime” referem-se a contextos institucionais de democracias frágeis: o “jogo do colapso da democracia”, no qual um ou mais partidos tensionariam o regime, buscando sua desestabilização, e o “jogo da preservação democrática”, em que as ações visariam à estabilização e ao fortalecimento da democracia. *Idem*, p. 254-255. Junto a esta questão que poderíamos chamar de estratégica, há também o fato de se tratar de um partido político composto por políticos profissionais. Nesse sentido, a adesão ao jogo eleitoral era também parte de seu próprio *métier*.

provavelmente, revertida de forma arbitrária, e a decretação do Ato Institucional nº. 5 menos de um mês após as eleições indica esta possibilidade. Ainda assim, seria uma vitória incontestável que acabaria por expor a face ditatorial que os governantes buscavam esconder atrás do discurso democrático. No entanto, o que se deu foi uma vitória incompleta, e a adesão da oposição ao jogo eleitoral acabou por fornecer a legitimidade (ou, como se costuma dizer, o “verniz democrático”) que o regime militar tanto queria. Contudo, antes que se crucifique o MDB e seus integrantes, temos de ter em mente que, *naquele momento*, esta foi a opção desta parte das oposições. Opção legítima, porque histórica. Eles viveram a complexidade dos obstáculos de então. A nós cabe compreender isso.

1.2 – Os partidos e a Câmara: considerações sobre 1968.

Encerradas as votações e apurados os votos, uma nova Câmara se apresentava. Agora, uma rápida observação de sua composição faz-se interessante. Entretanto, para fins de comparação do período bipartidário com o período pluripartidário, faremos algumas simplificações. Nesses sentidos, em alguns momentos, quando nos referirmos ao quadro partidário anterior a 1965, utilizaremos expressões como “partidos alinhados à esquerda” em uma alusão a PTB, PSB, PR e MTR, e, da mesma forma, “partidos alinhados à direita” ao nos remetermos ao integrantes da ADP (PSD, PL, PDC, UDN e PRP). Optamos por esta (talvez imprecisa) divisão no lugar da clássica polarização entre os blocos PTB e Anti-PTB proposta pela ciência política em função de um simples fato: acreditamos que, para determinadas análises, ela deixe escapar certas complexidades. Em determinados momentos, políticos pertencentes ao PSB e ao MTR opuseram-se intensamente ao PTB – como confirmam ex-lideranças desses partidos³³². Agrupá-los simplesmente no bloco Anti-PTB, contudo, não faria justiça às suas trajetórias políticas de esquerda, visto que tal bloco era intrinsecamente conservador. Além disso, posteriormente, a grande maioria dos membros destes partidos aderiram ao MDB, o que, em última análise é o que nos interessa neste momento.

Para início de observação, escolhemos as nominatas dos candidatos à vereança, pois elas configuram um indício de composição partidária de fácil acesso. Além disso, a

³³² Referimo-nos a Flávio Tavares e Cândido Norberto, cujos depoimentos encontram-se disponíveis à pesquisa na sede do CD-AIB/PRP.

apresentação de determinado nome para a disputa de cargos eletivos pode indicar um certo destaque do político dentro da organização³³³.

Composição da nominata do MDB em 1968

ex-PTB	ex-PDC	ex-ARS	ex-MTR	ex-PSP	Sem registro	Total
12	3	3	1	1	21	41

Pela análise da nominata emedebista, percebemos uma grande proporção de candidatos sem registro (21). Entre eles, estão, possivelmente, políticos que começaram suas carreiras partidárias após a extinção do pluripartidarismo ou, ao menos, pouco tempo antes do Golpe de 1964³³⁴. Nesse sentido, encontramos, em declarações de lideranças ou em noticiários políticos, referências a certos candidatos como “novas forças”, “juventude” ou “jovens políticos”. Tais foram os casos de Clóvis Grivot e José Antônio Daudt³³⁵. Além disso, havia dois candidatos que vinham do “mundo do esporte” para o da política: Paulo Otacílio Souza, o “Paulo Lumumba” do Grêmio, e Elton Fensterseifer, do Internacional. As referências à “novidade” que eles representavam, aliadas ao fato de não encontrarmos seus nomes vinculados aos partidos do período anterior, nos levam a crer que o MDB fosse seu primeiro partido.

Outra possibilidade seria a de tratar-se, alguns, de nomes escalados apenas para “completar” a nominata – prática comum já naquele período –, sendo uma hipótese viável para um partido como o MDB, que, como vimos, teve dificuldades em preencher os requisitos jurídicos para ter seu registro aceito pela Justiça Eleitoral. No entanto, o fato de nenhum candidato ter recebido uma votação irrisória (os únicos três que ficaram abaixo dos mil votos não receberam menos de 600) nos faz descartar esta possibilidade. De qualquer maneira, é interessante pensar na considerável renovação que o bloco dos partidos alinhados à esquerda viveu: dentre os 41 candidatos da nominata, 21 não

³³³ Com exceção dos casos de nomes que apenas “completam” as nominatas, como veremos em seguida. Quanto às nominatas da Arena e do MDB, ambas encontram-se anexadas ao final deste trabalho.

³³⁴ Na busca pelo pertencimento partidário anterior de cada candidato, comparamos as nominatas de 1968 com as nominatas de 1963, com as listagens dos vereadores eleitos nas eleições municipais de 1951, 1955, 1959 e 1963 e com as listagens dos candidatos à Assembléia Legislativa nos pleitos de 1958 e 1962. Todo este material foi encontrado, respectivamente, nos jornais da época (Correio do Povo, Última Hora e Zero Hora), em PASSOS e NOLL. *Op. cit.* E *As Eleições no Rio Grande*. Porto Alegre; Editora Síntese, [s.d.].

³³⁵ Este último teve o apoio do veterano Cândido Norberto dos Santos, ex-deputado pelo MTR cassado pelo Regime Militar. Seu apoio, no entanto, parecia ter um caráter mais autônomo e vinculado ao exercício profissional – pois ambos eram jornalistas –, o que nos leva a crer que José Antônio Daudt não tivesse vínculos com o MTR antes de ingressar no MDB.

tinham referências partidárias anteriores (o que representa 51,21%). Mesmo que não possamos afirmar com total segurança que estes 21 candidatos fossem estreantes na política partidária, podemos considerar que se tratavam, ao menos, de nomes que emergiam *naquele momento*. O que, por si só, já significava uma expressiva renovação.

As razões disso podem ser as mais variadas possíveis – inclusive a ascensão de determinadas lideranças em suas carreiras políticas. Contudo, acreditamos que os motivos possam estar relacionados à conjuntura de redução do espaço político para as oposições, iniciada em 1964. Mesmo que não tenhamos realizado uma pesquisa comparativa com um intervalo de tempo maior, são ilustrativas, por exemplo, as cassações de lideranças relativamente novas como o petebista Hamilton Chaves³³⁶ e o comunista Alberto Schroeter. Em outras palavras, uma hipótese que não pode ser descartada é a da “barreira” que 1964 representou para as lideranças políticas das esquerdas porto-alegrenses de então.

Outro ponto que chama atenção na nominata é a predominância, entre os candidatos com registro de atividade partidária anterior, de ex-petebistas. Se, por um lado, isso confirma a hegemonia dos petebistas entre as forças políticas mais progressistas no estado – e, especificamente, em Porto Alegre –, por outro, indica a dimensão do bloqueio que 1964 representou: os ex-membros do PTB são a maioria, mas, ainda assim, são pouco mais da metade do número de “políticos novos”. Certamente, um estudo específico sobre o MDB porto-alegrense jogaria uma luz sobre estas breves considerações.

Ainda sobre a nominata emedebista, chama atenção a presença de três expedecistas: Aluizio Paraguassu Ferreira, Cleon Guatimozim e Sommer Azambuja. O não ingresso deles na Arena indica discordâncias quanto aos rumos do movimento de 1964, reforçando o caráter heterogêneo dos blocos políticos citados³³⁷.

³³⁶ Hamilton Chaves nasceu no ano de 1925. Ao longo de sua vida, exerceu atividades que extravasaram as fronteiras da política: foi jornalista, compositor e dirigente esportivo do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense durante os anos 1960. A diversidade de sua trajetória rendeu-lhe certamente um considerável capital político: durante o Governo Brizola, foi Chefe de Imprensa (com destacada atuação no episódio da Legalidade) e Secretário do Trabalho e Habitação. Em 1963, foi o vereador mais votado pela legenda do PTB. Em função desta trajetória, foi uma das primeiras vítimas da onda de cassações do pós-Golpe. MARÇAL, João Batista e MARTINS, Marisângela. *Op. cit.*, p. 40-41.

³³⁷ No livro sobre sua trajetória política, Sereno Chaise apontou a proximidade que tinha com Aluizio Paraguassu e Cleon Guatimozim. Como afirmou, ambos participaram de sua campanha à Prefeitura em 1963, o que reforça a idéia – que expusemos no capítulo anterior – da baixa coesão que a Ação Democrática Popular (ADP) apresentou em Porto Alegre. KLÖCKNER, Luciano. *Op. cit.*, p. 79-80.

Composição da nominata da Arena em 1968

Ex-UDN	ex-PSD	ex-MTR	ex-PL	Ex-PDC	ex-PRP	ex-ARS	Sem registro	Total
6	5	4	2	2	1	1	20	41

No caso arenista, exposto no quadro acima, a presença de “novos nomes” também foi significativa: 20, entre os 41 candidatos, não possuíam registro de pertencimento partidário anterior ao Golpe. No entanto, acreditamos que seja possível pensar que tal renovação tenha sido menos fruto de uma ruptura política (como é mais provável que tenha sido o caso emedebista) do que resultado de um desenvolvimento “natural” das carreiras políticas dos integrantes do bloco conservador. Como exemplo, há os sete secretários da Administração de Marques Fernandes que, encerrando o governo, concorreriam à vereança: dentre eles, três não tinham registro partidário anterior – João Antônio Dibb, Moses do Carmo e Darwin Ribas. A proximidade que eles tinham com a Administração arenista faz com que acreditemos que o lançamento de suas candidaturas fosse o desenvolvimento “lógico” de suas trajetórias políticas.

De resto, outros quatro nomes foram efetivamente classificados como “novidade”: Antonio Maineri e Ivan Castro, respectivamente, taxista e radialista, eram recebidos como a oportunidade de inserção da Arena na categoria dos motoristas, com o primeiro, e nas vilas populares, com o segundo. Por fim, Hilário Land e João Osório Ferreira Martins que, na nominata, eram classificados, respectivamente, como acadêmico de direito e secundarista, eram – provavelmente – representantes da Juventude Arenista ou, ao menos, nomes em ascensão no mundo político.

Já no que diz respeito aos candidatos com pertencimento partidário anterior ao Golpe de 1964, percebemos um equilíbrio maior entre as forças políticas que compunham a ADP em 1963: a UDN tinha a maior presença, contando com seis (ex-)representantes, seguida pelo PSD com cinco, PL e PDC com dois cada e o PRP com apenas um. Finalmente, um tanto surpreendente é a migração de cinco ex-membros do bloco dos “partidos alinhados à esquerda” (em um tipo de movimento que sempre nos lembra os limites em potencial existentes em rótulos explicativos): quatro políticos vindos do MTR e um da ARS³³⁸.

³³⁸ Pelo fato de a ARS se tratar de uma coligação de dois partidos (PSB e PR) que lançaram candidatos em nominata única, não foi possível descobrir o pertencimento partidário do membro em questão. Quanto aos ex-integrantes do MTR, um deles (Milton Krause) consta na nominata do MTR em 1963, aparecendo também nas listagens de suplentes à Assembléia Legislativa pelo PDC em 1958 e 1962. De modo que,

Portanto, por motivos que não temos como precisar neste trabalho – e aqui, insistimos, apenas, aventamos hipóteses – o período transcorrido entre 1963 e 1968, no qual ocorreu o Golpe de 1964 e a instauração de um novo sistema partidário (bem como o rearranjo de forças políticas decorrente de ambos), parece ter representado um momento de grande renovação dos “blocos políticos” na capital gaúcha. A já referida renovação do bloco dos partidos alinhados à esquerda não se estendeu, contudo, à Câmara, pois, dos 13 emedebistas eleitos, apenas dois não tinham pertencimento partidário anterior: tratava-se dos dois egressos do “mundo do esporte”, onde, provavelmente, capitalizaram recursos eleitorais em função de suas trajetórias na dupla grenal. Isto mostra que, mesmo após o Golpe civil-militar de 1964, a inserção prévia no “mundo da política” era eleitoralmente fundamental. Já no caso da Arena, a proporção de “novos políticos” era maior: cinco entre oito eleitos, sendo que um (Moses do Carmo) era secretário da Administração que se encerrava. A relativamente baixa renovação da Câmara fica mais clara se avaliarmos as quantidades de vereadores reeleitos nas eleições municipais entre 1951 e 1968, expressas no quadro a seguir.

**Quadro de vereadores reeleitos em comparação com a legislatura anterior
(1951-1968)³³⁹**

Ano	Bloco dos “partidos alinhados à esquerda”³⁴⁰	Bloco dos “partidos alinhados à direita”³⁴¹	Total
1951	2	3	5
1955	3	5	8
1959	3	4	7
1963	6	5	11
1968	7	4	11

Fonte: NOLL e PASSOS. *Op. cit.*

Analisando os números referentes aos vereadores reeleitos, veremos que a renovação dos quadros municipais dos partidos – ocorrida entre 1963 e 1968 e vista

assim como a migração partidária parecia ser recorrente em sua carreira, o ingresso na Arena significou uma reconciliação com sua origem partidária conservadora.

³³⁹ Considerando-se, inclusive, os vereadores que assumiram como suplentes.

³⁴⁰ Neste caso, restritos ao PTB, ao PR e ao MTR (e, evidentemente, ao MDB), os únicos partidos que reelegeram vereadores no período indicado.

³⁴¹ Neste caso, restritos ao PSD, ao PL, ao PDC e à UDN (e, evidentemente, à Arena) os únicos partidos que reelegeram vereadores no período indicado.

através de suas nominatas – não se traduziu em uma renovação da composição da Câmara. A persistência do total de onze reeleitos nos pleitos de 1963 e 1968 mostra que, se os partidos abriram as portas de suas nominatas à renovação, o mesmo não ocorreu em relação aos recursos políticos-eleitorais³⁴² e à preferência do eleitorado.

No que diz respeito aos números do bloco dos “partidos alinhados à esquerda”, percebemos o crescimento do conjunto dos reeleitos: sete vereadores foram reconduzidos à Câmara em 1968, enquanto seis tiveram o mesmo destino em 1963³⁴³. Este dado pode minimizar o peso das cassações na renovação do bloco agregado no MDB (em seu âmbito municipal). Porém, seu efeito no âmbito estadual pode ter aberto “brechas” que provocaram a “migração” de membros municipais para as disputas estaduais, a fim de preenchê-las.

Por fim, se observarmos o caso dos secretários da Administração Célio Marques Fernandes que disputaram vagas à Câmara em 1968, outras interessantes considerações sobre a política municipal podem ser feitas.

Secretários da Administração Célio Marques Fernandes que concorreram à Câmara Municipal em 1968.

	Secretaria em que atuava	nº. de votos conquistados	Situação final
Abio Hervé	Fazenda	3745	Eleito
Darwin Ribas	Educação	1690	não eleito
João Antônio Dibb	Águas e Esgotos	3475	assume como suplente
João Mano José	Limpeza	3157	assume como suplente
Milton Pozzollo de Oliveira	Habitação	6412	Eleito
Moses do Carmo	Obras e Viação	5093	Eleito
Roberto Landell de Moura	Transporte	2055	não eleito

Fontes: NOLL e PASSOS. *Op. cit.* “Justiça Eleitoral proclama resultados”. *Correio do Povo*, 22.11.1968, p. 20. “Eleita a nova Câmara Municipal de Pôrto Alegre”. *Correio do Povo*, 19.11.1968, p. 26.

Dentre os secretários/candidatos, do total de sete, três foram eleitos diretamente e outros dois assumiram como suplentes. Não temos como precisar o suporte que a

³⁴² Embora o candidato que ocupasse um cargo eletivo possuísse uma série de recursos extra-partidários.

³⁴³ É interessante lembrar que, dos vereadores reeleitos pelo bloco dos “partidos alinhados à esquerda” no ano de 1968, um havia migrado do bloco oposto (Cleon Guatimozin). O mesmo ocorrendo com o bloco contrário (Abio Hervé) – o que reafirma o caráter didático da expressão que escolhemos para designar ambos os grupos.

máquina partidária dispensou a cada um destes candidatos, assim como também não dispomos de maiores dados sobre suas trajetórias. Contudo, é certo que sua posição na Administração municipal foi utilizada como forma de capitalizar recursos eleitorais, seja pelo capital político acumulado, seja pelas relações estabelecidas com os vários segmentos da população ou até mesmo através da utilização da máquina administrativa³⁴⁴. Assim, uma rápida consideração em torno de seu desempenho pode nos indicar aspectos da relação entre a Administração que se encerrava em 1968 e a população porto-alegrense.

É significativo que, entre os sete secretários, os dois mais votados fossem titulares, respectivamente, das pasta de Habitação e de Obras e Viação, secretarias essenciais em meio a um processo de intensa urbanização, como a que vivia Porto Alegre. Além disso, no caso de Milton Pozzollo de Oliveira, como já sabemos, a trajetória pelo PDC já lhe proporcionara um certo “enraizamento” no eleitorado da cidade, sendo que, na legislatura iniciada em 1960, assumira a vereança como suplente, retornando à Câmara em 1963, dessa vez fazendo a votação necessária à eleição direta³⁴⁵. De qualquer maneira, a expressiva votação de ambos pode indicar um certo grau de reconhecimento de suas atuações por parte do eleitorado porto-alegrense.

No caso dos candidatos que, entre os sete secretários, ultrapassaram a marca dos três mil votos, Abio Hervé (o único dos três que assumiu diretamente, isto é, sem aguardar na suplência) já havia sido eleito vereador por duas vezes: em 1959, pelo PTB, e em 1963, pelo MTR. Sua eleição pela Arena em 1968 mostra que, apesar de sua guinada conservadora (ou pragmática), Hervé conseguiu manter uma certa força eleitoral. Os outros dois candidatos que excederam os três mil votos (ficando, contudo, na suplência), tratavam-se de titulares das pastas de Águas e Esgotos e de Limpeza –

³⁴⁴Uma indicação nesse sentido encontra-se em “A cidade tem agora mais uma escola”. *Zero Hora*, 09.10.1968, p. 2. Em sua fala na reportagem, Célio Marques Fernandes defendia-se contra candidatos arenistas que estariam reclamando um suposto “tratamento especial” dispensado pelo prefeito aos secretários de sua Administração que concorriam à Câmara. Já nas discussões em torno da liberação de recursos para auxílios e subvenções, travadas no legislativo municipal, os emedebistas Alceu Collares e César Mesquita criticaram que seria, segundo eles, o uso político das verbas, sendo que valores baixos eram destinados a Entidades Assistenciais, enquanto o Movimento Assistencial de Porto Alegre (MAPA), entidade ligada ao prefeito, recebia somas desproporcionalmente superiores. Sobre isso, disse César Mesquita: “Este projeto agora é político. Tanto é político que dá para a Casa do Artista apenas NCr\$ 150,00, onde o Prefeito não vai ter eleitor nenhum, mas no MAPA êle vai fazer a sua demagogia; lá a Primeira Dama diz que o eleitorado é dela; o vereador Pozzollo de Oliveira diz que é dêle; o Sr. Abio Hervé diz que é dêle. Êste é o problema! E de tal maneira, que me parece mais um arranjo para abrir comitês eleitorais, do que pròpriamente para ajudar. Por isso vou continuar votando contra, por ser 80% político o projeto”. Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, outubro de 1968, p. 79.

³⁴⁵ Ver NOLL e PASSOS. *Op. cit.*

ambas pasta importantes em um contexto de urbanização acentuada: respectivamente, João Antonio Dibb e João Mano José.

Por fim, entre os dois secretários que não se elegeram estão os secretários de Educação e de Transporte. Quanto ao primeiro caso, é importante considerar que se trata de pasta que, geralmente, em função das dificuldades estruturais encontradas, dos conflitos com o corporativismo da classe docente e da sempre evocada “carência de recursos”, gera desgastes políticos consideráveis aos seus ocupantes. Quanto ao último caso, é significativo que se trate da Secretaria Municipal de Transportes que, como vimos no capítulo anterior, aparecia no centro dos problemas mais sentidos pelas comunidades mais pobres³⁴⁶.

Quanto ao desempenho dos secretários de Marques Fernandes, há ainda um fato importante: a partir do dia 05 até o dia 19 de novembro – portanto, quatro dias após a eleição encontramos, nas páginas de *Zero Hora*, uma série de reportagens que destacavam as realizações da Administração arenista na capital gaúcha³⁴⁷. A existência desta série pode se prestar a várias interpretações. Pessoalmente, no entanto, acreditamos que a linha predominante no jornal fosse simpática à permanência de Marques Fernandes na prefeitura, para o que, inclusive, trabalhou um movimento citado eventualmente nos noticiários³⁴⁸. De qualquer maneira, a farta divulgação jornalística das obras realizadas e das medidas tomadas pela prefeitura elevavam a atuação das secretarias à “vitrine da política municipal”.

Finalmente, os resultados da eleição de 1968 nos indicam que, se a Arena avançava no estado – ao menos, numericamente –, Porto Alegre seguia sendo um reduto

³⁴⁶ É importante que friseamos que estas considerações constituem hipóteses formuladas a partir das escassas informações que colhemos nas fontes. Tais hipóteses apenas apontam alguns *possíveis condicionamentos* que poderiam ter influenciado os resultados eleitorais. Vale lembrar que uma série de outros elementos – tais como recursos financeiros, maior ou menor notoriedade entre o eleitorado, capital político acumulado dentro da organização partidária – estavam em jogo nos diversos períodos eleitorais. No caso do secretário Roberto Landell de Moura, por exemplo, havia também o fato de que, desde 1951, quando se elegera vereador pelo PSD, sua volta à Câmara não se efetivava. Outras variáveis podem ser inferidas também do fato de João Antônio Dibb ter passado pela mesma Secretaria de Transportes e, mesmo assim, ter feito boa votação, embora sua passagem pela pasta tenha se dado alguns anos antes do pleito, o que, para efeitos eleitorais, provavelmente não vinculasse seu nome à Secretaria.

³⁴⁷ Composta por onze partes, a série dividia-se pelas seguintes áreas da Administração de Célio Marques Fernandes: Educação e Cultura (I), Transportes Urbanos (II), Habitação Popular (III), Saúde Pública (IV), Sistema Viário (V), Águas e Esgoto (VI), Recreação Pública (VII), Pessoal, Investimentos e Fornecedores (VIII), Abastecimento Público (IX), Turismo (X) e Serviços Prestados (XI). Situadas sempre em uma página próxima ao centro do jornal, as reportagens ocupavam página inteira e eram muito bem ilustradas, tendo, portanto, um forte apelo visual.

³⁴⁸ Apesar de tal movimento não ser melhor explicado, é possível inferir que ele não estava limitado à *Zero Hora*.

oposicionista, uma “pedra no sapato” do regime iniciado em 1964. Por mais que os defensores do Regime Militar trabalhassem contrariamente.

2 – A “vida urbana” após o avanço das tropas: lutas do movimento associativo.

Em paralelo ao aprendizado das disputas eleitorais em tempos autoritários, os emedebistas (re)aprendiam a lutar também na arena parlamentar. Na nova conjuntura, não seriam toleradas posturas mais radicais ou combativas, e os governantes militares haviam deixado isso bem claro com as cassações dos mandatos do petebista Hamilton Chaves e do comunista Alberto Schroeter poucas semanas depois do Golpe de 1964. Na nova correlação de forças, as oposições teriam de testar quase que diariamente os limites do que seria politicamente permitido pelo Regime Militar.

Nesse sentido, entre as vozes mais “experimentais”, estava o emedebista Alceu Collares, que fora eleito vereador pela primeira vez em 1963, ainda pela legenda do PTB: em setembro de 1968, o ex-trabalhista, agora líder do MDB na Câmara, discutia em plenário a polêmica questão da reforma previdenciária realizada pelo Regime Militar. Nesta ocasião, Collares apresentava um requerimento a fim de que a Câmara Municipal se manifestasse contra a proposta de transferência das assistências médico-hospitalares do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) para convênios particulares³⁴⁹. De acordo com o vereador oposicionista, tal mudança então instituída pelo “Plano Nacional de Saúde, igual ao Plano Nacional de Habitação, nada mais [fazia] do que diminuir a influência estatal no atendimento aos trabalhadores brasileiros”³⁵⁰. A estas críticas vieram se somar as do ex-petebista Lúcio Marques, que qualificava a mudança como uma regressão – e, mais do que isso, uma injustiça – na questão previdenciária, na medida em que, após a construção e o aparelhamento de hospitais com recursos provenientes de impostos que insidiam sobre o trabalhador, este teria de se sujeitar às empresas privadas na hora de usufruir os frutos de sua contribuição³⁵¹.

Indo mais longe, Alceu Collares criticava a reforma previdenciária do Regime Militar como um todo: segundo ele, a criação do INPS, a partir da apressada fusão de

³⁴⁹ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1968, p. 12.

³⁵⁰ *Idem*, p. 12.

³⁵¹ *Idem*, p. 12.

diversos institutos congêneres, gerara um caos na área. Extrapolando ainda mais sua crítica, taxava a medida de

um atestado eloqüente da falência do Governo Federal no campo previdenciário e no campo assistencial (...). Êste movimento chamado revolucionário, que não trazia em seu bojo nenhuma mensagem, nenhum programa, não estava embasado em nenhum princípio, em nenhuma teoria de Governo, assim se processou com a (...) unificação precipitada e leviana³⁵².

Como se vê, a discussão de uma questão pontual – embora, no caso, ligada à política nacional – mesclava-se à crítica ao Regime Militar de modo geral. O requerimento proposto por Collares foi aprovado sem indicativo de voto contrário³⁵³. Tal aprovação, mesmo que fosse desprovida de algum desdobramento prático (pois se tratava de um requerimento que exigiam uma tomada de posição simbólica da Câmara), mostrava como o peso da crença no papel que o Estado deveria ter nos assuntos previdenciários era forte.

Assim como este, outros casos existiram em que, em meio a debates específicos, emergiam posicionamentos referentes ao momento político pelo qual passava o Brasil. Na conjuntura de então, a crítica ao Governo Militar ainda tinha algum espaço³⁵⁴. Oportunidades propícias ao ataque contra o Regime eram também as *aparentemente* inúteis discussões em torno das nomeações de rua, tão características de Câmaras Municipais³⁵⁵. Frisamos seu caráter de aparente inutilidade, pois, se tais propostas atravancavam a tramitação de medidas mais sérias e até mesmo urgentes, as nomeações de ruas funcionavam como “demarcações de território”, medidas através das quais os vereadores poderiam construir suas identidades pelo terreno das palavras. As

³⁵² Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1968, p. 13.

³⁵³ Não é possível saber se a aprovação fora unânime, pois os Anais não mostravam uma padronização neste sentido: em certos casos, a aprovação unânime era explicitada; em outros, quando havia votos contrários, os mesmos eram nomeados. Contudo, na maioria dos casos, não havia nenhum tipo de indicação. Não descobrimos, porém, se se tratava de uma falta de padronização, ou se isto era devido às diferentes “relevâncias” das votações: pedidos de requerimento, pedidos de providência, projetos de lei, etc., todos tinham “pesos” diferenciados no trabalho dos legisladores.

³⁵⁴ Exemplos havia em que a crítica, por ser formulada em termos simplistas, chegava ao risível. Tal foi o caso de uma discussão realizada sobre a dinâmica administrativa da Prefeitura: as bancadas do MDB e da Arena debatiam a respeito dos prazos de validade de concursos públicos, quando, em meio a desentendimentos, a ferida aberta e 1964 aflorou na fala de Alceu Collares, levando o emedebista a afirmar: “esta revolução não é de nada!”. Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1968, p. 113.

³⁵⁵ Em conversas entre ex-políticos que muitas vezes presenciamos no trabalho junto ao Centro de Documentação Sobre a AIB e o PRP, seguidamente a inutilidade dos debates em torno de projetos que nomeiam ruas é afirmada. Em geral, o que se considera é que seriam medidas “menores” frente à urgência de uma série de outros problemas que demandariam resoluções muitas vezes urgentes.

nomeações de ruas efetuadas pelos vereadores, portanto, tinham (e ainda têm) uma função política para a própria classe³⁵⁶.

É assim que encontramos o caso do ex-udenista Adel Carvalho, que apresentou um projeto dando o nome de “Arlindo Pasqualini” a um logradouro da zona sul da capital. Com esta proposição, o então vereador arenista homenageava um prestigiado jornalista que fora, também, severo crítico do Governo João Goulart³⁵⁷.

Porém, nas discussões deste projeto, o vereador Glênio Peres, adversário político de Carvalho, pôde aproveitar a deixa para externar suas opiniões sobre o ex-jornalista. Em meio aos elogios tecidos, o emedebista marcou sua posição dentro do panorama político nacional:

Melhor um jornalista audaz, capaz de mandar contra a onda ambiente e mais poderosa; melhor um jornalista como Arlindo Pasqualini, atuando mesmo contrariamente à nossa posição ideológica, do que os amenos jornalistas que escrevem sôbre problemas amenos, enquanto a baioneta cala nas costas dos democratas e no interior das universidades são vítimas estudantes do tiroteio policial [*sic*], do trabalho criminoso de gente paga pelo Govêrno do povo, com armas do povo, trabalhando contra o povo³⁵⁸.

Na fala de Glênio Peres, a denúncia, a um só tempo, da repressão do governo e da omissão de parte da imprensa mostrava que, em determinados momentos, a

³⁵⁶ A antropóloga Karina Kuschnir demonstra em seu livro que, para além da questão identitária, tais homenagens tinham importância prática como forma de manutenção ou extensão de redes de influência. Ver KUSCHNIR, Karina. *Op. cit.* Capítulo 8.

³⁵⁷ Arlindo Pasqualini, irmão de Alberto Pasqualini, fora diretor do jornal *Folha da Tarde*. Contudo, seus incisivos ataques ao governo de João Goulart tinham espaço garantido também no *Correio do Povo* (periódico da mesma empresa jornalística, a Caldas Júnior), onde eram quase diários, conforme pudemos ver na análise das edições de 1963.

³⁵⁸ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1968, p. 121. A proposta de Adel Carvalho foi, no entanto, rejeitada por considerarem os vereadores que se tratava de uma rua que não estava “à altura” do homenageado. Em meio às discussões que o projeto suscitou, um fato que julgamos curioso ocorreu, mostrando como algumas incoerências perpassavam trajetórias individuais: trata-se do posicionamento do emedebista César Mesquita. O vereador – que, como vimos no capítulo anterior, teve sua origem e evolução políticas ligadas ao PCB – defendeu a homenagem a Arlindo Pasqualini, criticando, contudo, práticas que considerava equivocadas no que diz respeito aos “nomes e às grandes figuras nacionais”. Exemplificando sua opinião, Mesquita citou D. Pedro I, “homem que desembainhou a espada pela Independência do Brasil, uma das grandes figuras da história da nossa Pátria”, e Princesa Isabel, personagem que colocou como a responsável pela Abolição da Escravatura. Em seguida, em tom de severa crítica, declarou que “a Casa (a Câmara Municipal) não tem uma norma a homenagem dessas figuras [*sic*]. Nós vemos que nesta cidade se dá nomes de rua porque o camarada foi prêto e morou 40 anos num bairro. E se dá, Sr. Presidente (da Mesa Diretora da Câmara), o nome, porque o camarada se empenhou 50 anos para conseguir água pra uma rua importante (...) a Casa não pode continuar com esta tese”. Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1968, p. 153. Assim, percebe-se a clara contradição entre uma origem partidária comunista com uma evolução política com proximidade junto às lutas comunitárias e o enaltecimento dos “grandes nomes da história” em detrimento das “pessoas comuns”. Não sabemos, contudo, se tal contradição se devia a questões de pragmatismo dentro da própria atividade parlamentar – pois custa-nos crer que a mesma declaração seria dada em meio a um encontro de uma associação de bairro – ou tinha sua origem na formação intelectual do vereador.

“nacionalização” de questões cidadinas servia, aos vereadores, como uma oportunidade de criticar o Regime Militar e marcar posição no espectro político³⁵⁹.

2.1 – Lutas urbanas: a “frente legislativa”.

Após o Golpe de 1964, como temos argumentado, o espaço político foi bruscamente reduzido. No entanto, as atuações na Câmara, no que se refere às questões urbanas, não ficaram restritas às críticas ou às tomadas de posição. Nesse sentido, um episódio interessante da “vida urbana” da capital gaúcha foi o das disputas em torno da preparação e aprovação da lei reguladora do comércio ambulante da cidade. As discussões iniciais, que deram origem ao anteprojeto elaborado pela Prefeitura envolveram, além de alguns vereadores do MDB, dois grupos antagônicos: o sindicato dos vendedores ambulantes e a Associação Comercial de Porto Alegre. Esta última, representando os estabelecimentos comerciais da cidade, realizara, nos meses anteriores, uma considerável pressão sobre o Executivo Municipal, utilizando-se da imprensa. Segundo o vereador emedebista Sommer de Azambuja, Fábio Araújo Santos – o então presidente da Associação Comercial – defendera, em entrevistas ao jornal *Folha da Tarde*, a extinção da prática do comércio ambulante nas ruas da capital, pois tal atividade não seria condizente a uma cidade “moderna e progressista” como Porto Alegre, o que fazia do comércio ambulante uma “instituição anacrônica”³⁶⁰.

O que a declaração do representante da Associação Comercial não considerava era o fato de que a prática do comércio informal respondia, naquele momento, às questões

³⁵⁹ Este mesmo tom de denúncia marcou o discurso de posse de Glênio Peres na Câmara Municipal em 1977, já no contexto da distensão política do Regime Militar. Segundo a fala do vereador – que, a despeito do “clima de abertura”, acabou sendo utilizada como pretexto para sua cassação alguns dias depois –, as responsabilidades dos membros do parlamento municipal “não se encontram no buraco da rua, embora muitos queiram que a Casa viva somente para os buracos na rua; que não se encontram apenas nas dificuldades de iluminação, embora alguns de mentalidade fascistóide, ditatorial e autoritária pretendam que a Casa exista apenas para iluminar determinadas ruas (...); que seja uma casa do silêncio quando (...) uma casa de silêncios exige a coragem do discurso (...). A Câmara Municipal de Porto Alegre é para proclamar também o grande buraco aberto nos direitos humanos, nos direitos do cidadão brasileiro. Esta tribuna é para dizer que há um buraco numa rua do Sarandi e que há uma imensa prisão que hoje impede manifestação de pensamento em prol da liberdade de todos os brasileiros (...); tem que servir para dizer que há escolas chamadas de anti-terrorismo, especialistas em retirar as unhas das pessoas, fazer doer a integridade física das pessoas, em fazer com que cada um diga o que não quer e, principalmente, fazer com que pague com o seu sangue, e sua vida, o preço do seu pensamento e o exercício da sua liberdade”. *Apud.* RODEGHERO, Carla; DIENSTMANN, Gabriel & TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Porto Alegre; Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2009 (no prelo). Aqui, agradecemos, pontualmente, à Prof^a Carla Simone Rodeghero pela indicação deste discurso.

³⁶⁰ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1968, p. 38.

de seu próprio tempo, nada tendo, portanto, de anacrônica. O rápido crescimento populacional que Porto Alegre e seu entorno vivenciaram a partir da metade do século XX fez com que seus habitantes tivessem de se adaptar a um mundo do trabalho excludente, desenvolvendo-se, assim, a prática do comércio ambulante como forma de absorção da mão-de-obra excedente. A despeito da posição de Fábio Araújo Santos, uma legislação que acompanhasse a realidade porto-alegrense deveria ser criada a fim de substituir o já defasado Código de Posturas, promulgado em 1950³⁶¹, e não deixa de ser interessante o fato de que o bom senso de atualizar a regulamentação do comércio ambulante, no quadro social esboçado acima, estava presente no governo municipal, mas não na cabeça do representante dos empresários – embora, como veremos adiante, não se tratasse apenas de uma questão de “bom senso” por parte da Administração naquele momento.

Uma vez terminado o anteprojeto do Executivo, o texto foi enviado à Câmara Municipal, onde foi estudado por vereadores da bancada emedebista³⁶². Em meio aos trabalhos das comissões legislativas³⁶³, os representantes do MDB buscaram introduzir, na lei proposta pela Prefeitura, dispositivos que protegessem os vendedores ambulantes contra o arbítrio da Administração municipal em itens tais como prazos de pagamento de multas e de recuperação de material confiscado pela fiscalização da Prefeitura. Assim, um substitutivo ao projeto original enviado pelo Executivo fora apresentado pelos emedebistas que compunham a Comissão de Justiça³⁶⁴; este substitutivo, por sua vez, foi acrescido de duas emendas propostas pelo emedebista Sommer de Azambuja. A postura dos vereadores oposicionistas, que defendiam os interesses dos ambulantes, e a presença de ambos os grupos em reuniões anteriores demonstram a relação existente entre os representantes do MDB e o movimento dos vendedores informais da capital.

³⁶¹ De acordo com o parecer dado ao projeto pela Comissão de Justiça da Câmara, esta era a lei que, até então, regia o comércio ambulante da cidade.

³⁶² Os vereadores eram Alceu Collares, Jorge Achutti, Sommer de Azambuja e Wilson Arruda.

³⁶³ As comissões existentes na Câmara Municipal tinham como função estudar os diversos projetos propostos tanto pelo Executivo, quanto pelos vereadores. Dentro do âmbito que lhes competia, cada comissão elaborava um parecer que guiaria os votos da totalidade da Câmara. As comissões eram as seguintes: Comissão de Justiça, Comissão de Finanças e Comissão de Serviços Municipais.

³⁶⁴ A Comissão de Justiça era formada por Sommer de Azambuja (MDB), Revoredo Ribeiro (MDB) – respectivamente, presidente e vice-presidente da Comissão –, Alceu Collares (MDB), Homero Ferrugem (Arena) e Júlio Luz (Arena).

O projeto enviado pelo Executivo³⁶⁵ continha uma redação confusa e, em determinados trechos, imprecisa – e é justamente nesta imprecisão que se estabelecia, a nosso ver, o espaço para o arbítrio, fosse ele da Administração Municipal, fosse dos funcionários encarregados da fiscalização³⁶⁶. Em certos artigos, trechos como “nas condições impostas pela administração” ou “nos termos do regulamento *a ser baixado por ato do Executivo*”³⁶⁷ marcavam imprecisões que mantinham um grande poder de decisão nas mãos da Prefeitura. Tais eram os casos dos artigos que regulavam a concessão das licenças para a prática do comércio (art. 6º) e a permissão para estacionamento nas ruas da cidade (art. 11º, art. 12º, art. 15º e art. 18º): nesse sentido, o projeto continha “brechas” que seriam preenchidas pela Administração posteriormente, fato que não passou despercebido pelos emedebistas, que trataram de eliminar tais imprecisões no substitutivo³⁶⁸.

Ainda no projeto original, outros itens tratavam-se de proposições que dificilmente seriam cumpridas ou fiscalizadas de forma efetiva. Tal era o caso da grande lista de proibições estabelecidas para o vendedor ambulante, entre as quais figuravam o impedimento de “apregoar mercadorias em altas vozes” e de “transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes de grande porte” (art. 10º)³⁶⁹.

Além disso, o substitutivo e as emendas (ambos aprovados pela Câmara) trataram de aprimorar a redação do projeto original, enquadrando-o em uma linguagem mais jurídica. Porém, foram nos artigos referentes à concessão de novos licenciamentos³⁷⁰ e à aplicação de penas (que iam desde multas e apreensões até o confisco da licença)³⁷¹ que

³⁶⁵ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1968, p. 31. Em anexo, ao final do trabalho, colocamos o Projeto-de-Lei do Executivo e o Substitutivo e as Emendas apresentados na Câmara, todos na íntegra.

³⁶⁶ É importante que se faça uma consideração: dadas as características do trabalho dos ambulantes e sua relação com os órgãos de fiscalização da Prefeitura, o que estava em jogo não era apenas a luta contra o arbítrio político do Executivo, mas também a busca por mecanismos que limitassem o poder de constrangimento que os fiscais, individualmente, tinham sobre os vendedores ambulantes em pontos como, por exemplo, a apreensão de mercadorias.

³⁶⁷ Grifos nossos.

³⁶⁸ Todos os artigos citados foram alterados no substitutivo, sendo suprimidos os trechos que deixavam a Lei vaga e passível de alteração posterior pelo Executivo. Os artigos 3º, 4º e 5º do projeto original foram, no substitutivo, aglutinados após a reformulação do artigo 2º. Portanto, o correspondente ao artigo 6º do projeto original é o artigo 3º. Por sua vez, os artigos 11º, 12º, 15º e 18º do projeto original, transformaram-se, no substitutivo, nos artigos 8º, 9º, 12º e 13º, respectivamente.

³⁶⁹ Contudo, tais itens foram mantidos no substitutivo.

³⁷⁰ Para os casos em que o usuário tivesse seu licenciamento extinto por qualquer motivo. Art. 19º do projeto enviado pelo Executivo e art. 15º do projeto substitutivo.

³⁷¹ No projeto original, trata-se dos artigos 8º e 22º. No projeto substitutivo – no qual incidiram também as emendas redigidas pelo emedebista Sommer de Azambuja –, trata-se dos artigos 5º e 18º.

as lutas realizadas na arena legislativa foram, em nossa opinião, mais relevantes e visíveis.

No que diz respeito ao primeiro caso – o da concessão de novos licenciamentos –, as alterações dos vereadores³⁷² redundaram em um importante adendo: a possibilidade de transferência do licenciamento no caso de “incapacidade física definitiva ou falecimento do licenciado, assegurado o direito aos herdeiros”³⁷³. Uma considerável conquista para os ambulantes, à qual voltaremos adiante.

Além disso, foram feitos relevantes acréscimos que diminuía a possibilidade de arbítrio por parte dos fiscais. O estabelecimento de prazos para a reclamação, por parte do vendedor ambulante, de mercadorias apreendidas e o registro detalhado do material apreendido (com preenchimento de formulário específico e fornecimento de cópia do mesmo ao ambulante)³⁷⁴ visavam à proteção do trabalhador. Propostas pelos emedebistas – e, sobretudo, por Sommer de Azambuja –, tais alterações buscavam “resguardar o direito de propriedade dos ambulantes”³⁷⁵, disciplinando um dispositivo que, segundo o citado vereador, incidia em uma das principais fontes de atrito entre ambulantes e os funcionários responsáveis pela fiscalização, uma vez que a apreensão de mercadorias e equipamentos pelos fiscais poderia envolver apropriações indevidas por parte destes, gerando um ponto de tensão considerável na relação entre ambas as partes.

No tocante às penalidades a que estariam sujeitos os ambulantes, o que se viu nos resultados das alterações propostas pela bancada emedebista foi um abrandamento das mesmas. O acréscimo de uma nova modalidade de pena, a “advertência”³⁷⁶, graduava mais as punições, e cinco novos artigos³⁷⁷ detalhavam o conjunto das penalidades e de suas aplicações, tornando-as mais clara – e, portanto, menos sujeitas a interpretações – e diminuindo a margem de atuação autônoma dos fiscais. Além disso, dispositivos que permitiam a defesa do ambulante atingido foram criados. Este é o caso do “Pedido de Reconsideração”, que seria uma espécie de último recurso após a decisão de

³⁷² Presentes, frisamos, no projeto de substitutivo e nas emendas.

³⁷³ Art. 15º do projeto de substitutivo.

³⁷⁴ Embora o projeto original previsse o preenchimento de um termo que relacionasse a mercadoria apreendida, não era citado nenhum tipo de padronização para o mesmo e, da mesma forma, não constava a existência de algum tipo de controle por parte do vendedor ambulante sobre o material apreendido.

³⁷⁵ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1968, p. 37.

³⁷⁶ As demais punições eram, em ordem crescente de intensidade, multa, apreensão, suspensão da atividade e cassação da licença.

³⁷⁷ Artigos 19º, 20º, 21º, 22º e 23º da Emenda nº. 2 apresentada por Sommer de Azambuja (também em anexo ao final do trabalho).

determinada pena. Também a especificação da Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (SMPA) como encarregada de fiscalizar e executar a lei servia como um regramento (a mais) às ações da Prefeitura, uma vez que, em meio à abrangência da lei original, não havia indicação da Secretaria responsável pela aplicação e fiscalização da lei. Por fim, o art. 27º da Emenda nº. 2, estipulava o prazo para que o Executivo promulgasse o regulamento complementar à Lei, o que limitava ainda mais as possibilidades que a Lei original garantia ao Executivo para que este legislasse ao sabor dos acontecimentos, mudando as regras do jogo sempre que achasse necessário.

Propostas e aprovadas as alterações, a luta parlamentar, contudo, não terminou. Em outubro, o veto parcial de trechos do substitutivo e das emendas, realizado pelo Executivo, chegou à Câmara para votação³⁷⁸. Tratava-se, agora, de um momento importante, pois apenas com o voto de *dois terços dos vereadores presentes*, os vetos seriam barrados.

Dos vetos propostos, três eram mais relevantes: 1) o que incidiam sobre a realização de leilões das mercadorias não perecíveis apreendidas; 2) o que cortava a participação do Sindicato dos Comerciantes Ambulantes na aplicação da lei junto à SMPA; e 3) o que não permitia a já citada transferência da licença aos herdeiros em caso impossibilidade física do titular. Os dois primeiros vetos – que acabaram passando pela Câmara – foram justificados em função dos altos custos que onerariam o Poder Público, no primeiro caso, e do precedente que seria aberto à ingerência dos demais sindicatos na aplicação das diversas leis municipais, no segundo.

O único veto barrado, o que tentava derrubar a possibilidade de transferência da licença em casos especiais, era justificado pela Prefeitura com o fato de ser a licença “pessoal e intransferível”. Neste ponto, a reação da bancada emedebista foi forte, e dotada de uma tônica eminentemente social, na medida em que a exceção estabelecida para transferência da licença visava à sobrevivência da família do ambulante. Ao final da votação, a vitória oposicionista foi apertada dentro dos limites do regimento da Câmara: dos 21 vereadores, 19 estavam presentes e 13 votaram contra o veto proposto pela Prefeitura. O resultado de 13 contra 6 alcançou o mínimo necessário para barrar a medida do Executivo (*dois terços dos vereadores presentes*). Vitória apertada e circunstancial – se pensarmos no fato de que as duas ausências eram de vereadores arenistas –, porém concreta. Por fim, as mais relevantes alterações foram mantidas,

³⁷⁸ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, outubro de 1968, p. 90.

gerando um saldo que, do ponto de vista prático e político, podemos considerar positivo para os vendedores ambulantes.

Para além do embate legislativo, os emedebistas buscaram marcar posições também no plano discursivo. Sommer Azambuja – o vereador mais envolvido com as discussões mas torno do projeto – centrou seu discurso em dois pilares básicos: a salvaguarda do direito de propriedade do vendedor ambulante e a necessidade de “colocar um sistema de freio” nas ações da Administração Municipal no que diz respeito ao tratamento do tema³⁷⁹. Contudo, se outros vereadores oposicionistas juntaram-se a Sommer Azambuja na defesa do projeto, isso não significa que o mesmo era consenso dentro do MDB. César Mesquita, que fora reeleito em 1963 pelo PTB, criticou, por mais de uma vez o projeto, dizendo que ele não garantiria a tranqüilidade total dos ambulantes. Entrando em minúcias como a proibição do comércio no interior dos ônibus e o estabelecimento de horários fixos para as atividades, o “fogo amigo” representado pelas críticas do ex-petebista, por sua recorrência era, talvez, o ataque mais intenso ao projeto trabalhado pelo emedebistas. Curiosamente, um ataque que partia do interior do próprio MDB. Na esteira das críticas de Mesquita, algumas breves considerações se fazem necessárias.

Se pensarmos a aprovação da lei do comércio ambulante em Porto Alegre dentro do amplo quadro de um governo de exceção – como o que se instalou no Brasil em 1964 –, ela certamente parecerá algo pequeno, ínfimo, ou mesmo “apenas” mais uma medida de enquadramento de um determinado grupo social – no caso, os comerciantes informais. Contudo, se pensarmos o surgimento dessa lei dentro de uma esfera municipal, ela poderá apresentar uma importância maior.

Antes que se pense “De que adianta uma lei como esta em um período ditatorial como o Brasil pós-1964?”, é importante que tenhamos algo claro: a ditadura militar, nos seus diferentes níveis (nacional, estadual e municipal), não seria barrada ou favorecida por esta lei caso buscasse reprimir os vendedores ambulantes. Os diversos agentes do governo militar certamente tinham meios concretos para isso³⁸⁰. No entanto, se o número de comerciantes informais em Porto Alegre já era significativo a ponto de

³⁷⁹ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1968, p. 39. No entanto, o emedebista considerava que o substitutivo e as emendas de sua autoria tinham o tom mais conciliatório possível, ficando em um “meio termo” entre o Poder Público e os ambulantes.

³⁸⁰ Não ignoramos a vasta dimensão do aparelho de Estado desde seu nível federal até as instâncias municipais, bem como os possíveis conflitos existentes entre os agentes em seu interior. Contudo, acreditamos que, de maneira geral, o controle do espaço político tenha sido um objetivo importante dessas diversas instâncias de governo, mesmo que tenha apresentado variações de intensidade ou meios.

demandar uma lei³⁸¹, buscar enquadrá-los juridicamente traria menos desgaste político para um regime já desejoso de legitimidade³⁸². Em outras palavras, uma lei no lugar do cassetete – que, certamente, não deixou de ser usado – seria politicamente mais benéfica para o governo se levarmos em conta o olhar próximo da população porto-alegrense.

Por outro lado – e é a este ponto que queremos chegar –, esta lei não era inútil aos trabalhadores informais. Tampouco era *apenas* um simples instrumento para encobrir a repressão que se abateria sobre eles.

O que queremos é chamar atenção para o fato de que, como bem colocou Edward Thompson, se a lei tem sua função ideológica de legitimar a hegemonia de um grupo social sobre outro, ela também impõe alguns limites ao próprio grupo que dela se beneficia. Nas próprias palavras do historiador britânico:

A maioria dos homens tem um forte senso de justiça, pelo menos em relação aos seus próprios interesses. Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes, *sendo* realmente justa³⁸³.

Ao definir a justiça um como palco de conflitos e disputas, Thompson enfatiza as condições históricas desta afirmação, condições particulares à Inglaterra dos séculos XVIII. Nesse sentido, o enfoque de nossa análise não nos permite precisar a efetividade das lutas de 1968 dentro do que o marxista britânico chamou de “domínio da lei”, mas uma certeza guardamos: a aprovação da lei em questão, além de significar um novo ponto no qual passariam a se apoiar as lutas dos ambulantes, representou o surgimento de uma nova *arena* para estas lutas. Uma arena onde, dadas as condições sociais de

³⁸¹ Em vários momentos das discussões em torno do projeto, a recorrência dos embates entre ambulantes e agentes da fiscalização municipal foi citada. Nas palavras de Sommer Azambuja, “os atritos com a Fiscalização Municipal tornaram-se freqüentes e, cada vez mais violentos [*sic*]”. Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1968, p. 35.

³⁸² Lembremos das sempre pertinentes considerações de Maria Helena Moreira Alves, segunda as quais, os governos militares estabelecidos a partir de 1964 estiveram sempre divididos entre a repressão à oposição e a necessidade de legitimação junto à sociedade como um todo. Podemos considerar que esta necessidade esteve presente em todos os níveis de governo, desde o federal até o municipal. Isso ajuda a explicar, além da já discutida manutenção das eleições, a constante utilização de leis na tentativa de desarticulação ou “domesticação” dos potenciais núcleos de oposição ao regime militar. ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. cit.*

³⁸³ THOMPSON, Edward. *Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, p. 354. É importante frisarmos que discutir conceitos como classe, ideologia ou hegemonia não é nosso interesse. O que nos interessa no raciocínio de Thompson é mostrar como a lei pode configurar uma arena específica (e valiosa) de luta.

existência destes indivíduos, mesmo pequenas vitórias teriam significados imensos. *Para a categoria dos ambulantes*, a aprovação da lei foi uma conquista. Tal sentido não passou em branco entre os vereadores emedebistas, sendo significativa a visão de Wilson Arruda, segundo a qual

o que ocorria até agora (...) é que o próprio Poder Público não lhes permitia (aos trabalhadores informais) esta proteção. Agora, surge êste Projeto de Lei, que será *um ponto de partida*. Porque, daqui para frente, poderemos melhorar; *daqui para frente, quando surgirem as dificuldades, poderão ser sanadas*³⁸⁴.

É visível, na fala de Arruda, a noção de que a lei seria uma base *a partir da qual* novas batalhas poderiam ser travadas. Além disso, na mesma intervenção, o emedebista citava a ocorrência de diversos contatos entre os representantes da categoria dos ambulantes e os vereadores opositoristas³⁸⁵. Este relacionamento entre os comerciantes informais e os representantes do MDB ficava claro, também, no próprio histórico do projeto, cuja origem esteve em um encontro entre o ex-petebista Aloísio Filho – que, devido à posição de presidente da Câmara, ocupava o posto de prefeito interino – e os representantes do Sindicato dos Vendedores Ambulantes.

Deparamo-nos, pois, com uma situação interessante: no momento em que um político mais aberto aos movimentos sociais estava na Prefeitura, grupos organizados foram ao seu encontro³⁸⁶. Trata-se de um indício de que, mesmo não tendo muito a oferecer em termos de *proposta política*³⁸⁷ e mesmo passados quatro anos desde o Golpe, certos vínculos entre vereadores que pertenceram ao PTB e determinados segmentos sociais ainda persistiam.

Certamente, as condições de luta e expressão político-institucionais de então estavam longe do que consideraríamos algo significativamente positivo. Porém, afirmações referentes ao bloqueio dos canais institucionais no pós-1964 – recorrentes na

³⁸⁴ Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, setembro de 1968, p. 42. Grifos nossos.

³⁸⁵ Antes da intervenção de Wilson Arruda, o emedebista Revoredo Ribeiro havia mencionado a presença do presidente do Sindicato dos Vendedores Ambulantes, José Flores, nas galerias do plenário, acompanhando as discussões. *Idem*, p. 41.

³⁸⁶ *Idem*, p. 40. Esta versão, narrada por Jorge Achutti no plenário, foi confirmada por outros emedebistas, sendo que nenhum arenista a contestou. Entre os opositoristas, o episódio foi tratado como uma espécie de “brecha” que os ambulantes aproveitaram para concretizar uma antiga necessidade: a criação de uma regulação para a atividade. Contudo, embora o ex-petebista tenha dado *origem* ao encaminhamento do projeto, o mesmo foi elaborado nos quadros da Administração arenista, o que justifica a intensa luta dos representantes do MDB na Câmara Municipal para sua alteração.

³⁸⁷ Se compararmos a trajetória do MDB durante a campanha de 1968 com a do PTB na de 1963.

bibliografia sobre os movimentos sociais³⁸⁸ – devem ser revistas e matizadas à luz de pesquisas empíricas referentes aos diversos momentos do Regime Militar, sobretudo no âmbito municipal.

Por fim, cabe considerarmos que, mais uma vez – a exemplo do que observamos no capítulo anterior –, a questão social sobrepunha-se à questão política, sem, contudo, anulá-la. A própria demanda pela lei ilustra isso: em um terreno propriamente político – a arena legislativa –, reivindicava-se uma questão social (uma lei que regulasse a atividade de determinada categoria). Mesmo assim, a busca da mediação legal, em um contexto político arbitrário, era ela mesma uma forma de tensionamento dos limites do espaço político de então.

2.2 – Lutas urbanas: os movimentos associativos no novo espaço político.

Mesmo na vigência de um regime autoritário, o movimento associativo porto-alegrense prosseguiu em suas campanhas, buscando o atendimento das demandas das populações mais pobres da cidade. Sua ausência nas páginas da grande imprensa, no entanto, faz com que a única fonte de informações disponível seja a documentação da

³⁸⁸ Como exemplo, temos a afirmação de Vinicius Caldeira Brant: “O bloqueio dos canais institucionais de representação popular – como os partidos políticos, as câmaras legislativas, os sindicatos e associações de massas – estimulou o uso dos laços primários de solidariedade na sobrevivência diária da população”. Certamente, o autor não defende um bloqueio total, mas afirmações como estas contribuem para a formação de uma noção a respeito das lutas do período que pode apagar valiosas nuances. Ainda em relação a Brant – e no mesmo sentido – discordamos do seguinte pensamento acerca do MDB: “As reivindicações próprias dos movimentos sociais encontraram guarida em seu programa, mas não foram objeto de esforço coletivo permanente. Por outro lado, o MDB *não foi capaz de estabelecer vínculos de representação real com suas bases*”. BRANT, Vinicius Caldeira. “Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo”. In: BRANT, Vinicius Caldeira e SINGER, Paul. *São Paulo: O Povo em Movimento*. Petrópolis; Editora Vozes, 1980, p. 13-16. Grifos nossos. Concordamos quanto a uma *insuficiência* representativa do MDB. No entanto, a afirmação da incapacidade de estabelecimento de “vínculos de representação real” com as bases nos parece demasiadamente radical. Uma consideração, porém, é importante: a obra da qual retiramos estas afirmações é umas das tantas que, escritas em fins da década de 1970 e início dos anos 1980, tinham em vista os movimentos sociais que então afloravam, e não os que atuaram nas décadas anteriores. Tais obras, por outro lado, contribuíram, como falamos, para a construção de uma certa imagem dos movimentos anteriores. Uma imagem que se baseou em trabalhos genéricos ou depoimentos de integrantes dos movimentos do período da redemocratização, sem realizar as devidas críticas a estas fontes. Na esteira da empolgação criada pela efervescência das lutas sociais de então, acabava-se por diminuir e importância e a efetividade das lutas anteriores. Esta visão ainda prosseguiu mesmo nos anos 1990, como podemos ver no estudo da urbanista e socióloga Leda Maria Vieira Machado, que, reforçando esta visão, afirmou: “Antes de 1974, existia uma distância fundamental entre a oposição do MDB e as massas. Criado pelo novo regime o MDB [*sic*], como partido de oposição, era *totalmente* artificial. Sua função era eleitoral. *Nunca se mobilizou fora deste contexto*. (...) A inexperiência política dos militantes sociais e a rigidez de uma estrutura partidária criada fora da arena de reivindicações tornou ainda mais difícil qualquer integração entre movimentos populares e MDB.” MACHADO, Leda Maria. *Atores Sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero*. São Paulo; Annablume, 1995, p. 113-114. Grifos nossos.

União dos Moradores da Cascata. Através dela, é possível descobrir alguns elementos referentes ao movimento associativo como um todo, embora grande parte das considerações contidas nesta seção diga respeito à própria UMC.

A referida ausência, nas páginas da imprensa, de manifestações populares pode ser um indicativo da censura que era estabelecida pelo Regime Militar. No entanto, outro elemento – também relacionado ao estreitamento do espaço político representado pelo Golpe de 1964 – contribuía para esta ausência: a repressão. Se, em 1963, os protestos eram limitados por ela, em 1968, a coerção não lhes permitia vir à luz do dia. Nesse sentido, como nos confirmou Ivo Fortes dos Santos³⁸⁹, 1964 contribuiu para um refluxo do movimento associativo como um todo³⁹⁰. A partir do Golpe, manifestações de rua como a que vimos no capítulo anterior perderam espaço. Neste momento, as associações passaram a canalizar a quase totalidade das lutas comunitárias³⁹¹.

A despeito das críticas que possamos fazer ao conjunto da bibliografia sobre os movimentos sociais urbanos produzida nos anos 80, a ruptura representada por 1964 não lhe passou despercebido³⁹². Este ano representou um efetivo marco na organização da sociedade civil. Porém, não devemos pensar que, após o Golpe, instaurou-se um

³⁸⁹ Em entrevista que nos foi cedida em 09.06.2009, na sede da Fracab, localizada no Centro de Porto Alegre. A cópia do depoimento encontra-se em nosso poder. Aqui, é necessário um importante esclarecimento: utilizamos a entrevista como forma de suprir certas lacunas existentes na documentação que nos foi passada ou de tornar menos nebulosas determinadas questões referentes ao movimento associativo porto-alegrense. Temos consciência de que a fala de Ivo Fortes dos Santos foi construída através da *seletividade de sua memória*: uma memória que, além de ativada quatro décadas depois dos acontecimentos que abordamos aqui, diz respeito a um determinado lugar dentro do movimento associativo, na medida em que o entrevistado ocupou postos de direção dentro do mesmo. Certamente, o depoimento de alguém que houvesse tido outro tipo de relacionamento com o movimento teria uma perspectiva bastante diferente. Embora não seja nosso objetivo discutir questões referentes à memória ou à História Oral, tais considerações acompanham a nossa utilização da entrevista enquanto uma fonte duplamente construída (pois “moldada” pelo entrevistador e, sobretudo, pelo entrevistado).

³⁹⁰ “O movimento sofreu um refluxo, (...) o movimento comunitário se encolheu, foi barrado, reprimido... houve repressões. Algumas manifestações (...) tinha manifestações muito fortes em Porto Alegre... contra a carestia, a população batia panela nas ruas de Porto Alegre. Era forte. A questão do transporte: a luta contra o aumento das tarifas era fortíssima em Porto Alegre. A massa ia pra rua, assim, furiosa! E a massa foi judiada também nos enfrentamentos... e isto... houve o refluxo... houve um refluxo muito grande, o movimento ‘amornou’, o movimento se encolheu. O Regime Militar foi muito duro, ele esmagou muito os movimentos (...) esse esvaziamento é natural. Então, as populações lá das periferias passaram a exercer... a exercer a sua cidadania – mesmo que precária em muitos casos –, exercer no seu ‘habitat’... e aí aqueles enfrentamentos grandes que havia no centro da cidade... cessou. Os movimentos foram feitos nas periferias. (...) E com outro caráter: com um caráter mais específico de problema... de reivindicação de necessidade, entende? Então, deu um pouco outro contorno.” Entrevista cedida ao autor em 09.06.2009.

³⁹¹ Mas não podemos esquecer que outros canais estavam disponíveis. Vimos, na seção anterior, um exemplo de lutas que utilizavam o meio sindical e a Câmara Municipal. A atuação dos diversos setores da sociedade após 1964 segue sendo um tema merecedor de maiores investigações.

³⁹² Um exemplo encontra-se em SCHERER-WARREN, Ilse. *Op. cit.* Embora enfatize o caráter de ruptura do Golpe, a autora não ignora a existência de traços de continuidade entre os movimentos sociais anteriores a 1964.

“vácuo” de participação política na sociedade: a documentação que analisaremos a seguir mostra o quanto esta idéia é equivocada.

De nossa parte, preferimos seguir interpretações como a de Vera Telles, segundo a qual acontecimentos como a queda do Governo João Goulart e a instauração do AI-5 foram vividos, pelos agentes políticos de então, como momentos de ruptura que, no entanto, não cortaram os laços que existiam com as experiências passadas³⁹³. Assim, as lutas comunitárias não cessaram em Porto Alegre. A atuação das organizações que veremos nas próximas páginas representou seu principal canal de expressão.

Entretanto, não deixa de ser interessante, neste ponto, a caracterização positiva que Ivo Fortes dos Santos fez da Administração de Célio Marques Fernandes, o primeiro prefeito do período militar³⁹⁴. Em uma aparente idealização das lutas comunitárias passadas, nosso entrevistado afirmou que os homens públicos da época eram mais comprometidos com o movimento associativo: neste sentido, a ruptura negativa representada pelo Golpe aparece, na memória de Ivo Fortes dos Santos, restrita à questão da repressão policial, e não no âmbito da administração municipal – consideração interessante se lembrarmos que a repressão já estava bastante presente no cotidiano das manifestações populares da capital antes de 1964, como vimos no capítulo anterior.

No depoimento do dirigente comunitário, Célio Marques Fernandes é considerado um político aberto ao diálogo, coerente com sua origem enquanto político *eleito* pelo voto popular³⁹⁵ e que, por isso mesmo, mantinha uma certa receptividade às demandas do movimento. Segundo Ivo Fortes dos Santos, o prefeito manteve práticas como reuniões mensais com presidentes de associações de bairro da capital e o atendimento de pequenas obras que pudessem ser adequadas ao orçamento municipal. Idealizações à parte, a visão que o líder comunitário guarda do ex-prefeito corresponde de certa forma à postura que o mesmo manteve em 1963, quando criticava intensamente as condições do transporte público de Porto Alegre, serviço que considerava de natureza “altamente social”³⁹⁶. Quando convidado a comparar o período da administração de Marques Fernandes com a de seu sucessor, Telmo Thompson Flores, o depoente considerou ter havido, na transição, uma certa redução da receptividade em relação ao movimento

³⁹³ TELLES, Vera da Silva. *Op. cit.*

³⁹⁴ Em entrevista cedida ao autor em 09.06.2009.

³⁹⁵ Lembremos que Célio Marques Fernandes chegou ao cargo de prefeito por ser o presidente da Câmara Municipal no momento da cassação de Sereno Chaise, e não por ter sido diretamente nomeado.

³⁹⁶ O posicionamento de Célio Marques quando vereador foi tratado no capítulo anterior.

associativo – fato que atribuiu ao perfil tecnocrático de Thompson Flores³⁹⁷. O mais interessante, contudo, é que o segundo grande marco de fragilização do movimento associativo porto-alegrense – juntamente com a repressão desencadeada pelo Regime Militar – não está relacionado às administrações que se sucederam ao longo do período ditatorial, mas sim à implantação do Orçamento Participativo já ao final dos anos 1980. Esta consideração – que vinculamos às preocupações políticas do presente³⁹⁸ – expressasse na idéia de que o desenvolvimento do OP, juntamente com a tentativa de controle deste por parte do Partido dos Trabalhadores, teria desencadeado um processo de partidização e esvaziamento do movimento associativo da cidade³⁹⁹.

Portanto, nestes mais de 45 anos, duas grandes interferências parecem ter incidido sobre as lutas comunitárias: uma representada pela onda repressiva do pós-Golpe e outra pela implantação do Orçamento Participativo, que teria alterado fortemente o que, até então, era o modo de funcionamento do movimento associativo porto-alegrense. Através de suas transformações – internas ou externas –, as lutas continuaram, respondendo aos desafios de seu tempo. Agora, passamos a analisá-las à luz das questões emergentes durante o período da Ditadura Militar.

³⁹⁷ Realmente, a Administração Thompson Flores desenvolveu-se sob o signo do tecnicismo. Em seus seis anos de mandato, vultuosas obras viárias remodelaram intensamente a paisagem urbana de Porto Alegre. Contudo, esta modernização andou de mãos dadas com o autoritarismo, como observou o historiador Charles Monteiro: “A administração Thompson Flores, baseada no urbanismo modernista e em conformidade com o contexto centralizador e autoritário daqueles anos, não se preocupou em discutir com a sociedade a prioridade das obras projetadas frente às demandas populares de habitação, saneamento, saúde e educação, nem a gestão das desapropriações, valor das indenizações e tão pouco o impacto da transferência das residências comerciais para outras áreas.” MONTEIRO, Charles. *Discutindo o Projeto de Reformas Urbanas da Administração Municipal do Prefeito Telmo Thompson Flores em Porto Alegre (1969-1975)*. In: *Segunda Jornada de História Regional Comparada*. Porto Alegre; PUCRS, 2005. v. 1. p. 8.

³⁹⁸ Como demonstrou Marcelo Kunrath da Silva, ao analisar os conflitos entre parcelas do movimento associativo e a implantação do OP na capital gaúcha. SILVA, Marcelo Kunrath. *Op. cit.* Esta questão também foi apontada por Boaventura dos Santos como uma tensão entre a autonomia e a dependência dos movimentos associativos em relação ao Executivo, tensão esta que o sociólogo português classificou como sendo inerente ao funcionamento do Orçamento Participativo nos moldes em que foi desenvolvido. A “importância que as comunidades deram, ao longo dos últimos anos, à participação no OP acabou por afetar a sua participação em outras formas de organização comunitária”. SANTOS, Boaventura de Sousa. *Op. cit.*, p. 505, nota 31.

³⁹⁹ “Essa partidização, ela vem especialmente depois do surgimento do OP, o chamado Orçamento Participativo. Com a ingerência e a manipulação de setores do Partido dos Trabalhadores, foi muito manipulado o movimento comunitário, muito, muito, muito (...) e isso levou a que muitas lideranças, grandes valores... acabaram recuando, achando que não valia mais a pena aquele esforço na noite, nas discussões nos bairros, construindo os projetos... e, daqui a pouco, numa plenária, uma plenária enxertada por gente de toda parte... e alguns pronunciamento inflamados, alguns encaminhamentos inflamados, bem elaborados, acabavam sendo contemplados com os encaminhamentos. E a associação que ‘queimou pestana’, que trabalhou, que caminhou na região, na comunidade, aquele esforço passava a não ser considerado. Razão por que o movimento se fragilizou muito. (...) E também considerar que o retorno da reivindicação que é apontada nas plenárias vem como gota... vem a ‘conta-gotas’... então, a população acaba recuando.” Entrevista cedida ao autor em 09.06.2009.

Em seu dia a dia, a União dos Moradores da Cascata (UMC) seguiu desenvolvendo uma série de campanhas: de ações assistenciais até questões relacionadas à segurança, a associação esforçou-se para atender às demandas da comunidade. No que diz respeito ao policiamento do bairro, a ação da entidade centrou-se, como vimos no capítulo anterior, na implantação e manutenção de um posto policial na região. Reivindicação antiga, a instalação do posto foi perseguida com insistência até sua concretização em fins de 1964. Porém, ainda nesta área, a UMC seguiu mantendo uma série de contatos com autoridades responsáveis pela segurança pública, solicitando a presença de unidades policiais nos arredores, chegando, inclusive, a requerer a realização de batidas nas vilas existentes no bairro. Tal foi o caso do contato realizado com o então Secretário de Segurança Pública, Cel. Washington Bermudes, em novembro de 1965: em ofício, o grande crescimento das vilas existentes no bairro, que “passaram a ser refúgio de elementos os mais [heterogêneos]” era citado a fim de justificar a solicitação⁴⁰⁰. De maneira geral, a preocupação com distúrbios e a solicitação do policiamento contínuo das imediações do bairro pareciam ser constantes⁴⁰¹.

Outra campanha desenvolvida pela UMC foi a demanda pelo desenvolvimento do ambulatório localizado na Vila Graciliano – uma das três vilas existentes na região atendido pela associação. Até janeiro de 1964, o posto contava apenas com o atendimento de um médico voluntário⁴⁰², o que tornava a demanda mais urgente ainda.

A julgar por sua presença na documentação da UMC, a Vila Graciliano configurava-se em um ponto de convergência da ação assistencial da União dos Moradores. Nesse sentido, havia ações como a distribuição de leite em pó aos moradores da vila: o alimento era recebido do Serviço Federal de Proteção da Criança

⁴⁰⁰ Ofício nº. 43/65, 20.11.1965. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. Tais operações pareciam ser recorrentes no período como apontam as reportagens: “Batida-monstro prende trinta”. *Zero Hora*, 26.10.1968, p. 16-17. “Apesar da batida-monstro, houve muito assalto por aí”. *Zero Hora*, 04.11.1968, p. 22. “Operação-limpeza deu 38 prisões nas vilas”. *Zero Hora*, 09.11.1968, p. 18. “A Azenha mais respirável”. *Zero Hora*, 09.11.1968, p. 17. As duas últimas, embora, sejam da mesma edição, tratam de batidas diferentes.

⁴⁰¹ Como indicam a Correspondência ao Tenente Clóvis Reis da Silva, responsável pela 5ª. Delegacia de Polícia, 14.12.1966. E o Ofício nº. 22/66, 18.01.1966. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

⁴⁰² Ofício da Diretoria da UMC ao Dr. João Abdala Squeff, janeiro de 1964. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

pela associação que, por sua vez, organizava a distribuição entre a população local⁴⁰³. Grande parte das ações assistenciais desenvolvidas pela UMC era articulada através do ambulatório, cujo abastecimento de remédios e materiais diversos também era uma constante preocupação da diretoria⁴⁰⁴.

Questões voltadas à saúde coletiva, como a já citada distribuição de leite em pó e o atendimento médico da população, também eram desenvolvidas através do posto. Como o ambulatório era mantido com recursos da associação – ou de particulares por ela acionados –, em meados de 1965, do Poder Público era cobrado o envio de um médico e um enfermeiro para que os serviços seguissem sem que a UMC fosse tão sobrecarregada⁴⁰⁵.

Ainda no âmbito das ações de cunho assistencial, uma triste solicitação apareceu nas fontes consultadas: em dezembro de 1964, um ofício endereçado ao presidente do Instituto de Carnes do Estado do Rio Grande do Sul pedia o envio diário de carne de segunda para o açougue popular conveniado da região da Glória, pois a população operária não estava conseguindo consumir o alimento em função do elevado preço do artigo de primeira⁴⁰⁶. Posteriormente, já no ano de 1965, outro ofício agradecia o atendimento do pedido anterior e aproveitava para solicitar a manutenção do açougue popular⁴⁰⁷ que, segundo a correspondência, corria riscos de fechamento, em função da baixa remuneração do açougueiro que não mais conseguia arcar com os altos custos de vida⁴⁰⁸.

⁴⁰³ Listagem-controle da Distribuição de Leite em Pó na Vila Graciliano, 05.09.1964. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

⁴⁰⁴ Correspondência ao Diretor do Laboratório Andrômaco, 30.10.1964. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. Na carta, era solicitada a doação de determinados remédios e materiais de enfermagem que, porventura, estivessem disponíveis.

⁴⁰⁵ Um abaixo-assinado datado de agosto de 1966 reivindicava a reabertura do ambulatório. Assinado por 145 moradores da Vila Graciliano, o documento indicava que os esforços da população e da associação haviam sido insuficientes, pois o posto saía de funcionamento. Na capa do abaixo-assinado, havia uma observação feita posteriormente, informando que o mesmo fora entregue em mãos ao prefeito que, por sua vez, mandara encaminhá-lo ao Secretário da Saúde Municipal. Este, de acordo com a observação, havia desconsiderado o pedido no mesmo momento em que fora feito. Abaixo-assinado, 03.08.1966. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. Mesmo que o número de abaixo-assinados a que tivemos acesso seja pequeno (apenas três), não deixa de ser significativo que o único em que foi registrada uma recepção negativa seja o que foi realizado na conjuntura política pós-março de 1964.

⁴⁰⁶ Ofício a Eduardo Silveira Martins, 10.12.1964. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

⁴⁰⁷ Aparentemente, o açougue popular, conveniado ao Instituto de Carnes, vendia o gênero a um preço mais acessível ou, o que é mais provável, atendia a regiões que seriam menos “atrativas” para os açougues particulares.

⁴⁰⁸ Também a presença da UMC se dava em iniciativas como a Campanha do Agasalho, em parceria com grupos religiosos ligados à Escola Nossa Senhora da Glória. Cartaz Campanha do Agasalho, maio de 1965. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. Segundo o relatório interno referente ao período, a iniciativa – que fora divulgada junto à imprensa – teve considerável sucesso, sendo que 182 famílias foram beneficiadas pela campanha, distribuídas pelas três vilas do bairro da seguinte maneira: 118 na Vila

No campo do transporte coletivo – antiga fonte de problemas para os moradores da região –, a associação seguia insistente nos contatos com as autoridades. Assim, diante da reivindicação da UMC por novos abrigos de ônibus para a linha Intendente Azevedo⁴⁰⁹, Glênio Peres, então Secretário dos Transportes, requisitava a realização de um estudo estatístico que indicasse os pontos de maior concentração de usuários da linha para que o estabelecimento dos abrigos fosse melhor aproveitado. Nesse sentido, a existência de organizações como a UMC parecia também suprir possíveis deficiências da máquina administrativa do município: na impossibilidade de realizar um estudo mais pormenorizado (ou na falta de vontade em fazê-lo), o Poder Público solicitava a entidades como as associações de bairro⁴¹⁰.

Neste caso, a UMC era uma associação apta à realização de estudos como este, conforme foi mostrado no capítulo anterior. O estudo requerido, no entanto, não consta entre o material a que tivemos acesso; por outro lado, encontramos um levantamento feito por um engenheiro que investigava a quantidade de pessoas que, diariamente, utilizava a linha de ônibus que atendia à região. Embora não saibamos se o técnico estava vinculado à Prefeitura ou à empresa de transporte⁴¹¹, sabemos que uma cópia do estudo ficou nas mãos da diretoria da União dos Moradores, o que certamente poderia ser usado como fonte de informações – ou como respaldo – para futuras demandas⁴¹².

Quanto ao sistema de transporte da cidade, suas deficiências seguiam afetando a população pobre da região. A interlocução com a SMT, intensa desde a criação da UMC em 1962, seguia na nova conjuntura política. Contudo, uma reivindicação presente na documentação do ano de 1965 inseria uma novidade: o abastecimento d'água para ruas da região através de carros-pipa figurava ao lado de demandas antigas e recorrentes, tais

Nossa Senhora da Glória, 38 na Vila 1º. de Maio e 26 na Vila Graciliano. O relatório ainda computava um total de, aproximadamente, 730 pessoas beneficiadas. Relatório de Prestação de Contas da Diretoria da UMC, 17.07.1965, p. 3. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

⁴⁰⁹ O que, atualmente, no Rio Grande do Sul, chamamos de “paradas”.

⁴¹⁰ Esta impressão que tivemos a partir da leitura das fontes foi confirmada por Ivo Fortes dos Santos, em entrevista cedida ao autor em 09.06.2009. No mesmo depoimento, o entrevistado citou a realização de um levantamento topográfico realizado por Orestes Trindade, membro da diretoria da UMC que trabalhava como topógrafo no DAER e era muito ligado à organização burocrática da associação. O levantamento teria servido como subsídio à reivindicação de extensão das linhas de ônibus até os pontos mais elevados do bairro.

⁴¹¹ O estudo fora, provavelmente, requerido pela Secretaria Municipal de Transporte, segundo constava em um cartaz datado de setembro de 1965 e que estava entre a documentação que nos foi fornecida.

⁴¹² Levantamento Técnico do nº. de Passageiros da Linha Oscar Pereira, 11.11.1965. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. Além disso, o documento era uma importante fonte de controle, pois a quantidade de passageiros por linha entrava nos cálculos que acabavam por determinar o valor das tarifas.

como a fiscalização dos serviços prestados pelas empresas particulares e o controle dos horários⁴¹³.

Também no que diz respeito à relação da UMC com os vereadores e o Poder Público, o material a que tivemos acesso traz importantes informações. Nesse sentido, em maio de 1964, a Diretoria da UMC elogiava o vereador Glênio Peres – naquele momento, ainda ligado ao MTR – por seus pronunciamentos contrários à elevação das tarifas do transporte público. Na mesma correspondência, os representantes da associação prestavam seu apoio a uma possível campanha do parlamentar para a alteração da estrutura do Conselho Municipal de Transportes “afim de que [sic] êsse órgão [pudesse] cumprir a sua elevada missão de instrumento público a serviço da população de Pôrto Alegre”⁴¹⁴, sem, contudo, especificar se tal mudança implicaria em uma maior democratização do Conselho. De qualquer modo, o ofício demonstrava uma tentativa de aproximação em relação a um vereador situado no bloco de oposição ao Regime – e que, posteriormente integraria o MDB.

Por outro lado, em nota datada do mesmo mês⁴¹⁵, era informada a criação de uma comissão de representantes das associações dos bairros Nonoai, Cavalhada, Camaquã e Cascata para estabelecer contato com o recém empossado prefeito Célio Marques Fernandes⁴¹⁶. A reunião visava a oferecer “a colaboração de suas associações à nova Administração Municipal estabelecida após os acontecimentos que culminaram com a

⁴¹³ Reclamações referentes à questão dos horários e da fiscalização foram enfatizadas em ofício remetido à SMT em 1966, quando a secretaria já era administrada por Roberto Landell de Moura, candidato (mal sucedido) à vereança no pleito de 1968. Ofício nº. 23/66, 31.01.1966. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. O ofício, de duas páginas, continha uma série de reclamações contra o serviço prestado pela empresa particular Nossa Senhora da Glória, a mesma que atendia à área no ano de 1962. Um dos reclames voltava-se à “confusão” feita por funcionários da empresa no momento de dar o “ticket” que comprovava a utilização do transporte pelo passageiro. De acordo com o relatado no documento, por muitas vezes eram entregues “tickets” de outra linha da mesma empresa, o que acabava por falsear as quantidades de passageiros, que – como se disse – pesavam nos cálculos de fixação das tarifas. O referido ofício era uma forma de manter o Secretário a par da situação, visto que sua requerida “presença não se concretizou” na reunião anterior à elaboração do documento. Dentre as reivindicações feitas, a mais interessante (e enfatizada) era a da abertura de nova licitação para outras empresas que viessem a atender à área.

⁴¹⁴ Ofício ao vereador Glênio Peres, 26.05.1964. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

⁴¹⁵ Nota “O que vai pelas Associações de Bairro”. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. A data, manuscrita, é de 31.05.1964, e o documento tratava-se, aparentemente, de um aviso informativo a ser fixado nas associações ou em locais aos quais a população tivesse acesso.

⁴¹⁶ Os três primeiros eram bairros da zona sul, representados, respectivamente, por Nilo Salatino, Adroaldo Mendes e Erico Lopes de Oliveira. Por parte da União dos Moradores da Cascata, o representante era Ivo Fortes dos Santos.

vitória da Revolução de 31 de Março, e, cumprimentar *[sic]* o então presidente da Câmara de Vereadores pela sua investida no alto cargo”. Certamente, o caráter informativo da nota deve nos fazer matizar seu conteúdo: o propósito cordial de congratular o novo prefeito é provavelmente mais retórico do que real. Além disso, se não sabemos nada sobre as trajetórias das demais associações, já conhecemos um pouco a respeito da UMC. Seu histórico de aproximação com vereadores mais ligados às forças de esquerda, tais como Glênio Peres e Alberto Schroeter (respectivamente, pertencentes ao MTR e ao PR)⁴¹⁷, e, posteriormente, com o próprio MDB⁴¹⁸, nos leva a crer que a busca de aproximação com o governo vitorioso após o Golpe tratava-se de uma tática política em face dos tempos incertos que então se desenhavam.

Por fim, a nota terminava com uma convocação às demais associações da zona sul da capital para que todas compusessem a comissão a fim de buscar a unidade do movimento associativo da região. Como já afirmamos, o caráter de chamamento – e, portanto, de inserção na política interna do movimento associativo – é mais um elemento que nos deve fazer matizar o conteúdo desta fonte.

A observação que fizemos, no capítulo anterior, quanto à importância dos abaixo-assinados como demonstrações de força eleitoral não deve ser ignorada na nova conjuntura pós-Golpe. E isso se deve a dois motivos. Em primeiro lugar, mesmo que o cargo de prefeito estivesse sob o controle do Regime Militar, o partido governista seguiria disputando votos no legislativo municipal – e vimos o quanto isso era imprescindível para a própria Arena⁴¹⁹. Em segundo lugar, no período imediatamente posterior ao Golpe, certamente as associações tiveram de se adequar às novas condições políticas, de modo que, inicialmente, seus métodos seriam muito semelhantes aos adotados na conjuntura anterior – embora a apreensão se tornasse companheira constante. Além deste caráter de incerteza quanto ao espaço político disponível após março de 1964 – incerteza esta que, como vimos, estava presente também entre os

⁴¹⁷ Cabe lembrar que Alberto Schroeter, que teve participação na elaboração do projeto que elevava a região da Cascata à categoria de bairro, foi, inclusive, cassado em 07.05.1964, juntamente com o petebista Hamilton Chaves.

⁴¹⁸ Partido pelo qual – como veremos – Ivo Fortes dos Santos lançou sua candidatura à vereança.

⁴¹⁹ O fato de ter a UMC optado pelo MDB na hora de lançar uma candidatura à Câmara poderia anular o argumento da “barganha eleitoral”. No entanto, é preciso atentar para o fato de que a candidatura de Ivo Fortes dos Santos foi lançada somente em 1968, quando um tempo considerável já havia passado desde o Golpe.

vereadores oposicionistas no ano de 1968 –, havia a dúvida quanto aos próprios rumos do Regime que, em seus primeiros anos, não dava sinais suficientemente claros de permanência ou transitoriedade⁴²⁰.

É neste sentido, também, que interpretamos o destaque dado ao número de membros associados em um ofício dirigido pela UMC ao prefeito Célio Marques Fernandes em inícios de 1965⁴²¹. De acordo com a correspondência, a União dos Moradores da Cascata contava “com cêrca de 300 associados”. Tal ênfase torna-se mais expressiva quando encontramos, no relatório interno de prestação de contas da entidade, o total de 248 membros matriculados⁴²². Um acréscimo tão significativo em um ofício enviado ao prefeito certamente tinha o propósito de “valorizar” a força e o potencial da associação, o que, além de consolidar sua legitimidade – pois a UMC também se tratava de um órgão representativo –, incrementava, aos olhos do Poder Público, seu poderio eleitoral⁴²³.

Finalmente, no tocante à relação da UMC com a política municipal, um ponto deve ser comentado: trata-se da candidatura de Ivo Fortes dos Santos à Câmara dos Vereadores no pleito de 1968. Esta iniciativa, porém, não se restringia à União dos Moradores, pois contava com o apoio de outras associações do entorno⁴²⁴. Fruto de um estreito relacionamento com o partido oposicionista, a candidatura própria tinha, pois, um sentido de confronto: a opção pelo MDB, definitivamente, não era o caminho mais

⁴²⁰ Sobre esta questão, ver ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. cit.* e FICO, Carlos. *Op. cit.*

⁴²¹ Ofício nº. 03/65, 12.01.1965. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

⁴²² Relatório de Prestação de Contas da Diretoria da UMC, 17.07.1965, p. 2. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. Embora haja seis meses entre o ofício enviado ao prefeito e a confecção do relatório, não há neste nenhuma indicação de redução no quadro de membros, havendo, pelo contrário, certa comemoração em torno dos números alcançados. Se cerca de 50 membros debandassem, alguma referência forçosamente apareceria.

⁴²³ No mesmo sentido, em fins de 1965, a União dava início à preparação de uma campanha para a ampliação do quadro de associados: a “Campanha dos Mil Sócios”. Realizada entre os meses de maio e agosto de 1966, a iniciativa visava ao aumento da arrecadação de entidade, mas, sobretudo, buscava o fortalecimento da União de uma maneira geral. Ofício nº. 37/65, 15.10.1965. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. O ofício, dirigido ao presidente do Conselho Deliberativo da UMC, Cel. Ivan da Silva Bueno, anunciava a preparação da Campanha, ao mesmo tempo em que requisitava o aumento da mensalidade de Cr\$ 100,00 para Cr\$ 200,00, a fim de bancar o sustento da entidade. Um cartaz sem data, mas intitulado “Campanha dos Mil Sócios” (o que indica ser posterior ao ofício), traz um breve histórico da UMC e informa o valor reajustado da mensalidade, o que aponta que o aumento ocorreu. Cartaz “Campanha dos Mil Sócios”. E Resolução nº. 3/66, 05.05.1966. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

⁴²⁴ Ivo Fortes dos Santos, em seu depoimento, cita o envolvimento, em graus diferenciados, das associações dos bairros Camaquã, Jardim das Palmeiras, Belém Novo, Glória e Medianeira.

fácil, mas era coerente com o histórico da associação e com a própria trajetória do dirigente Ivo Fortes dos Santos⁴²⁵.

O total de votos obtidos pela candidatura (1543)⁴²⁶ e a abrangência de sua base eleitoral (pois não fora uma iniciativa unicamente da UMC) mostram que parcelas do movimento associativo porto-alegrense tinham um projeto de fortalecimento político que visava à conquista de uma representação própria no legislativo municipal. Ao dar um passo além da simples aproximação em relação a um vereador já eleito, a UMC e suas apoiadoras demonstravam um amadurecimento político⁴²⁷.

2.2.1 – Em busca de organização: a articulação e o fortalecimento do movimento associativo porto-alegrense.

No que se refere à organização do movimento associativo porto-alegrense em um sentido mais amplo, algumas considerações podem ser feitas a partir da documentação da UMC. A partir do ano de 1964, tornou-se visível, nas fontes pesquisadas, uma série de tentativas mais concretas de articulação entre as associações da cidade⁴²⁸. O fato de este intercâmbio entre entidades de bairro ser mais visível após 1964 deve-se, provavelmente, ao desenvolvimento da própria UMC: criada em 1962, só dois anos depois passou a ter uma estabilidade que lhe permitisse integrar-se com mais propriedade na política comunitária da capital.

No entanto, estes vínculos inter-associações tinham também um sentido político mais amplo. Se não podemos dizer que eles surgiram ou se intensificaram em função da necessidade de luta na nova conjuntura política do pós-Golpe, é certo que estes intercâmbios serviam para fortalecer o movimento como um todo, o que se tornava mais significativo devido ao contexto de um espaço político mais reduzido. Assim, em fins

⁴²⁵ Segundo nos afirmou, Ivo Fortes dos Santos foi filiado, durante o período 1945-65, ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), pelo qual exerceu intensa militância. Com a extinção da legenda, optou pelo MDB, do qual foi, inclusive, um dos fundadores em Porto Alegre, no ano de 1966. No retorno do pluripartidarismo, passou, respectivamente, pelo PMDB, pelo PSB e pelo PT. Atualmente, não tem filiação partidária.

⁴²⁶ “Apuração final”. Zero Hora, 19.11.1968, p. 23.

⁴²⁷ Quando perguntado sobre o motivo de sua candidatura, Ivo Fortes dos Santos respondeu: “O objetivo era (...) o fortalecimento do movimento comunitário... que pudesse ter uma representação legítima do movimento.” Entrevista cedida ao autor em 09.06.2009. A fala do entrevistado indica que, em sua própria interpretação, a candidatura representava uma mudança de postura em direção ao fortalecimento político do movimento associativo. No que diz respeito à UMC, tal postura tinha um caráter de resposta aos obstáculos surgidos no período militar, pois, dos dois vereadores presentes na trajetória da associação, um não se reelegera (Alpheu Barcellos) e o outro fora cassado (Alberto Schroeter). A rápida supressão deste canal de ligação com o Poder Público pode ter levado os membros da entidade à opção pela candidatura própria.

⁴²⁸ Contudo, estas não foram as primeiras articulações; basta que lembremos o caso da LIBRA.

de 1964, uma convocação da Federação das Associações de Amigos de Bairros chamava suas filiadas à mobilização⁴²⁹. Entre os pontos decididos em reunião feita no mesmo mês, estavam medidas voltadas à filiação – bem como à regularização – de entidades interessadas, em um esforço para fortalecer a Federação. É importante frisar que, além do fortalecimento financeiro – que poderia ocorrer com o acréscimo de filiados –, o reforço da integração entre as associações seria benéfico para o movimento associativo de maneira geral.

No caso da UMC, no entanto, tão forte quanto à vinculação à Federação, parecia ser a ligação com outras associações da zona sul da cidade. Além da já citada comissão montada para reunir-se com Célio Marques Fernandes logo após sua nomeação na Prefeitura em 1964, era recorrente, na documentação da União, a referência a algum tipo de contato com associações da zona sul. Nesse sentido, o cartaz “Cascata na Tribuna” indicava a existência de uma vinculação mais duradoura entre elas, tal vinculação dar-se-ia através do “Zona Sul”, uma parceria entre diferentes entidades da região⁴³⁰.

A importância e o grau de tais articulações ficam claros no ofício enviado por membros do “Zona Sul” à diretoria da UMC em agosto de 1964. A correspondência buscava reafirmar uma articulação para que se formasse uma comissão a fim de congregar associações de bairro da região. A citada articulação, ainda de acordo com o documento, teria sido tecida na reunião realizada por ocasião dos festejos do segundo aniversário da UMC. A comissão em questão, de caráter informal (visto que não seria regida por protocolo algum), buscava dar prosseguimento “de fato e de direito” às funções da Federação das Associações de Bairro de Porto Alegre, que se encontrava paralisada⁴³¹. A referida paralisação não se devia a nenhum tipo de intervenção externa, conforme nos afirmou o próprio dirigente Ivo Fortes dos Santos: tratava-se, provavelmente, de um intervalo de estagnação da entidade.

No ano seguinte, 1965, a Associação dos Amigos do Bairro Cavahada – entidade componente do “Zona Sul” – buscava a ação conjunta contra uma possível elevação das

⁴²⁹ Convocação da Federação das Associações de Amigos de Bairros de Porto Alegre, dezembro de 1964. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

⁴³⁰ Cartaz “Cascata na Tribuna”, fevereiro de 1964. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. A fonte, no entanto, não especifica o grau de institucionalização da parceria. Pelo teor do depoimento que nos cedeu Ivo Fortes dos Santos, acreditamos que se tratava de uma parceria informal.

⁴³¹ Ofício nº. 4, da Comissão de Desenvolvimento de Relações entre Associações de Bairro de Pôrto Alegre, 18.08.1964. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. Cabe ressaltar que, entre os membros do que seria a diretoria da Comissão, encontrava-se Orestes Trindade, membro da diretoria da UMC durante seu primeiro ano de funcionamento.

tarifas de ônibus que poderia ocorrer nas semanas seguintes. O apelo feito à UMC era para que esta enviasse seu protesto contra o aumento na próxima semana, a fim de que as correspondências de todas as organizações comunitárias envolvidas chegassem simultaneamente, como uma forma de pressão mais eficaz⁴³². Entre o material que nos foi passado, como não há indicativo de resposta por parte da União, desconhecemos os desdobramentos destas articulações. De qualquer maneira, a tentativa de orquestrar demandas conjuntas mostra-se como uma tática existente no período e que, de acordo com Ivo Fortes dos Santos, era recorrente dentro do movimento associativo⁴³³.

Embora não tenhamos maiores informações sobre o que efetivamente aconteceu com a Federação nos meses que se seguiram ao Golpe, as fontes a que tivemos acesso mostram que, em 1966, ela encontrava-se em funcionamento. O documento em questão trata-se da matéria apresentada pela UMC ao Encontro da Zona Sul, uma espécie de assembléia zonal que discutiria as questões a serem encaminhadas ao IV Congresso da Federação das Associações de Bairro de Porto Alegre⁴³⁴. Entre as proposições apresentadas pela União dos Moradores da Cascata neste Encontro, estavam as seguintes: 1º Colocação do problema da elevação do custo de vida na pauta do IV Congresso; 2º Criação de um jornal da Federação, a fim de facilitar a comunicação das associações entre si e da Federação com a comunidade em geral; 3º Criação de um departamento feminino voltado à realização de atividades sociais, recreativas e beneficentes, que iriam desde a fundação e o desenvolvimento de creches e berçários para a comunidade até a “defesa permanente da criança em tôdas situações, no lar, na escola, dentro da Comunidade”⁴³⁵; 4º Criação de uma comissão para elaboração de um “estatuto modelo” que servisse como um “guia” para as futuras associações que

⁴³² Correspondência da Associação de Amigos do Bairro Cavahada à UMC, 24.04.1965. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

⁴³³ Entrevista cedida ao autor em 09.06.2009.

⁴³⁴ Matéria apresentada ao Encontro da Zona Sul, 15.11.1966. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

⁴³⁵ Este ponto era justificado com a referência à Campanha do Agasalho realizada no ano anterior (1965) e que abordamos algumas páginas atrás. A justificativa encerrava-se da seguinte maneira: “o elemento feminino destacou-se sobre maneira, tendo o mesmo daí originado a criação de nosso departamento feminino. Devemos ao sucesso de que se revestiu tal iniciativa inteira e totalmente a participação [sic] da mulher ficando aqui registrado nosso maior reconhecimento”.

surgissem⁴³⁶; 5º Reivindicação, junto à Prefeitura, de uma sala que servisse como sede para a Federação⁴³⁷.

Se as proposições encaminhadas ao Encontro zonal priorizavam questões referentes à organização da Federação em si, na pauta destinada a uma outra assembléia do “Zona Sul”, as reivindicações existentes chamavam atenção para problemas sentidos pelas imediações do bairro representado pela UMC⁴³⁸. Pelo teor da lista, na referida reunião, seriam apresentadas as principais reivindicações de cada associação, para que a Comissão da zona sul apresentasse um panorama dos problemas mais sentidos na região. Dentre as diversas reivindicações, no entanto, uma em especial chama atenção:

Que o Poder Público municipal cuide do fortalecimento das entidades, procurando tratar os assuntos dos bairros [com] os *seus legítimos representantes* (Associações) e nunca com grupos isolados; que os órgãos da administração procurem dar às associações o devido valor, atendendo suas solicitações [com] maior brevidade e até mesmo [com] maior atenção⁴³⁹.

O trecho acima deixa visível uma preocupação própria das associações: o combate contra o atendimento, por parte do Poder Público, de demandas específicas de grupos menores – prática muito relacionada ao clientelismo e que acabava enfraquecendo as lutas comunitárias, por desmobilizar a coletividade. No entanto, como vimos no capítulo anterior, também as associações encontravam-se enredadas em práticas de cunho clientelístico. Desse modo, em nossa opinião, a preocupação explicitada pela UMC estava tomada por uma certa ambigüidade: junto à busca autêntica pelo fortalecimento do movimento associativo, estava o dilema inerente à sua condição de *entidade representativa*.

Esta reivindicação trata-se, portanto, de um indício de que as associações de bairro de então passavam pelo mesmo problema que afligia os vereadores (embora em uma dimensão menor): a participação direta de outros grupos juntos ao Poder Público

⁴³⁶ Este “estatuto modelo” seria montado a partir do estudo dos estatutos das diversas entidades filiadas à Federação.

⁴³⁷ Uma, no andar superior do Mercado Público, foi cedida pelo Poder Público para a instalação da sede. No entanto, a data em que isso ocorreu não nos foi precisada. Entrevista com Ivo Fortes dos Santos, cedida ao autor em 09.06.2009.

⁴³⁸ Sugestões da UMC para o Encontro de Associações de Bairro da Zona Sul, março de 1966. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. Neste conjunto de demandas, um considerável destaque era dado à questão do abastecimento de água do bairro Cascata: especificamente, eram reivindicadas a substituição das bombas de recalque responsáveis pela distribuição d’água no bairro e a construção de um reservatório.

⁴³⁹ Sugestões da UMC para o Encontro de Associações de Bairro da Zona Sul, março de 1966, p. 1. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. Para o atendimento de tal demanda, segundo o texto, deveria haver um funcionário municipal que fizesse a ligação entre as associações e o Poder Público.

diminuía o poder das associações, atacando diretamente sua legitimidade enquanto entidade representativa, o que, em última instância, também debilitava o movimento associativo. Esta questão, embora pouco tenha aparecido nas fontes, tem uma importância considerável, sendo geradora de preocupações para os movimentos associativos mesmo nos dias de hoje⁴⁴⁰.

Ainda no que diz respeito às articulações em torno da Federação, a partir dos relatórios gerados pelos Encontros e Congressos realizados, é possível realizar um levantamento das principais questões com que se debatiam as organizações comunitárias dos anos 1960. E o objetivo de tais relatórios, quando encaminhados ao Poder Público, era exatamente este: tornar visível, para os governantes, o panorama dos problemas das populações mais afastadas do centro da cidade. É nesse sentido que situamos o relatório geral confeccionado por ocasião de um Encontro das associações da zona sul de Porto Alegre e enviado a Célio Marques Fernandes⁴⁴¹, que se mostra uma fonte valiosíssima para a apreensão do panorama do movimento associativo porto-alegrense. Dentre as resoluções do Encontro, estava a solicitação, dirigida à Administração Municipal, para que fossem encaminhados ofícios aos órgãos estaduais e federais responsáveis pelo abastecimento de água, pela instalação de cursos ginásiais públicos e pela criação de hospitais⁴⁴², no sentido de agilizar o que seriam já antigas demandas⁴⁴³. No mesmo relatório, era informada a futura criação de um jornal informativo da Federação e manifestava-se o interesse na confecção de um “Plano de

⁴⁴⁰ Sobre esta interessante questão, indicamos BEZERRA, Marcos Otávio. *Op. cit.*, 2004. Também o sociólogo gaúcho Marcelo Kunrath Silva trata do assunto, ao focar os dilemas enfrentados pela Associação do Bairro Vila Jardim ao confrontar-se com a criação do Orçamento Participativo em Porto Alegre. SILVA, Marcelo Kunrath. *Op. cit.* Além disso, já vimos a opinião do dirigente comunitário Ivo Fortes dos Santos acerca do OP.

⁴⁴¹ Relatório Geral do Encontro de Associações de Bairro da Zona Sul, 03.03.1966. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. Embora o encontro tenha sido realizado em fevereiro de 1966, o Relatório está datado de março do mesmo ano. A fonte que citamos anteriormente (“Sugestões da UMC para o Encontro de Associações de Bairro da Zona Sul”) tratava-se de uma preparação para este mesmo Encontro. A confusão de datas, no entanto, deve-se ao fato de serem fontes guardadas posteriormente para fins de controle interno. Quanto ao Relatório Geral, uma mensagem introdutória apresentava-o ao prefeito. O tom excessivamente cordial desta reforça-nos a idéia da aproximação pela “via diplomática” como tática política.

⁴⁴² Respectivamente, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura e a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde.

⁴⁴³ Em correspondência enviada pela Federação ao prefeito, posteriormente, constava o agradecimento pelo encaminhamento das medidas que cabiam à municipalidade, o que indica que a Prefeitura realizara seu papel de intermediária no contato com as instâncias superiores de governo. Correspondência enviada pela Federação, 30.05.1966. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

Organização e Desenvolvimento de Comunidade aprovado pelas autoridades e pela Federação” que servisse de orientação às associações de bairro⁴⁴⁴.

Por fim, uma interessante reivindicação era feita, no Relatório, pela “designação de um funcionário de confiança do Governo Municipal, para acompanhar o trabalho das associações de bairros e mantê-lo (isto é, manter o Prefeito) informado sobre tudo o que diz respeito ao interesse dos bairros e desta Federação”⁴⁴⁵. Esta solicitação buscava aproximar as organizações comunitárias e a Administração Municipal, vetando possíveis “atravessadores”, e tinha um tom muito semelhante à sugestão que fora feita pela UMC na documentação que citamos nas páginas anteriores. Este eco encontrado dentro da Federação indica que o fortalecimento das associações se tratava de uma questão relativamente consensual dentro do movimento associativo porto-alegrense.

Ainda no referido relatório, seguia-se o resumo das reivindicações específicas de cada uma das associações presentes no Encontro, resumo este que transpomos para a tabela a seguir:

⁴⁴⁴ Relatório Geral do Encontro de Associações de Bairro da Zona Sul, 03.03.1966, p. 2. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos. Cabe ressaltar que ambas eram sugestões feitas pela UMC no Encontro Zonal citado anteriormente. No entanto, entre o material que nos foi passado, não havia nenhum exemplar do referido jornal.

⁴⁴⁵ *Idem*, p. 2-3.

Quadro das reivindicações apresentadas por Associações da Zona Sul/Leste de Porto Alegre⁴⁴⁶

Associação	Acesso Viário	Educação	Segurança	Abastecimento d'água	Iluminação Pública	Limpeza Pública	Comércio e Diversões Públicas	Transporte Público	Saúde Pública	Comunicação	Recreação Pública
Assoc. Amigos do B. Nonoai	X	X	X								
Soc. Amigos dos Balneários de Ipanema	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Soc. Amigos do B. Espírito Santo	X					X					
Assoc. Amigos do B. Camaquã	X	X	X	X	X	X		X	X		X
Núcleo Comunitário MaJaGru ⁴⁴⁷		X	X	X	X			X		X	X
Soc. Amigos da Vila São Caetano	X			X	X	X					X
UMC	X	X		X		X		X			X
Conselho Comunitário e Reivindicatório dos Bairros Glória e Cascata	X	X		X	X			X	X		
Soc. Amigos do B. Santo Antônio	X		X					X	X	X	X
Soc. Amigos do B. Santana				X							

Fonte: Relatório Geral do Encontro de Associações da Zona Sul, 03.03.1966.

Em primeiro lugar, a observação da tabela mostra o estado de precariedade em que se encontravam as populações residentes no extremo-sul da cidade⁴⁴⁸. As condições

⁴⁴⁶ As reivindicações gerais indicadas no quadro correspondem às seguintes demandas específicas: *Acesso Viário*: alargamento ou asfaltamento de ruas; *Educação*: construção ou ampliação de grupos escolares; *Segurança*: implantação, aprimoramento ou manutenção de unidades policiais; *Abastecimento d'água*: reforço de hidráulicas, canalização de arrios e obras de saneamento básico; *Iluminação Pública*: instalação ou conserto de bicos de luz, manutenção e assistência de redes elétricas; *Limpeza Pública*: recolhimento de lixo, corte de mato ou instalação de banheiros públicos; *Comércio e Diversões Públicas*: fiscalização; *Transporte Público*: fiscalização de serviços e horários, construção de abrigos e ampliação de linhas; *Saúde Pública*: instalação de postos; *Comunicação*: instalação de telefones públicos; *Recreação Pública*: instalação de praças, construção de quadras ou estádios e instalação de feira de livros;

⁴⁴⁷ Madepinho-Jardim das Palmeiras e Grutinha.

⁴⁴⁸ Representadas, no quadro, pela Sociedade de Amigos dos Balneários de Ipanema, pelo Núcleo Comunitário MaJaGru, pela Associação de Amigos do Bairro Camaquã e pela Sociedade de Amigos do Bairro Espírito Santo.

registradas pela Sociedade de Amigos dos Balneários de Ipanema (SABI), por exemplo, mostram a condição de total abandono, por parte do Poder Público, da zona sul da capital. Mesmo atualmente, a região apresenta características próprias de áreas rurais, como uma menor concentração de edifícios (“nicho” que a crescente especulação imobiliária vem ocupando) e uma maior arborização. Esta “cara rural” nos dá indícios do quão deficitária era a urbanização da região. Ainda pela visão do quadro apresentado pela SABI, podemos ter uma noção das condições da área que recebeu a criação da Restinga neste mesmo período, em uma prática de deslocamento de populações pobres que beirou a desumanidade⁴⁴⁹.

Outra informação possível de retirar do quadro é a dos setores mais precários (ou que, ao menos, eram sentidos como tal pelos moradores) das comunidades mais humildes da capital gaúcha: entre as dez associações que compunham o Encontro, oito reclamaram melhorias no que diz respeito ao acesso viário – sobretudo alargamento e asfaltamento de ruas –; sete reivindicaram investimentos na área de saneamento e abastecimento d’água e seis (portanto, mais da metade das entidades reunidas) exigiram providências quanto à educação e ao transporte públicos⁴⁵⁰. Estes números compilados na análise do relatório entregue ao prefeito nos dão uma noção quantitativa da segregação sócio-espacial em Porto Alegre em meados dos anos 1960.

Por fim, a própria confecção deste quadro ilustra o trabalho de articulação das organizações comunitárias da cidade, no que diz respeito ao levantamento e ao estudo dos problemas sócio-espaciais de suas comunidades. A feitura do relatório, da mesma forma, indica a busca de pressão sobre o Poder Público, na medida em que um relatório com esta organização configurava uma argumentação consideravelmente forte quanto às condições de vida das populações atendidas por estas entidades.

Esta articulação, contudo, não ficava restrita ao conjunto da zona sul. No próprio relatório figuravam as associações dos bairros Santo Antônio e Santana, ambos da zona leste da capital⁴⁵¹. Além disso, entre a documentação da UMC que nos foi passada,

⁴⁴⁹ Restinga foi o bairro criado (com a participação do Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB) em fins de 1965 para receber diversas famílias provenientes de vilas relativamente próximas à região central de Porto Alegre. Deslocadas destas vilas, tiveram de se estabelecer neste novo local no extremo sul da cidade. Atualmente, em função do crescimento da população do bairro, divide-se em Restinga Velha e Restinga Nova.

⁴⁵⁰ Muitas dessas reivindicações eram reforçadas em correspondência enviada pela Federação ao prefeito Célio Marques Fernandes em maio de 1966, quase seis meses depois do envio do relatório. Correspondência da Federação a Célio Marques Fernandes, 30.05.1966. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

⁴⁵¹ De acordo com a própria classificação da Federação. Circular, 27.09.1966. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

encontra-se uma correspondência emitida pela Sociedade dos Amigos do Bairro Medianeira, também da zona leste⁴⁵². A carta trazia o convite para um encontro que seria realizado no Grupo Escolar Venezuela, situado próximo à divisa entre os bairros Glória e Medianeira. O objetivo da reunião era o “refortalecimento da União Comunitária”⁴⁵³, idéia, aliás, que se mostrava recorrente nas comunicações inter-associações, servindo como “justificativa padrão” para quase toda proposta de encontro comunitário. Certamente, não devemos supor que estas articulações fossem perfeitamente orquestradas: uma anotação manuscrita no próprio convite indicava que o mesmo havia sido recebido com mais de uma semana de atraso, o que impossibilitou o comparecimento dos representantes da UMC. Desencontros, portanto, também existiam.

No entanto, o que a documentação como um todo demonstra é a existência de uma real tentativa de articulação, que podemos dividir em dois níveis: contatos diretos (e de caráter mais informal) entre associações diferentes (como o caso que acabamos de ver) e a articulação centralizada pela Federação que, por ser aparentemente mais organizada e burocratizada, estabelecia uma rede de ligações mais efetivas entre as entidades existentes em uma vasta área da capital gaúcha. A abrangência do alcance da Federação fica visível na circular datada de setembro de 1966, onde é exposta uma divisão zonal das entidades filiadas⁴⁵⁴. Na próxima página, reproduzimos esta listagem.

⁴⁵² Assim como o bairro Santo Antônio, Medianeira faz divisa com a Glória, de onde surgiu o bairro Cascata. Tratam-se, portanto, de bairros vizinhos.

⁴⁵³ Correspondência emitida pela Sociedade dos Amigos do Bairro Medianeira, 26.05.1966. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

⁴⁵⁴ Circular, 27.09.1966. Arquivo Particular de Ivo Fortes dos Santos.

Associações de moradores filiadas à Federação das Associações de Bairro de Porto Alegre

Zona Sul	Assoc. Amigos do B. Camaquã; Núcleo Comunitário MaJaGru; Assoc. Amigos do B. Cavalhada; Assoc. Amigos do B. Nonoai; União dos Moradores da Cascata; Soc. Amigos da Vila São Caetano; Assoc. Amigos do B. Vila Nova; Soc. Amigos dos Balneários de Ipanema; Soc. Amigos do B. Espírito Santo; Soc. Amigos do Belém Novo; Núcleo de Reivindicações do Belém Velho.
Zona Leste	Soc. Amigos do B. Santo Antônio; Soc. Amigos do B. Medianeira; Conselho Comunitário e Reivindicatório dos Bairros Glória e Cascata; Assoc. Amigos da Vila São Francisco e Lomba do Pinheiro; Soc. Amigos do B. Santana; Assoc. Amigos da Rua Pedro Velho; Soc. Amigos do B. Jardim Botânico.
Zona Nordeste	Soc. Amigos do B. Vila Jardim; Assoc. Amigos do B. Vila Brasília; União dos Moradores do Jardim Nossa Senhora das Graças; Soc. Beneficente da Vila Protásio Alves; Assoc. Amigos da Vila Bom Jesus e Chácara das Pedras; Assoc. Amigos da Agronomia; Assoc. Moradores da Vila Safira.
Zona Norte	Assoc. de Reivindicações da Vila do IAPI; Assoc. Amigos da Bacia do Passo d'Areia; Assoc. Amigos do Jardim Itati; Assoc. Amigos do B. Cristo Redentor; Soc. Amigos do Jardim Itu; Soc. Amigos da Vila Leão; Assoc. Moradores do Sarandi; Assoc. Moradores das Vilas Elisabeth e Parque; Assoc. de Desenvolvimento de Comunidade da Vila Nova Brasília; União dos Moradores do B. Nossa Senhora de Fátima; Soc. Recreativa da Vila Progresso; Assoc. Moradores da Vila Santo Agostinho.

Fonte: Circular expedida pela Federação em 27.09.1966.

Mais do que a abrangência da Federação, o quadro nos dá uma mostra da riqueza e diversidade da vida comunitária em Porto Alegre na metade dos anos 1960⁴⁵⁵. Nesse

⁴⁵⁵ Cabe ressaltar que esta lista não encerrava a totalidade das organizações comunitárias existentes na cidade, pois em cada seção zonal, após os nomes das entidades componentes, vinha o item “entidades não filiadas que desejem participar”. Isto indica a existência, naquele momento, de mais associações na capital. Quanto à riqueza e diversidade da vida associativa da capital gaúcha, Boaventura de Sousa Santos, em texto sobre a experiência do Orçamento Participativo, chamou atenção para o que considerou uma “grande tradição de organização da sociedade civil”. De acordo com o autor, em fins da década de 1980, aproximadamente mil associações eram registradas em Porto Alegre; esta base teria funcionado

sentido, a ausência, nos jornais consultados, de notícias referentes a mobilizações comunitárias ao longo de 1968 – em meio a um universo tão amplo de organizações – é significativo do estreitamento do espaço político de então: a repressão incidia sobre o movimento associativo e, em determinado grau, a censura abatia-se sobre a imprensa.

2.2.2 – Nota sobre a atuação do movimento associativo

Em um dos poucos estudos sobre os movimentos associativos do pós-1945, o historiador Adriano Duarte caracteriza como um equívoco a utilização da noção de clientelismo na análise da relação de políticos e partidos com as organizações de moradores do período⁴⁵⁶. Segundo o autor, clientelismo, mesmo sendo um conceito relacional – isto é, que envolva, pelo menos, dois agentes –, pressupõe que a ação consciente está em apenas um dos dois pólos. Em suas palavras,

Clientelismo é um conceito relacional, mas implica supor que a ação política está apenas em um dos pólos da relação: o lado dos políticos que concedem os favores e que outorgam os benefícios; do outro lado, existiria apenas uma massa amorfa, de receptores passivos e inconscientes, que apenas receberia os favores e benefícios e por isso seria presa fácil da lógica do favor. (...) O conceito de clientelismo sugere um estado de apatia e letargia que não existiu no associativismo de bairro do pós-guerra⁴⁵⁷.

Para nós, parece ter ficado claro que passividade, inconsciência ou “amorfismo” não eram elementos componentes da trajetória do movimento associativo em Porto Alegre nos anos 1960. E acreditamos, também, que o mesmo é válido para o caso paulista.

O clima e o espaço políticos, bem como as táticas que vislumbramos nas fontes, nos levam a crer que o tipo de relação que cada associação estabelecia com o Poder Público – fosse na figura de um representante da Câmara, fosse na de um membro do Executivo – era fruto de *cálculos e escolhas políticas*. Nesse sentido, nossas impressões ao fim deste estágio da pesquisa afinam-se com o panorama mostrado no interessante artigo de Duarte. No entanto, a confusão que o autor parece fazer acerca do conceito de

como um suporte para o crescimento do PT, bem como para o desenvolvimento e enraizamento do OP. SANTOS, Boaventura de Sousa. *Op. cit.*, p. 463-464, nota 13.

⁴⁵⁶ DUARTE, Adriano Luiz. “Em busca de um lugar no mundo”: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº. 42, julho-dezembro de 2008, p. 195-219.

⁴⁵⁷ *Idem*, p. 212-213.

clientelismo faz com que nos afastemos de sua opinião neste ponto: o termo, se pensado à luz de alguns de seus teóricos, pode sim ser utilizado em nosso caso de estudo.

É consenso, entre os estudiosos do conceito, que uma relação clientelística supõe uma assimetria de poder entre as partes envolvidas⁴⁵⁸. Mesmo se pensarmos a relação em um sentido “mercantil” – como o próprio termo sugere –, ou seja, uma troca entre alguém que fornece e alguém que recebe, a demanda (“aquele que recebe”) pode exercer algum tipo de pressão. E mais: qualquer indivíduo que “receba” algo não anula necessariamente sua capacidade crítica. Como afirmamos, passividade não era um elemento existente nas lutas comunitárias dos anos 1960, e a candidatura lançada pelo movimento em 1968 estava lá para provar isso: em um contexto autoritário, “populações amorfas” optariam pelo registro junto ao partido oposicionista?

Portanto, a nosso ver, considerar a existência do clientelismo em certas relações sociais não implica em taxar determinado grupo como simples “massa de manobra”. Mas talvez, em nosso caso de estudo, a questão central esteja mesmo no reduzido grau de conflito existente em uma relação clientelística e, conseqüentemente, em sua menor capacidade de transformação social ou política. Vimos que as condições em que lutavam as organizações comunitárias dos anos 1960 (bem como a precariedade das condições de existência de seus membros) faziam com que as conquistas e os avanços (simbólicos ou concretos) fossem realmente consideráveis e, neste sentido, bastante positivos. Contudo, a ausência de transformações sociais e políticas em um sentido mais amplo indicam alguns limites de suas lutas.

Segundo o cientista político Edson Nunes, a existência de *regras universais* é uma condição importante para uma cidadania mais próxima do ideal – o que explica porque o clientelismo lhe é tão nocivo⁴⁵⁹. A ambigüidade existente na trajetória do movimento

⁴⁵⁸ “Qualquer noção de clientelismo implica troca entre *atores de poder desigual*”. CARVALHO, José Murilo. *Op. cit.*, 1997, p. 242. “As relações clientelistas se dão entre pessoas de *status e poder [desiguais]*: um parceiro é mais poderoso do que o outro”. MAINWARING, Scott P. Patronagem, Clientelismo e Patrimonialismo. In: *Sistemas Partidários em novas democracias: O Caso do Brasil*. Rio de Janeiro; FGV, 2001, p. 226. “A noção de clientelismo foi originalmente associada aos estudos de sociedades rurais. Nesse contexto, o clientelismo significa um tipo de relação social marcada por contato pessoal entre patrons e camponeses. Os camponeses, isto é, os clientes, encontram-se em *posição de subordinação*, dado que não possuem a terra.” NUNES, Edson. *Op. cit.*, p. 26-27. Todos os grifos são nossos.

⁴⁵⁹ NUNES, Edson. *Op. cit.*, p. 35.

associativo porto-alegrense dos anos 1960, portanto, pode ser apreendida se adotarmos, mais uma vez, a didática divisão que José Murilo de Carvalho fez da cidadania em três dimensões: a dos direitos civis, políticos e sociais⁴⁶⁰. A busca prioritária das associações era por conquistas sociais (as melhorias nas condições de vida), que deveriam se estender a *todos*. Contudo, na luta por isto, quando os agentes se moviam na dimensão dos embates políticos (os procedimentos de luta e de influência sobre o Poder Público), relações pessoalizadas, tão características do clientelismo, eram, por vezes, realizadas (como o estabelecimento de relações com algum vereador em particular).

No entanto, antes que algo injusto possa ser dito em relação às lutas comunitárias de então, é necessário fazer a seguinte ressalva: em função do restrito espaço político resultante de um contexto autoritário, a “via do clientelismo” poderia ser uma das poucas possíveis⁴⁶¹. Por outro lado, neste capítulo que agora encerramos, percebemos um contraponto a estas ações de cunho clientelístico. O estreitamento da articulação entre as associações de bairro (com o conseqüente fortalecimento do movimento como um todo) e o lançamento de uma candidatura própria à Câmara Municipal foram exemplos deste contraponto. Isto, por certo, não anulou o clientelismo. Mas introduziu, no movimento associativo, importantes elementos de autonomia política.

⁴⁶⁰ CARVALHO, José Murilo. *Op. cit.*

⁴⁶¹ “A ditadura militar é responsabilizada pela supressão dos mecanismos que permitiam o confronto de interesses, a tal ponto que a única linguagem política disponível passou a ser a gramática do clientelismo, evitando o aparecimento de antagonismos que refletiriam as verdadeiras clivagens na sociedade brasileira.” NUNES, Edson. *Op. cit.*, p. 33.

Considerações Finais

*O subúrbio todo se condensa para ser visto depressa,
com medo de não repararmos suficientemente
em suas luzes que mal têm tempo de brilhar.
A noite come o subúrbio e logo o devolve,
ele reage, luta, se esforça.*

Carlos Drummond de Andrade

O subúrbio de Drummond não é a periferia que vimos neste trabalho, tampouco a noite que o engole é a ditadura que transitou pelas páginas anteriores. Entretanto, tomamos emprestada a força das imagens que o poeta mineiro registrou em sua primeira obra de cunho social⁴⁶². Com uma dose de liberdade poética, esta imagem ilustra o objeto da presente pesquisa: em 1964, a noite precipitou-se sobre a efervescente vida dos movimentos sociais brasileiros. Mas não os dissolveu. Eles reagiram, lutaram, se esforçaram.

Em sua árdua batalha por cidadania, os movimentos associativos de Porto Alegre passaram, nos anos 1960, pela experiência da drástica redução de um já limitado espaço político. Junto a esta luta, as organizações comunitárias porto-alegrenses viveram uma acelerada urbanização que, ao mesmo tempo em que expressava a evolução sócio-econômica e política do país, era um processo que influenciava esta mesma evolução, na medida em gerava uma série de problemas que entravam na pauta das disputas políticas do período. Em suma, o que vimos, ao longo deste trabalho, foram grupos humanos que perseguiram direitos (mesmo que não se expressassem nestes termos) no bojo de um desenvolvimento urbano que foi, historicamente, muito rápido.

A cidadania pela qual lutavam os personagens da história que escrevemos – é consenso entre vários autores – nunca chegou por completo. Pensando em sua divisão nas dimensões dos direitos civis, políticos e sociais⁴⁶³, pudemos chegar às seguintes considerações: em primeiro lugar, a cidadania em sua *dimensão social* esteve sempre no

⁴⁶² DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *Sentimento do Mundo*. Rio de Janeiro; Record, 2001.

⁴⁶³ Divisão indicada por José Murilo de Carvalho, conforme citamos no início deste trabalho. Convém lembrarmos que, destas três dimensões, apenas a social e a política entraram em nossa análise. CARVALHO, José Murilo. *Op. cit.*

foco principal dos movimentos associativos e, em segundo lugar, sua *dimensão política* foi constantemente objeto de lutas indiretas.

Quanto à prioridade dada à questão social, não há grande novidade, na medida em que este foi o traço que marcou mais intensamente a cidadania brasileira – a ponto de determinados estudiosos tratarem-na como sinônimo de direitos sociais⁴⁶⁴. Porém, mesmo neste ponto, as lutas comunitárias apresentaram uma peculiaridade: a ênfase na reivindicação por melhorias urbanas, direitos desvinculados do mundo do trabalho. Historicamente, a evolução da cidadania brasileira, em sua dimensão social, esteve intimamente ligada à questão da ocupação profissional, de modo que as conquistas mais marcantes foram as referentes aos direitos trabalhistas⁴⁶⁵. A demanda por obras e serviços ligados ao consumo coletivo (aperfeiçoamento do transporte público, pavimentação, iluminação, etc.), portanto, voltava-se a questões que foram, por muito tempo, ignoradas pelos governos em seus diversos níveis.

No tocante ao conteúdo político da cidadania, sua presença foi sempre implícita. Mas não nula. Vimos que, antes do Golpe de 1964, os limites da democracia vigente eram, sempre que possível, tensionados, na busca por uma *participação* mais efetiva, por parte dos movimentos associativos, na resolução dos problemas que afetavam a vida urbana da capital. A posterior experiência da restrição do espaço de exercício dos direitos políticos certamente demonstrou, para eles, o valor da dimensão política da cidadania. Este ponto é importante: como tentamos demonstrar ao longo dos capítulos – e a própria divisão que adotamos buscou ilustrar isso –, consideráveis mudanças ocorreram nas lutas urbanas ao longo dos anos 1960, transformações que tiveram, como marco, o movimento golpista de 1964. Como forma de encerramento deste trabalho, passaremos a uma comparação mais detalhada entre as duas conjunturas que delimitamos no texto.

Do ponto de vista partidário, a postura do MDB na corrida eleitoral de 1968 deixou clara sua situação na conjuntura pós-Golpe: não havia, nos pronunciamentos e reportagens durante a campanha, nenhum tipo de interação entre o discurso do Partido e

⁴⁶⁴ Tal é o caso da socióloga Amélia Cohn. COHN, Amélia. “A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania.” In.: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo; Editora SENAC, 2ª edição, 2000, p. 383-403.

⁴⁶⁵ “É portanto a partir [*sic*] da década de 20 que a ‘questão social’ no Brasil passa a ser incorporada pelo Estado, via trabalho, formalizando-se assim o estatuto de cidadania para determinados segmentos sociais, enquadrando-o juridicamente num aparato que reunia e articulava legislação trabalhista, legislação sindical e legislação previdenciária”. *Idem*, p. 388-393. Esta vinculação é enfatizada também por Carvalho e Fedozzi. CARVALHO, José Murilo. *Op. cit.*, 2007. FEDOZZI, Luciano. *Op. cit.*, p. 75-82.

a sociedade de forma mais explícita. Como vimos no primeiro capítulo, o Partido Trabalhista Brasileiro – que compôs majoritariamente o partido oposicionista no período bipartidário – apresentava, em 1963, uma proposta política à sociedade: como resultado do Congresso Regional realizado em setembro daquele ano, a *democracia social petebista* era ofertada como uma bandeira claramente defendida pelos trabalhistas – e a campanha pelas Reformas de Base era o elemento mais evidente deste projeto. Isso significa que, em meio a um quadro bastante competitivo (onde havia três candidaturas concorrentes), a campanha do PTB não lutava apenas contra a malfadada tentativa de polarização política empreendida pelos representantes da Ação Democrática Popular, mas também dialogava com a sociedade em uma atitude arrojada e propositiva – em sintonia, portanto, com o efervescente clima político do início dos anos 1960.

O MDB, de maneira inversa, mostrou-se totalmente acuado na realidade política dos primeiros anos do Regime Militar. Apesar de contar com muitos políticos remanescentes do período democrático, a agremiação oposicionista não apresentou nenhum tipo de *projeto político definido* à sociedade. O que vimos na disputa de 1968 foi um grupamento político atônito que se limitava a denunciar o autoritarismo do partido governista. Em uma conjuntura ditatorial, isto, certamente, não era pouco. O simples ato da denúncia era uma postura de coragem. Porém, com o espaço político drasticamente reduzido, o MDB “dançou conforme a música”. Ironicamente, a oposição ficou na defensiva, restringindo-se ao atendimento de questões pontuais dentro do parlamento municipal.

Já do ponto de vista dos movimentos associativos, conseguimos detectar uma situação de maior complexidade. Embora o refluxo da atuação comunitária também tenha sido intenso, suas respostas mostraram sinais que interpretamos como uma *adaptação aos novos tempos*.

Certamente, o ponto mais visível é o próprio *lugar* das lutas comunitárias. Nos anos anteriores ao Golpe, os moradores saíram a protestar nas ruas contra o que consideravam injusto; mesmo em um regime democrático, esbarraram na repressão policial, mas nem por isso calaram suas reivindicações. No período compreendido entre 1964 e 1968, contudo, o registro de sua presença pelas ruas foi simplesmente nulo: as lutas comunitárias resumiram-se à atuação de suas entidades representativas; iniciativas mais combativas, que saíssem para os grandes pontos da cidade não foram vistas.

Se pensarmos nos registros da imprensa, este refluxo fica mais claro. Na pesquisa empírica referente ao ano de 1963, todos os meses traziam notícias sobre as

movimentações populares em torno das questões mais mobilizadoras: fosse no caso da greve dos municipais, fosse nos protestos contra o aumento das tarifas de transporte ou, ainda, nas mobilizações em função das cheias ocorridas, os conflitos populares estavam presentes nas páginas dos jornais. No tratamento destes temas, inclusive, utilizamos majoritariamente as fontes periódicas. Na conjuntura de 1968, por outro lado, o silêncio da imprensa em relação às lutas urbanas foi total: absolutamente nenhuma campanha ou articulação entre entidades associativas foi noticiada.

O panorama “mais aberto” que se descortinava aos movimentos sociais no período democrático permitiu a emergência de uma certa diversidade de atuações comunitárias. Os problemas dos transportes coletivos, que tanto afligiam a população, foram enfrentados com ampla mobilização: nas ruas, através de manifestações, e na atuação mais burocratizada das associações (como a União dos Moradores da Cascata, cuja trajetória acompanhamos neste trabalho). Discutimos, no capítulo primeiro, o maior potencial de autonomia que estava contido nas concentrações populares, em contraste com a atuação mais moderada das organizações comunitárias, que caracterizamos como a “via diplomática” de luta. Já no período do Regime Militar, esta foi a única forma de atuação detectada, a única que parecia ter espaço na nova conjuntura.

Entretanto, apesar dos fortes contrastes entre os dois momentos apontados, ainda defendemos que as lutas, após 1964, não cessaram. Demonstramos, ao longo deste estudo, o golpe sofrido por parcelas das esquerdas e dos movimentos sociais com o avanço dos militares ao poder. Mas a luta prosseguiu, adequando-se às novas realidades. Se o clientelismo, antigo conhecido das lutas sociais, seguiu rondando o cotidiano da atuação comunitária, esta não deixou de apresentar sinais de amadurecimento político.

Dentro dos estreitos limites impostos pelos militares, o movimento associativo porto-alegrense buscou o fortalecimento e a autonomia: a *articulação entre as diversas organizações* espalhadas pela cidade lutava contra a “atomização” do movimento, projetando pressões conjuntas sobre o Poder Público e oferecendo-lhe um panorama dos problemas sócio-espaciais da capital; enquanto que o *lançamento da candidatura própria* na disputa eleitoral à Câmara em 1968 expressava a busca por uma participação mais efetiva na política municipal. Representando o movimento associativo de maneira mais ampla, a candidatura de Ivo Fortes dos Santos – se tivesse sido vitoriosa – traria um maior aprendizado ao movimento, por tratar-se de uma tentativa de “alçada de vôo” rumo a outras arenas de luta política. Para além das pretensões, a escolha pela sigla do

MDB foi significativa: a recusa da alternativa mais fácil (e mais enquadrada) representada pela Arena indicava também a busca por autonomia.

Estes dois elementos – a articulação inter-associações e o lançamento da candidatura própria – atestam um tensionamento dos limites que os canais políticos-institucionais de então demarcavam (Legislativo e Executivo municipais e o MDB). Dentro das condições políticas após 1964, isto foi expressivo. Mesmo que não tenha conseguido extravasar estes mesmos limites, o movimento associativo dos primeiros anos do Regime Militar testou-os. Em última instância, esta “experiência” serve para lembrar-nos de que uma menor autonomia política não pode ser (como muitas vezes é) confundida com passividade.

Sobre a relação entre as lutas comunitárias e o MDB, é interessante, ainda, ressaltar que o Partido não foi ignorado enquanto canal de representação política – e isso foi visto nas articulações entre emedebistas e vendedores ambulantes por ocasião da criação e votação da lei que regularia o comércio da capital⁴⁶⁶. Em lugar da pressão, a busca pela limitada parceria, mas, acima disso, a continuação da luta.

É comum a afirmação de que, a partir de 1974, ano em que conquistou a primeira grande vitória eleitoral no país, o MDB passou a ser reconhecido como um partido autenticamente oposicionista. Não pretendemos – e, com a abrangência de nosso estudo, nem podemos – negar isso. Contudo, o surgimento de pesquisas que enfoquem as diversas realidades municipais pode agregar matizes a esta tese já consolidada. A partir do que vimos no segundo capítulo, podemos pensar que o MDB tinha uma certa proximidade com os movimentos sociais, vínculos que foram consolidados e ampliados posteriormente. Esta e outras análises podem pôr à prova a idéia de que teria sido *apenas* a distensão iniciada pelo Regime Militar que permitiu o “encontro” entre o MDB e a sociedade. Não estamos insinuando que o partido oposicionista e os movimentos sociais já tivessem uma relação íntima em fins dos anos 1960. Certamente, isso só foi possível no contexto de distensão. Queremos simplesmente propor a existência de laços que, por mais frágeis que tenham sido, podem ter garantido *uma certa proximidade* entre a oposição partidária e a sociedade, “arejando” o partido oposicionista nos difíceis primeiros anos da Ditadura Militar. Em poucas palavras, contrapomo-nos à noção de um “vazio” de movimentos sociais no pós-1964. De

⁴⁶⁶ Certamente, não podemos equiparar os representantes dos vendedores ambulantes com os líderes comunitários propriamente ditos. Contudo, o fato de muitos ambulantes residirem nas comunidades mais pobres da cidade faz com que possamos considerar esta luta específica como parte de um embate maior: o da busca pelo aprimoramento da cidadania.

qualquer maneira, a relação de representação política de segmentos da sociedade pelo MDB *ao longo de todo o Regime Militar* apresenta-se como um bom tema para pesquisas futuras.

Finalmente, gostaríamos de expressar a dificuldade que encontramos no trabalho de investigação dos movimentos associativo. A carência de fontes – sobretudo, no que diz respeito ao período da Ditadura Militar – coloca-se como um desafio à imaginação histórica do pesquisador que ousa a se aventurar pelos anos 1960. A fragmentação do universo documental que tivemos à nossa disposição é, em grande parte, responsável pelo “caráter experimental” deste estudo: entre indícios e informações, em muitos momentos, inserimos hipóteses.

Não nos foi possível “entrar” efetivamente no universo da UMC. Não conseguimos nos aproximar dos debates, dos conflitos e das construções de sentidos políticos no *interior* da associação. Como já afirmamos, o ano de 1964 marcou uma ruptura – assim como o recrudescimento do Regime Militar em 1968 –, mas não pudemos ver de que maneira, dentro de organizações como a UMC, novas formas de resistência e novas tradições de luta eram construídas. Mesmo assim, no desafio que é escrever a história de um período cujas evidências foram amassadas por botas militares, conseguimos indícios da presença das associações de bairro na cena política da capital gaúcha. A partir daí, vislumbramos formas de luta que não puderam emergir, na arena pública, em sua totalidade. Recorrer a metodologias como a História Oral, na tentativa de driblar estes obstáculos, pode ser um caminho para pesquisas futuras.

Como encerramento deste trabalho, queremos deixar a idéia de que a cidadania já era um objeto de expressivas lutas há mais de quatro décadas atrás. O acúmulo de experiências e aprendizados pelos membros dos movimentos sociais durante o início da Ditadura pode ter contribuído, mesmo que minimamente, para as feições mais combativas assumidas pelos agentes dos anos 1980. O fato das lutas do período da Redemocratização apresentarem maior intensidade não anula a carga de lutas das décadas anteriores. Tentamos mostrar, ao longo deste trabalho, que os movimentos associativos em Porto Alegre moveram-se dentro de suas possibilidades. Se reproduziram práticas clientelísticas, se enfatizaram excessivamente a “via diplomática”, se não tensionaram *ao máximo* os limites políticos de então, estas são críticas possíveis.

Porém, não foram movimentos passivos. Dentro de seus cálculos políticos, fizeram o que lhes foi possível. No incerto terreno dos “devaneios”, podemos pensar: os movimentos dos anos 1980 teriam sido o que foram se, na década de 1960, houvesse sido diferente? Como alguns autores indicam, os movimentos sociais urbanos emergentes ao final do Regime Militar não surgiram do nada⁴⁶⁷. Embora se tenha enfatizado suas diferenças em relação aos movimentos dos anos 1960, não nos parece prudente considerar que os aprendizados tenham sido nulos.

Hoje, passadas mais de duas décadas desde a explosão dos estudos sobre os movimentos sociais urbanos, novas pesquisas se mostram necessárias: as expectativas em torno das lutas da década de 1980 teriam sido excessivas? Seu refluxo, se de fato ocorreu⁴⁶⁸, era “uma questão de tempo”? Por mais que as esperanças de vinte anos atrás tenham sido frustradas, subestimá-las ou descontextualizá-las não seria analiticamente válido (tampouco respeitoso). Por que deveríamos fazer isso em relação aos anos 1960?

As lutas urbanas de segunda metade desta década foram mais tímidas, pois estavam enquadradas nos estreitos limites que o Regime Militar moldou. Porém, elas não cessaram, e isto pode ter sido responsável pela criação de um terreno sobre o qual as gerações seguintes puderam se construir (e reconstruir o movimento). Após 1964, a cidadania regrediu inegavelmente, mas a ocupação do parco espaço disponível pode ter assegurado um ponto de partida para “os que vieram depois”.

Por fim, o estudo dos movimentos sociais e de seu trânsito pelo espaço político de que dispõem apresenta uma dupla importância. Em primeiro lugar, proporciona-nos um melhor entendimento das dinâmicas políticas passadas, o que fornece, conseqüentemente, subsídios para que pensemos o panorama atual no que ele tem de permanências e rupturas. Em segundo lugar, estudos desta natureza servem para nos lembrar de que espaços de atuação política, por mais precários que possam parecer, são valiosos e devem ser ocupados, sob o risco de serem extintos caso sejam simplesmente ignorados – e a presente conjuntura política de nosso estado atesta que sua extinção é possível. Afinal, espaços políticos são, a um só tempo, possibilidades e conquistas, arenas e objetos de lutas.

⁴⁶⁷ Praticamente toda a bibliografia consultada e, de maneira mais explícita, TELLES, Vera da Silva. *Op. cit.*

⁴⁶⁸ Em 1988, Eder Sader já fazia considerações neste sentido, enquanto que Ilse Scherer-Warren indicava o caráter de incerteza que estes movimentos continham. SADER, Eder. *Op. cit.*, 1988. SCHERER-WARREN, Ilse. *Op. cit.*, 1987.

Referências

- ABREU, Alzira e BELOCH, Israel et al. (coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (Pós-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- ALBERNAZ, Cássio A. Abreu. *Em busca de cidadania política: o quererismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)*. Porto Alegre; PUCRS, Dissertação de Mestrado em História, 2006.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru; Edusc, 2005.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre; Mercado Aberto, 1981.
- BAQUERO, Marcello e PRÁ, Jussara Reis. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2007.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1981.
- _____. Comentário de Maria Victória Benevides. In: GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro; Paz e Terra – CEDEC, 1986.
- BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro; Relume-Dumará, 1999.
- _____. Participação Popular e conflitos de representação política: notas a partir de um caso de orçamento participativo. In: TEIXEIRA, Carla Costa e CHAVES, Christine de Alencar. *Espaços e tempos da política*. Rio de Janeiro; Relume-Dumará, 2004, pp. 145-170.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; Ed. UFRGS, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. A Representação Política. Elementos para uma teoria do campo político. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003, p.187-188.
- BRANT, Vinícius Caldeira. “Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo.” In: BRANT, Vinícius Caldeira e SINGER, Paul. *São Paulo: O Povo em Movimento*. Petrópolis; Editora Vozes, 1980.
- BRITO, Fausto e CARVALHO, José Alberto. Somos um país de jovens? In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. *Que país é esse? Pensando o Brasil Contemporâneo*. São Paulo; Globo, 2005.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Para que serve o voto? In: *Voto de Desconfiança: Eleições e Mudança Política no Brasil, 1970-1979*. Petrópolis; Vozes, 1980.
- _____. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo; Brasiliense, 1984.
- CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo; Editora Alfa-Ômega, 1983.
- CÁNEPA, Mercedes Maria L. *Partidos e Representação Política: a articulação entre os níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre; Ed. UFRGS, 2005.

- CAPELATO, Maria Helena R. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARRION, Otilia Beatriz K *Mercado imobiliário e padrão periférico de moradia: Porto Alegre e sua região metropolitana*. In: Ensaio FEE. Porto Alegre, ano 10, nº 2, 1989, p. 225-250.
- CARTA, Mino. *A esperança ainda está viva*. Carta Capital, nº. 417, novembro de 2006, p. 16-17.
- CARVALHO, José Murilo. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 40, nº. 2, 1997, pp. 229-250.
- _____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *Lutas Urbanas e Poder Político*. Porto; Afrontamento, 1976.
- _____. *Cidade, Democracia e Socialismo: A experiência das associações de vizinhos de Madri*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1980.
- COHN, Amélia. “A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania.” In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo; Editora SENAC, 2ª edição, 2000, p. 383-403.
- DAMIANI, Marco, LAGO, Rudolfo e MIRANDA, Ricardo. *A Consagração do Lulismo*. Isto É, edição 1924, setembro de 2006, pp. 29-33.
- D’ALIMONTE, Roberto. Espaço Político. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília; Editora UNB, 12ª edição, 2004.
- D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro; FGV, 1996.
- DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: O Charrua*. Porto Alegre; Literalis, 2002.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. São Paulo; Marco Zero, 1989.
- DIAS, Márcia. Ribeiro. Entre a representação e a participação política: o debate acerca da institucionalização do Orçamento Participativo de Porto Alegre. In: ARTURI, Carlos et al. *Democracia e Governança Mundial: que regulações para o século XXI?* Ed. UFRGS/UNESCO, 2002.
- DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1982.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1986, 4ª edição.
- DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *Sentimento do Mundo*. Rio de Janeiro; Record, 2001.
- DUARTE, Adriano Luiz. “Em busca de um lugar no mundo”: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº. 42, julho-dezembro de 2008, p. 195-219.
- FEDOZZI, Luciano. *Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre; Tomo Editorial, 3ª edição, 2001.

- FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2003.
- _____. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro; Record, 2004.
- FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FLACH, Ângela. “Os vanguardistas do anticomunismo”: o PRP e os perrepeistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). Porto Alegre; PUCRS, Dissertação de Mestrado em História, 2003.
- FLEISCHER, David. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se voltava contra o feiticeiro. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon e D’ARAÚJO, Maria Celina. *21 Anos de Regime Militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro; FGV, 1994, pp. 154-197.
- FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul; Educus; Rio de Janeiro; Garamond, 2004.
- Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). *Migrações Internas-RS*. Indicadores Sociais-RS Porto Alegre, ano 4, nº. 4, 1976.
- Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser/ Secretaria da Coordenação e Planejamento. *Um século de população do Rio Grande do Sul*. CD-Rom, 2001.
- FURTADO, Carlos Ribeiro. *Gentrificação e (Re)Organização Urbana no Brasil: O caso de Porto Alegre (1965-1995)*. Porto Alegre; UFRGS, Tese de Doutorado em Sociologia, 2003.
- GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro; Paz e Terra – CEDEC, 1986.
- GRILL, Igor Gastal. *Parentesco, Redes e Partidos: As bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Tese de Doutorado, 2003.
- GRINBERG, Lúcia. “Uma Memória Política Sobre a Arena: dos ‘revolucionários de primeira hora’ ao ‘partido do sim, senhor’”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru; Edusc, 2004.
- GUEBEL, Cláudia. O Bar de TITA: política e redes sociais. In: PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro; Contra Capa Livraria, 1996.
- GULLAR, Ferreira. *Toda poesia (1950-1999)*. Rio de Janeiro; José Olympio, 2008.
- HEINZ, Flávio M. e outros. *O Parlamento em Tempos Interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados (1947-1982)*. Porto Alegre: CORAG, 2005.
- HIPPOLITO, Lúcia. *PSD – de raposas e reformistas (1945-64)*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1985.

- HOLFELDT, Antônio e BUCKUP, Carolina. *Última Hora: populismo nacionalista nas páginas de um jornal*. Porto Alegre; Sulina, 2002.
- KINZO, Maria D'Alva. *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo; Edições Símbolo, 1980.
- _____. “Novos Partidos: o início do debate”. In: LAMOUNIER, Bolívar. *Voto de Desconfiança – Eleições e Mudança Política no Brasil: 1970-1979*. Petrópolis; Vozes, 1980.
- _____. *Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDO (1966/1979)*. São Paulo; Vértice, 1988.
- KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. BATALHA, Cláudio H. M., FORTES, Alexandre e SILVA, Fernando Teixeira da. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas; Editora Unicamp, 2004.
- KLEIN, Lúcia. Brasil Pós-64: A Nova Ordem Legal e a Redefinição das Bases de Legitimidade. In: KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e Coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro; Forense-Universitária, 1978, pp.15-103.
- KLÖCKER, Luciano. *O Diário Político de Sereno Chaise: 60 anos de história*. Porto Alegre; AGE, 2007.
- KOWARICK, Lúcio e BONDUKI, Nabil. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio. *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, Passado e Presente*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2ª edição, 1994.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo; 34 editora, 2000.
- KUSHNIR, Karina. Cultura e Representação Política no Rio de Janeiro. In: PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro; Contra Capa Livraria, 1996.
- _____. *O Cotidiano da Política*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 2000.
- LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Rachel. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática: O Caso Brasileiro*. São Paulo; Brasiliense, 1986.
- LAVAREDA, Antônio. *A Democracia nas Urnas: O Processo Partidário Eleitoral Brasileiro*. Rio de Janeiro; IUPERJ, 1991.
- MACHADO, Leda Maria Vieira. *Atores Sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero*. São Paulo; Annablume, 1995.
- MADEIRA, Rafael Machado. *ARENA ou ARENAs? A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros*. Porto Alegre; UFRGS, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, 2002.
- MAINWARING, Scott, MENEGUELLO, Rachel e POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo; Paz e Terra, 2000.
- MAINWARING, Scott P. *Sistemas Partidários em novas democracias: O Caso do Brasil*. Rio de Janeiro; FGV, 2001.
- _____. Os objetivos dos partidos sob regimes autoritários eleitorais ou democracias frágeis: Jogo em duas frentes. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre; Edipucrs, v. 2, n.º. 2, dezembro de 2002, p. 249-272.

- MARÇAL, João Batista e MARTINS, Marisângela. *Dicionário ilustrado da esquerda gaúcha: anarquistas, comunistas, socialistas e trabalhistas*. Porto Alegre; Libretos, 2008.
- MENEGAT, Elizete. Movimentos Sociais e Inovações na Democratização da Gestão Urbana em Porto Alegre. In: Proposta, n°. 78, setembro/novembro de 1998.
- MENEZES, Cynara. “Renasce o Centrão”. *Carta Capital*, n°. 532, 11.02.2009, p. 22-27.
- MOISÉS, José Álvaro. Protesto Urbano e Política: o quebra-quebra de 1947. In: MOISÉS, José Álvaro et all. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1982, pp. 50-64.
- _____. Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil. In: *Dilemas da Consolidação Democrática*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1989, pp. 119-177.
- MONTEIRO, Charles. Discutindo o Projeto de Reformas Urbanas da Administração Municipal do Prefeito Telmo Thompson Flores em Porto Alegre (1969-1975). In: *Segunda Jornada de História Regional Comparada*. Porto Alegre; PUCRS, 2005. v. 1. p.1-13.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- MÜLLER, Dóris e SOUZA, Célia Ferraz de. *Porto Alegre e sua Evolução Urbana*. Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2007.
- NEVES, Lucília. Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- NICOLAU, Jairo. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 2004.
- NOLL, Maria Izabel e PASSOS, Manoel Caetano de A. *Eleições Municipais em Porto Alegre (1947-1992)*. In: Cadernos de Ciência Política. Porto Alegre: PPG em Ciência Política-UFRGS, n°. 4, 1996.
- NOLL, Maria Izabel e TRINDADE, Hélió. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991.
- NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 3ª edição, 2003.
- PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro; Contra Capa Livraria, 1996.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo; Martins Fontes, 2005.
- PETERSEN, Áurea T. et. all. *Movimentos Grevistas no Rio Grande do Sul de 1945 a 1979*. Porto Alegre: IESPE/PUCRS, 1982.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____. Comentário de Daniel Aarão Reis Filho. In: GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro; Paz e Terra – CEDEC, 1986.

- RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF, 2003.
- RODEGHERO, Carla; DIENSTMANN, Gabriel & TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Porto Alegre; Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2009 (no prelo).
- RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB; os dirigentes e a organização. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, Tomo III, 3º volume, 5ª edição, 1991, pp. 361-446.
- SADER, Eder. *Um Rumor de Botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo; Editora Polis, 1982.
- . *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988.
- SANTIN, Ricardo João. *Construção de Um Partido Político: A trajetória política e a estabilidade eleitoral do PP gaúcho*. Porto Alegre; Ed. Berthier, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. “Para ampliar o cânone democrático”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2002, p. 39-82.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2002.
- SCHERER-WARREN, Ilse. O Caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo; Brasiliense, 1987, p. 35-53.
- SCHMIDT, Benício V. *O Estado e a Política Urbana no Brasil*. Porto Alegre; Editora da Universidade, 1983.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v. 14, nº. 26, dezembro de 2007, p. 127-156.
- SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- SILVA, Marcelo K. *Cidadania e Exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre*. Porto Alegre; ed. UFRGS, 2002.
- SILVEIRA, Flávio Eduardo. *A Decisão do Voto no Brasil*. Porto Alegre; EDIPUCRS, 1998.
- SINGER, André. *Esquerda e Direita no eleitorado Brasileiro*. São Paulo; Edusp, 2005.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo; Editora da USP, 1968.

- SÍNTESE. *As Eleições no Rio Grande*. Porto Alegre; Editora Síntese, [s.d.].
- STAMATTO, Maria Inês S. Legitimidade do sistema partidário: o voto nulo e o voto em branco. In: BAQUERO, Marcello. *Abertura política e comportamento eleitoral nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; Ed. UFRGS, 1984, pp. 86-102.
- TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARIK, Lúcio. *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, Passado e Presente*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2ª edição, 1994.
- THOMPSON, Edward. *Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- _____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo; Companhia das Letras, 1998.
- TRINDADE, Hélió. *Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950/1974)*. In: CARDOSO, Fernando Henrique & LAMOUNIER, Bolívar (org). *Partidos Políticos e Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O Declínio do Poder Americano*. Rio de Janeiro; Contraponto, 2004.
- XAUSA, Leônidas e FERRAZ, Francisco. As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº. 23/24, 1968, p. 229-274.

Anexos

Anexo I

Anexo Fotográfico



Figura 1. Policiamento nas ruas de Porto Alegre – 1963.

Fonte: *Última Hora*, 03.10.1963, p. 1.



Figura 2. Policiamento nas ruas de Porto Alegre – 1963.

Fonte: *Última Hora*, 03.10.1963, p. 11.



Figura 3. Policiamento nas ruas de Porto Alegre – 1963.

Fonte: *Última Hora*, 01.10.1963, p. 9.



Figura 4. Policiamento nas ruas de Porto Alegre – 1963.

Fonte: *Última Hora*, 03.10.1963, p. 10.

Anexo II

Nominata do MDB em 1968

Candidato	Filiação partidária anterior	Observação
Airton José Fernandes	Sem registro	
Alceu de Deus Collares	PTB	
Alúzio Paraguassu Ferreira	PDC	
Alvino da Silva Bernardes	Sem registro	
Antônio Jorge Achutti	PTB	
Atahualpa Sant'Anna	Sem registro	
Aurélio Moraes	Sem registro	
Ayrton Silveira Gomes	Sem registro	
Breno Kolling Dias	Sem registro	
Carlos Alberto Petersen	Sem registro	
Carlos Pessoa de Brum	PTB	
Carlos Marques	Sem registro	
Cleon Guatimozim	PDC	
Clóvis Grivot	Sem registro	
Dilamar Machado	PTB	Cassado após a posse
Domingos Tellechea Claussel	Sem registro	
Dorival Rodrigues de Souza	Sem registro	
Elton Fensterseifer	Sem registro	
Enio Peracchi	Sem registro	
Glênio Peres	MTR	
Guilherme Veríssimo da Costa	Sem registro	
Heino Willy Kude	Sem registro	
Índio Vargas	PSB	Cassado após a posse
Ivan Ferreira	Sem registro	

Candidato	Filiação partidária anterior	Observação
Ivo Fortes dos Santos	PSB	Liderança da UMC
Ivo Schneider	PSP	
João Satte	PTB	
José Aloísio Filho	PTB	
José Antônio Daudt	Sem registro	
José César de Mesquita	PTB	
José Vecchio	PTB	
Lauro Rodrigues	PTB	
Lúcio Vieira	ARS	Não foi possível especificar o partido de origem
Marcos Ledermann	Sem registro	
Nereu D'Ávila	Sem registro	
Paulo Otacílio de Souza	Sem registro	
Revoredo Ribeiro	PTB	
Silvestre Vargas	PTB	
Sommer de Azambuja	PDC	
Túlio Piva	Sem registro	
Wilson de Arruda	PTB	

Fontes: Nominata MDB, *Zero Hora*, 01.11.1968, p. 9. “A pedido do PTB”. *Última Hora*, 09.11.1963, p. 5. “Ao povo de Pôrto Alegre” (Nominata da ARS). 08.11.1963, p. 7. NOLL e PASSOS. *Op. cit.* SÍNTESE. *As Eleições no Rio Grande*. Porto Alegre; Editora Síntese, s/d.

Nominata da Arena em 1968

Candidato	Filiação partidária anterior	Observação
Abio Hervé	MTR	Secretário da Fazenda na Administração Célio Marques Fernandes
Adel Carvalho	UDN	
Alpheu Barcellos	UDN	
Ângelo Gonçalves	PSD	
Antonio Maineri	Sem registro	
Carlos Gainete Filho	Sem registro	
Darwin Ribas	Sem registro	Secretário da Educação na Administração Célio Marques Fernandes
Edio João Klein	Sem registro	
Ernani José Machado	PL	
Frederico Kummeck Filho	PRP	
Heitor Gralha Bonorino	Sem registro	
Hilário Land	Sem registro	Juventude Arenista
Homero Ferrugem Martins	MTR	
Ivan Castro	Sem registro	
João Adão Gonçalves	Sem registro	
João Antônio Dibb	Sem registro	Secretário dos Transportes e Secretário de Águas e Esgotos na Administração Célio Marques Fernandes
João Assis de Oliveira	Sem registro	
João Cláudio Esteves	Sem registro	
João Mano José	PDC	Secretário de Limpeza na Administração Célio Marques Fernandes
João Osório Ferreira Martins	Sem registro	Juventude Arenista
Jorge Englert	Sem registro	
Júlio Luz	PSD	
Leão Serrano de Oliveira Brito	Sem registro	

Candidato	Filiação partidária anterior	Observação
Luís Carlos Pereira Leite	Sem registro	
Luiz Carlos de Azevedo Boehl	UDN	
Luiz Rocha	Sem registro	
Manoel Augusto de Godoy Bezerra	UDN	
Marino Job Abrahão	Sem registro	
Martim Aranha	UDN	
Messias Ferreira Paz	UDN	
Milton Pozzolo de Oliveira	PDC	Secretário de Habitação na Administração Célio Marques Fernandes
Milton Krause	MTR	Até 1962, constava nas suplências do PDC
Milton Kuelle	PSD	
Moses Ribeiro do Carmo	Sem registro	Secretário de Obras e Viação na Administração Célio Marques Fernandes
Nei Silveira da Rosa	MTR	
Nelson de Azambuja	Sem registro	
Oswaldo Rosa da Costa	ARS	Não foi possível especificar o partido de origem
Roberto Landell de Moura	PSD	Secretário dos Transportes na Administração Célio Marques Fernandes
Rubens Alcântara	PSD	
Say Marques	PL	
Terezinha de Jesus Togni Haute	Sem registro	

Fontes: Nominata Arena, *Correio do Povo*, 15,11,1968, p. 7. “A pedido – Ao eleitorado de Pôrto Alegre” (Nominata UDN). Última Hora, 06.11.1963, p. 27. NOLL e PASSOS. *Op. cit.* SÍNTESE. *As Eleições no Rio Grande*. Porto Alegre; Editora Síntese, s/d.

Anexo III

Projeto de Lei do Executivo (enviado à Câmara Municipal em 04.09.1968)

Dispõe sobre o Comércio de Ambulante e dá outras providências.

Art. 1º – Comércio Ambulante é qualquer forma de atividade lucrativa de caráter não permanente e de característica nitidamente itinerante, que se exerça nas vias públicas e outros logradouros.

Art. 2º – O exercício do Comércio Ambulante dependerá, sempre, de prévio licenciamento do município, sujeitando-se o vendedor ambulante ao pagamento da taxa de licença.

Art. 3º – A taxa de [licença] para venderes ambulantes, fundada no poder de polícia do município quanto à utilização de seus bens, públicos de uso comum *[sic]* e à estética urbana, tem como fato gerador o licenciamento obrigatório daqueles, bem como a sua fiscalização quanto à legislação tributária e às normas concernentes à higiene, saúde, segurança, moralidade e sossêgo públicos.

Art. 4º – A taxa de licença calcula-se por ano, mês ou dia, em conformidade com a legislação tributária.

§ 1º – As licenças anuais serão válidas para o exercício em que forem expedidas.

§ 2º – O período de validade das licenças mensais ou diárias constará do recibo de pagamento da taxa, recolhida por antecipação.

Art. 5º – O licenciamento deverá ser solicitado ao Prefeito, em requerimento ou formulário próprio.

Art. 6º – A licença, concedida a título precário, é pessoal e intransferível, podendo ser revogada a qualquer época nos termos do regulamento a ser baixado por ato do Executivo e servindo exclusivamente para o fim declarado.

§ 1º – Do Alvará de Licença devem constar os seguintes elementos essenciais além de outros que venham a ser exigidos em regulamentos:

I – número de inscrição;

II – nome do vendedor ambulante e, se houver, da firma, com a razão e denominação social sob cuja responsabilidade é exercida a atividade de licenciada;

III – endereço do licenciado;

IV – ramo de atividade;

V – fotografia do licenciado;

VI – número do expediente que deu origem ao licenciamento.

§ 2º – O Alvará de Licença tem validade sómente para um exercício e deve ser sempre conduzido pelo seu titular, sob pena de multa ou apreensão da mercadoria e equipamento encontrado em seu poder.

§ 3º – Os vendedores ambulantes devem estar munidos, obrigatoriamente, da prova de pagamento da contribuição sindical, sem a qual não poderá ser expedido o Alvará de Licença.

§ 4º – A atividade licenciada deverá ser, obrigatoriamente, desenvolvida pelo licenciado.

Art. 7º – A renovação da licença deve ser requerida anualmente, dentro dos prazos estabelecidos pela legislação tributária do município e seu indeferimento não dará ao requerente direito à indenização.

Parágrafo único – Fica assegurado aos vendedores ambulantes, sindicalizados, preferência na renovação das licenças.

Art. 8º – O vendedor ambulante não licenciado ou o que fôr encontrado sem renovar a licença para o exercício corrente, está sujeito à multa e apreensão da mercadoria e equipamentos encontrados em seu poder, até o pagamento da multa imposta.

§ 1º – Em caso de apreensão será lavrado termo onde sejam relacionadas as mercadorias e demais apetrechos, com os quais foi praticada a infração.

§ 2º – A coisa apreendida só será devolvida após o pagamento da respectiva multa.

§ 3º – As mercadorias perecíveis, quando não reclamadas dentro de 24 horas, serão doadas a estabelecimentos de Assistência Social.

§ 4º – Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a houver determinado.

Art. 9º – O Comércio Ambulante obedecerá à seguinte classificação:

I – pelo ramo de atividade, relacionado com as mercadorias ou artigos de venda [permitida];

II – pelo equipamento utilizado, distinguindo-se apetrechos de transporte manual e o tipo de veículo utilizado;

III – pela forma como será exercido, se itinerante ou estacionado;

IV – pelo prazo de licenciamento, em anual, mensal ou diário, tendo em vista o período de validade da licença concedida;

V – pelo local ou zona licenciada.

Parágrafo único – O valor das taxas de licença anual, mensal ou diária, poderá ser ainda diferenciada face à classificação prevista neste artigo.

Art. 10º – É proibido ao vendedor ambulante:

I – estacionar nas vias públicas e outros logradouros, salvo o tempo estritamente necessário para efetuar as vendas;

II – impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas e outros logradouros;

III – apregoar mercadorias em altas vozes ou [molestar] transeuntes com o oferecimento de artigos postos à venda;

IV – vender, expor ou ter em depósito no equipamento ou veículo utilizado, mercadoria estrangeira da qual não possa fazer prova da entrada regular no país;

V – vender, transferir, ceder, emprestar ou alugar seu local de comércio, bem como o Alvará de Licença;

VI – anexar ao ramo licenciado outros ramos de atividade ou vender mercadorias que não pertençam ao ramo autorizado;

VII – transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes de grande porte;

VIII – trabalhar fora dos horários estabelecidos para a atividade licenciada;

IX – provisionar os veículos ou equipamentos licenciados fora dos horários fixados pelo município, especificamente para esta finalidade;

X – exercer a atividade licenciada, sem o uso de uniforme de modelo, padrão e cor, aprovados pelo município;

XI – utilizar veículos ou equipamentos, que não estejam de acordo com modelos aprovados ou padronizados pelo município;

XII – operar com veículos ou equipamentos sem a devida aprovação e vistoria do órgão competente da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde;

XIII – ingressar nos veículos de transporte coletivos para efetuar a venda de seus produtos.

Art. 11º – O estacionamento de vendedor ambulante nas vias públicas e outros logradouros, bem como a instalação de equipamento de venda, dependerá sempre, de licenciamento especial.

§ 1º – A licença especial para estacionamento faculta ao particular o uso especial dos bens públicos de uso comum do município nas condições impostas pela administração, atendidas as prescrições legislação tributária do município e do que preceitua este Código.

§ 2º – A taxa de licença especial para estacionamento será cobrada sem prejuízo de pagamento dos preços fixados pelo Executivo pela ocupação da área.

§ 3º – Da preços pela ocupação da área de cobrança mensal ou diária, serão arrecadados na forma e condições previstas na legislação tributária do município.

Art. 12º – Aos vendedores ambulantes já licenciados poderá ser concedida autorização para estacionamento eventual nos locais, onde se realizam solenidades cívicas, espetáculos esportivos ou promoções de cunho popular, mediante pagamento das taxas pela ocupação de área e nos termos do regulamento a ser baixado por ato do Executivo.

§ 1º – Aos vendedores não licenciados será ainda cobrada a taxa de licença.

§ 2º – As autorizações previstas neste artigo não poderão ser concedidas por prazo superior a noventa (90) dias.

Art. 13º – A licença para venda de frutas e outros produtos agrícolas típicos do Estado, nos termos do Regulamento, poderá ser concedida mediante autorização, desde que por prazo não superior a noventa dias.

Art. 14º – É proibido para o Comércio Ambulante, o licenciamento de Ramos de Atividade que impliquem na realização das seguintes práticas em vias públicas e outros logradouros:

I – preparo de alimentos, salvo de pipocas, centrifugação de açúcar, churros e cachorro-quente em equipamento aprovado pelo órgão sanitário do Estado;

II – preparo de bebidas ou mistura de xaropes, essências e outros produtos corantes ou aromáticos, para obtenção de líquidos ditos refrigerantes;

III – venda fracionada ou a copos de refrescos ou bebidas refrigerantes;

IV – venda de bebidas alcoólicas, salvo para distribuidores e entrega a estabelecimentos comerciais ou residências;

V – venda de cigarros, bijouterias, brinquedos, confecções e outros artigos e manufaturados correlatos.

Art. 15º – O licenciamento especial para estacionamento na zona centro da cidade, cujos limites se acham definidos no artigo primeiro da Lei 2.022 de 7.12.59, sómente poderá ser concedido, nos termos do regulamento a ser baixado por ato do Executivo, para os seguintes ramos de Atividade:

I – venda de jornais e revistas;

II – venda de frutas e verduras;

III – venda de cachorro-quente;

IV – venda de flôres, proibido o estacionamento nas vias públicas;

V – prestação de serviço por engraxates e fotógrafos, proibido o estacionamento nas vias públicas.

Art. 16º – Na zona centro da cidade, o licenciamento ordinário para vendedores ambulantes que exercem a atividade de forma itinerante nas vias públicas, sómente poderá ser

concedido nos termos do regulamento a ser baixado por ato do Executivo, para os seguintes Ramos de Atividades:

I – venda de bilhetes;

II – distribuidores de mercadorias em geral, proibida a venda de varêjo;

III – repartidores e vendedores a domicílio de frutas, verduras e artigos da indústria doméstica;

IV – venda de sorvetes e pipoca.

Art. 17º – A licença especial para estacionamento de que trata o artigo 15 não poderá ser concedida para dentro do perímetro compreendido pelas ruas Dr. Flôres, Riachuelo, Caldas Júnior e Avenida Mauá, salvo para venda de jornais e revistas.

Art. 18º – As disposições do artigo anterior não são aplicáveis aos atuais vendedores ambulantes ou prestadores de serviços, desde que regulamente licenciados dentro do citado perímetro, os quais poderão ter suas licenças renovadas, observando o que preceitua esta Lei e demais disposições legais vigentes no município.

§ 1º – [A exceção] prevista neste artigo não impede o município de proceder, a seu critério, a alteração dos locais de estacionamento, a fim de adequá-los à legislação municipal.

§ 2º – Nos passeios com largura [inferior] a 1,80 metro – não serão abertas exceções em hipótese alguma.

Art. 19º – À medida que se forem extinguindo, por qualquer causa, as atuais permissões, dentro do perímetro de que trata o artigo 17, não serão concedidos novos licenciamentos, nem serão admitidos transferências a qualquer título.

Art. 20º – Os vendedores ambulantes de frutas e verduras portadores de licença especial para estacionamento, são obrigados a conduzir recipientes para coletar o lixo proveniente do seu negócio.

Parágrafo único – Excetuam-se desta exigência os vendedores a domicílio de frutas, verduras e artigos de indústria doméstica.

Art. 21º – Os vendedores ambulantes deverão portar, obrigatoriamente, Carteira de Saúde fornecida pelo órgão sanitário estadual competente.

Art. 22º – As penas impostas pelo não cumprimento das disposições contidas nesta seção são as seguintes:

I – multa;

II – apreensão;

III – suspensão de atividade;

IV – cassação da licença.

§ 1º – As multas serão [graduadas] dentro dos limites estabelecidos na Lei Tributária do Município.

§ 2º – Em caso de reincidência, as multas serão aplicadas em dôbro e, havendo uma terceira incidência, será aplicada a pena de suspensão da atividade, por prazo não superior a 30 dias.

§ 3º – Verificando-se nova infração, esta determinará a cassação da licença.

Art. 23º – Aplicam-se ao comércio ambulante, no que couberem, as disposições concernentes ao comércio localizado.

Art. 24º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei nº 383, de 3-3-1950.

Substitutivo do Projeto de Lei do Executivo⁴⁶⁹
(enviado à Câmara Municipal em 04.09.1968)

Dispõe sobre o Comércio de Ambulante e dá outras providências.

Art. 1º – A exploração do Comércio Ambulante, na área, do Município, passa a obedecer as normas estabelecidas na presente Lei.

Parágrafo único – *Considera-se Comércio Ambulante, para os efeitos desta Lei, toda e qualquer forma de atividade lucrativa de caráter permanente, eventual ou transitório, que se exerça de maneira itinerante ou estacionada, nas vias ou logradouros públicos.*

Art. 2º – O exercício do Comércio Ambulante dependerá, sempre, de prévio licenciamento da autoridade competente, sujeitando-se o vendedor ambulante ao pagamento de *tributo correspondente estabelecido na legislação tributária do Município.*

Art. 3º – A licença, concedida a título precário, é pessoal e intransferível, *devendo ser requerida ao Prefeito, em formulário próprio, e servindo exclusivamente para o fim declarado.* § 1º – Do Alvará de Licença devem constar os *seguintes elementos essenciais:*

I – número de inscrição;

II – nome do vendedor ambulante e, se houver, da firma, com a razão e denominação social sob cuja responsabilidade é exercida a atividade de licenciada;

III – endereço do licenciado;

IV – ramo de atividade;

V – fotografia do licenciado;

VI – número e data do expediente que deu origem ao licenciamento.

§ 2º – O Alvará de Licença tem validade somente para um exercício e deve ser sempre conduzido pelo seu titular, sob pena de multa ou apreensão da mercadoria e equipamento encontrado em seu poder.

§ 3º – Os vendedores ambulantes devem estar munidos, obrigatoriamente, da prova de pagamento da contribuição sindical, sem a qual não poderá ser expedido o Alvará de Licença.

§ 4º – A atividade licenciada deverá ser, obrigatoriamente, desenvolvida pelo licenciado *ou por seus auxiliares devidamente registrados na S.M.P.A. e Sindicato.*

Art. 4º – A licença, para o exercício de Comércio Ambulante em caráter permanente, *deverá ser renovada anualmente.*

⁴⁶⁹ As alterações em relação à lei original encontram-se em itálico.

§ 1º – Para os [efeitos] deste artigo, o interessado deverá requerer a renovação da licença anual, dentro dos prazos estabelecidos na legislação tributária do município, e seu indeferimento não dará ao requerente direito à indenização.

§ 2º – Fica assegurado aos vendedores ambulantes sindicalizados e preferência na renovação das licenças.

§ 3º – Todo e qualquer indeferimento à solicitação de renovação de licença deverá ser expresso por escrito e será, sempre, baseado em razões de interesse público.

Art. 5º – O vendedor ambulante não licenciado ou o que fôr encontrado sem renovar a licença para o exercício corrente, está sujeito à multa e apreensão da mercadoria e equipamentos encontrados em seu poder, até o pagamento da multa imposta.

§ 1º – Em caso de apreensão será, obrigatoriamente, lavrado termo em formulários apropriados, expedidos em duas vias, onde serão discriminadas as mercadorias e demais apetrechos e equipamentos apreendidos, fornecendo-se cópia ao infrator.

§ 2º – Paga a multa, a coisa apreendida será imediatamente devolvida ao seu dono.

§ 3º – As mercadorias perecíveis, quando não reclamadas dentro de 48 horas, serão doadas a estabelecimentos de Assistência Social, mediante recibo comprobatório à disposição do interessado, cancelando-se a multa aplicada.

§ 4º – Aplicada a multa, continua o infrator obrigado à exigência que a determinou.

Art. 6º – O Comércio Ambulante obedecerá à seguinte classificação:

- I – pelo ramo de atividade, relacionado com as mercadorias ou artigos de venda permitida;
- II – pelo equipamento utilizado, distinguindo-se apetrechos de transporte manual e o tipo de veículo utilizado;
- III – pela forma como será exercido, se itinerante ou estacionado;
- IV – pelo prazo de licenciamento, em anual, mensal ou diário, tendo em vista o período de validade da licença concedida;
- V – pelo local ou zona licenciada.

Parágrafo único – O valor das taxas de licença anual, mensal ou diária, poderá ser ainda diferenciada face à classificação prevista neste artigo.

Art. 7º – É proibido ao vendedor ambulante:

- I – estacionar, *o itinerante*, nas vias e logradouros públicos, salvo o tempo estritamente necessário para efetuar as vendas;
- II – impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos;
- III – apregoar mercadorias em altas vozes ou molestar transeuntes com o oferecimento de artigos postos à venda;

IV – vender, expor ou ter em depósito no equipamento ou veículo utilizado, mercadoria estrangeira *entrada ilegalmente* no País;

V – vender, transferir, ceder, emprestar ou alugar seu local de comércio;

VI – vender mercadorias que não pertençam ao ramo autorizado;

VII – transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes de grande porte;

VIII – trabalhar fora dos horários estabelecidos para a atividade licenciada;

IX – provisionar os veículos ou equipamentos licenciados fora dos horários fixados pelo município, especificamente para esta finalidade;

X – exercer a atividade licenciada, sem o uso de uniforme de modelo, padrão e cor, aprovados pelo Município;

XI – utilizar veículos ou equipamentos, que não estejam de acordo com modelos aprovados ou padronizados pelo Município, *sendo vedado alterá-los*;

XII – operar com veículos ou equipamentos sem a devida aprovação e vistoria do órgão competente da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde;

XIII – ingressar nos veículos de transporte coletivos para efetuar a venda de seus produtos.

Art. 8º – O estacionamento de vendedor ambulante *nas vias e logradouros públicos*, bem como a instalação de equipamento de venda, dependerá sempre, de licenciamento especial.

§ 1º – A licença especial para estacionamento faculta o uso dos bens públicos de uso comum do município, *atendidas as prescrições da legislação tributária do município e do que preceitua esta Lei*.

§ 2º – *Além dos tributos implicitamente referidos, no parágrafo anterior, serão cobrados preços fixados pela ocupação da área, na forma e condições especificadas na legislação tributária do Município*.

Art. 9º – Aos vendedores ambulantes já licenciados poderá ser concedida autorização para estacionamento eventual *nas praias e nos locais, onde se realizam solenidades, espetáculos esportivos e promoções públicas ou privadas, mediante pagamento dos tributos e preços pela ocupação de área, na forma do § 2 do art. 8º*.

§ 1º – Aos vendedores não licenciados será ainda cobrada a taxa de licença.

§ 2º – As autorizações previstas neste artigo não poderão ser concedidas por prazo superior a 90 dias.

Art. 10º – A licença para venda de frutas e outros produtos agrícolas típicos do Estado, [poderá] ser concedida mediante autorização.

Art. 11º – *Não será concedida licença para o exercício do Comércio Ambulante, em vias e logradouros públicos das seguintes atividades:*

- I – preparo de alimentos, salvo de pipocas, centrifugação de açúcar, churros e cachorro- quente em equipamento aprovado pelo órgão sanitário do Estado;
- II – preparo de bebidas ou mistura de xaropes, essências e outros produtos corantes ou aromáticos, para obtenção de líquidos ditos refrigerantes, *salvo quando permitidos pelo órgão sanitário do Estado*;
- III – venda fracionada ou a copos de refrescos ou bebidas refrigerantes, *salvo o chá de mate e em copos individuais*;
- IV – venda de bebidas alcoólicas, salvo para distribuidores e entrega a estabelecimentos comerciais ou residências;
- V – venda de cigarros, *calçados*, bijouterias, brinquedos, confecções e outros artigos e manufaturados correlatos.

Art. 12º – O licenciamento especial para estacionamento na zona centro da cidade, cujos limites se acham definidos no artigo primeiro da Lei 2.022 de 7.12.59, sómente poderá ser concedido para os seguintes ramos de Atividade:

- I – venda de jornais e revistas;
- II – venda de frutas, *comestíveis* e verduras;
- III – venda de cachorro-quente, *pipóca, churro e açúcar centrifugado*;
- IV – venda de flôres;
- V – prestação de serviço por engraxates e fotógrafos, proibido o estacionamento nas vias públicas.

§ 1º – *A licença especial para estacionamento, de que trata êste artigo, não poderá ser concedida para dentro do perímetro compreendido pelas ruas Dr. Flôres, Riachuelo, Caldas Júnior e Avenida Mauá;*

§ 2º – *As disposições do parágrafo anterior não são aplicáveis aos atuais vendedores ambulantes ou prestadores de serviço e para a venda de jornais e revistas, desde que regularmente licenciados na forma desta Lei;*

§ 3º – *As exceções previstas no parágrafo anterior não impedem o reexame e alteração dos locais de estacionamento, desde que motivados por razões de interêsse público;*

§ 4º – *Nos passeios com largura inferior a 1,80 m, contando o cordão da calçada, não serão abertas exceções em hipótese alguma.*

Art. 13º – *Na zona definida no art. 1º da Lei 2022, o licenciamento ordinário para vendedores ambulantes, sómente poderá ser concedido para os seguintes Ramos de Atividades:*

- I – venda de bilhetes;

II – distribuição de mercadorias, proibida a venda de varêjo;

III – *repartição de pão, leite, doces, frios, gelo, bebidas e vendas a domicílio de frutas, verduras e artigos da indústria doméstica;*

IV – venda de sorvetes e pipoca.

Art. 14º – *A ninguém será concedida mais do que uma licença ou Alvará para o exercício de qualquer atividade admitida por esta Lei.*

Art. 15º – *À medida que se forem extinguindo, por qualquer causa, as atuais permissões, dentro do perímetro de que trata o § 1º do art. 12, não serão concedidos novos licenciamentos, nem serão admitidas [transferências] a qualquer título, salvo por incapacidade física definitiva ou falecimentos do licenciado, assegurado o direito aos herdeiros.*

Art. 16º – Os vendedores ambulantes de frutas, *comestíveis* e verduras, portadores de licença especial para estacionamento, são obrigados a conduzir recipientes para coletar o lixo proveniente do seu negócio.

Art. 17º – Os vendedores ambulantes deverão portar, obrigatoriamente, Carteira de Saúde fornecida pelo órgão sanitário estadual *e ostentar o número fornecido pela repartição da Prefeitura com o respectivo nome.*

Art. 18º – As penas impostas pelo não cumprimento das disposições contidas nesta Lei são as seguintes:

I – advertência;

II – multa;

III – apreensão;

IV – suspensão de atividade;

V – cassação da licença.

§ 1º – As multas serão aplicadas gradativamente dentro dos limites estabelecidos na legislação municipal.

§ 2º – Em caso de reincidência, as multas serão aplicadas em dobro e, havendo uma terceira incidência, será aplicada a pena de suspensão da atividade, por prazo não superior a 7 (*sete*) dias.

§ 3º – Verificando-se nova infração, esta determinará a cassação da licença.

Art. 19º – Aplicam-se ao comércio ambulante, no que couberem, as disposições concernentes ao comércio localizado.

Art. 20º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21º – *revogam-se as disposições em contrário.*

Emendas ao Substitutivo

Emenda nº 1 – Art. 5

§ 5º – As mercadorias não perecíveis, quando não reclamadas dentro de trinta (30) dias serão leiloadas publicamente, após anúncio público em órgãos da imprensa diária, pelo menos 48 horas antes da realização do leilão, obrigando-se o órgão competente a fornecer comprovante do destino dado à mercadoria apreendida e leiloadada, ao seu ex-proprietário, caso o solicite, até 10 dias decorridos da data do leilão.

Emenda nº 2 – suprime os artigos 18, 19, 20 e 21, dando-lhes nova redação.

Art. 18º – O não cumprimento das obrigações decorrentes de qualquer dispositivo desta Lei e de seu Regulamento implica, dependendo da gravidade da infração, nas seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – apreensão;

IV – suspensão de atividade;

V – cassação da licença.

Parágrafo único – Quando o infrator pratica, simultaneamente, duas ou mais infrações, serão-lhe aplicadas, cumulativamente, as penalidades a ela cominadas.

Art. 19º – A pena de advertência será aplicada:

I – verbalmente, pelo agente do órgão competente, quando, em face das circunstâncias, entender involuntária e sem gravidade infração punível com multa;

II – por escrito, quando, sendo primário o infrator, decidir o órgão competente transformar em advertência a multa prevista para a infração.

Parágrafo único – A advertência verbal será, obrigatoriamente, comunicada ao órgão competente, pelo seu agente, por escrito.

Art. 20º – As multas serão graduadas segundo a gravidade da infração dentro dos limites e critérios estabelecidos em lei específica.

§ 1º – A multa inicial será sempre aplicada no seu grau mínimo.

§ 2º – Em caso de reincidência da infração, dentro do prazo de um ano, a multa será cobrada em dôbro.

§ 3º – Havendo uma terceira incidência da infração dentro do prazo de um ano, será aplicada a pena de suspensão da atividade, pelo prazo não superior a sete (7) dias.

§ 4º – Verificando-se uma quarta incidência, dentro do prazo de um ano, esta determinará a cassação da licença.

§ 5º – Para os efeitos § 2º, 3º e 4º deste artigo, considerar-se-á a repetição da mesma infração pela mesma pessoa física ou jurídica, se praticada após a lavratura do “Acto de Infração” anterior e punido por decisão definitiva.

Art. 21º – Todo vendedor ambulante denunciado por não cumprir as disposições da presente lei e de seu Regulamento, tem prazo de cinco (5) dias, a contar da data de notificação, para apresentar defesa, antes da decisão sobre a penalidade a ser aplicada, quando se tratar de multa, suspensão de atividade ou cassação da licença.

Art. 22º – Ao licenciado punido com cassação da licença, é facultado encaminhar Pedido de Reconsideração à autoridade que o puniu, dentro do prazo de trinta (30) dias, contado da data da decisão que impôs a penalidade.

§ 1º – A autoridade, referida neste artigo, apreciará o “Pedido de Reconsideração”, dentro do [prazo] de dez (10) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

§ 2º – O “Pedido de Reconsideração”, referido neste artigo, não terá efeito suspensivo.

Art. 23º – Nos casos omissos nesta Lei, referente a Infrações, Penalidades, Notificações, Reclamações, Recurso e Arrecadação, aplicam-se, onde couberem, às disposições da Lei que “aplica e disciplina, no Município, o Sistema Tributário Nacional” (Lei nº 3095, de 13-12-67).

Art. 24º – Excetuados os casos previstos nesta Lei, compete à Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento fiscalizar a integral execução deste Diploma Legal e de seu Regulamento.

§ 1º – A Secretaria Municipal da Fazenda exercerá a fiscalização tributária, nos termos da Lei nº 3095, de 13-12-67.

§ 2º – O Sindicato, representativo da categoria dos vendedores ambulantes, é competente para auxiliar a SMPA na execução da presente Lei, no tocante aos interesses individuais ou aos interesses gerais da respectiva categoria.

Art. 25º – A SMPA providenciará, dentro do prazo de sessenta (60) dias, a contar da vigência desta Lei, para que todos os vendedores ambulantes, que estejam exercendo atividade no Município, sejam devidamente cadastrados e tenham suas licenças renovadas, nos termos desta Lei.

Parágrafo único – Aos benefícios previstos neste artigo, sómente poderá se habilitar o pretendente que estiver com suas obrigações tributárias municipais devidamente quitadas.

Art. 26º – Aplicam-se ao comércio ambulante, no que couberem, as disposições concernentes ao comércio localizado.

Art. 27º – O Executivo Municipal, dentro de sessenta (60) dias, contado das vigência desta Lei, expedirá o competente Regulamento necessário à sua melhor execução.

Art. 28º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 29º – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei nº 383, de 3-3-1950.

Anexo IV

Carta Topográfica de Porto Alegre (1969)



Fonte: Mapoteca do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.